

Câmara Municipal de Pombal

**Relatório Ambiental
Final**

RA_t08098/04 fev-14

**Avaliação Ambiental
da Revisão do Plano Diretor
Municipal de Pombal**

Apresentação

A NEMUS – Gestão e Requalificação Ambiental, Lda., apresenta o Relatório Ambiental Final relativo à **Avaliação Ambiental da Revisão do Plano Director Municipal de Pombal**.

A NEMUS agradece o acompanhamento e o empenho dos técnicos da Câmara Municipal de Pombal, em particular as facilidades concedidas para a realização do trabalho.

Lisboa, fevereiro de 2014



O Director de Projecto

Pedro Bettencourt Correia

Avaliação Ambiental da Revisão do Plano Diretor Municipal de Pombal

Relatório Ambiental

ÍNDICE

1. Introdução	I
2. Identificação da equipa técnica	3
3. Processo e metodologia de avaliação ambiental	5
3.1. Enquadramento legal	5
3.2. Abordagem metodológica	7
3.3. Faseamento	14
3.3.1. Fase 1 – Definição do âmbito da avaliação ambiental	14
3.3.2. Fase 2 – Avaliação e preparação do relatório ambiental	15
3.3.3. Fase 3 – Consultas	17
3.3.4. Fase 4 – Elaboração do relatório ambiental final	18
3.3.5. Fase 5 – Elaboração da declaração ambiental	18
4. Descrição da revisão do Plano Diretor Municipal	19
4.1. Introdução	19
4.2. Enquadramento territorial	21
4.3. Síntese do Diagnóstico	23

4.4. Objetivos e questões estratégicas	30
4.4.1. Valorização do território e dos recursos naturais	32
4.4.2. Potenciar a competitividade e pulsação económica	34
4.4.3. Equidade, coesão social e desenvolvimento sustentável	34
4.4.4. “Cocooperation” intermunicipal	36
4.5. Síntese da Proposta de Ordenamento	37
4.5.1. Regime de uso do solo	37
4.5.2 Estrutura Ecológica Municipal (EEM)	39
4.5.3 Unidades Operativas de Planeamento e Gestão (UOPG)	40
4.6 Relações com outros planos e programas	41
5. Quadro de referência estratégico	43
6. Âmbito da avaliação ambiental	45
7. Avaliação ambiental por fator crítico de decisão	55
7.1. Proteção e valorização de recursos naturais e patrimoniais (FCD 1)	55
7.1.1. Situação atual e tendências de evolução	56
7.1.2. Efeitos significativos, oportunidades e riscos e medidas específicas	73
7.2. Vulnerabilidades ambientais e ordenamento do território (FCD 2)	87
7.2.1. Situação atual e tendências de evolução	87
7.2.2. Efeitos significativos, oportunidades e riscos e medidas específicas	107
7.3. Competitividade territorial e qualidade de vida (FCD 3)	121
7.3.1. Situação atual e tendências de evolução	121
7.3.2. Efeitos significativos, oportunidades e riscos e medidas específicas	143
8. Avaliação global	153
8.1. Introdução	153
8.2. Riscos	153
8.3. Oportunidades	156
8.4. Balanço entre Riscos e Oportunidades	158

9. Programa de seguimento	161
9.1. Medidas recomendadas	162
9.1.1. Proteção e valorização de recursos naturais e patrimoniais (FCD 1)	162
9.1.2. Vulnerabilidades ambientais e ordenamento do território (FCD 2)	162
9.1.3. Competitividade territorial e qualidade de vida (FCD 3)	163
9.2. Sistema de Indicadores	164
10. Considerações Finais	169
11. Referências bibliográficas	175
12. Anexos	181
Anexo 1 – Desenhos	183
Anexo 2 – Instrumentos que constituem o quadro de referência estratégico	191
Anexo 3 – Documentos de apoio à análise dos fatores críticos de decisão	211

Índice de Quadros

Quadro 2.1.1 – Composição e formação da equipa técnica	3
Quadro 3.2.1 – Identificação de tendências e evolução da situação atual na ausência do plano	12
Quadro 3.2.2 – Avaliação de efeitos significativos, identificação de oportunidades e riscos e medidas específicas	12
Quadro 3.2.3 – Métrica para a avaliação de oportunidades e riscos	13
Quadro 4.3.1 – Diagnóstico preliminar e medidas de atuação previstas	23
Quadro 6.1.1 – Relação entre objetivos ambientais relevantes e quadro de referência estratégico, por fator crítico de decisão	45
Quadro 6.1.2 – Correspondência entre os fatores críticos de decisão, os domínios ambientais referidos no Decreto-Lei n.º 232/2007 e as questões estratégicas	47
Quadro 6.1.3 – Critérios de avaliação dos FCD	48
Quadro 6.1.4 – Indicadores e respetivas fontes de informação, associados aos Objetivos Ambientais Relevantes, por Fator Crítico de Decisão e Critério de avaliação	49
Quadro 7.1.1 – Proteção e valorização de recursos naturais e patrimoniais (FCD 1): identificação de tendências de evolução da situação atual na ausência da revisão do Plano Diretor	62
Quadro 7.1.2 – Proteção e valorização de recursos naturais e patrimoniais (FCD 1): Avaliação de efeitos significativos da revisão do Plano Diretor, identificação de oportunidades e riscos e medidas específicas	81
Quadro 7.2.1 – Vulnerabilidades ambientais e ordenamento do território (FCD 2): identificação de tendências de evolução da situação atual na ausência da revisão do Plano Diretor	98
Quadro 7.2.2 – Vulnerabilidades ambientais e ordenamento do território (FCD 2): Avaliação de efeitos significativos da revisão do Plano Diretor, identificação de oportunidades e riscos e medidas específicas	116
Quadro 7.3.1 – População equivalente servida por sistema pública de saneamento de águas residuais que assegura o cumprimento da legislação em termos de descargas de acordo com a respetiva ilicença	123
Quadro 7.3.2 – Competitividade territorial e qualidade de vida (FCD 3): identificação de tendências de evolução da situação atual na ausência da revisão do Plano Diretor	129
Quadro 7.3.3 – Competitividade territorial e qualidade de vida (FCD 3): Avaliação de efeitos significativos da revisão do Plano Diretor, identificação de oportunidades e riscos e medidas específicas	147
Quadro 8.4.1 – Síntese dos principais riscos e oportunidades, com e sem a revisão do PDM	160
Quadro 9.2.1 – Indicadores de seguimento do Plano	164
Quadro A2.1 – Quadro de referência estratégico (QRE): objetivos e diretrizes, com interesse em termos de ambiente e desenvolvimento sustentável, associados aos instrumentos de gestão territorial e aos documentos estratégicos	193
Quadro A2.2 – Objetivos ambientais, critérios de avaliação e metas relevantes do QRE por FCD	207

Quadro A.3.1 – Indicadores socioeconómicos selecionados: Continente, regiões NUTS II Centro e NUTS III Pinhal Litoral, concelho de Pombal e respetivas freguesias	213
Quadro A.3.2 – Dotação das freguesias do concelho de Pombal em equipamentos coletivos (2002)	217
Quadro A.3.3 – Taxas de cobertura e utilização das principais respostas de ação social por freguesia de Pombal (2011)	219
Quadro A.3.4 - Evolução do pessoal ao serviço dos estabelecimentos localizados no Concelho de Pombal (2007-2009)	223
Quadro A.3.5 – Ações previstas no Programa de Execução do PDM ao nível dos recursos hídricos e infraestruturas ambientais	225

Índice de Figuras e Desenhos

Figura 3.2.1 – Fatores críticos de decisão (diagrama de Venn)	9
Figura 3.2.2 – Desenvolvimento metodológico de uma avaliação ambiental com objetivos ambientais relevantes	11
Figura 4.4.1 – Vetores estratégicos e linhas de orientação para o PDM de Pombal	31
Desenho 1- Enquadramento administrativo da área da revisão do Plano Diretor Municipal de Pombal	185
Desenho 2a- Sobreposição de áreas urbanizáveis e condicionantes selecionadas da revisão do PDM de Pombal (zona a)	187
Desenho 2b- Sobreposição de áreas urbanizáveis e condicionantes selecionadas da revisão do PDM de Pombal (zona b)	189

Lista de Siglas e Acrónimos

AA – Avaliação ambiental

AAE – Avaliação ambiental estratégica

AFN – Autoridade Florestal Nacional (atualmente integrada no Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, I. P.)

AIA – Avaliação de impacte ambiental

AMLEI – Associação de Municípios da Região de Leiria

APA – Agência Portuguesa do Ambiente, I.P.

ARH – Administração de Região Hidrográfica (atualmente integrada na Agência Portuguesa do Ambiente, I. P.)

CBO₅ – Carência Bioquímica de Oxigénio

CCDR – Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional

CIMPL – Comunidade Intermunicipal do Pinhal Litoral

CMP – Câmara Municipal de Pombal

DGEG – Direção Geral de Energia e Geologia

DGOTDU – Direção Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano (atualmente integrada na Direção Geral do Território)

DGPC – Direção Geral do Património Cultural

DGRF – Direção Geral dos Recursos Florestais (atualmente integrada no Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, I. P.)

DIDA – Divisão de Inventário, Documentação e Arquivo

DPH – Domínio Público Hídrico

DQA – Diretiva Quadro da Água

DRCC – Direção Regional de Cultura do Centro

DRFC – Direção Regional de Florestas do Centro

EBI – Escola Básica Integrada

EE – Estação Elevatória

EEM – Estrutura Ecológica Municipal

EIA – Estudo de Impacte Ambiental

ENCNB – Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e da Biodiversidade

ENDS – Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável

ENE – Estratégia Nacional para a Energia

ENEPAI – Estratégia Nacional para os Efluentes Agropecuários e Agroindustriais

ENF – Estratégia Nacional para as Florestas

ENGIZC – Estratégia Nacional para a Gestão Integrada da Zona Costeira

ENM – Estratégia Nacional para o Mar

ERPVA – Estrutura Regional de Proteção e Valorização Ambiental

ERSAR – Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos

ETA – Estação de Tratamento de Água

ETAP – Escola Tecnológica, Artística e Profissional

ETAR – Estação de Tratamento de Águas Residuais

ETES – Estação de Tratamento de Efluentes Suinícolas

FA – fatores ambientais

FCD – fatores críticos de decisão

FEADER – Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural

GRDP – Greening Regional Development Programmes

GTF – Gabinete Técnico Florestal

ICNB – Instituto de Conservação da Natureza e da Biodiversidade (atualmente integrado no Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, I. P.)

ICNF – Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, I. P.

IEFP – Instituto do Emprego e Formação Profissional

IGESPAR – Instituto de Gestão do Património Arquitetónico e Arqueológico (atualmente integrado na Direção-Geral do Património Cultural)

IGT – instrumentos de gestão territorial

IHRU – Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana

IM – Instituto de Meteorologia (atualmente integrado no Instituto Português do Mar e da Atmosfera, I. P.)

INE – Instituto Nacional de Estatística

INSAAR – Inventário Nacional de Sistemas de Abastecimento de Água e de Águas Residuais

IPCC – Painel Intergovernamental para as Alterações Climáticas

Lden / Ln – indicador de ruído diurno-entardecer-noturno / indicador de ruído noturno

LNEG – Laboratório Nacional de Energia e Geologia

MAOTDR – Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Desenvolvimento Rural (atual MAMAOT – Ministério da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território)

MOPTC – Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações (atualmente integrado no MEE - Ministério da Economia e do Emprego)

MP – Medidas Preventivas

MTSS – Ministério do Trabalho e Segurança Social (atual Ministério da Solidariedade e Segurança Social)

N – Azoto

P – Fósforo

PANCD – Programa de Ação Nacional de Combate à Desertificação

PBH – Plano de Bacia Hidrográfica

PCIP – Prevenção e Controlo Integrado da Poluição

PDM – Plano Diretor Municipal

PDR – Programa de Desenvolvimento Rural

PEAASAR – Plano Estratégico de Abastecimento de Água e Saneamento de Águas Residuais

PENDR – Plano Estratégico Nacional para o Desenvolvimento Rural

PENT – Plano Estratégico Nacional do Turismo

PERSU – Plano Estratégico para os Resíduos Sólidos Urbanos

PGF – Planos de Gestão Florestal

PGBH – Plano de Gestão das Bacias Hidrográficas integradas em determinada Região Hidrográfica

PIRSUE – Plano de Intervenção para Resíduos Sólidos Urbanos e Equiparados

PMDFCI – Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios

PMOT – Planos Municipais de Ordenamento do Território

PNA – Plano Nacional da Água

PNAC – Programa Nacional para as Alterações Climáticas

PNPA – Plano Nacional da Política de Ambiente

PNPOT – Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território

PNUEA – Programa Nacional para o Uso Eficiente da Água

POOC – Plano de Ordenamento da Orla Costeira

POR – Programa Operacional

PP – Plano de Pormenor

PPSS – Paisagem Protegida da Serra de Sicó

PRN – Plano Rodoviário Nacional

PROF – Plano Regional de Ordenamento Florestal

PROT – Plano Regional de Ordenamento do Território

PSRN 2000 – Plano sectorial da Rede Natura 2000

PU – Plano de Urbanização

QE – Questões estratégicas

QRE – Quadro de Referência Estratégico

QREN – Quadro de Referência Estratégico Nacional

RA – Relatório Ambiental

RAN – Reserva Agrícola Nacional

RCM – Resolução do Conselho de Ministros

RDFCI – redes regionais de defesa da floresta contra incêndios

REN – Reserva Ecológica Nacional

REN[©] – Rede Elétrica Nacional

RCM – Resolução do Conselho de Ministros

RGR – Regulamento Geral do Ruído

RH – Região Hidrográfica

RJIGT – Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial

SAU – Superfície agrícola utilizada

SIC – Sítio de Importância Comunitária

SIG – Sistema de Informação Geográfica

SNIRH – Sistema Nacional de Informação de Recursos Hídricos

SNIT – Sistema Nacional de Informação Territorial

SWOT – *Strenghts, Weaknesses, Opportunities and Threats*

TCMA – Taxa de crescimento média anual

TR – Período de retorno

UOPG – Unidades Operativas de Planeamento e Gestão

UTA – Unidade de Trabalho Anual

ZAC – Zonas Ameaçadas por Cheias

ZEC – Zona Especial de Conservação

ZPE – Zona de Proteção Especial

I. Introdução

O presente documento constitui o Relatório Ambiental Final do processo de **Avaliação Ambiental da Revisão do Plano Diretor Municipal de Pombal**, plano promovido e desenvolvido pela Câmara Municipal de Pombal.

A área de intervenção da revisão do Plano Diretor Municipal de Pombal (adiante denominado por **PDM**) coincide com o concelho de Pombal, que tem uma área de 626,06 Km², abrangendo 17 freguesias (Abiúl, Albergaria dos Doze, Almagreira, Carnide, Carriço, Guia, Ilha, Louriçal, Mata Mourisca, Meirinhas, Pelariga, Pombal, Redinha, Santiago de Litém, S. Simão de Litém, Vermoil e Vila Cã).

A revisão do PDM de Pombal deve ser objeto de **avaliação ambiental** nos termos do Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de setembro (com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 46/2009 de 20 de fevereiro, que o republica, e respetivas alterações), que estabelece o Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (RJIGT) e do Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de junho (alterado pelo Decreto-Lei n.º 58/2011, de 4 de maio), que estabelece o regime a que fica sujeita a avaliação dos efeitos de determinados planos e programas no ambiente, em tudo o que não se encontre especificamente regulado pelo RJIGT.

A avaliação ambiental está prevista no âmbito do artigo 86.º do Decreto-Lei n.º 380/90 de 22 de setembro (com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 46/2009 de 20 de fevereiro e pelas alterações posteriores), segundo o qual o Plano Diretor Municipal é acompanhado por relatório ambiental.

O presente relatório constitui a última etapa do relatório ambiental, uma vez que avalia a versão final do plano com as alterações decorrentes da consulta pública.

De modo a alcançar os objetivos propostos bem como os demais requisitos legais previstos na legislação mencionada, o presente documento inclui: a descrição do processo de avaliação ambiental e das opções metodológicas adotadas (**capítulo 3**); uma breve descrição do Plano (**capítulo 4**); a identificação do quadro de referência estratégico (**capítulo 5**); a apresentação do âmbito da avaliação ambiental (**capítulo 6**); a caracterização e avaliação ambiental propriamente dita, organizada por fator crítico de decisão, incluindo a identificação das tendências de evolução da situação de referência e os efeitos esperados do Plano, bem como os respetivos riscos e oportunidades (**capítulo 7**); a avaliação global (**capítulo 8**); medidas de seguimento do Plano (**capítulo 9**) e considerações finais (**capítulo 10**).

No final do presente volume são condensados os vários elementos de apoio ao relatório de caracterização ambiental, subdivididos em três anexos: peças desenhadas (**Anexo 1**), instrumentos que constituem o quadro de referência estratégico (**Anexo 2**); documentos de apoio à análise dos fatores críticos de decisão (**Anexo 3**).

2. Identificação da equipa técnica

A entidade responsável pelo presente relatório ambiental é a **NEMUS – Gestão e Requalificação Ambiental, Lda.**, sendo a equipa técnica coordenada pelo Dr. Pedro Bettencourt.

Dado o âmbito da avaliação e a multidisciplinaridade que a sua realização envolve, a NEMUS conta com técnicos especializados na elaboração de estudos nos domínios específicos propostos. A composição da equipa técnica, bem como a formação de cada um dos seus elementos são indicadas no quadro seguinte.

Quadro 2.1.1 – Composição e formação da equipa técnica

Nome	Formação
Ana Otilia Dias	Economista
Cláudia Fulgêncio	Engenheira do Ambiente
Elisabete Teixeira	Arquiteta Paisagista; Pós-graduada em Território, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
Gisela Sousa	Bióloga
Gonçalo Dumas	Técnico de Sistemas de Informação Geográfica
Joana Mourão	Arquiteta; Especialista em Planeamento e Projeto do Ambiente Urbano; Doutorada em Arquitetura – Dinâmicas e Formas Urbanas
João Fernandes	Engenheiro do Ambiente
Maria Grade	Engenheira do Ambiente; Mestre em Sistemas de Informação Geográfica
Miguel Pereira	Economista; Mestre em Política Comparada
Nuno Silva	Engenheiro do Ambiente
Pedro Afonso Fernandes	Economista; Mestre em Planeamento Regional e Urbano e em Economia; Doutorando em Urbanismo
Pedro Bettencourt	Geólogo; Especialista em Geologia Marinha
Pedro Moreira	Engenheiro do Ambiente
Sara Sousa	Bióloga
Sofia Gomes	Arqueóloga; Pós-graduada em Arqueologia e Ambiente
Sónia Alcobia	Geóloga

Esta página foi deixada propositadamente em branco.

3. Processo e metodologia de avaliação ambiental

3.1. Enquadramento legal

Como se referiu anteriormente, a revisão do Plano Diretor Municipal deve ser objeto de avaliação ambiental nos termos do **Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de setembro** (com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 46/2009 de 20 de fevereiro, que o republica, e alterações posteriores), que estabelece o Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (RJIGT) e do **Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de junho** (alterado pelo Decreto-Lei n.º 58/2011, de 4 de maio), que estabelece o regime a que fica sujeita a avaliação dos efeitos de determinados planos e programas no ambiente, em tudo o que não se encontre especificamente regulado pelo RJIGT.

O Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de junho transpõe para a ordem jurídica interna a **Diretiva n.º 2001/42/CE**, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de junho – que prevê a avaliação dos efeitos de determinados planos e programas no ambiente – e a **Diretiva n.º 2003/35/CE**, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de maio – que estabelece a participação do público na sua elaboração.

Segundo o Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de junho, na sua redação atual, a **avaliação ambiental** de planos e programas pode ser entendida como um processo integrado, contínuo e sistemático, que visa assegurar a integração global das considerações biofísicas, económicas, sociais e políticas relevantes no procedimento de tomada de decisão.

A realização de uma avaliação ambiental ao nível do planeamento e da programação garante que os efeitos ambientais são tomados em consideração durante a elaboração de um plano ou programa e antes da sua aprovação. Desta forma os eventuais efeitos ambientais negativos de uma determinada opção de desenvolvimento passam a ser considerados numa fase que precede a avaliação de impacto ambiental de projetos, podendo ser atempadamente minimizados.

De acordo com o n.º 1 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de junho, na sua redação atual, “**Estão sujeitos a avaliação ambiental:**

- a) Os planos e programas para os setores da agricultura, floresta, pescas, energia, indústria, transportes, gestão de resíduos, gestão das águas, telecomunicações, turismo, ordenamento urbano e rural ou utilização dos solos e que constituam enquadramento para a futura aprovação de projetos mencionados nos anexos I e II do Decreto-Lei n.º 69/2000, de 3 de maio, na sua atual redação;

- b) Os planos e programas que, atendendo aos seus eventuais efeitos num sítio da lista nacional de sítios, num sítio de interesse comunitário, numa zona especial de conservação ou numa zona de proteção especial, devam ser sujeitos a uma avaliação de incidências ambientais nos termos do artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 140/99, de 24 de abril, na redação que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 49/2005, de 24 de fevereiro;
- c) Os planos e programas que, não sendo abrangidos pelas alíneas anteriores, constituam enquadramento para a futura aprovação de projetos e que sejam qualificados como suscetíveis de ter efeitos significativos no ambiente.”

No caso de um Plano Diretor Municipal, **compete à Câmara Municipal** (enquanto entidade responsável pela elaboração do plano):

- Determinar o âmbito da avaliação ambiental a realizar, bem como determinar o alcance e nível de pormenorização da informação a incluir no relatório ambiental, devendo solicitar parecer sobre esta informação às entidades às quais, em virtude das suas responsabilidades ambientais específicas, possam interessar os efeitos ambientais resultantes da aplicação do plano. Estas entidades integram a comissão de acompanhamento da elaboração do plano, exercendo na comissão as competências consultivas atribuídas pelos artigos 5.º e 7.º do Decreto-Lei n.º 232/2007 de 15 de junho (artigo 75.º-A do Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de setembro, artigos 5.º e 7.º do Decreto-Lei n.º 232/2007, nas suas redações atuais);
- Elaborar um relatório ambiental no qual se identificam, descrevem e avaliam os eventuais efeitos significativos no ambiente, resultantes da aplicação do plano e as suas alternativas razoáveis, que tenham em conta os objetivos e o âmbito de aplicação territorial respetivos (artigo 86.º- Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de setembro, e artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 232/2007, nas suas redações atuais);
Promover a consulta do plano e do respetivo relatório ambiental: consulta das entidades às quais, em virtude das suas responsabilidades ambientais específicas, sejam suscetíveis de interessar os efeitos ambientais resultantes da aplicação do plano ou programa, que neste caso integram a comissão de acompanhamento da elaboração do plano (artigos 75.º-A e 76.º do Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de setembro, e n.º 1 do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 232/2007, nas suas redações atuais); e, consulta pública (artigo 77.º do Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de setembro, e n.º 6 do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 232/2007, nas suas redações atuais).

- Ponderar o relatório ambiental e os resultados das consultas realizadas na elaboração da versão final do plano a aprovar (artigo 77.º do Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de setembro, e artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 232/2007, nas suas redações atuais);
- Enviar à APA uma declaração ambiental, que também deve ser disponibilizada ao público (artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 232/2007, na sua redação atual);
- Avaliar e controlar os efeitos significativos no ambiente decorrentes da aplicação e execução do plano ou programa, verificando a adoção das medidas previstas na declaração ambiental (artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 232/2007, na sua redação atual);
- Divulgar e remeter à APA os resultados do controlo efetuado (artigos 11.º e 12.º do Decreto-Lei n.º 232/2007, na sua redação atual).

3.2. Abordagem metodológica

A abordagem metodológica a utilizar no processo de avaliação ambiental em curso assenta nos seguintes pilares fundamentais:

- A legislação aplicável em vigor;
- O Guia de Boas Práticas para Avaliação Ambiental Estratégica publicado pela APA (Partidário, 2007);
- As Orientações para a Avaliação Ambiental de Planos e Programas em termos de Conservação da Natureza e da Biodiversidade preparadas por uma equipa do ICNB (Silva et al., 2008);
- O Guia de Avaliação Ambiental dos Planos Municipais de Ordenamento do Território (DGOTDU, 2008);
- O *Practical Guide to the Strategic Environmental Assessment Directive* adotado pelo Governo Britânico (Office of the Deputy Prime Minister, 2005);
- O *Handbook of Strategic Environmental Assessment (SEA) for Cohesion Policy 2007-2013* desenvolvido pela Greening Regional Development Programmes Network e recomendado pela Comissão Europeia – DG REGIO e DG AMBIENTE (GRDP, 2006);
- A *experiência da equipa técnica* em avaliação ambiental estratégica, em avaliação de impacto ambiental, em apoio multicritério à decisão e em avaliação de programas, planos e projetos.

É importante referir que a AAE intervém numa fase precoce do processo de tomada de decisão, tipicamente marcado pela incerteza quanto aos efeitos ambientais das decisões, contribuindo de forma construtiva para um processo (desejavelmente) cíclico e contínuo que deverá culminar com a adoção de soluções sustentáveis a longo prazo.

Mais do que um fim em si mesma, a AA deve ser um meio para uma tomada de decisão mais consciente e bem fundamentada, assegurando uma visão de longo prazo e propondo, eventualmente, estratégias ou soluções alternativas que conduzam a um desenvolvimento mais sustentável, no sentido em que o bem-estar das gerações vindouras não é comprometido pelo bem-estar das atuais gerações. É por isso que a AA se deve focalizar nos aspetos essenciais da tomada de decisão, adotando simultaneamente uma postura metodológica integrada, interdisciplinar, participativa, interativa, verificável e orientada para a sustentabilidade (Partidário, 2007).

É neste sentido que a AA incorpora habitualmente uma **dimensão estratégica**:

“A avaliação ambiental estratégica (AAE) é um instrumento de avaliação de impactos de natureza estratégica cujo objetivo é **facilitar** a integração ambiental e a avaliação de oportunidades e riscos de estratégias de ação no quadro de um desenvolvimento sustentável” (Partidário, 2007).

Quando assume este tipo de postura, a AAE incorpora uma **visão contemporânea da tomada de decisão**, entendida como um processo sistémico onde a atividade de consultoria de apoio à decisão pode (e deve) ter um importante papel facilitador caso adote “uma abordagem interativa, construtiva e de aprendizagem” (Bana e Costa, 1993).

Em particular, a AA propõe, como elemento integrador e estruturante do exercício de avaliação ambiental, o conceito de **fatores críticos de decisão (FCD)**, que “constituem os temas fundamentais para a decisão sobre os quais a AAE se deve debruçar, uma vez que identificam os aspetos que devem ser considerados pela decisão na conceção da sua estratégia e das ações que a implementam, para melhor satisfazer objetivos ambientais e um futuro mais sustentável” (Partidário, 2007).

Como sugere o diagrama de Venn apresentado na figura seguinte, em AA os FCD correspondem ao subconjunto formado pela interseção de três conjuntos (Partidário, 2007):

- Quadro de referência estratégico (QRE) – reúne os macro-objetivos de política ambiental e de desenvolvimento sustentável estabelecidos a nível nacional, europeu e internacional em planos e programas com os quais o objeto da AA estabelece relações;

- Questões estratégicas (QE) – traduzem os objetivos estratégicos e as linhas de força do plano ou programa e o seu potencial com implicações ambientais;
- Fatores ambientais (FA) – definem o âmbito ambiental relevante dado o alcance e a escala do plano ou programa em avaliação; este conjunto não inclui, por princípio, todos os fatores ambientais considerados em AIA mas apenas os pertinentes, dado o contexto decisional.

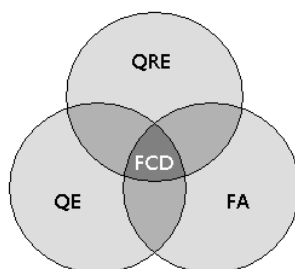


Figura 3.2.1 – Fatores críticos de decisão (diagrama de Venn)

Desta forma, **uma avaliação ambiental não é um exercício exaustivo de avaliação de impacto ambiental**. Em primeiro lugar, porque inclui, para além dos fatores ambientais (FA), outros elementos de índole estratégica, de natureza macro (QRE) e micro (QE). Em segundo lugar, porque os esforços analíticos devem concentrar-se apenas nos **fatores críticos ou fundamentais para a decisão**, tendo como fim último apoiar os atores (públicos e/ou privados) numa etapa inicial ou intermédia do processo de tomada de decisão, fornecendo-lhes apenas os elementos que são determinantes para a construção e consolidação do próprio sistema de decisão (composto por valores/objetivos e ações/alternativas).

Nesse sentido, a avaliação ambiental é um dos vários *inputs* para um processo que se pretende interativo, participado e dinâmico e que culminará, numa fase mais adiantada, com a tomada de decisão propriamente dita.

É por isso que os **FCD não podem ser muito numerosos** (entre três e oito, segundo Partidário [2007]) e devem **totalizar um número ímpar** (propiciando o desempate em problemas decisoriais em que os vários FCD têm a mesma importância relativa), sob pena de os resultados do exercício avaliativo serem muito pouco úteis para os atores envolvidos no processo de tomada de decisão, fruto da dispersão por aspetos menos (ou nada) relevantes em termos estratégicos.

Também designados por “fatores ambientais e de sustentabilidade” (FCT-UNL, 2007) ou por “aspetos ambientais-chave” (*key environmental issues* [GRDP, 2006]), os fatores críticos de decisão devem estar, por sua vez, associados a um conjunto de **objetivos ambientais relevantes** (*relevant environmental objectives* [GRDP, 2006]).

Trata-se de objetivos definidos pelo próprio exercício de avaliação ambiental, que não devem ser confundidos com os objetivos associados ao plano (ou programa) em avaliação, decorrendo, sobretudo, dos objetivos estratégicos consignados em instrumentos de política relevantes e, ainda, de problemas ambientais prementes dada a escala e o alcance do plano¹.

Assim, os objetivos ambientais relevantes decorrem, diretamente, do quadro de referência estratégico (QRE) e dos fatores ambientais (FA), e não tanto das questões estratégicas (QE) associadas ao plano (ao contrário do que acontece com os FCD), como sugere a **figura 3.2.2**.

Na identificação dos objetivos ambientais relevantes, bem como na prévia formulação de fatores críticos de decisão, deve-se assegurar (GRDP, 2006):

- A incorporação dos principais aspetos ambientais e de desenvolvimento sustentável envolvidos na tomada de decisão;
- A incorporação dos objetivos de política ambiental e de desenvolvimento sustentável consignados nos planos, programas, estratégias e outros documentos relevantes;
- O consenso em torno dos objetivos ambientais relevantes (e respetivos fatores críticos de decisão) por parte das autoridades com responsabilidades ambientais específicas;
- Um número não muito elevado de objetivos ambientais relevantes, em paralelo com a recomendação aplicável aos fatores críticos de decisão;
- A adequabilidade dos objetivos ambientais relevantes dado o alcance e a escala do plano em avaliação.

Os objetivos ambientais relevantes devem ser quantificados sempre que possível. Desta forma, importa associar a cada objetivo um ou vários **indicadores** (e eventuais metas) que possibilitem medir os efeitos significativos decorrentes da concretização do plano em avaliação. Sempre que tal não se revele viável, deverão ser identificadas **questões específicas** (por exemplo, decorrentes de problemas ambientais existentes) para as quais o plano poderá fornecer respostas ou soluções (GRDP, 2006). Os indicadores são também fundamentais para uma prévia identificação das **tendências de evolução** na ausência do plano e, por essa via, para aferir os efeitos ambientais líquidos associados a este último.

¹ O *Practical Guide to the Strategic Environmental Assessment Directive* (Office of the Deputy Prime Minister, 2005) designa os objetivos ambientais relevantes simplesmente por *Strategic Environmental Assessment (SEA) Objectives*, evidenciando a especificação desses objetivos em sede de AA bem como a respetiva independência face aos objetivos do plano ou programa em avaliação.

Neste contexto, importa referir que, em AA, a identificação de tendências – pelo seu interesse prospetivo – afigura-se mais relevante face a uma simples caracterização da situação atual (mais comum em AIA), que tem uma natureza mais estática (Partidário, 2007). O preenchimento do **quadro 3.2.1** afigura-se particularmente útil neste âmbito.

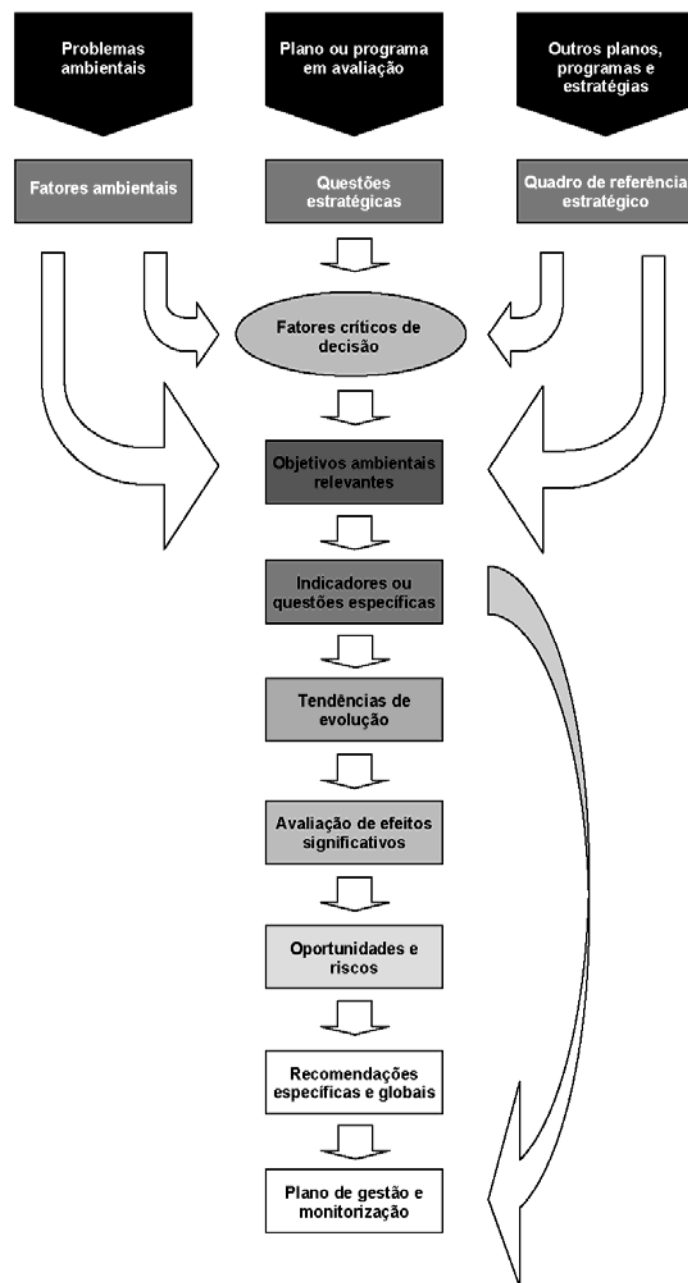


Figura 3.2.2 – Desenvolvimento metodológico de uma avaliação ambiental com objetivos ambientais relevantes

Quadro 3.2.1 – Identificação de tendências e evolução da situação atual na ausência do plano

Objetivos ambientais relevantes	Indicadores ou questões específicas	Fontes de informação	Tendências passadas e aspetos-chave da situação atual	Evolução da situação atual na ausência do plano

Fonte: GRDP (2006) (adaptado).

Ainda no que se refere à **avaliação de efeitos significativos**, deverá ser adotada uma abordagem operativa e pragmática. Ou seja, o isolar dos principais impactes esperados deverá constituir, não um ponto de chegada, mas um ponto de partida para a identificação de **oportunidades e riscos** associados ao plano em avaliação, bem como de **medidas específicas** que minimizem riscos e potenciem oportunidades (GRDP, 2006; Partidário, 2007). Também neste caso, os principais aspetos analíticos podem ser condensados de forma tabular (ver **quadro 3.2.2**).

Quadro 3.2.2 – Avaliação de efeitos significativos, identificação de oportunidades e riscos e medidas específicas

Objetivos ambientais relevantes	Efeitos significativos	Oportunidades	Riscos	Medidas específicas para potenciar oportunidades e minimizar riscos

Fonte: GRDP (2006) (adaptado).

A identificação de oportunidades e riscos é um aspeto central em AA dado que fornece elementos suficientes para que se possa efetuar uma **avaliação global** do plano (Partidário, 2007). De facto, a condensação dos resultados numa matriz de oportunidades e riscos, organizada por fator crítico de decisão, possibilita aferir em que medida existem, ou não, argumentos suficientes, do ponto de vista ambiental e do desenvolvimento sustentável, para validar a prossecução do plano. Essa matriz, bem como as recomendações específicas entretanto enunciadas por objetivo ambiental relevante (ver **quadro 3.2.2**), são igualmente essenciais à formulação de **recomendações globais e medidas de seguimento**.

A matriz de oportunidades e riscos poderá envolver alguma seletividade, nomeadamente, quando se está na presença de um conjunto numeroso de oportunidades e riscos nem sempre de elevada significância. Nesse sentido, a NEMUS tem vindo a utilizar uma métrica comum de classificação de oportunidades e riscos (ver **quadro 3.2.3**).

Quadro 3.2.3 – Métrica para a avaliação de oportunidades e riscos

Oportunidades		Riscos	
Elevadas	Criação de novas ou elevadas oportunidades de desenvolvimento e geração de riqueza a nível regional e/ou local; benefícios elevados em termos de quantidade, qualidade ou proteção dos recursos e valores locais ou regionais	Elevados	Perda de recurso ou afetação de qualidade irreversível e insubstituível; custos elevados
Médias	Vantagens, oportunidades e benefícios de importância média	Médios	Perda de recurso ou afetação de qualidade que exige a aplicação de diretrizes; custos médios
Baixas	Benefícios baixos ou insignificantes	Baixos	Perda de recurso ou afetação de qualidade relevante ou minimizável; custos baixos ou irrelevantes

Fonte: LNEC (2008) (adaptado).

O avaliador ambiental deve também propor um **programa de gestão e monitorização**, coerente com as medidas de avaliação e controlo requeridas pelo artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 232/2007, alterado pelo Decreto-Lei n.º 58/2011. Como sugere a **figura 3.2.2**, a prévia definição de indicadores (associados aos objetivos ambientais relevantes) poderá ser de extrema utilidade para a estabilização de uma bateria de indicadores de monitorização da implementação do plano em termos ambientais e de desenvolvimento sustentável. Naturalmente, esses indicadores deverão remeter para os principais riscos identificados, apesar de ser também desejável o cálculo de indicadores relacionados com os objetivos ambientais cuja concretização, a nível regional ou nacional, depende, pelo menos em parte, do plano em avaliação.

Os indicadores de monitorização não deverão ser muito numerosos e o seu cálculo deverá ser possível com atualidade e fiabilidade. Poderão ser indicadas as fontes de informação bem como os procedimentos de recolha de informação (no caso de indicadores alimentados por informação de natureza primária) e do respetivo tratamento. Em determinados casos, por exemplo, quando existem objetivos especificados a nível nacional ou regional, poderão ser especificadas metas ou normas.

O programa de gestão e monitorização (seguimento) poderá também incluir algumas medidas de gestão, que deverão ser adotadas como boas práticas em termos ambientais e de desenvolvimento sustentável.

3.3. Faseamento

Em coerência com a abordagem metodológica descrita anteriormente, bem como com os procedimentos previstos no Decreto-Lei n.º 380/90 de 22 de setembro (na sua redação atual) e no Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de junho (alterado pelo Decreto-Lei n.º 58/2011, de 4 de maio), a avaliação ambiental a realizar integra as seguintes fases:

- Fase 1 – Definição do âmbito da avaliação ambiental;
- Fase 2 – Avaliação e preparação do relatório ambiental;
- Fase 3 – Consultas;
- Fase 4 – Elaboração do relatório ambiental final;
- Fase 5 – Elaboração da declaração ambiental.

Seguidamente descrevem-se os objetivos de cada uma das fases acima mencionadas e das suas principais etapas.

3.3.1. Fase I – Definição do âmbito da avaliação ambiental

A primeira fase da avaliação ambiental, já desenvolvida, teve como objetivo definir o quadro de referência para a avaliação ambiental, determinar o objeto da avaliação bem como os fatores críticos de decisão e respetivos objetivos ambientais relevantes e indicadores. Determinou-se o alcance e o nível de pormenorização da informação a incluir no relatório ambiental, tendo ainda sido identificadas quais as autoridades a consultar quanto ao âmbito e alcance do relatório ambiental.

Esta fase desenvolveu-se ao longo das etapas que se descrevem de seguida.

Etapas 1.1 – Análise do plano, objetivos e relação com outros planos e programas pertinentes

Nesta etapa analisaram-se as questões estratégicas (QE) e os objetivos do plano, bem como a relação entre este e outros planos, programas e estratégias incidentes no mesmo território ou que integrassem orientações sectoriais relevantes (quadro de referência estratégico – QRE).

Etapas 1.2 – Definição do âmbito da avaliação ambiental

Nesta etapa foi definido o âmbito da avaliação ambiental a realizar, assim como o alcance e o nível de pormenorização da informação a incluir no relatório ambiental.

A definição do âmbito da avaliação ambiental pressupõe a identificação de fatores críticos de decisão (FCD), tendo em conta:

- O quadro de referência estratégico (QRE) para a AA, com as orientações, os objetivos e metas definidas e estabelecidas em matéria de ambiente e sustentabilidade;
- As questões estratégicas fundamentais (QE) que definem as intenções e alcance do plano, e o seu potencial estratégico com implicações ambientais;
- Os fatores ambientais (FA) relevantes, selecionados em face do alcance e da escala do objeto de avaliação.

Aos FCD estão associados objetivos ambientais relevantes e indicadores selecionados, tendo, nesta fase sido também identificadas as fontes de informação.

O final desta etapa corresponde à produção da proposta de definição de âmbito.

Etapa 1.3 – Solicitação de pareceres sobre a definição do âmbito da avaliação ambiental

De forma a garantir um processo de avaliação ambiental abrangente e participado, a definição do âmbito terminou com uma consulta às entidades às quais, em virtude das suas responsabilidades ambientais específicas, possam interessar os efeitos ambientais resultantes da aplicação do plano.

Deste modo, nesta etapa foram solicitados pareceres sobre o âmbito da avaliação ambiental às referidas entidades através do envio da proposta de definição de âmbito. Os pareceres emitidos foram posteriormente coligidos pela equipa de avaliação ambiental e ponderados no presente relatório ambiental.

3.3.2. Fase 2 – Avaliação e preparação do relatório ambiental

Definido e estabilizado o âmbito e o alcance do relatório ambiental, foi iniciado o processo de elaboração deste último. Esta fase compreende uma avaliação por fator crítico de decisão (FCD). Esta análise privilegia a identificação das principais tendências existentes bem como dos efeitos significativos associados à evolução da situação atual sem o plano e associados ao plano, tendo como ponto de apoio um conjunto de indicadores/questões relativos aos objetivos ambientais relevantes (associados a cada FCD).

O principal produto da Fase 2 é uma matriz de oportunidades e riscos, especializada por FCD, na qual serão comparadas as alternativas zero e correspondente à ocupação prevista no plano. Esta matriz será fundamental para a formulação de recomendações e para a definição de um programa de

monitorização, tendo em vista a sustentabilidade dos projetos/ações estruturantes previstos no plano.

A Fase 2, na qual se integra o presente relatório, engloba quatro etapas principais, que se descrevem de seguida.

Etapla 2.1 – Caracterização da situação atual e principais tendências associadas aos fatores críticos de decisão (FCD)

Procedeu-se a uma breve caracterização ambiental da situação existente e à avaliação da sua provável evolução na ausência do plano para os diferentes objetivos ambientais relevantes associados aos FCD (ver **quadro 3.2.1**).

A focalização da análise nas principais tendências visa, por um lado, garantir uma dimensão estratégica ao exercício de avaliação ambiental (perspetivação a médio e longo prazo) e, por outro lado, caracterizar a provável evolução da situação atual caso o plano não se venha a concretizar (alternativa zero), identificando os riscos e oportunidades que lhe estarão associados.

Foram utilizados elementos bibliográficos e estatísticos diversos, relevantes para a caracterização da área em estudo relativamente aos objetivos ambientais relevantes e indicadores selecionados.

Etapla 2.2 – Avaliação de efeitos significativos e identificação de oportunidades e riscos

Ao abrigo do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 232/2007 (alterado pelo Decreto-Lei n.º 58/2011), a avaliação dos potenciais efeitos significativos no ambiente considera os objetivos de proteção ambiental estabelecidos a nível internacional, comunitário ou nacional que sejam pertinentes para o plano (tendo em conta a legislação em vigor em matéria de ambiente, ordenamento do território e desenvolvimento sustentável, assim como os planos e programas relevantes).

Assim, para cada um dos FCD e, concretamente, para os respetivos objetivos ambientais relevantes e indicadores, foram isolados os efeitos ambientais e socioeconómicos mais significativos, positivos ou negativos. Seguidamente serão identificados os principais riscos e oportunidades associados ao plano para cada FCD, recorrendo a uma escala (qualitativa) comum do tipo: elevada(o), média(o) e baixa(o) (ver **quadro 3.2.3**). Serão também identificadas medidas específicas tendo em vista minimizar os riscos e potenciar as oportunidades (ver **quadro 3.2.2**).

Por fim, os resultados dessa análise serão condensados numa matriz de oportunidades e riscos, na qual serão comparados os riscos e oportunidades associados à alternativa zero e à implementação do plano, de modo proceder-se à avaliação global do plano.

Etapa 2.3 – Recomendações de planeamento e gestão e monitorização

Tendo como ponto de apoio a matriz de oportunidades e riscos bem como as medidas específicas entretanto formuladas, nesta etapa serão identificadas **recomendações de planeamento e gestão** com o duplo objetivo de:

- Gerir/minimizar os efeitos adversos (riscos) associados à concretização do plano ou programa;
- Potenciar as oportunidades de desenvolvimento sustentável identificadas.

As recomendações referidas podem ser formuladas tendo em vista o próprio aperfeiçoamento do plano, em coerência com a boa prática de avaliação ambiental que consiste na identificação de opções estratégicas alternativas (ou complementares) que possibilitem a concretização dos objetivos preconizados pela intervenção em avaliação (Partidário, 2007).

Será ainda definido um **sistema de indicadores de desenvolvimento sustentável**, a implementar para efeito de acompanhamento da execução do plano, em conformidade com o disposto no artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 232/2007, na sua redação atual.

Etapa 2.4 – Elaboração do relatório ambiental

Esta etapa compreenderá a elaboração do relatório ambiental propriamente dito, que constitui o documento de síntese de todo o processo e visa identificar, descrever e avaliar os eventuais efeitos significativos no ambiente resultantes da aplicação do plano, justificando as opções tomadas em detrimento de outras alternativas razoáveis.

O relatório ambiental integrará os elementos descritos no artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 232/2007 (na sua redação atual) e acompanhará o plano para efeito das consultas previstas na fase seguinte dos trabalhos.

3.3.3. Fase 3 – Consultas

Nesta fase dos trabalhos, o relatório ambiental será submetido a **consulta**:

- Das entidades às quais, em virtude das suas responsabilidades ambientais específicas, seja suscetível de interessar os efeitos ambientais resultantes da sua aplicação (de acordo com o disposto no artigo 75º-A do Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de setembro, e no n.º 1 do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 232/2007, nas suas redações atuais);

- Das instituições ou especialistas de reconhecido mérito na atividade ou área objeto da consulta (n.º 2 do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 232/2007, na sua redação atual).

Antes da aprovação do plano ou programa e do respetivo relatório ambiental, têm lugar os restantes processos de consulta: **consulta pública** e, eventualmente, **consulta a outros Estados membros da União Europeia** potencialmente afetados pelo plano ou programa, de acordo com o disposto no artigo 77.º do Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de setembro, e nos n.ºs 6 a 8 do artigo 7.º e no artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 232/2007, nas suas redações atuais.

Decorrida a discussão pública, os contributos recebidos relacionados com a avaliação ambiental são avaliados, respondidos e reunidos num relatório de avaliação da discussão pública.

Os pareceres emitidos no decurso dos processos de consulta relacionados com o processo de avaliação ambiental serão posteriormente coligidos pela equipa de avaliação ambiental e incorporados no relatório ambiental final (a elaborar na etapa seguinte).

3.3.4. Fase 4 – Elaboração do relatório ambiental final

O relatório ambiental final será elaborado após a receção dos contributos das entidades interessadas, instituições e especialistas e o término da consulta pública.

O relatório ambiental final a elaborar incluirá no seu conteúdo as análises e avaliações conduzidas e os contributos obtidos através do envolvimento das autoridades competentes e dos agentes interessados bem como um registo escrito de todo o processo conduzido até à submissão do plano à aprovação, acompanhando a sua versão final.

3.3.5. Fase 5 – Elaboração da declaração ambiental

A versão final do plano será acompanhada de uma declaração ambiental com os elementos estipulados no artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 232/2007, incluindo, nomeadamente, a forma como as considerações ambientais e o relatório ambiental foram integrados no plano, a ponderação dos resultados das consultas efetuadas, a fundamentação das opções tomadas face às alternativas razoáveis e as medidas de controlo previstas.

A declaração ambiental, assim como o plano aprovado, devem ser enviados pela entidade responsável pela sua elaboração à APA. Para além disso, a declaração ambiental deve ser disponibilizada ao público para consulta (através da respetiva página na Internet).

4. Descrição da revisão do Plano Diretor Municipal

4.1. Introdução

A revisão do Plano Diretor Municipal em avaliação é promovido e desenvolvido pela Câmara Municipal de Pombal, visando estabelecer, tal como os restantes Planos Municipais de Ordenamento do Território (artigo 70º do Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de setembro, na sua atual redação):

- A tradução, no âmbito local, do quadro de desenvolvimento do território estabelecido nos instrumentos de natureza estratégica de âmbito nacional e regional;
- A expressão territorial da estratégia de desenvolvimento local;
- A articulação das políticas sectoriais com incidência local;
- A base de uma gestão programada do território municipal;
- A definição da estrutura ecológica municipal;
- Os princípios e as regras de garantia da qualidade ambiental e da preservação do património cultural;
- Os princípios e os critérios subjacentes a opções de localização de infraestruturas, equipamentos, serviços e funções;
- Os critérios de localização e distribuição das atividades industriais, turísticas, comerciais e de serviços;
- Os parâmetros de uso do solo;
- Os parâmetros de uso e fruição do espaço público;
- Outros indicadores relevantes para a elaboração dos demais instrumentos de gestão territorial.

A revisão do Plano Diretor Municipal deve ainda contemplar as especificidades constantes no artigo 85.º do Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de setembro (com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 46/2009 de 20 de fevereiro, que o republica, bem como pelas alterações posteriores), que define que os Planos Diretores Municipais devem definir um **modelo de organização municipal do território**, estabelecendo:

- A caracterização económica, social e biofísica, incluindo da estrutura fundiária da área de intervenção;

- A definição e caracterização da área de intervenção, identificando as redes urbana, viária, de transportes e de equipamentos de educação, de saúde, de abastecimento público e de segurança, bem como os sistemas de telecomunicações, de abastecimento de energia, de captação, de tratamento e abastecimento de água, de drenagem e tratamento de efluentes e de recolha, depósito e tratamento de resíduos;
- A definição dos sistemas de proteção dos valores e recursos naturais, culturais, agrícolas e florestais, identificando a estrutura ecológica municipal;
- Os objetivos de desenvolvimento estratégico a prosseguir e os critérios de sustentabilidade a adotar, bem como os meios disponíveis e as ações propostas;
- A referenciação espacial dos usos e das atividades nomeadamente através da definição das classes e categorias de espaços;
- A identificação das áreas e a definição de estratégias de localização, distribuição e desenvolvimento das atividades industriais, turísticas, comerciais e de serviços;
- A definição de estratégias para o espaço rural, identificando aptidões, potencialidades e referências aos usos múltiplos possíveis;
- A identificação e a delimitação dos perímetros urbanos, com a definição do sistema urbano municipal;
- A definição de programas na área habitacional;
- A especificação qualitativa e quantitativa dos índices, indicadores e parâmetros de referência, urbanísticos ou de ordenamento, a estabelecer em plano de urbanização e plano de pormenor, bem como os de natureza supletiva aplicáveis na ausência destes;
- A definição de unidades operativas de planeamento e gestão, para efeitos de programação da execução do plano, estabelecendo para cada uma das mesmas os respetivos objetivos, bem como os termos de referência para a necessária elaboração de planos de urbanização e de pormenor;
- A programação da execução das opções de ordenamento estabelecidas;
- A identificação de condicionantes, designadamente reservas e zonas de proteção, bem como das necessárias à concretização dos planos de proteção civil de caráter permanente;
- As condições de atuação sobre áreas críticas, situações de emergência ou de exceção, bem como sobre áreas degradadas em geral;
- As condições de reconversão das áreas urbanas de génese ilegal;
- A identificação das áreas de interesse público para efeitos de expropriação, bem como a definição das respetivas regras de gestão;

- Os critérios para a definição das áreas de cedência, bem como a definição das respetivas regras de gestão;
- Os critérios de perequação compensatória de benefícios e encargos decorrentes da gestão urbanística a concretizar nos instrumentos de planeamento previstos nas unidades operativas de planeamento e gestão;
- A articulação do modelo de organização municipal do território com a disciplina consagrada nos demais instrumentos de gestão territorial aplicáveis;
- O prazo de vigência e as condições de revisão.

A descrição apresentada de seguida foi efetuada com base no documento “Diagnóstico, Objetivos e Estratégia de Desenvolvimento” da Revisão do PDM de Pombal (Câmara Municipal de Pombal, 2011 b), no Relatório do Plano e nos demais elementos que constituem e acompanham a versão final da Revisão do Plano, fornecidos pelo município em fevereiro de 2014 (Câmara Municipal de Pombal, 2014a, b, c, d).

4.2. Enquadramento territorial

A área de intervenção da Revisão do Plano Diretor Municipal de Pombal ocupa no seu conjunto uma área de 626,06 Km², coincidente com o concelho de Pombal, que abrange as seguintes 17 freguesias: Abiúl, Albergaria dos Doze, Almagreira, Carnide, Carriço, Guia, Ilha, Louriçal, Mata Mourisca, Meirinhas, Pelariga, Pombal, Redinha, Santiago de Litém, S. Simão de Litém, Vermoil e Vila Cã (ver **desenho 1**, no **anexo 1**).

O concelho de Pombal situa-se na parte Noroeste do distrito de Leiria, entre o Litoral e o Interior, entre o Norte e o Sul, entre Lisboa e o Porto e entre Coimbra e Leiria (CMP, 2011a), estendendo-se desde o oceano Atlântico, com quem faz fronteira a Oeste, numa extensão de cerca de 9,5Km de linha de costa, à Serra de Sicó, apresentando um perímetro de 137Km de fronteiras terrestres, confinando a Norte com os concelhos da Figueira da Foz e de Soure, a Este com os concelhos de Ansião e de Alvaiázere e a Sul com os concelhos de Leiria e de Ourém (CMP, 2011a).

O concelho localiza-se na parte Sul da região Centro (NUTII) e conjuntamente com outros quatro concelhos (Batalha, Leiria, Marinha Grande e Porto de Mós), integra a sub-região “Pinhal Litoral” (NUTIII) (CMP, 2011a). É o **concelho mais extenso do Pinhal Litoral**, representando a sua área territorial 36% da área total daquela sub-região (CMP, 2011a). Em 2001, o concelho contava com uma população total de 56.299 habitantes o que lhe confere o estatuto de **concelho menos denso do Pinhal Litoral**, já que a densidade populacional é de 90 hab/Km² (CMP, 2011a).

A freguesia de Pombal é a que se apresenta como a mais dinâmica neste concelho, tendo registado um aumento significativo da população a partir de 1991, beneficiando do facto de ser um pólo de crescimento económico no concelho, fomentado pela criação de dois parques industriais na freguesia (CMP, 2011a). Esta dinâmica foi acompanhada pelo crescimento das freguesias servidas pelo eixo viário EN1/IC2, das quais são de destacar as freguesias de Meirinhas e Vermoil (CMP, 2011a).

Por seu lado as freguesias mais deprimidas são as localizadas na parte interior do concelho, nomeadamente Abiúl, pelo seu relevo mais acidentado e Albergaria dos Doze devido à fraca acessibilidade à freguesia e ao declínio da sua principal base económica (indústria resineira) (CMP, 2011a).

A localização privilegiada do concelho na faixa litoral, entre Lisboa e o Porto tem-lhe permitido beneficiar do facto de se situar na área de maior crescimento e desenvolvimento nacional (CMP, 2011a).

Pombal beneficia de excelentes acessibilidades que asseguram as ligações Norte/Sul do país, como sejam a A17, A1, EN109 e EN1, sendo de salientar, também, o IC8 que assegura uma importante ligação da região litoral ao interior (Castelo Branco), bem como a ligação da A17 à A1 (CMP, 2011a).

A par da rede viária que atravessa o concelho, a nível ferroviário é de destacar a presença das linhas do Norte e do Oeste.

Estes fatores contribuíram para o crescimento quer demográfico, quer económico do concelho, verificado a partir da década de 90, tendo-se registado, no Censos de 2001, um crescimento populacional efetivo de 9,5% (CMP, 2011a). Não obstante, verifica-se recentemente uma nova inversão da tendência de crescimento populacional, com um recuo de cerca de -1,92% face a 2001 (Censos 2011).

O setor de atividade com maior peso é o terciário (47%), logo seguido do setor secundário (46%), tendo os serviços e a indústria vindo a assumir uma importância crescente na economia do concelho. Por sua vez, o setor primário, à semelhança do que tem ocorrido na região Centro e no Pinhal Litoral, tem vindo a registar um declínio, assumindo a agricultura cada vez mais um papel de mera subsistência (CMP, 2011a).

O concelho de Pombal beneficia ainda, da proximidade ao porto da Figueira da Foz, estando em desenvolvimento a criação de uma Plataforma Empresarial e Logística Polinucleada da área de influência daquele porto (CMP, 2011a).

O município de Pombal, conjuntamente com os municípios de Cantanhede, Coimbra, Condeixa, Figueira da Foz, Leiria, Mealhada, Mira, Montemor-o-Velho e Soure, integra a rede CENTROLOGIS – Centro Logístico do Litoral, ACE, constituída no âmbito do projeto “Portugal Logístico”, a qual pretende assegurar a promoção integrada da rede de infraestruturas empresariais e logísticas em resposta a uma estratégia de desenvolvimento sustentado comum para a região (CMP, 2011a).

Integra também a Associação de Municípios da região de Leiria (AMLEI), composta pelos municípios de Alvaiázere, Ansião, Batalha, Leiria, Marinha Grande, Ourém, Pombal e Porto de Mós, a qual tem por finalidade a realização comum de interesses específicos dos municípios que a constituem, na defesa de interesses coletivos de natureza sectorial, regional ou local, prosseguindo fins de desenvolvimento regional e local integrado (CMP, 2011a).

A grande área de serra situada na parte interior do território municipal justificou a integração do concelho de Pombal na “Terras de Sicó – Associação de Desenvolvimento”, da qual fazem parte, conjuntamente com o município de Pombal, os municípios de Alvaiázere, Ansião, Condeixa-a-Nova, Penela e Soure, todos eles com contiguidade em torno do maciço da Serra de Sicó (CMP, 2011a).

4.3. Síntese do Diagnóstico

Apresenta-se seguidamente um diagnóstico preliminar da situação do concelho, com base na análise SWOT efetuada no documento “**Diagnóstico, Objetivos e Estratégia de Desenvolvimento**” (CMP, 2011b). Apresenta-se ainda uma síntese das medidas de atuação previstas no mesmo documento para minimizar os pontos fracos e ameaças identificados.

Quadro 4.3.1 – Diagnóstico preliminar e medidas de atuação previstas

Síntese de oportunidades	Síntese de ameaças	Medidas de atuação
Recursos naturais e patrimoniais		
<i>Recursos hídricos, geológicos e minerais</i>		
• Realização do abastecimento público de água a partir do Sistema Aquífero da Mata do Urso • Elevado potencial geomineiro • Conjugação da gestão e preservação dos recursos minerais com a promoção da racionalização do seu uso • Exploração racional e sustentada dos recursos minerais e hidrogeológicos	• A exploração não racional nem sustentada dos recursos minerais • A sobre-exploração do Sistema Aquífero da Mata do Urso • A possibilidade de contaminação do Sistema Aquífero da Mata do Urso decorrente da atividade de prospeção e exploração de depósitos minerais e de massas minerais, assim como, de unidades industriais agropecuárias	• Proteção, valorização e gestão sustentável dos recursos hídricos concelhios

Síntese de oportunidades	Síntese de ameaças	Medidas de atuação
(ver anterior)	(cont.) - Contaminação do Sistema Aquífero da Mata do Urso, pelas atividades industriais instaladas, com particular ênfase para a atividade pecuária, extrativa (areias siliciosas e salgema) e a de criação de cavernas e armazenagem de gás natural - A elevada vegetação que se encontra nas lagoas pode levar ao seu desaparecimento, principalmente na Lagoa dos Linhos	(ver anterior)
Património natural		
- Valorização do património paleontológico no âmbito da atividade turística - Proteção e valorização do património natural - Constituição de uma rede de monumentos naturais, com o intuito de promover a salvaguarda, divulgação e eventual visita - Sensibilização ambiental - Desenvolvimento de atividades associadas à exploração dos recursos naturais endógenos e ao turismo de natureza/recreio	- Falta de medidas preventivas relativamente ao património paleontológico - Destruição / empobrecimento da biodiversidade/património natural - Falta de atuação no sentido de melhorar/resolver o desordenamento e más práticas ecológicas resultantes das atividades antrópicas (indústria extrativa/indústrias poluentes) - Descaracterização da paisagem provocada pela destruição dos sistemas naturais da paisagem - Perda de valores e recursos naturais das áreas sensíveis - Pisoteio - Invasão de espécies exóticas	- Definição de uma rede de áreas nucleares integradas na estrutura de corredores ecológicos - Compatibilizar a ocupação do território com a preservação do património natural - Proteção e valorização dos recursos e valores naturais - Fomentar o património como instrumento de cidadania e promover a educação ambiental
Património cultural		
- Valorização do património arquitetónico e arqueológico no âmbito da atividade turística - Dinamizar os centros históricos através da regeneração urbana	- Falta de medidas preventivas para os bens identificados e não classificados - Falta de medidas de proteção que permitam a salvaguarda e reabilitação do edificado - Surgimento de intervenções de requalificação pouco sustentáveis relativamente à dignificação do património - Falta de medidas preventivas para os sítios arqueológicos identificados e não classificados - Fenómenos de causas naturais que destroem vestígios descobertos	- Referenciação e classificação do património - Preservação, reabilitação e recuperação do património cultural e natural classificado - Promoção e divulgação do património de referência - Realização de inventários de bens arqueológicos móveis - Realização de cartas de valores arquitetónicos e arqueológicos - Potenciar as sinergias e complementaridades entre o património local e o património supraconcelhio - Fomentar o património como instrumento de cidadania - Dinamização cultural

Síntese de oportunidades	Síntese de ameaças	Medidas de atuação
Sistemas de abastecimento de água, de drenagem e tratamento de águas residuais e de gestão de resíduos		
• Implementar a Área de Reserva Estratégica de Abastecimento de Água na Mata Nacional do Urso • Projeto de Abastecimento de Água integrado a partir da captação da Mata Nacional do Urso • Monitorização dos sistemas • Diminuição da % de perdas de água • Sistema de controlo de rega de espaços verdes públicos • Existência e possibilidade de articulação de mecanismos de financiamento • Dotar toda a população com rede de saneamento básico • Reutilização de águas residuais tratadas em usos compatíveis • Tratamento de efluentes provenientes da atividade industrial em sistemas de tratamento autónomos • Maior sensibilização da população para a reciclagem e separação de resíduos • Solução de depósito e tratamento de Resíduos de Construção e Demolição • Valorização económica de resíduos	• Deterioração dos sistemas existentes, quer ao nível da rede, quer ao nível dos equipamentos • Elevados custos de manutenção dos sistemas	• Programação e gestão sustentada das infraestruturas • Redefinição e otimização do sistema de abastecimento de água • Consolidar a Rede de Saneamento Básico • Reforço das condições de tratamento e fiscalização de efluentes de agropecuárias e industriais • Ampliar e incrementar sistemas de depósito, recolha e tratamento de resíduos • Reforço das infraestruturas de drenagem de águas pluviais • Elaboração de um Plano para a Sustentabilidade Ambiental
Ocupação do território		
• Requalificação dos espaços públicos e dos equipamentos existentes • Promoção do desenvolvimento urbano, económico e social das áreas urbanas do Oeste (eixo EN109) • Integrar instrumentos de ordenamento florestal de âmbitos superiores no âmbito local para minimizar o risco de incêndio • Ordenamento do espaço florestal • Possibilitar novos licenciamentos de pedreiras e depósitos minerais de forma articulada com a salvaguarda dos valores naturais	• Deterioração da qualidade urbana decorrente das pressões urbanísticas verificadas nalgumas áreas urbanas • Desertificação do espaço rural • Descaracterização de algumas aldeias tradicionais serranas • Insalubridade decorrente essencialmente da atividade pecuária instalada na proximidade das áreas urbanas, ou mesmo no seu interior • Conflituosidade da indústria extrativa com outras ocupações do território	• Promover a estrutura policêntrica do sistema urbano • Consolidação da cidade de Pombal como principal núcleo de toda a estrutura urbana • Estruturação e consolidação interna dos espaços urbanos de baixa densidade • Qualificação do espaço público urbano • Revitalização e posicionamento estratégico dos espaços industriais • Definição do solo rural • Valorização do território rural como suporte de desenvolvimento • Clarificação e definição do uso/aptidão florestal: produção, proteção e conservação

Síntese de oportunidades	Síntese de ameaças	Medidas de atuação
Riscos ambientais		
• Instalação do CMA na pista de ultraleves como forma de diminuir o tempo da 1.ª intervenção • Existência de apoios comunitários para ações materiais e imateriais em matéria de riscos • Identificação das principais fontes de ruído à escala municipal • Definir estratégias para o zonamento acústico com níveis sonoros compatíveis • Melhoria do ambiente acústico com repercussões na qualidade de vida dos munícipes	• Elevada suscetibilidade à ocorrência de cheias • Suscetibilidade a movimentos de vertente, com especial incidência na área SE do concelho • Elevada suscetibilidade a acidentes no transporte de mercadorias perigosas • Elevada suscetibilidade a incêndios florestais • Elevada suscetibilidade à contaminação de aquíferos • Contaminação de aquíferos por indústrias extrativas existentes dentro do concelho e fora deste • O ruído de vizinhança que por vezes se faz sentir em alguns locais do concelho • Após a classificação das zonas sensíveis e mistas, poderá verificar-se que a ultrapassagem dos limiares de ruído pelas diversas fontes de ruído identificadas poderá significar desconformidade com o regulamento geral do ruído	• Integração dos riscos no processo de planeamento, promovendo a resiliência das populações e territórios • Políticas de redução e mitigação de riscos associados à existência de condições meteorológicas adversas • Definição estratégica de medidas de prevenção e minimização do risco de cheias e inundações • Avaliar, prevenir e minimizar o risco de sismicidade • Avaliar, prevenir e minimizar riscos associados à geodinâmica externa: erosão costeira, movimentos de vertente e colapso de cavidades subterrâneas naturais • Definição estratégica de ações de controlo, prevenção e minimização dos riscos associados ao transporte rodoviário, ferroviário e de transporte de mercadorias perigosas • Avaliar, prevenir e minimizar riscos em infraestruturas e cavidades de minas • Avaliar, prevenir e minimizar riscos associados à atividade industrial e comercial • Avaliar, prevenir e minimizar riscos associados aos incêndios florestais • Avaliar, prevenir e minimizar riscos associados à contaminação das águas superficiais e subterrâneas • Promoção técnica/científica e sensibilização dos cidadãos
Socioeconomia		
<i>População</i>		
• Retorno de população migrante ativa, com retorno de divisas • As boas acessibilidades existentes poderão atrair e fixar população jovem • Existência na região de recursos humanos qualificados em áreas de considerável especialização	• Nas freguesias mais interiores a falta de incentivos à fixação da população poderão levar a uma diminuição da população residente • O elevado custo da habitação, poderá reduzir a atratividade do concelho • Forte atração exercida por parte de outros concelhos sobre os recursos humanos mais jovens e qualificados do município	• Incentivos à fixação da população • Qualificação e valorização profissional contínuas como mecanismo de suporte ao desenvolvimento da base económica local • Integração de jovens e desempregados no mercado de trabalho

Síntese de oportunidades	Síntese de ameaças	Medidas de atuação
(cont.) • Melhoria das condições de habitabilidade, fruto do forte investimento municipal em infraestruturas de abastecimento de água • Aumento da taxa de atividade fruto da capacidade em atrair/fixar população ativa e entrada de mão de obra especializada	(cont.) • Reduzida % de profissionais de saúde, face à região envolvente	(ver anterior)
Atividade económica		
• Estratégia de atração de empresas de média e elevada intensidade tecnológica • Capacidade de atração de investimentos exteriores ao concelho • Capacidade de atração de mão de obra residente nos concelhos limítrofes • Pólo de investimento atrativo ao nível regional e supraregional • Existência de procura que estimule o surgimento e desenvolvimento de “serviços âncora” • Política nacional de incentivo a pequenas e médias empresas de indústria transformadora • Expansão programada de núcleos extrativos localizados em áreas de elevado potencial mineiro • Complementaridade da atividade agrícola com outras atividades • Desenvolvimento de novas atividades, dependentes dos grandes complexos ligados às atividades agrícolas	• Desinteresse crescente pelas atividades agrícolas • Forte oferta comercial ao nível de grandes superfícies em concelhos limítrofes • Ameaça crescente de deslocalização de indústrias transformadoras sedeadas no concelho • Estrangulamento do setor extrativo pela dificuldade de expansão, com possíveis consequências ao nível da economia regional e local, no referente ao suprimento de matérias-primas minerais • Conjuntura económica desfavorável	• Desenvolvimento e dinamização das atividades agrícolas • Valorização dos recursos florestais • Desenvolver e potenciar as fileiras do comércio e serviços como atividades inerentes a um desenvolvimento equitativo e sustentado • Promover a concentração das atividades económicas em espaços programados • Promover a gestão sustentada da atividade pecuária • Gestão e promoção do aproveitamento racional dos recursos minerais associados à atividade extrativa
Equipamentos		
• Qualificação do Parque Escolar • Previsão de crescimento do número de crianças a frequentar a Educação Pré-escolar • Adaptação da Carta Educativa de Pombal ao Programa Nacional de Requalificação da Rede Escolar do 1.º Ciclo do Ensino Básico e da Educação Pré-Escolar • Aproximar os equipamentos de desporto aos equipamentos de educação • Adaptar os edifícios escolares sem utilização a outras funções	• Desertificação dos locais sem equipamentos de educação • Elevados custos de manutenção, o que leva ao abandono de alguns equipamentos • Envelhecimento da população que acresce novas necessidades ao nível dos cuidados de saúde e da procura dos serviços ligados à 3.ª Idade • Crescente procura de diversos tipos de respostas sociais • “Peso relativo” dos equipamentos de natureza privada	• Otimização do apoio social escolar • Políticas de apoio à terceira idade • Políticas de diminuição de assimetrias sociais • Programação e gestão sustentada de equipamentos coletivos • Reorganização da rede de equipamentos de saúde • Otimização e diversificação desportiva • Qualificação e reestruturação da rede de equipamentos de educação

Síntese de oportunidades	Síntese de ameaças	Medidas de atuação
(cont.) • Maior predisposição da população para a atividade física • Tendência crescente para prática diversificada de modalidades • Dinamismo das freguesias na construção de equipamentos • Importância das associações e coletividades na promoção da prática desportiva • Elaboração e implementação da Carta Desportiva de Pombal • Construção de uma Piscina Municipal de Ar Livre e de Pequenos Campos de Jogos • Alteração da política governamental referente às extensões de saúde, com a implementação de unidades de saúde familiar • Dotação de instalações próprias para todas as Extensões de Saúde • Aumento do n.º de equipamentos para suprir as lacunas atuais (Centros de Noite, Cuidados continuados, ...) • Crescente aposta no Apoio Domiciliário • Crescente procura de diversos tipos de respostas sociais • Dinamismo e interação das freguesias na construção de diversos equipamentos de apoio à população • Alterações nas relações familiares e dinâmica social, determinando um forte crescimento da procura aos equipamentos de apoio aos idosos	(ver anterior)	(cont.) • Desenvolver a rede de equipamentos e valências de solidariedade e segurança social • Reforço e valorização da rede de equipamentos de cultura e tempos livres • Criar sinergias entre Associações, Coletividades e Freguesias, no sentido da otimização da localização dos equipamentos de desporto • Criar uma rede de transporte de doentes, em parceria com as freguesias
Rede de transportes, acessibilidade e mobilidade		
• Atravessamento do concelho por importantes vias rodoviárias • Necessidade de um sistema de monitorização da rede de estradas municipais • Qualificação da sinalização rodoviária • Diminuição de pontos críticos • Diminuição do tráfego de pesados nos principais aglomerados • Requalificação da Linha do Oeste	• Elevados custos de manutenção da rede • Fraca adesão aos serviços de transporte público	• Melhorar as condições de acessibilidade e mobilidade urbanas, numa ótica de sustentabilidade • Melhorar a rede de transportes públicos de passageiros • Otimização das acessibilidades concelhias e supraconcelhias • Melhoria da segurança e qualificação da rede de infraestruturas viárias

Síntese de oportunidades	Síntese de ameaças	Medidas de atuação
(cont.)	(ver anterior)	(ver anterior)
• Articular os transportes coletivos rodoviários com as estações/apeadeiros • Plano de Mobilidade e Transportes		
Turismo		
• Ligação do Rio Arunca à cidade • Promoção conjunta do património de todas as freguesias • Adaptação do património construído para atividades ligadas ao turismo • Forte potencial de turismo de natureza (Serra de Sicó e Mata Nacional do Urso) • Construção e dinamização do CIMUSICÓ (Centro de Interpretação e Museu da Serra de Sicó) • Aposta em novas formas de turismo: (turismo de negócios; turismo sénior) • Oportunidades de emprego associadas à dinamização turística • Atividades económicas associada à dinamização dos produtos agrícolas típicos da região • Área de Paisagem Protegida da Serra de Sicó (PPSS) • Criação de equipamentos relacionados com a interpretação da natureza e educação ambiental • Desenvolver uma rede de postos de informação • Localização geográfica central • Valorização e recuperação do património cultural • Território com boa aptidão para gastronomia e vinhos, touring cultural e paisagístico, turismo de natureza • Possibilidade de criação de novas atividades na área da floresta, turismo, agricultura • ETAP a lecionar Curso Profissional de Turismo	• Conjuntura económica desfavorável • Continuada perda do poder de compra da população portuguesa e o espírito recessivo em que se encontra a economia nacional • Abandono da Mata Nacional do Urso por parte da Administração Central, nomeadamente através da não entrada em vigor do Plano Nacional da Mata Nacional do Urso • Descaracterização de alguns locais turísticos por falta de tratamento dos espaços públicos que criam uma imagem de degradação • Morosidade/ burocracia na aprovação de projetos	• Transformar o setor num dos motores de crescimento da economia local, baseado na qualificação e competitividade da oferta, valorizando as potencialidades turísticas do concelho • Investir na divulgação e marketing das iniciativas turísticas • Elaborar e implementar o Plano de Desenvolvimento Turístico da Serra de Sicó

Fonte: Diagnóstico, Objetivos e Estratégia de Desenvolvimento (CMP, 2011b)

Do diagnóstico preliminar releva-se a importância de proteger os sistemas hídricos superficiais e subterrâneos, de promover uma maior sustentabilidade das atividades económicas no concelho (nomeadamente, no caso das indústrias extrativas e agropecuárias), de contrariar o abandono do espaço rural, de ordenar o espaço florestal, de prevenir os efeitos negativos da ocorrência de acidentes ambientais.

Constituem oportunidades a valorização do património natural e cultural em presença (nomeadamente através do turismo de natureza), a exploração sustentável dos recursos, a atração de empresas e de investimentos para o concelho. Ao nível da qualidade de vida, a otimização e consolidação das infraestruturas ambientais, a requalificação dos espaços e equipamentos públicos, a melhoria do ambiente acústico, a estruturação das áreas urbanas de baixa densidade e o aumento da adesão aos transportes públicos, constituem áreas de atuação importantes.

4.4. Objetivos e questões estratégicas

De acordo com o artigo 84.º do Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de setembro (na sua atual redação), os Planos Diretores Municipais estabelecem a estratégia de desenvolvimento territorial, a política municipal de ordenamento do território e de urbanismo e as demais políticas urbanas, integram e articulam as orientações estabelecidas pelos instrumentos de gestão territorial de âmbito nacional e regional e estabelecem o modelo de organização espacial do território municipal.

No caso do PDM de Pombal, tomando como base as principais preocupações que estiveram subjacentes à decisão da Câmara Municipal proceder à revisão do PDM-Pombal, e, considerando aquelas que são as orientações estratégicas para a política de ordenamento do território e de urbanismo, foram estabelecidos **quatro objetivos** que concorrem para a definição do objetivo geral da revisão do PDM, de *“Dinamizar de forma sustentada os pilares de desenvolvimento do concelho de Pombal, aliando a história à modernidade, a preservação dos recursos naturais à promoção turística e à competitividade económica, por forma a melhorar equitativamente a qualidade de vida da população”*. São esses objetivos os seguintes:

- Tornar Pombal um concelho atrativo e competitivo a nível empresarial e logístico;
- Assumir Pombal como um destino do turismo de Natureza;
- Valorizar de forma integrada os recursos naturais;
- Melhorar a qualidade de vida da população.

Baseada nos objetivos anteriormente definidos e nas conclusões retiradas do diagnóstico efetuado no âmbito dos estudos da revisão do PDM de Pombal, resultou uma proposta de desenvolvimento assente em **quatro grandes vetores estratégicos**, que partem de um objetivo geral coeso e se desdobram em **linhas de orientação estratégica** e **medidas de atuação** a implementar dentro de cada uma das linhas.

Foi fundamental estabelecer bases ou vetores estratégicos de desenvolvimento que representam os principais elementos de competitividade que o concelho apresenta e os quais merecem ser explorados e dinamizados, possibilitando o desenvolvimento sustentado e sustentável, ajustado à realidade concelhia e regional na qual Pombal se insere.

Desta forma, foram estabelecidos **quatro vetores estratégicos fundamentais** segundo os quais o concelho deverá assentar a sua estratégia de desenvolvimento, passando pelos domínios dos valores naturais, da economia, da coesão social, que surgem no quadro conceptual do próprio desenvolvimento sustentável e também da intermunicipalidade.

Vectores Estratégicos		Linhas de Orientação
Marketing Territorial	Valorização do território e dos recursos naturais	Ordenar o solo rural
		Planear, transformar e gerir o solo urbano
		Preservar e valorizar o património cultural e natural
		Prevenir e minimizar riscos
	Potenciar a competitividade e pulsação económica	Revitalizar o sector agrícola e florestal
		Promover e dinamizar a actividade económica
		Turismo como elemento estruturante
	Equidade, coesão social e desenvolvimento sustentável	Políticas de coesão social
		Valorização e integração profissional
		Optimizar a rede de equipamentos colectivos
		Mais mobilidade e acessibilidades
	Reforço e qualificação das infra-estruturas	
	Sustentabilidade ambiental	
"Co-cooperation" Intermunicipal	Maximizar a posição geo-estratégica do concelho	
	Coesão territorial	

Figura 4.4.1 – Vetores estratégicos e linhas de orientação para o PDM de Pombal

A interação entre estes quatro domínios é assumida como uma estratégia estruturante para o concelho e deste com a sua região envolvente, implicando a concretização de várias ações que resultam do desdobrar do objetivo geral referido em várias linhas de orientação estratégica que definam os principais setores a intervir dentro de cada um desses domínios, ou vetores estratégicos.

Foram assim definidas, **15 linhas de orientação estratégica** distribuídas pelos quatro vetores estratégicos. Destas linhas estratégicas resultaram medidas de orientação, que propõem intervenções concretas no âmbito de cada uma dessas linhas no sentido de definir de uma forma mais clara e incisiva as verdadeiras debilidades do concelho, apresentando formas de as suplantar.

Funcionando como medida transversal à maioria das linhas de orientação estratégica definidas, e como um instrumento complementar para a execução das medidas propostas, irá ser desenvolvida uma política e ações de Marketing Territorial.

Seguidamente abordam-se mais pormenorizadamente os vetores estratégicos e linhas de orientação.

4.4.1. Valorização do território e dos recursos naturais

Pretende-se com a definição deste vetor estratégico que, seja possível, no concelho de Pombal, alcançar uma utilização e valorização dos recursos naturais, do território e da paisagem, dando continuidade àquela que é **uma característica indissociável do concelho: a proteção e preservação ambiental, com vista à melhoria da qualidade de vida dos seus habitantes**. Neste sentido foi definido um conjunto de linhas de orientação estratégica que passa por:

- ***Ordenar o solo rural***, com as seguintes medidas de atuação:
 - Definição do solo rural;
 - Proteção e gestão sustentável dos recursos geológicos e ambientais;
 - Clarificação e definição do uso/aptidão florestal: produção, proteção e conservação;
 - Valorização do território rural como suporte de desenvolvimento.
- ***Planear, transformar e gerir o solo urbano***, com as seguintes medidas de atuação:
 - Ordenar o território urbano;
 - Promover a estrutura policêntrica do sistema urbano;
 - Consolidação da cidade de Pombal como principal núcleo de toda a estrutura urbana;
 - Estruturação e consolidação interna dos espaços urbanos de baixa densidade;
 - Qualificação do espaço público urbano;
 - Revitalização, promoção e/ou expansão e posicionamento estratégico dos espaços industriais.
- ***Preservar e valorizar o património cultural e natural***, com as seguintes medidas de atuação:
 - Preservação, reabilitação e recuperação do património cultural e natural classificado e referenciado;
 - Promoção e divulgação do património de referência;
 - Referenciação e classificação do património;

- Potenciar as sinergias e complementaridades entre o património local e o património supraconcelhio;
- Fomentar o património como instrumento de cidadania;
- Definição de uma rede de áreas nucleares integradas na estrutura de corredores ecológicos;
- Compatibilizar a ocupação do território com a preservação do património natural;
- Proteção, valorização e gestão sustentável dos recursos hídricos concelhios;
- Proteção e valorização dos recursos e valores naturais;
- Fomentar o património como instrumento de cidadania e promover a educação ambiental.
- ***Prevenir e minimizar riscos***, com as seguintes medidas de atuação:
 - Integração dos riscos no processo de planeamento, promovendo a resiliência das populações e territórios;
 - Integração de políticas de redução e mitigação de riscos associados à existência de condições meteorológicas adversas;
 - Definição estratégica de medidas de prevenção e minimização do risco de cheias e inundações;
 - Avaliar, prevenir e minimizar o risco de sismicidade;
 - Avaliar, prevenir e minimizar riscos associados à geodinâmica externa: erosão costeira, movimentos de vertente e colapso de cavidades subterrâneas naturais;
 - Definição estratégica de ações de controlo, prevenção e minimização dos riscos associados ao transporte rodoviário, ferroviário e de transporte de mercadorias perigosas;
 - Avaliar, prevenir e minimizar riscos em infraestruturas e cavidades de minas;
 - Avaliar, prevenir e minimizar riscos associados à atividade industrial e comercial;
 - Avaliar, prevenir e minimizar riscos associados aos incêndios florestais;
 - Avaliar, prevenir e minimizar riscos associados à contaminação das águas superficiais e subterrâneas;
 - Avaliar, prevenir e minimizar riscos relacionados com o solo;
 - Otimização e articulação dos meios na operacionalização do socorro;
 - Promoção técnica/científica e sensibilização dos cidadãos.

4.4.2. Potenciar a competitividade e pulsação económica

A estrutura económica do concelho apresenta, por um lado, domínios com enorme potencial de desenvolvimento, e, por outro, domínios com algumas restrições. A indústria e o turismo são, sem dúvida, os mais dinâmicos e os que apresentam perspectivas mais favoráveis de desenvolvimento e sobre os quais deverá recair a grande aposta da autarquia no sentido de desenvolver a economia concelhia. Pretende-se, de uma forma geral, reestruturar, dinamizar, promover e valorizar os diversos setores económicos, procurando-se adotar uma lógica de articulação e complementaridade entre os mesmos. Neste sentido foi definido um conjunto de linhas de orientação estratégica que passa por:

- **Revitalizar o setor agrícola**, com as seguintes medidas de atuação:
 - Desenvolvimento e dinamização das atividades agrícolas com vista à sua valorização económica e sustentabilidade;
 - Elaboração de um modelo de gestão dos solos agrícolas;
 - Valorização dos recursos florestais.
- **Promover e dinamizar a atividade económica**, com as seguintes medidas de atuação:
 - Desenvolver e potenciar as fileiras do comércio e serviços como atividades inerentes a um desenvolvimento equitativo e sustentado;
 - Promover a concentração das atividades económicas em espaços programados;
 - Promover a gestão sustentada da atividade pecuária;
 - Gestão e promoção do aproveitamento racional dos recursos minerais associados à atividade extrativa.
- **Turismo como elemento estruturante**, com as seguintes medidas de atuação:
 - Transformar o setor num dos motores de crescimento da economia local, baseado na qualificação e competitividade da oferta, valorizando as potencialidades turísticas do concelho;
 - Investir na divulgação e marketing das iniciativas turísticas.

4.4.3. Equidade, coesão social e desenvolvimento sustentável

Em qualquer estratégia de desenvolvimento de um território o conceito de equidade e coesão social surge hoje como uma prioridade. O concelho de Pombal, tal como qualquer outro, apresenta os seus problemas, os quais poderão e deverão ser minimizados através da participação e articulação de todos, desde a população, autarquia e organizações várias, no sentido de se construir e ordenar no território, de forma equilibrada e sustentada, um cenário futuro no qual o acesso ao ensino, à saúde, ao emprego e à ação social de qualidade seja uma realidade.

É pois fundamental “assegurar a equidade territorial no provimento de infraestruturas e de equipamentos coletivos e a universalidade no acesso aos serviços de interesse geral, promovendo a coesão social” (PNPOT, 2006), para os quais concorrem as linhas de orientação estratégica a seguir mencionadas:

- ***Políticas de coesão social***, com as seguintes medidas de atuação:
 - Atracção e fixação da população;
 - Promoção e dinamização cultural;
 - Otimização do apoio social escolar;
 - Os jovens como motor de cidadania ativa;
 - Políticas de apoio à terceira idade;
 - Políticas de diminuição de assimetrias sociais.
- ***Valorização e integração profissional***, com as seguintes medidas de atuação:
 - Qualificação e valorização profissional contínuas como mecanismo de suporte ao desenvolvimento da base económica local;
 - Promover a Integração de jovens e desempregados no mercado de trabalho.
- ***Otimizar a rede de equipamentos coletivos***, com as seguintes medidas de atuação:
 - Programação e gestão sustentada de equipamentos coletivos;
 - Reorganização da rede de equipamentos de saúde;
 - Otimização e diversificação desportiva;
 - Qualificação e reestruturação da rede de equipamentos de educação;
 - Desenvolver a rede de equipamentos e valências de solidariedade e segurança social;
 - Fomentar a operacionalização da protecção civil;
 - Modernização da rede de equipamentos de administração pública;
 - Reforço e valorização da rede de equipamentos de cultura e tempos livres;
 - Promover uma rede de equipamentos complementares.
- ***Mais mobilidade e acessibilidades***, com as seguintes medidas de atuação:
 - Melhorar as condições de acessibilidade e mobilidade urbanas, numa ótica de sustentabilidade;
 - Melhorar a rede de transportes públicos de passageiros;
 - Otimização das acessibilidades concelhias e supraconcelhias.
- ***Reforço e qualidade das infraestruturas***, com as seguintes medidas de atuação:
 - Programação e gestão sustentada das infraestruturas;
 - Redefinição e otimização do sistema de abastecimento de água;
 - Consolidar a rede de saneamento básico;
 - Reforço das condições de tratamento e fiscalização de efluentes de agropecuárias e industriais;

- Ampliar e incrementar sistemas de depósito, recolha e tratamento de resíduos;
- Melhoria da segurança e qualificação da rede de infraestruturas viárias;
- Melhoria da rede elétrica;
- Reforço das infraestruturas de drenagem de águas pluviais.
- **Sustentabilidade ambiental**, com as seguintes medidas de atuação:
 - Aposta na eficiência energética e nas energias renováveis;
 - Planear e valorizar em prol do ambiente;
 - Informar e divulgar.

4.4.4. “Cocooperation” intermunicipal

A cooperação intermunicipal revela-se determinante para a criação de uma região mais forte, coesa e competitiva, sendo para o efeito, essencial a definição de uma estratégia comum, com particular incidência nos domínios empresarial e de turismo.

Não menos importante, é a articulação das diversas estratégias de desenvolvimento de cada município, de forma a valorizar o efeito de rede a partir da potenciação de sinergias e complementaridades, que derivam das suas vantagens comparativas e competitivas.

Neste âmbito, Pombal integra diversas associações intermunicipais, como sejam a Comunidade Intermunicipal do Pinhal Litoral (CIMPL), a qual tem como principal objetivo reforçar e dinamizar a competitividade industrial e empresarial da região e promover a valorização turística dos recursos naturais e culturais, a Associação de Municípios da Região de Leiria (AMLEI), que prossegue fins de desenvolvimento regional e local integrado e a Terras de Sicó – Associação de Desenvolvimento, que integra os municípios com contiguidade em torno do maciço calcário da Serra de Sicó, tendo por fim um projeto plural a favor do desenvolvimento local e das suas populações.

Atendendo aos pressupostos anteriormente mencionados, considerou-se prioritário um conjunto de linhas de orientação estratégica que passa por:

- **Maximizar a posição geoestratégica do concelho**, com as seguintes medidas de atuação:
 - Reforçar a competitividade e a atratividade do concelho;
 - Reforçar a posição de Pombal no sistema urbano;
 - Projetar a imagem de Pombal.
- **Coesão territorial**, com as seguintes medidas de atuação:
 - Cooperação e articulação entre o concelho de Pombal e outros organismos públicos;
 - Promoção da intermunicipalidade.
 - Atrair equipamentos e funções regionais.

4.5. Síntese da Proposta de Ordenamento

4.5.1. Regime de uso do solo

A proposta de PDM consubstancia-se na apresentação de um modelo territorial e na definição de um regime de solo que conduza à concretização desse modelo territorial, de acordo com os objetivos e estratégias estabelecidos. Deste modo, constitui um elemento fundamental da presente avaliação ambiental estratégica o regime de uso do solo definido na proposta de ordenamento, e respetiva classificação e qualificação do solo, que em seguida se descreve.

A distinção entre solo urbano e solo rural é uma distinção fundamental do regime proposto. A partir desta distinção a proposta de revisão do PDM de Pombal desenvolve a qualificação do solo urbano e rural em diferentes categorias e subcategorias, designadamente:

- Solo Rural
 - Espaço agrícola de produção
 - Espaço agrícola de conservação
 - Espaço florestal de produção
 - Espaço florestal de conservação
 - Espaço de uso múltiplo agrícola e florestal
 - Espaço de recursos geológicos
 - Espaço natural
 - Espaço afeto a atividade industrial
 - Aglomerados rurais
 - Áreas de edificação dispersa
 - Espaço de ocupação turística
 - Espaço de equipamentos e infraestruturas
- Solo Urbano
 - Solo urbanizado
 - Solo urbanizável

A estrutura ecológica municipal (ver ponto seguinte) e os espaços canais não constituem categorias de solo mas complementam o regime de uso do solo, uma vez que estão presentes ao longo das várias categorias supracitadas.

A classificação do solo rural foi elaborada seguindo critérios de aptidão agrícola, florestal e geológica, de presença de recursos naturais e patrimoniais, de riscos, de localização de infraestruturas e equipamentos e de identificação de áreas residenciais sem estatuto urbano (aglomerados rurais e áreas de edificação dispersa).

A classificação do espaço agrícola de produção foi desenvolvida a partir de uma estrutura fundiária preexistente bastante fracionada visando, no entanto, preservar a importância conjunta deste tipo de solo na paisagem, equilíbrio ecológico, produtividade agrícola e segurança ambiental concelhia (em particular no que respeita aos incêndios). Ao espaço agrícola de produção acresce o de conservação, em regime de compatibilidade com a Rede Natura 2000.

A classificação do espaço florestal de produção visa preservar os solos de vocação florestal cuja função principal é a de produção de madeira e biomassa e à qual acresce a produção de resina, frutos, semente e cogumelos. Face à elevada produtividade existente estas áreas observam o constante no PROF-CL e articulam-se com o PMDFCI. Ao espaço florestal de produção acresce o de conservação, em regime de compatibilidade com a proteção de habitats protegidos.

Foram ainda delimitados espaços de uso múltiplo agrícola e florestal (Tipo I e II).

A reclassificação do solo, patente na proposta de ordenamento, visa em particular o ordenamento das áreas edificadas segundo os seguintes princípios: a contenção da dispersão, o favorecimento da consolidação urbana e a criação de condições para a melhoria da qualidade de vida da população no espaço rural, favorecendo o desenvolvimento de atividades ligadas aos setores agrícolas e florestais.

As áreas edificadas incluem os aglomerados urbanos, aglomerados rurais e áreas de edificação dispersa. A revisão do PDM definiu critérios próprios para identificar cada uma destas realidades, com base em informação georreferenciada, que orientaram a posterior reclassificação do solo urbano, e em particular, a redefinição de perímetros urbanos (que se reveste de grande importância para a futura gestão urbanística do concelho). A identificação e delimitação de cada uma destas realidades foram cruzadas com as condicionantes (REN e RAN) tendo sido feita uma análise individualizada para reajustamento do perímetro em função das condicionantes (ou tendo sido revistas as condicionantes em função da continuidade do perímetro). A reclassificação do solo urbano foi desenvolvida também com base na avaliação da execução dos perímetros urbanos em vigor, das pretensões dos municípios e dos compromissos urbanísticos assumidos.

Após o balanço das áreas de expansão e redução, a reclassificação proposta resulta numa diminuição de solo urbano de 2,39% face ao PDM em vigor.

A classificação do solo urbano seguiu os critérios de inserção no sistema urbano municipal, de acesso da população aos equipamentos, de provisão de infraestruturas e de geração de aglomerações com fluxos significativos de pessoas, bens e informação. Simultaneamente, a revisão do Plano seguiu princípios de multifuncionalidade dos espaços urbanos, de compatibilização e integração de usos, de equilíbrio ecológico e salvaguarda de recursos, ao definir categorias operativas para orientar o processo de urbanização e edificação futuro (solo urbanizável) e para ordenar e respeitar as preexistências do sistema urbano municipal (solo urbano).

Os processos de legalização, em particular de atividades industriais, foram também tidos em conta na reclassificação do solo patente na revisão do PDM, impondo-se a necessidade de um regime particular que acautele a legalização destas preexistências e sua adequada integração no sistema urbano municipal.

Importa, visando o reforço da competitividade territorial, referir o enquadramento dado a Empreendimentos de carácter estratégico, prevendo este tipo de iniciativas. Considerando que não é possível ou aconselhável reservar áreas territoriais para essas iniciativas, desconhecendo por completo os impactes territoriais de potenciais propostas, este regime reveste-se de flexibilidade, não deixando de estabelecer um conjunto de regras de salvaguarda dos seus efeitos territoriais.

Da consulta dos indicadores quantitativos do plano, referentes à qualificação do solo patente na planta de ordenamento, destaca-se a elevada dotação de área para espaço florestal de produção (35,3%). Entre o solo urbano – que no concelho ocupa apenas 12, 7% - destaca-se, na categoria de solo urbanizado, o espaço urbano de baixa densidade (8,2%) e na categoria de solo urbanizável a área afeta a atividades económicas (258,3 ha – 0,4%), sendo esta última muito superior a qualquer outra área afeta a uma subcategoria de solo urbanizável.

4.5.2 Estrutura Ecológica Municipal (EEM)

A estrutura ecológica municipal de Pombal, proposta na revisão do PDM, procurou responder ao desafio de estabelecer uma continuidade entre “serra e mar”. Esta estrutura ecológica não constitui uma categoria de solo autónoma, incidindo no solo rural e urbano e estando presente ao longo de diversas subcategorias de qualificação do solo.

A EEM proposta divide-se em estrutura ecológica municipal fundamental, integrando as áreas de valor natural nível I e II e sendo *non aedificandi* e contínua, e a estrutura ecológica municipal complementar, que concorre para a estrutura ecológica fundamental, sendo de caráter mais flexível em termos de usos. Esta segunda integra as áreas de valor natural nível II, as de nível III, bem como as áreas condicionadas por reserva ecológica nacional e áreas verdes que não foram absorvidas pela estrutura ecológica fundamental. Integra ainda a área correspondente aos corredores ecológicos do Plano Regional de Ordenamento Florestal do Centro até aos 500 m, à qual se subtrai a área incluída na estrutura ecológica fundamental.

4.5.3 Unidades Operativas de Planeamento e Gestão (UOPG)

O regulamento do Plano Diretor Municipal revisto define no seu Anexo III as 15 Unidades Operativas de Planeamento e Gestão previstas para a execução do Plano, sendo estas as seguintes:

- UOPG AB1 – Abiúl
- UOPG AB2 – Pólo Industrial de Ramalhais de Baixo- Abiúl
- UOPG AL1 – Almagreira
- UOPG LO1 – Louriçal
- UOPG MEO1 – Meirinhas
- UOPG ILO1 – Ilha
- UOPG PEO1 – Pelariga
- UOPG PEO1 – Pombal
- UOPG PO2 – Plano de Pormenor a Nascente do Parque Industrial Manuel Mota
- UOPG RE1 – Redinha
- UOPG RE2 – Zona Industrial da Redinha
- UOPG VE1 – Vermoil
- UOPG AV – Aldeia do Vale
- UOPG CR1 – Plataforma Logística de Vieirinhos/Silveirinhas
- UOPG MM1 – Área de Atividades Económicas e de Equipamentos da Mata Mourisca

4.6 Relações com outros planos e programas

A Revisão do PDM de Pombal articula-se com os seguintes instrumentos de gestão territorial (cujo âmbito é identificado de acordo com o Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de setembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 46/2009 de 20 fevereiro, que o republica, e pelas alterações posteriores):

- instrumentos de âmbito nacional
 - Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território (PNPOT), aprovado pela Lei n.º 58/2007, de 4 de setembro (retificada pela Declaração de Retificação n.º 80-A/2007, de 7 de setembro);
 - Planos sectoriais com incidência territorial:
 - a) Plano de Bacia Hidrográfica (PBH) do Lis ^(*), aprovado pelo Decreto Regulamentar n.º 23/2002, de 3 de abril;
 - b) Plano de Bacia Hidrográfica (PBH) do Mondego ^(*), aprovado pelo Decreto Regulamentar n.º 9/2002, de 1 de março;
 - c) Plano de Bacia Hidrográfica (PBH) do Tejo ^(*), aprovado pelo Decreto Regulamentar n.º 18/2001, de 7 de dezembro;
 - d) Plano Regional de Ordenamento Florestal (PROF) do Centro Litoral, aprovado pelo Decreto Regulamentar n.º 11/2006, de 21 de julho;
 - e) Plano sectorial da Rede Natura 2000, aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 115-A/2008;
 - f) Plano Rodoviário Nacional (PRN), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 222/98, de 17 de julho, alterado pela Lei n.º 98/99, de 26 de julho, pela Declaração de retificação n.º 19-D/98 e pelo Decreto-Lei n.º 182/2003, de 16 de agosto.
 - Planos especiais de ordenamento do território:
 - g) Plano de Ordenamento da Orla Costeira Ovar-Marinha Grande (POOC), aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 142/2000 de 20 de outubro.
- instrumentos de âmbito municipal
 - Plano Diretor Municipal de Pombal, ratificado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 160/95 de 4 de dezembro, tendo sido objeto de quatro alterações (Declaração n.º 375/98 de 29 de dezembro, Resolução do Conselho de Ministros n.º 85/2001 de 19 de julho, Declaração n.º 35/2003 de 28 de janeiro e Aviso n.º 6489/2008 de 5 de março);
 - Plano de Urbanização da Área Urbana da Guia, aprovado pelo Aviso n.º 25979/2008 (2ª Série) de 29 de outubro;
 - Plano de Urbanização da Área Urbana do Carriço, aprovado pelo Aviso n.º 25978/2008 (2ª Série) de 29 de outubro;

- Plano de Urbanização da Área Urbana de Albergaria dos Doze, aprovado pelo Aviso 7503/2009 (2ª Série) de 3 de abril;
- Plano de Pormenor da Zona da Várzea, aprovado pela Portaria n.º 638/95 de 22 de junho;
- Plano de Pormenor Integrado do Parque Industrial de Pombal, aprovado pelo Aviso n.º 26616/2008 de 6 de novembro.

(*) Estes Planos são revistos pelos Planos de Gestão das Bacias Hidrográficas Integradas na RH4 (Vouga, Mondego e Lis) e na RH5 (Tejo).

Para além dos instrumentos de gestão territorial referidos, a Revisão do PDM de Pombal relaciona-se ainda, em maior ou menor grau, com outros planos, programas e estratégias que definem objetivos em matéria de ambiente e desenvolvimento sustentável (ver capítulo 5).

5. Quadro de referência estratégico

O *quadro de referência estratégico (QRE)* remete para os principais objetivos de política ambiental e de desenvolvimento sustentável estabelecidos a nível nacional, europeu e internacional em planos, programas, estratégias e outros documentos de política com os quais o Plano Diretor se relaciona diretamente (Partidário, 2007).

Esses macro-objetivos podem assumir uma natureza geral ou específica a um determinado território, setor ou tipo de intervenção. Em alguns casos especiais, podem também assumir uma natureza operativa, nomeadamente, na forma de metas quantificadas.

Paralelamente, o QRE poderá decorrer de instrumentos de gestão territorial (IGT) ou, como é mais comum, de outras estratégias, planos ou programas sem incidência territorial ou nos quais a dimensão espacial foi incorporada com propósitos essencialmente indicativos (exemplo: orientações de política sectorial/nacional especializadas por região ou área de intervenção).

No **quadro A2.1 (Anexo 2)** indicam-se os principais objetivos associados aos **instrumentos de gestão territorial (IGT)** com que a revisão do PDM de Pombal se relaciona, nomeadamente:

- Programa Nacional de Política de Ordenamento do Território (PNPOT);
- Plano de Bacia Hidrográfica (PBH) do Lis ^(*);
- Plano de Bacia Hidrográfica (PBH) do Mondego ^(*);
- Plano de Bacia Hidrográfica (PBH) do Tejo ^(*);
- Plano Regional de Ordenamento Florestal (PROF) do Centro Litoral;
- Plano Regional de Ordenamento do Território do Centro (PROT-C);
- Plano sectorial da Rede Natura 2000 (PSRN 2000);
- Plano Rodoviário Nacional (PRN);
- Plano de Ordenamento da Orla Costeira (POOC) Ovar-Marinha Grande.

(*) Estes Planos são revistos pelos Planos de Gestão das Bacias Hidrográficas Integradas na RH4 (Vouga, Mondego e Lis) e na RH5 (Tejo).

Além destes, são ainda considerados no âmbito da avaliação ambiental, o PDM de Pombal em vigor, os Planos de Urbanização (PU da Área Urbana da Guia, PU da Área Urbana do Carriço e PU da Área Urbana de Albergaria dos Doze) e os Planos de Pormenor (PP da Zona da Várzea e PP Integrado do Parque Industrial de Pombal) em vigor.

No quadro referido, são ainda apresentados os principais objetivos (ou orientações) de outros documentos estratégicos considerados como parte integrante do QRE da avaliação ambiental, nomeadamente os seguintes programas, planos e estratégias:

- Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e da Biodiversidade (ENCNB);
- Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável (ENDS);
- Estratégia Nacional para a Energia (ENE);
- Estratégia Nacional para a Gestão Integrada da Zona Costeira (ENGIZC);
- Estratégia Nacional para as Florestas (ENF);
- Estratégia Nacional para o Mar (ENM);
- Estratégia Nacional para os Efluentes Agropecuários e Agroindustriais (ENEAPAI 2007-2013);
- Lei da Água/Planos de Gestão das Bacias Hidrográficas Integradas na RH4 (Vouga, Mondego e Lis) e na RH5 (Tejo);
- Orientações estratégicas para o setor ferroviário;
- Plano de Intervenção para Resíduos Sólidos Urbanos e Equiparados (PIRSUE);
- Plano Estratégico de Abastecimento de Água e Saneamento de Águas Residuais (PEAASAR);
- Plano Estratégico Nacional do Turismo (PENT);
- Plano Estratégico Nacional para o Desenvolvimento Rural/FEADER (PENDR);
- Plano Estratégico para os Resíduos Sólidos Urbanos (2007-2016) (PERSU II);
- Plano Nacional da Água (PNA);
- Plano Nacional da Política de Ambiente (PNPA);
- Programa de Ação Nacional de Combate à Desertificação (PANCD);
- Programa de Desenvolvimento Rural da Região Centro 2007-2013;
- Programa Nacional para as Alterações Climáticas (PNAC 2006);
- Programa Nacional para o Uso Eficiente da Água (PNUEA);
- Programa Operacional do Centro 2001-2013;
- Regulamento Geral do Ruído (RGR);
- Plano Municipal de Emergência.

6. Âmbito da avaliação ambiental

O âmbito da avaliação ambiental foi determinado mediante a aplicação da metodologia descrita no **capítulo 3.2** ao caso concreto da revisão do PDM de Pombal, de acordo com o definido na proposta de definição de âmbito. Assim, foram definidos como **fatores críticos de decisão (FCD)**:

- Proteção e valorização de recursos naturais e patrimoniais (FCD₁);
- Vulnerabilidades ambientais e ordenamento do território (FCD₂);
- Competitividade territorial e qualidade de vida (FCD₃).

Estes fatores decorrem das questões estratégicas associadas à revisão do PDM de Pombal (ver **capítulo 4**) e do próprio quadro de referência estratégico (ver **capítulo 5**). De facto, como sugere o quadro seguinte, é possível associar a cada FCD um conjunto de **objetivos ambientais relevantes** que decorrem, por sua vez, dos objetivos e diretrizes associados aos documentos estratégicos e aos instrumentos de gestão territorial com que o Plano Diretor se relaciona (ver **A2.1**, no **Anexo 2**).

Quadro 6.1.1 – Relação entre objetivos ambientais relevantes e quadro de referência estratégico, por fator crítico de decisão

Fator crítico de decisão	Objetivos ambientais relevantes	QRE
Proteção e valorização de recursos naturais e patrimoniais	• Proteger e valorizar as áreas com interesse para a conservação da natureza, conservando e valorizando a biodiversidade • Proteger, conservar e valorizar e os recursos hídricos e assegurar a proteção dos meios aquáticos e ribeirinhos • Conservar os valores geológicos e geomorfológicos e utilizar a riqueza em termos de recursos geológicos de forma ambientalmente sustentável • Conservar e valorizar o património arqueológico e arquitetónico	• PNPOT • PSRN2000 • POOC • PROF • PORCentro • ENDS • PNA • Lei da Água/PGBH • ENEAPAI 2007-2013 • ENF • ENCNB • ENGIZC • PANCD

Fator crítico de decisão	Objetivos ambientais relevantes	QRE
Vulnerabilidades ambientais e ordenamento do território	• Prevenir e minimizar as vulnerabilidades ambientais • Definir a estrutura ecológica municipal • Garantir a coerência com as condicionantes e o ordenamento incidentes no território	• PNPOT • POOC • PROF do Centro Litoral • PORCentro • Lei da Água/PGBH • ENF • ENGIZC • RGR • PNAC • PME • PROT-C
Competitividade territorial e qualidade de vida	• Assegurar a equidade territorial no provimento de infraestruturas e equipamentos coletivos e a universalidade no acesso aos serviços de interesse geral, promovendo a coesão territorial e social • Desenvolver e valorizar os centros e sistemas urbanos e qualificar as zonas de baixa densidade • Diversificar a base económica local, fomentando a criação de emprego qualificado • Reforçar a competitividade económica das atividades e fileiras produtivas agroflorestais • Valorizar o quadro de oportunidades resultante dos investimentos em transportes e logística • Promover o potencial turístico, nomeadamente o turismo de natureza	• PNPOT • POOC • PROF • PRN • POR Centro • PDR Centro • PENDR • ENDS • PNA • Lei da Água/PGBH • PEAASAR • PERSU • PIRSUE • PNUEA • ENF • ENGIZC • PENT • PNPA • ENE • OESF • PANCD • PROT-C

Os fatores críticos de decisão consideram também os principais problemas ambientais e de desenvolvimento sustentável que se colocam na área de intervenção, ou seja, os fatores ambientais, que estão subjacentes aos próprios objetivos do QRE. No quadro seguinte, apresenta-se a correspondência entre os fatores críticos de decisão, os fatores ambientais referidos na alínea e) do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 232/2007 (alterado pelo Decreto-Lei n.º 58/2011, de 4 de maio) e as questões estratégicas.

Quadro 6.1.2 – Correspondência entre os fatores críticos de decisão, os domínios ambientais referidos no Decreto-Lei n.º 232/2007 e as questões estratégicas

Fatores Ambientais	Fatores Críticos de Decisão			QE
	Proteção e Valorização de recursos naturais e patrimoniais	Vulnerabilidades ambientais e ordenamento do território	Competitividade territorial e qualidade de vida	
Biodiversidade	✓	✓		QE1
População			✓	QE3
Saúde humana			✓	QE3
Fauna	✓	✓		QE1
Flora	✓	✓		QE1
Solo	✓	✓		QE1
Água	✓	✓	✓	QE1, QE3
Atmosfera			✓	QE3
Fatores climáticos		✓		QE1
Bens materiais		✓	✓	QE1; QE2
Património	✓		✓	QE1, QE2
Paisagem	✓		✓	QE1, QE2

QE1:Valorização do território e dos recursos naturais; QE2:Potenciar a competitividade e pulsão económica;
QE3:Equidade, coesão social e desenvolvimento sustentável; QE4: Coooperation intermunicipal

O âmbito da avaliação ambiental, ou seja, o conjunto de fatores críticos de decisão e objetivos ambientais relevantes foi previamente validado pelas autoridades com responsabilidades ambientais específicas, juntamente com o alcance da informação – critérios de avaliação (Quadro 6.1.3), indicadores-chave e fontes de informação – incluído no presente no relatório ambiental, ao abrigo do n.º 3 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 232/2007 (na sua redação atual).

No quadro 6.1.4 discriminam-se, por FCD, os critérios de avaliação, os objetivos ambientais relevantes e os indicadores associados.

Com base nos critérios de avaliação e nas metas relevantes indicadas no **quadro A.2.2** (em anexo), analisar-se-ão os efeitos esperados, os principais riscos e oportunidades do plano. Para esta análise recorrer-se-á à utilização de SIG e a uma análise pericial por parte da equipa responsável pela avaliação ambiental.

Na presente fase do Relatório Ambiental esta análise terá já em conta os pareceres emitidos pelas entidades consultadas entre dezembro de 2012 e junho de 2013 (de acordo com o disposto no artigo 75º-A do Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de setembro, e no n.º 1 do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 232/2007, nas suas redações atuais).

Quadro 6.1.3 – Critérios de avaliação dos FCD

FCD 1- Proteção e Valorização de Recursos Naturais e Patrimoniais	
Conservação da natureza	• Avaliação da compatibilidade do Plano com os objetivos e regulamentação própria associada aos valores em presença (Rede Natura 2000) • Avaliação das características do território de forma a verificar de que forma o Plano contribui para a proteção, recuperação e valorização das áreas classificadas e de elevado valor ecológico
Recursos hídricos	• Avaliação da influência do plano na evolução do estado das massas de água superficiais e subterrâneas e na valorização dos meios aquáticos e ribeirinhos
Geologia e geomorfologia	• Avaliação da influência do Plano sobre o património geológico, geomorfológico e paleontológico; contributo do Plano para a exploração sustentável dos recursos geológicos
Património cultural	• Avaliação do património arqueológico e arquitetónico em presença e da sua afetação/proteção/valorização no âmbito do Plano
FCD 2- Vulnerabilidades ambientais e ordenamento do território	
Vulnerabilidade ambiental	• Avaliação da vulnerabilidade ambiental do concelho (seca, cheias, erosão, sismos, incêndios, ruído) e do contributo do Plano para prevenir e minimizar os riscos associados
Estrutura Ecológica Municipal	• Avaliação do contributo do Plano para a conectividade ecológica e do respeito dos corredores ecológicos definidos no PROT
Condicionantes ao uso do solo	• Avaliação da compatibilidade das propostas de ocupação do Plano com os regimes da Reserva Ecológica Nacional (REN) e da Reserva Agrícola Nacional (RAN) e com o regime florestal total
FCD 3- Competitividade territorial e qualidade de vida	
População	• Avaliação das tendências de evolução da população e da sua distribuição espacial no concelho, geradoras de necessidades de equipamentos, de habitação e de infraestruturas
Equipamentos e Infraestruturas Ambientais	• Avaliação do contributo do Plano para suprimir as necessidades de equipamentos e de infraestruturas ambientais previstas no concelho e para melhorar a equidade e a universalidade de acesso aos mesmos, promovendo a coesão territorial e social
Áreas edificadas e Habitação	• Avaliação do contributo do Plano para qualificar a oferta habitacional no concelho e para a inclusão da população socialmente carenciada
Emprego e estrutura empresarial	• Avaliação do contributo do Plano para aumentar a capacidade atrativa do concelho para a instalação de atividades económicas, para diversificar a base económica local e para promover o emprego qualificado
Desenvolvimento rural	• Avaliação do contributo do Plano para revitalizar as zonas rurais e para aumentar a competitividade das atividades e fileiras produtivas agroflorestais
Mobilidade e acessibilidades	• Avaliação do contributo do Plano para melhorar a fluidez das deslocações e para promover as deslocações ambientalmente sustentáveis
Dinâmica turística	• Avaliação do contributo do Plano para promover o potencial turístico do concelho, nomeadamente o turismo de natureza

Quadro 6.1.4 – Indicadores e respetivas fontes de informação, associados aos Objetivos Ambientais Relevantes, por Fator Crítico de Decisão e Critério de avaliação

Critérios de avaliação	Objetivos Ambientais Relevantes	Indicadores de caracterização e questões específicas de avaliação
FCD I - Proteção e Valorização de Recursos Naturais e Patrimoniais		
Conservação da natureza	Proteger e valorizar as áreas com interesse para a conservação da natureza, conservando e valorizando a biodiversidade	- Área do concelho integrada no Sítio Sicó/Alvaiázere (ha) - Habitats naturais e seminaturais constantes do anexo B-I do Decreto-Lei n.º 49/2005 na área do concelho integrada no Sítio Sicó/Alvaiázere (n.º) - Espécies de flora e de fauna no anexo B-II do Decreto-Lei n.º 49/2005 na área do concelho integrada no Sítio Sicó/Alvaiázere (n.º) - Outras espécies, dos anexos B-IV e B-V do Decreto-lei n.º 49/2005 na área do concelho integrada no Sítio Sicó/Alvaiázere (n.º) - Área do concelho integrada na Mata Nacional do Urso (ha) e sua afetação/valorização no Plano - Habitats naturais e seminaturais constantes do anexo B-I do Decreto-Lei n.º 49/2005 na área do concelho integrada na Mata Nacional do Urso (n.º) - Património natural classificado de interesse público e referenciado (n.º)
Recursos hídricos	Proteger, conservar e valorizar e os recursos hídricos e assegurar a proteção dos meios aquáticos e ribeirinhos	<u>Recursos hídricos superficiais:</u> - Regiões hidrográficas em que o concelho se insere (% da área do concelho por RH) - Bacias abrangidas e tipologia das massas de água superficiais (n.º, identificação) - Estado das águas de superfície (n.º de massas de água em estado inferior a bom) - Origens de água superficial utilizadas para abastecimento (n.º de captações) - Volume de água superficial captado para abastecimento (m³/ano) - Consumo de água por habitante (l/hab/dia) - Disponibilidade hídrica nas bacias abrangidas pelo concelho (dam³) - Qualidade da água nos rios monitorizados por estações do SNIRH (classes A a E) - Qualidade da água na zona balnear Osso da Baleia entre 2003-2012 (classes má, aceitável, boa e excelente) - Principais fontes de poluição pontual e difusa (incluindo descargas de hidrocarbonetos e outras substâncias perigosas, descargas de efluentes de agropecuárias, etc.)

Critérios de avaliação	Objetivos Ambientais Relevantes	Indicadores de caracterização e questões específicas de avaliação
Recursos hídricos (cont.)	(ver anterior)	<u>Recursos hídricos subterrâneos:</u> • Massas de água subterrânea presentes (n.º, identificação) • Estado das águas subterrâneas (n.º de massas de água em estado inferior a bom) e influência do Plano na evolução do mesmo • Vulnerabilidade à poluição das massas de água subterrâneas (classes reduzida, média, elevada) • Origens de água subterrânea (n.º de captações) • Volume de água subterrânea captado para abastecimento (m³/ano) • Volume de água extraído em captações de água subterrânea com perímetros de proteção (m³/ano) • Perímetros de proteção aprovados para as captações de água subterrânea para abastecimento público (n.º)
Geologia e geomorfologia	• Conservar os valores geológicos e geomorfológicos e utilizar a riqueza em termos de recursos geológicos de forma ambientalmente sustentável	• Geologia do concelho (% de tipos de rochas aflorantes, n.º de unidades geológicas e estruturais abrangidas) • Relevo do concelho (% das classes altimétricas principais, % de declives) • Património geológico, geomorfológico e paleontológico do concelho (n.º de ocorrências; identificação) • Exploração de recursos geológicos por freguesia (n.º e tipos de recursos explorados) • Pedreiras licenciadas e não licenciadas por freguesia (ha; n.º)
Património cultural	• Conservar e valorizar o património arqueológico e arquitetónico	• Património arqueológico classificado e referenciado (n.º) • Património arquitetónico classificado, em vias de classificação e com potencial interesse cultural (n.º)
FCD 2- Vulnerabilidades ambientais e ordenamento do território		
Vulnerabilidade ambiental	• Prevenir e minimizar os riscos ambientais	• Suscetibilidade à seca do concelho de acordo com os estudos desenvolvidos para o PROT-Centro (baixa, moderada, elevada ou muito elevada) • Suscetibilidade a cheias no concelho (classes moderada, elevada, reduzida, nula) (ha; %) • Zonas inundáveis (ha) • População exposta a risco de cheia na cidade de Pombal (n.º hab) e sua consideração no Plano • Área inundável da cidade de Pombal para TR=100 anos (ha)

Critérios de avaliação	Objetivos Ambientais Relevantes	Indicadores de caracterização e questões específicas de avaliação
Vulnerabilidade ambiental (cont.)	(ver anterior)	• Área impermeabilizada da bacia hidrográfica a montante da zona de inundação (ha) • Elementos expostos em áreas de elevada suscetibilidade a cheias (ha) • Suscetibilidade a sismos no concelho (classes baixa, moderada e elevada) (%) • Suscetibilidade a movimentos de massa em vertentes no concelho (classes nula, reduzida, moderada, elevada) (%) • Suscetibilidade de colapso de cavidades naturais no concelho (classes nula, baixa, moderada, elevada) (%) • Suscetibilidade à erosão costeira de acordo com o PROT-Centro (classes baixa, moderada, elevada) • Risco de incêndio no concelho de acordo com o PMDFCI (nulo, muito baixo, baixo, médio, elevado, muito elevado) (%) • Área crítica do ponto de vista da defesa da floresta contra incêndios no âmbito do PROF (ha) • População exposta a ruído ambiente exterior superior ao valor limite regulamentado para o Lden e Ln, para zonas sensíveis e para zonas mistas (%)
Estrutura ecológica	• Definir a estrutura ecológica municipal	• Áreas nucleares da estrutura regional de proteção e valorização ambiental: Sítio Sicó/Alvaiázere e outras áreas sensíveis (ha) • Corredores ecológicos estruturantes (Km) • Corredores ecológicos definidos no PROF do Centro Litoral (Km) • Estrutura ecológica municipal (ha, %)
Condicionantes ao uso do solo	• Garantir a coerência com as condicionantes e o ordenamento incidentes no território	• Área do concelho e das freguesias integrada na Reserva Agrícola Nacional (ha; %) • Área do concelho e das freguesias integrada na Reserva Ecológica Nacional (ha; %) • Categorias de REN no concelho (ha; %) • Compatibilidade dos usos com os regimes de REN e de RAN (verificação cartográfica) • Regime Florestal da Mata Nacional do Urso (ha) • Compatibilidade dos usos com o PGF da Mata Nacional do Urso (verificação cartográfica) • Compatibilidade com o PROT-C no que respeita à densificação urbana e ao sistema urbano regional polinucleado (Dimensão da parcela mínima – ha)

Critérios de avaliação	Objetivos Ambientais Relevantes	Indicadores e questões específicas de avaliação
FCD 3- Competitividade territorial e qualidade de vida		
População	Assegurar a equidade territorial no provimento de infraestruturas e equipamentos coletivos e a universalidade no acesso aos serviços de interesse geral, promovendo a coesão territorial e social	- Distribuição e evolução da população residente no concelho (n.º habitantes) - Crescimento médio anual da população residente no concelho entre 2001 e 2011 (%) - Densidade populacional (hab/Km²) no concelho e nas freguesias - Distribuição etária da população - Índice de envelhecimento (%) - Projeção da população residente no concelho e nas freguesias no ano 2021 (hab) - Variação da população residente no concelho e nas freguesias entre 2011 e 2021 (%)
Equipamentos e Infraestruturas Ambientais	Assegurar a equidade territorial no provimento de infraestruturas e equipamentos coletivos e a universalidade no acesso aos serviços de interesse geral, promovendo a coesão territorial e social	- Dotação em equipamentos coletivos (saúde, educação, cultura e lazer, desportivos) (n.º de equipamentos por freguesia) e principais necessidades existentes nesse âmbito (taxas de cobertura e de utilização - %) - Equipamentos previstos nas cartas educativa, desportiva e social (n.º) - Níveis de atendimento relativamente ao abastecimento de água, drenagem de águas residuais e recolha de resíduos (%) - Sistemas de abastecimento de água e de saneamento de águas residuais (n.º) - Qualidade da água distribuída (% de análises em cumprimento dos valores paramétricos) - Volume de perdas de água (m³; % do volume total de água captada) - População equivalente servida por sistema público de saneamento de águas residuais que assegura o cumprimento da legislação em termos de descargas de acordo com a respetiva licença - Reutilização de águas residuais tratadas (%) - Águas pluviais e de infiltração afluentes aos sistemas de drenagem (%) - Resíduos recolhidos (Kg/hab.ano) - Ecopontos (n.º hab/ecoponto)

Critérios de avaliação	Objetivos Ambientais Relevantes	Indicadores e questões específicas de avaliação
Áreas edificadas e Habitação	Desenvolver e valorizar os centros e sistemas urbanos e qualificar as áreas edificadas de baixa densidade	- Alojamentos familiares (n.º) - Famílias em alojamentos não clássicos, superlotados e em fogos partilhados (n.º; %) - Carências habitacionais (n.º de fogos) - Oferta de habitação a custos controlados (n.º de fogos) - Área de perímetros urbanos ocupados e previstos (ha) - Área ocupada por áreas de edificação dispersa (ha)
Emprego e estrutura empresarial	Diversificar a base económica local, fomentando a criação de emprego qualificado	- Recomposição do emprego por setor de atividade: população ativa (hab); taxa de atividade (%); pessoal ao serviço por setor de atividade económica (n.º; %) - Evolução, estrutura e incidência do desemprego: desempregados inscritos nos Centros de Emprego (n.º, % por tipologia); rácio desemprego/pop. ativa estimada (%); variação homóloga do rácio desemprego/pop. ativa estimada (%) - Oferta existente de zonas de localização empresarial (ha) e respetivas taxas de ocupação (%)
Desenvolvimento rural	Reforçar a competitividade económica das atividades e fileiras produtivas agroflorestais	- Estratégias de desenvolvimento do PROT-Centro e da Estratégia Local de Desenvolvimento da Associação Terras do Sico - Atividade agrícola e silvícola: explorações agrícolas por freguesia (n.º); superfície agrícola utilizada (SAU) por freguesia (ha); SAU média por exploração agrícola por freguesia (ha); UTA média por exploração agrícola por freguesia (n.º); superfície irrigável por freguesia (em % da Superfície Agrícola Utilizada) - Atividade agropecuária: explorações pecuárias por freguesia (n.º); instalações agroindustriais por freguesia (n.º) - Área ocupada por aglomerados rurais (ha)

Critérios de avaliação	Objetivos Ambientais Relevantes	Indicadores e questões específicas de avaliação
Mobilidade e acessibilidade	• Valorizar o quadro de oportunidades resultante dos investimentos em infraestruturas de transporte e logística	• Identificação das principais infraestruturas viárias e ferroviárias • Extensão de vias rodoviárias e ferroviárias no concelho (Km) • Distância entre a sede de concelho e as sedes de freguesia (Km) • Proporção da população residente que entra e que sai do concelho (movimentos pendulares) (%) • Proporção da população residente que trabalha ou estuda noutro município (%) • Meio de transporte mais utilizado nos movimentos pendulares (%) • Taxa de cobertura dos movimentos pendulares com transportes públicos ou coletivos (%) • Duração média dos movimentos pendulares da população residente, empregada ou estudante (min)
Dinâmica turística	• Promover o potencial turístico, nomeadamente o turismo de natureza	• Estratégias de desenvolvimento turístico identificadas no Plano Estratégico Nacional do Turismo para a região • Evolução da oferta e procura turísticas: estabelecimentos hoteleiros (hotéis, pensões, outros) (n.º); capacidade de alojamento (n.º de camas em hotéis, pensões e outros); dormidas em estabelecimentos hoteleiros (n.º); crescimento médio anual 2002-2010 das dormidas (%) • Fatores distintivos do concelho e respetivos produtos turísticos estratégicos

7. Avaliação ambiental por fator crítico de decisão

Ao longo do presente capítulo identificam-se, para cada fator crítico de decisão e respetivos objetivos ambientais relevantes e critérios de avaliação (referidos no **capítulo 6.1**), os aspetos-chave da situação atual e a evolução esperada no que respeita a cada temática analisada, os principais efeitos expectáveis com a concretização do Plano, os riscos e oportunidades associados e um conjunto de medidas específicas consideradas necessárias para tratar os riscos ou para incrementar as potencialidades identificadas. São elaboradas 6 quadros de exposição desta informação (7.1 a 7.3).

Na presente fase do Relatório Ambiental esta avaliação tem já em conta os pareceres emitidos pelas entidades consultadas entre dezembro de 2012 e junho de 2013 (de acordo com o disposto no artigo 75.º-A do Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de setembro, e no n.º 1 do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 232/2007, nas suas redações atuais).

7.1. Proteção e valorização de recursos naturais e patrimoniais (FCD I)

No **quadro 7.1.1** apresenta-se uma análise dos indicadores e/ou questões específicas considerados determinantes no que respeita ao FCD *proteção e valorização de recursos naturais e patrimoniais*, através da caracterização das tendências passadas e dos aspetos chave da situação atual, da caracterização da evolução da situação atual, na ausência da revisão do Plano Diretor, e da identificação dos respetivos riscos e oportunidades.

Os aspetos tratados no âmbito do presente fator crítico de decisão relacionam-se com objetivos ambientais relevantes definidos, estudados através dos seguintes critérios de avaliação:

- Conservação da natureza;
- Recursos hídricos;
- Geologia e geomorfologia;
- Património cultural.

7.1.1. Situação atual e tendências de evolução

7.1.1.1. Conservação da natureza

O concelho de Pombal é parcialmente coincidente com uma **área classificada para a conservação da natureza**: o Sítio de Importância Comunitária (SIC) “Sicó/Alvaiázere” (PTCONoo45), integrado na Rede Natura 2000 ao abrigo da Diretiva Habitats (Diretiva 92/43/CEE, de 21 de maio), que foi criado através da Resolução do Conselho de Ministros n.º 76/2000 de 5 de julho, tendo sido reconhecido como SIC pela Portaria n.º 829/2007, de 1 de agosto (após aprovação, pela Decisão da Comissão n.º 2006/613/CE, de 19 de julho, da lista dos Sítios de Importância Comunitária da região biogeográfica mediterrânica).

Na área do Sítio Sicó/Alvaiázere aplica-se o disposto no Decreto-Lei n.º 140/99, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 49/2005, de 24 de fevereiro. Este diploma estabelece que:

- os instrumentos de gestão territorial aplicáveis na área do Sítio devem garantir a conservação dos habitats e das populações das espécies em função dos quais as referidas zonas foram classificadas;
- o Plano sectorial da Rede Natura 2000 estabelece orientações para: a gestão territorial nos sítios da lista nacional de sítios, nos sítios de importância comunitária, nas ZEC e nas ZPE; as medidas referentes à conservação das espécies da fauna, flora e habitats;
- as formas de adaptação dos Planos Municipais de Ordenamento do Território existentes são definidas no Plano sectorial da Rede Natura 2000.

O concelho de Pombal situa-se ainda próximo de outras áreas classificadas, a saber:

- Sítio de Importância Comunitária “Azabuxo/Leiria” (PTCONoo46), integrado na Rede Natura 2000, a cerca de 9,4 km a Sul da área do concelho;
- Zona de Proteção Especial “Paul da Madriz” (PTZPEooo6), integrada na Rede Natura 2000, cujo limite mais próximo se situa a cerca de 10,7 km a Norte;
- Reserva Natural do Paul de Arzila, situada a cerca de 14,2 km a Norte;
- Monumento Natural “Montes de Santa Olaia e Ferrestelo”, situado a cerca de 14,7 km a Norte.

Nas áreas que não estão abrangidas por qualquer figura de proteção é também possível encontrar ecossistemas de elevado valor ecológico por possuírem significativa capacidade de suporte para recursos florísticos e faunísticos importantes do ponto de vista da conservação, nomeadamente:

sistemas dunares, áreas de floresta e de vegetação arbustiva ou herbácea, áreas com ocupação agrícola e outros meios seminaturais.

Não obstante a relevância ecológica e conservacionista de algumas áreas presentes no concelho, importa sublinhar que as restantes áreas inserem-se num contexto urbano, com pressão antrópica associada, estando frequentemente destituídas dos seus valores naturais originais.

Não obstante a relevância ecológica e conservacionista de algumas áreas do concelho, importa sublinhar que as restantes áreas inserem-se num contexto urbano, com a pressão antrópica associada. A cidade de Pombal, o maior núcleo urbano do município, estabelece um *continuum* humanizado com a envolvente. A marcada presença humana nestas áreas introduziu modificações nos habitats e comunidades biológicas originais. Estas alterações destituíram algumas áreas de qualquer relevo ecológico, embora noutras áreas tenham contribuído para incrementar a sua capacidade de suporte para a fauna, como são exemplo algumas áreas de ocupação agrícola.

7.1.1.2. Recursos hídricos

Quanto aos **recursos hídricos superficiais**, o concelho insere-se maioritariamente na Região Hidrográfica (RH4) (93% da área do concelho) e ainda na RH5 (7%).

Nas linhas de água principais do concelho incluem-se o rio Arunca e a ribeira de Carnide, pertencentes às bacias hidrográficas secundárias integradas na bacia do rio Mondego; a ribeira de Nasce Água, afluente da margem direita do rio Lis e de 2ª ordem na Bacia Hidrográfica daquele rio; e o rio Nabão, afluente da margem esquerda do rio Zêzere e de 3ª ordem, na bacia hidrográfica do rio Tejo. A rede de drenagem é dendrítica, e na sua maioria, as linhas de água são efémeras.

Na bacia hidrográfica do Mondego existem três lagoas permanentes: Lagoa de São José, Lagoa das Correntes e Lagoa dos Linhos. Na envolvente da Lagoa de São José foi desenvolvido o percurso pedestre; as outras duas lagoas apresentam alguns problemas – a lagoa das Correntes devido à elevada captação de água para fins industriais (indústria de celulosos), e a Lagoa dos Linhos devido ao processo de eutrofização natural em curso.

De acordo com o Relatório Técnico para efeitos de Participação Pública do Plano de Gestão das Bacias Hidrográficas dos rios Vouga, Mondego e Lis Integradas na Região Hidrográfica 4 (Consórcio Aquaplan Centro, 2012) espera-se que o estado das massas de água superficiais evolua positivamente, de tal forma que em 2027 todas as massas de água superficiais devem ter atingido o bom estado.

Relativamente às pressões nas massas de água de água superficiais verifica-se que:

- As maiores cargas específicas pontuais de CBO₅ com origem em efluentes domésticos estão associadas à bacia do rio Arunca (superiores a 500 Kg/(ano.Km²));
- As maiores cargas específicas pontuais de CBO₅ com origem em efluentes da indústria transformadora ocorrem nas bacias costeiras (superiores a 500 Kg/(ano.Km²));
- As maiores cargas específicas difusas de N provenientes da agricultura ocorrem nas bacias de Carnide e do Nabão (125-225 Kg/(ano.Km²)), e das explorações pecuárias nas bacias do Lis e de Carnide (superiores a 160 Kg/(ano.Km²));
- As maiores cargas específicas difusas de P provenientes da agricultura ocorrem nas bacias de Carnide, Arunca e Nabão (18-35 Kg/(ano.Km²)) e das explorações pecuárias nas bacias costeiras, do Lis e de Carnide (superiores a 20 Kg/(ano.Km²));
- Os troços do ribeiro do Vale e do ribeiro do Outeiro de Galegos (afluentes do rio Arunca) na passagem da cidade de Pombal estão cobertos numa extensão superior a 1 Km, pelo que se considerou que sobre eles existia uma pressão elevada.

No concelho de Pombal existem 11 estabelecimentos sujeitos a licença ambiental (6 na freguesia de Pombal, 2 na Guia, 2 na Ilha e 1 no Carriço), em torno dos quais deverá ser criado um perímetro de proteção de 100m (CMP, 2011a).

As principais vias de transporte de mercadorias perigosas são, ao nível da rede ferroviária, a linha do Norte e a linha do Oeste, que atravessam o concelho no sentido Norte-Sul e ao nível rodoviário a A1, A17, IC2, IC8 e EN109, ou seja, as vias com maior circulação rodoviária de matérias perigosas (CMP, 2011a). Deste modo, as massas de água nas imediações destas vias são as mais vulneráveis.

Uma vez que o concelho de Pombal tem uma linha de costa de 10km e uma praia do tipo III-Praia do Osso da Baleia, é necessário considerar a eventualidade de acidentes de tráfego marítimo e a ocorrência de poluição por hidrocarbonetos, em toda a sua costa. Segundo o PROT Centro verifica-se baixa a moderada suscetibilidade à contaminação marítima. Esta suscetibilidade poderá assumir valores mais elevados quando ocorrem situações como a lavagem de tanques ao largo da Figueira da Foz (CMP, 2011a).

O concelho é suscetível à ocorrência de acidentes relacionados com o transporte de matérias perigosas, nomeadamente nos gasodutos. A concessão de transporte de gás natural, propriedade da REN Gasodutos, incorpora a atividade de transporte de gás natural em alta pressão, exercida em regime de serviço público através da Rede Nacional de Transporte de Gás Natural que atravessa o concelho no sentido N-S, com gasodutos principais e um sistema de ramais associados, nomeadamente na cidade de Pombal.

Localizam-se no território concelhio: 1 Instalação subterrânea de gás (no Carriço, a 1500 m de profundidade); 4 Estações de Junção¹⁴ (JCT); 2 Estações de redução e medição de gás¹⁵ (GRMS); 1 Estação de seccionamento¹⁶ (BV); 1 Centro de Despacho de Emergência; 1 Delivery Point, a partir do qual se desenvolve a rede de distribuição local; 46 km de gasodutos principais e secundários.

Em termos de vulnerabilidade esta encontra-se associada a toda a área envolvente a esta rede de gasodutos devendo para tal ser cumprida a área servidão a gasodutos de 10m (Decreto-Lei n.º 152/94 de 26 de maio), área na qual deverá ser proibida a edificação, limitada a densidade populacional, o terreno arado não deverá ter uma profundidade superior a 50cm, e proibida a florestação numa faixa de 5m para cada lado da tubagem.

Já a cidade de Pombal é o núcleo populacional que apresenta uma maior suscetibilidade e vulnerabilidade, uma vez que se encontra abastecida por um sistema de condutas de gás natural em pé e em aço de diâmetro de 63, 110, 150 e 200 milímetros e por um gasoduto de 2.º escalão com 200mm (CMP, 2011a).

No que respeita aos **recursos hídricos subterrâneos**, o concelho de Pombal abrange um conjunto significativo de massas de água subterrânea de particular interesse hidrogeológico e que constituem importantes origens de água para os mais diversos usos (abastecimento público, agricultura, pecuária, uso doméstico e industrial) – massas de água subterrânea Leirosa-Monte Real, Louriçal, Sicó-Alvaiázere, Ourém e Orla Ocidental Indiferenciado da Bacia do Mondego.

Das cinco massas de água subterrânea abrangidas pelo concelho destaca-se a de Leirosa-Monte Real, em particular o aquífero costeiro, poroso, multicamada e de elevada produtividade, da Mata do Urso, considerado um recurso estratégico a partir do qual a Câmara Municipal de Pombal pretende assegurar a globalidade das necessidades de água para o consumo humano das populações. É neste contexto que, para este aquífero, estão estabelecidas medidas preventivas destinadas à proteção de uma forma imediata dos recursos hídricos existentes, prevenindo a instalação e ou ampliação de indústrias, atividades e ações potencialmente poluentes na sua área geográfica e, consequentemente, a garantia da preservação qualitativa e quantitativa do recurso água a longo prazo (Aviso da Câmara Municipal de Pombal n.º 5821/2010 de 19 de março).

Considerando a informação disponibilizada no âmbito dos Planos de Gestão das Bacias Hidrográficas dos Rios Vouga, Mondego e Lis (RH4) e do Tejo (RH5), todas as massas de água subterrânea abrangidas pelo concelho foram classificadas em bom estado (quantitativo e químico), cumprindo os objetivos ambientais estipulados pela Diretiva Quadro da Água.

Não obstante, destaca-se a massa de água subterrânea Leirosa-Monte Real por ser uma das que apresenta o maior volume médio anual captado (as captações de água subterrânea correspondem a 47% da recarga média anual a longo prazo) e pelas maiores expectativas de captação no futuro por parte dos atuais utilizadores, ou seja, não só pela Câmara Municipal de Pombal, mas também pelas empresas Águas do Mondego do Grupo Águas de Portugal, S.A. e da REN Armazenagem, S.A.

7.1.1.3. Geologia e geomorfologia

A **geologia** do concelho de Pombal é marcada pelo afloramento de um conjunto de terrenos de natureza sedimentar detrítica e carbonatada (do Jurássico até à atualidade), pertencentes a uma das principais unidades geológicas do território português, a Orla Mesoceno-zóica Ocidental.

Em termos **geomorfológicos** o território do concelho caracteriza-se, de Oeste para Este, por uma planície costeira que se desenvolve a cotas inferiores a 100 m, seguida para o domínio terrestre por uma zona relativamente mais alta, mas aplanada, onde se destacam as planícies aluvionares dos principais cursos de água. No limite oriental do concelho, de forma brusca, associada ao controlo tectónico, eleva-se a Serra de Sicó, que atinge cotas máximas próximas de 550 m.

De forma localizada, sobretudo no limite Sudeste, destacam-se alguns relevos a cotas compreendidas entre os 200 m e os 300 m, associados a rochas de maior resistência à erosão (Complexo Detrítico do Cretácico). As cotas mais baixas e a menor declividade do concelho (cotas inferiores a 50 m e declives inferiores a 8%) ocorrem, para além da planície costeira, ainda associadas aos vales relativamente largos dos principais cursos de água (ribeira de Carnide, rio Arunca e vale de Anços).

Associado ao contexto geológico e geomorfológico regionais e à evolução tectonoestratigráfica da Orla Mesoceno-zóica Ocidental ocorre um conjunto de formas e de registos fósseis de particular importância em termos de **património geológico**. Destacam-se neste âmbito as formas resultantes do modelado cársico na Serra de Sicó e as duas jazidas com ossadas de saurópodes e fósseis de fauna e flora do Jurássico superior encontradas nas localidades de Andrés e Mouriscas.

7.1.1.4. Património cultural

No que se refere ao **património arqueológico e arquitetónico**, as condições naturais da região de Pombal favoreceram desde muito cedo a ocupação humana, sendo bastante diversificados os fatores determinantes para a fixação humana, dependendo os fatores do período histórico a que se reportam.

O concelho é hoje detentor de vilas e aldeias com uma história ancestral, que se pode observar na paisagem e na arquitetura local. O edificado deverá ser o elemento mais visível, como os castelos ou as casas senhoriais, mas há todo um outro património, mais discreto, que é possível observar através das pedras, das inúmeras ocorrências arqueológicas que surgem um pouco por todo o território. Todo este património repercute uma riqueza ímpar que poderá e deverá ser considerada uma mais-valia para a região.

Merece referência a adjudicação, em janeiro de 2011, da construção do Centro Interpretativo e Museu da Serra de Sicó, com o objetivo de potenciar o turismo da natureza, a reunião dos materiais arqueológicos e a divulgação do património histórico e cultural.

Na freguesia da Redinha está sediada desde 1995 a associação Terras de Sicó: Associação de Desenvolvimento. Esta associação tem como objetivo dar resposta ao alargamento de parcerias pelo desenvolvimento do território, centrado no maciço da Serra de Sicó. Um dos principais eixos de atuação é a requalificação do património construído e do património arqueológico. Tem como objetivo futuro consolidar eixos de atuação e potenciar novos projetos, sendo de destacar:

- Publicação de estudo sobre villae romanas, que inclui a georreferenciação através de geofísica aplicada à arqueologia com do recurso à teleinterpretação e posterior escavação. A concretização deste objetivo implica a candidatura ao QREN, de modo a potenciar o território como destino turístico;
- Criação da Grande Rota26 (GR26), já homologada enquanto percurso pedestre, com itinerário já em fase de levantamento, aplicação de sinalética e publicação de guias.
- Publicação de arquivo fotográfico digital com património natural, arqueológico e construído bem como de todas as atividades tradicionais locais;
- Criação de Parque temático, o Jurássico Pombal. Este projeto está associado à presença de dinossauros (vestígios existentes) para promoção turística.

O Plano Diretor Municipal em vigor (RCM n.º 160/95) é omissivo a qualquer referência ao património concelhio ou espaços culturais.

Neste âmbito, existe uma lacuna ao nível do património que deverá ser colmatada através de regulamentação específica elaborada de acordo com o quadro legal vigente a nível nacional (Lei de Bases do Património) e regional (PROT Centro). Refira-se que só com a proteção e salvaguarda do património é possível a construção de expressões culturais identitárias.

Quadro 7.1.1 – Proteção e valorização de recursos naturais e patrimoniais (FCD 1): identificação de tendências de evolução da situação atual na ausência da revisão do Plano Diretor

Indicadores ou questões específicas	Fontes de informação	Tendências passadas e aspetos-chave da situação atual	Evolução da situação atual na ausência do plano, respetivos riscos e oportunidades
<i>Objetivo ambiental relevante: proteger e valorizar as áreas com interesse para a conservação da natureza, conservando e valorizando a biodiversidade</i>			
Conservação da natureza			
Área do concelho integrada no Sítio Sicó/Alvaiázere (ha) e sua afetação/valorização no plano	- Estudos de Caracterização da revisão do PDM - PDM em vigor - Plano sectorial da Rede Natura 2000 (ICNB, 2006)	- O Sítio Sicó/Alvaiázere tem uma área de 31.678 ha, estando 17% da área do Sítio (5.314 ha) integrada no concelho de Pombal, o qual dispõe de cerca de 8% do seu território inserido na Rede Natura. - A área geográfica de Pombal que se encontra classificada no âmbito da Rede Natura abrange essencialmente a serra de Sicó. - No âmbito do PDM em vigor, a área abrangida pelo Sítio Sicó/Alvaiázere enquadra as seguintes classes: predominantemente Espaço Natural Interior, mas também Espaço Florestal, Espaço Agrícola, Espaço Agroflorestal, Espaço Mineiro e Espaço Urbano. Refira-se que até à data, não houve adaptação do PDM de Pombal relacionada com o Sítio. - Os usos do solo existentes são: áreas agro/silvo/pastoris (8%); áreas agrícolas arvenses (2%); áreas agrícolas arbóreo-arbustivas (9%); matos e pastagens naturais (61%); floresta (11%); zonas húmidas (2%); outros (áreas urbanas e industriais, áreas sem coberto vegetal – 7%).	- Manutenção dos atuais fatores de perturbação, manifestados pela pressão antrópica existente (-) - O nível de base de perturbação que marca a situação atual, a manter-se, dificilmente possibilitará a recuperação/criação de novas áreas de relevo conservacionista e, consequentemente, o recrutamento para a área de incidência da revisão do PDM de valores florísticos e faunísticos importantes do ponto de vista da conservação (-) - Ausência de proteção das áreas de elevado valor ecológico que não estão abrangidas por nenhuma figura específica de proteção, uma vez que atualmente a estrutura ecológica municipal não se encontra aprovada para todo o concelho de Pombal. No PDM em vigor, o valor ecológico está maioritariamente associado às áreas integrantes da REN e às classes de Espaço agroflorestal, Espaço florestal, Espaço natural interior e Espaço natural litoral, cujos critérios de delimitação não são suficientemente abrangentes para garantir a proteção de todos os valores naturais relevantes (--)
Habitats naturais e seminaturais constantes do anexo B-I do Decreto-Lei n.º 49/2005 na área do concelho integrada no Sítio Sicó/Alvaiázere (n.º)	- Estudos de Caracterização da revisão do PDM - Diretiva Aves/Habitats (Decreto-Lei n.º 49/2005 de 24 de fevereiro)	- Com uma elevada diversidade de habitats associados ao substrato calcário, no Sítio Sicó/Alvaiázere destacam-se os habitats rupícolas e a respetiva flora associada, constituindo-se esta área como uma das mais importantes para a conservação da flora calcícola. - No concelho de Pombal regista-se a ocorrência de 21 habitats naturais (nomeadamente matos esclerófilos, formações herbáceas naturais e seminaturais), dos quais 6 são habitats prioritários, nomeadamente: 6110 – Prados rupícolas calcários ou basófilos da <i>Alyso-Sedion albi</i>, 6220 – Subestepes de gramíneas e anuais da <i>Thero-Brachypodietea</i>, 8240 – Lajes calcárias, 3170- Charcos temporários mediterrânicos, 91E0- Florestas aluviais de <i>Alnus glutinosa</i> e <i>Fraxinus excelsior</i>, 4020- Charnecas húmidas atlânticas temperadas de <i>Erica ciliaris</i> e <i>Erica tetralix</i>.	

Indicadores ou questões específicas	Fontes de informação	Tendências passadas e aspetos-chave da situação atual	Evolução da situação atual na ausência do plano, respetivos riscos e oportunidades
Espécies de flora e de fauna no anexo B-II do Decreto-Lei n.º 49/2005 na área do concelho integrada no Sítio Sicó/Alvaiázere (n.º)	- Estudos de Caracterização da revisão do PDM - Diretiva Aves/Habitats (Decreto-Lei n.º 49/2005 de 24 de fevereiro)	No concelho de Pombal regista-se a ocorrência de 4 espécies de flora listadas nos anexos B-II e B-IV da Diretiva Habitats, e de 17 espécies de fauna listadas no anexo B-II da Diretiva Habitats (6 das quais prioritárias e 12 listadas também no anexo IV)	A criação do SIC “Sicó/Alvaiázere” foi posterior ao PDM atualmente vigente, pelo que na ausência de revisão deste documento, aquela área classificada permanecerá sem uma abordagem específica neste instrumento de gestão, não estando por isso salvaguardadas as suas orientações de gestão, essenciais para a preservação desta importante área natural (---)
Outras espécies, dos anexos B-IV e B-V do Decreto-lei n.º 49/2005 na área do concelho integrada no Sítio Sicó/Alvaiázere (n.º)	- Estudos de Caracterização da revisão do PDM - Diretiva Aves/Habitats (Decreto-Lei n.º 49/2005 de 24 de fevereiro)	- No concelho de Pombal regista-se a ocorrência de 3 espécies de flora do anexo B-V e 1 espécie do anexo B-IV da Diretiva Habitats e de 5 espécies de fauna do anexo B-IV e uma espécie do anexo B-V. - Na área classificada, no limite da área do concelho de Pombal foi ainda detetada a presença de abrigos de quirópteros e registou-se a ocorrência de valores ictiofaunísticos não migradores importantes do ponto de vista da conservação.	
Área do concelho integrada na Mata Nacional do Urso (ha) e sua afetação/valorização no plano	Estudos de Caracterização da revisão do PDM	- A Mata Nacional do Urso apresenta uma área total de 6.102,46 ha. A área correspondente ao concelho de Pombal, de 4.517,46ha (74% da área total), estende-se numa faixa litoral, com cerca de 10km, e do mar para o interior até uma distância de, aproximadamente, 6km da costa. Localizando-se a Ocidente do concelho, abrange parte das freguesias da Guia e do Carriço. - Pelo seu estatuto de Mata Nacional, encontra-se sujeita ao Regime Florestal Total, aprovado através do Decreto de 24 de dezembro de 1901, ainda vigente. A sensibilidade e vulnerabilidade dos valores ecológicos presentes nesta mata, em termos de habitats, flora e fauna, justificaram ainda a sua inclusão como Biótopo Corine.	
Habitats naturais e seminaturais constantes do anexo B-I do Decreto-Lei n.º 49/2005 na área do concelho integrada na Mata Nacional do Urso (n.º)	- Estudos de Caracterização da revisão do PDM - Diretiva Aves/Habitats (Decreto-Lei n.º 49/2005 de 24 de fevereiro)	Para o concelho de Pombal, Mata Nacional do Urso, podem identificar-se 15 habitats constantes do anexo B-I do Decreto-Lei n.º 49/2005, dos quais 5 são prioritários.	

Indicadores ou questões específicas	Fontes de informação	Tendências passadas e aspetos-chave da situação atual	Evolução da situação atual na ausência do plano, respetivos riscos e oportunidades
Património natural classificado de interesse público e referenciado (n.º)	Estudos de Caracterização da revisão do PDM	- Património Natural Classificado: 2 pinheiros bravos (Carriços), 1 plátano (Louriçal); 1 Carvalho-cerquinho (Santiago de Litém) – beneficia de uma área de proteção de 50 metros de raio, a contar da sua base - Património Natural Referenciado: 4 oliveiras (Redinha) e 1 freixo (Vila Cã)	(ver anterior)
Objetivo ambiental relevante: proteger, conservar e valorizar e os recursos hídricos e assegurar a proteção dos meios aquáticos e ribeirinhos			
Recursos hídricos			
Regiões hidrográficas em que o concelho se insere (% da área do concelho por RH)	InterSIG (INAG)	O concelho de Pombal insere-se na Região Hidrográfica (RH)4 (93% da área do concelho) e na RH5 (7%).	Espera-se que as cargas de origem tóxica que incidem sobre as massas de água superficiais decresçam até 2027 devido à melhoria nos sistemas de tratamento de águas residuais (redução das pressões com origem no setor urbano), devido ao efeito das ações de fiscalização sobre o nível de cumprimento das normas de descarga (redução das pressões com origem nos setores da pecuária e industrial) e à implementação de medidas resultantes dos PGBH. A tendência é também para uma diminuição das cargas difusas de N e P originadas pela atividade agrícola atendendo à redução da área das culturas que mais contribuem para estas cargas, e para uma redução das cargas originadas pela atividade pecuária, devido à redução do número de explorações, à adoção de procedimentos mais adequados de aplicação no solo do chorume e à implementação de medidas resultantes dos PGBH (++)
Bacias abrangidas e tipologia das massas de água superficiais (n.º, identificação)	Plano de Gestão das Bacias Hidrográficas dos Rios Vouga, Lis e Mondego (RH4) e do Tejo (RH5)	- Na RH4, o concelho abrange parte de 3 bacias: Mondego (sub-bacia do Mondego); Costeiras entre o Mondego e Lis e Lis. Na RH5 abrange uma pequena parte da Sub-Bacia do Rio Zêzere. - Os rios inserem-se em 2 tipologias: “Rios do Litoral Centro” e “Depósitos Sedimentares do Tejo e Sado”. A água costeira CWB-II3 insere-se na tipologia “Costa Atlântica Mesotidal Exposta A5”.	
Estado das águas de superfície (n.º de massas de água em estado inferior a bom)	- Plano de Gestão das Bacias Hidrográficas dos Rios Vouga, Lis e Mondego (RH4) - Site da ARH do Tejo: http://www.planotejo.o.arhtejo.pt (nov 2012)	- De acordo com o Relatório Técnico para efeitos de Participação Pública do Plano de Gestão das Bacias Hidrográficas dos rios Vouga, Mondego e Lis Integradas na Região Hidrográfica 4 (Consórcio Aquaplan Centro, 2012), as massas de água superficiais no concelho de Pombal em estado inferior a bom são 6: Ribeira da Carreira (04LIS0706); Rio Arunca (04MON0680); Vala de Anços (04MON0683); Rio Pranto (04MON0691); Leirosa (04NOR0737) e a massa de água costeira CWB-II3 (esta última devido ao parâmetro Nonilfenol). - Na parte do concelho de Pombal integrada na RH5 não existem massas de água em estado inferior a bom.	
Origens de água superficial utilizadas para abastecimento (n.º de captações)	Estudos de Caracterização Territorial da revisão do PDM	Recorre-se à captação de água superficial para consumo humano na Lagoa de Ourão (Ourão 7c), freguesia da Redinha.	

Indicadores ou questões específicas	Fontes de informação	Tendências passadas e aspetos-chave da situação atual	Evolução da situação atual na ausência do plano, respetivos riscos e oportunidades
Volume de água superficial captado para abastecimento (m³/ano)	Estudos de Caracterização Territorial da revisão do PDM	- Em 2009, foram captados 248.316 m³ de água neste local. Recorreu-se ainda à captação de água de origem superficial no poço da Charneca (funcionamento de recurso), na freguesia de Pombal. - Não é captada água em albufeira de águas públicas.	(cont.) Implementação de medidas destinadas à proteção e melhoria do estado das massas de água superficiais, de tal forma que em 2027 todas as massas de água superficiais devem ter atingido o bom estado (+++): Medidas propostas no PGBH da RH4 que deverão contribuir para atingir o bom estado das massas de água superficiais em estado inferior a bom: - Rib.^a de Carreira: aplicação de efluentes agropecuários no solo e cumprimento da diretiva relativa a lamas de depuração (B04.06); programa de restauração ecológica do baixo Lis (B04.18); construção das ETES da RECILIS dos subsistemas do Lis, Batalha e Porto de Mós (B13.33) - Rio Arunca: acompanhamento da fiscalização da aplicação de medidas de caráter agroambiental e dos códigos de boas práticas do setor agropecuário (B04.06); programa de restauração ecológica do Baixo Mondego (B04.22); obras para controlo de aflúncias indevidas aos sistemas de drenagem de águas residuais e à rede hidrográfica (B13.39) - Vale de Anços: programa de restauração ecológica do Baixo Mondego (B04.22); acompanhamento de melhoria do estado da massa de água (S05.05) - Rio Pranto: acompanhamento da fiscalização da aplicação de medidas de caráter agroambiental e dos códigos de boas práticas do setor agropecuário (B04.06); programa de restauração ecológica do Baixo Mondego (B04.22)
Consumo de água por habitante (l/hab/dia)	INSAAR	170 l/hab/dia no ano 2009	
Disponibilidade hídrica nas bacias abrangidas pelo concelho (dam³)	Plano de Gestão das Bacias Hidrográficas dos Rios Vouga, Lis e Mondego (RH4) e do Tejo (RH5)	Disponibilidade hídrica em ano médio nas sub-bacias do concelho integradas na RH4: - sub-bacia do Mondego: 2.480.961 dam³ (10,0% de utilização do recurso) - sub-bacia das Costeiras entre o Mondego e Lis: 50.054 dam³ (8,3% de utilização) - sub-bacia do Lis: 290.095 dam³ (9,8% de utilização do recurso) Disponibilidade hídrica em ano médio na sub-bacia do concelho integrada na RH5: - sub-bacia do Zêzere: 2.057.900 dam³ (9,3% de utilização do recurso)	
Qualidade da água nos rios monitorizados por estações do SNIRH (classes A a E)	Sistema Nacional de Informação de Recursos Hídricos (SNIRH)	- Pela análise dos dados do SNIRH (Sistema Nacional de Informação de Recursos Hídricos), verifica-se que, segundo os parâmetros analisados na estação Ponte Mocate (I3F/04; M=156972; P=346057), a água do rio Arunca, no ano de 2009 foi classificada com a classe C (razoável) - água com qualidade aceitável, suficiente para a irrigação, para usos industriais e produção de água potável após tratamento rigoroso; permite a existência de vida piscícola (espécies menos exigentes) mas com reprodução aleatória é ainda apta para recreio sem contacto direto. Esta classificação C é determinada pelos valores do parâmetro Oxigénio Dissolvido. A evolução da qualidade da água nesta estação foi a seguinte: classe A- ausente; classe B – ano 2006; classe C – anos 1998, 2000, 2004, 2005, 2007 a 2009; classe D – anos 1995, 1996, 2002 e 2003; classe E – 1997, 1999. - A estação de Ponte Banhos (I3E/05; M=147225; P= 347390) monitoriza a água proveniente da Ribeira de Carnide, tendo esta sido classificada em 2009 na classe D (má) - qualidade medíocre, devido aos parâmetros Carência Química de Oxigénio, Azoto Amoniacal e Sólidos Suspensos Totais. A evolução da qualidade da água nesta estação foi a seguinte: classes A, B e C - ausentes; classe D – anos 2006 e 2009; classe E – anos 2007 e 2008.	
Qualidade da água na zona balnear Osso da Baleia entre 2003-2012	Sistema Nacional de Informação de Recursos Hídricos (SNIRH)	Há uma zona classificada como água balnear (costeira) desde 2003: Osso da Baleia. Esta zona apresentou qualidade boa de 2003 a 2009 (DL236/98, 1 de agosto) e excelente em 2010 e 2011 (DL135/09, de 3 de junho).	

Indicadores ou questões específicas	Fontes de informação	Tendências passadas e aspetos-chave da situação atual	Evolução da situação atual na ausência do plano, respetivos riscos e oportunidades
Principais fontes de poluição pontual e difusa (incluindo descargas de hidrocarbonetos e outras substâncias perigosas, descargas de efluentes de agropecuárias, etc.)	- Estudos de Caracterização Territorial da revisão do PDM - Plano de Gestão das Bacias Hidrográficas dos Rios Vouga, Lis e Mondego (RH4) e do Tejo (RH5) - ENEAPAI	- Para as massas de água em estado inferior a bom, indicam-se as principais pressões significativas identificadas no âmbito do PGBH da RH4: - Rib.^a de Carreira: nível de impacte moderado das pressões de origem agrícola e pecuária - Rio Arunca: nível de impacte moderado das pressões de origem agrícola e industrial - Vale de Anços: nível de impacte moderado das pressões de origem agrícola - Rio Pranto: nível de impacte elevado das pressões de origem agrícola - Leirosa: nível de impacte reduzido das pressões de todas as origens - CWB-II3: nível de impacte reduzido das pressões de todas as origens; a classificação do estado inferior a bom ficou a dever-se ao parâmetro nonilfenol - O concelho de Pombal integra-se no Núcleo de Ação Prioritária 8 da ENEAPAI (núcleo misto de suínos, aves e lagares). A gestão dos efluentes pecuários do concelho passa pela valorização agrícola na exploração dos resíduos agrícolas, quando associada às explorações pecuárias ou de detenção caseira, ou pela existência de unidades autónomas de biogás ou de compostagem de efluentes pecuários - No concelho existem 11 estabelecimentos sujeitos a licença ambiental - A bacia do rio Arunca encontra-se particularmente sujeita ao risco de poluição accidental decorrente da presença de diversas instalações PCIP. Verifica-se ainda a presença de uma área suscetível relativamente ao transporte de materiais perigosos (no eixo Batalha-Marinha Grande/Leiria) - Os locais com maior vulnerabilidade à ocorrência de acidentes de poluição associados ao transporte de mercadorias perigosas são os pontos de cruzamento entre as massas de água e as vias com maior circulação de matérias perigosas, ou seja, as linhas do Norte e do Oeste, que atravessam o concelho no sentido Norte-Sul (a nível ferroviário) e a A1, A17, IC2, IC8 e EN109 - Segundo o PROT Centro verifica-se baixa a moderada suscetibilidade à contaminação marítima, nomeadamente, por hidrocarbonetos - O concelho é suscetível à ocorrência de acidentes relacionados com o transporte de matérias perigosas, nomeadamente nos gasodutos, que percorrem o concelho numa extensão de 46 km (gasodutos principais e secundários). A cidade de Pombal é o núcleo populacional que apresenta uma maior suscetibilidade e vulnerabilidade	(cont.) - Leirosa: investigação das causas do estado inferior a bom (A03.01) - CWB-II3: fiscalização das condições de descarga das indústrias (B10.06); construção das ETES da RECILIS dos subsistemas do Lis, Batalha e Porto de Mós (B13.33)

Indicadores ou questões específicas	Fontes de informação	Tendências passadas e aspetos-chave da situação atual	Evolução da situação atual na ausência do plano, respetivos riscos e oportunidades
• Massas de água subterrânea presentes (n.º, identificação)	• Plano de Gestão das Bacias Hidrográficas dos Rios Vouga, Lis e Mondego (RH4) e do Tejo (RH5)	• O concelho abrange 5 massas de água subterrânea, delimitadas ao abrigo da implementação da Diretiva Quadro da Água: Leirosa-Monte Real, Lourical, Sicó-Alvaiázere, Ourém e Orla Ocidental Indiferenciado da Bacia do Mondego.	• Aumento da pressão sobre a massa de água subterrânea Leirosa-Monte Real/Aquífero da Mata do Urso em virtude da concentração das extrações para abastecimento público de Pombal, embora tenham sido estudadas as condições necessárias a garantir a sustentabilidade das mesmas (-) • Intenção de aumentar os consumos em captações privadas a partir do Aquífero da Mata do Urso, devendo as condições de exploração do mesmo estar subjacentes a uma exploração sustentável e que minimize eventuais fenómenos de sobre-exploração (-) • As alterações climáticas e a previsível subida do nível médio do mar poderão potenciar o avanço da interface água doce/água salgada e afetar a qualidade da água da massa de água subterrânea Leirosa-Monte Real (---) • Implementação, de acordo com os PGBH da RH4 e RH5, de medidas destinadas à proteção e melhoria da qualidade e da quantidade das massas de água subterrânea atualmente em estado bom (+++) • Respeito pelas condicionantes estipuladas no Decreto-Lei n.º 382/99 de 22 de setembro, bem como nas Portarias e Resoluções do Conselho de Ministros que aprovam os perímetros de proteção das captações do concelho (sem riscos ou oportunidades)
• Estado das águas subterrâneas (n.º de massas de água em estado inferior a bom)	• Plano de Gestão das Bacias Hidrográficas dos Rios Vouga, Lis e Mondego (RH4) e do Tejo (RH5)	• Não obstante as pressões pontuais (urbanas, industriais e pecuárias) e difusas a que são sujeitas as massas de água subterrânea, todas apresentam um estado químico bom, cumprindo os objetivos estipulados pela Diretiva Quadro da Água. • Todas as massas de água subterrânea abrangidas pelo concelho foram classificadas em bom estado quantitativo. No caso da massa de água subterrânea Leirosa-Monte Real, e atendendo que as extrações já são atualmente significativas (extrações correspondem a 47% da recarga média anual a longo prazo), o PGBH da RH4 salienta a necessidade de uma gestão rigorosa para garantir a sua sustentabilidade e evitar a degradação do seu estado quantitativo atual.	
• Vulnerabilidade à poluição das massas de água subterrâneas (classes reduzida, média, elevada)	• Estudos de Caracterização Territorial da revisão do PDM	• Pelas suas características geológicas e hidrogeológicas o aquífero da Mata do Urso possui uma elevada vulnerabilidade à poluição. Também a massa de água subterrânea Sicó-Alvaiázere, devido ao meio de escoamento cárstico, possui uma vulnerabilidade à poluição elevada a média-elevada. As restantes massas de água subterrânea, devido à intercalação de formações detriticas porosas e permeáveis com outras de reduzida permeabilidade, possuem vulnerabilidade moderada a reduzida.	
• Origens de água subterrânea (n.º de captações)	• Sistema Nacional de Informação de Recursos Hídricos (SNIRH) • INSAAR • Estudos de Caracterização Territorial da revisão do PDM	• No concelho de Pombal estão atualmente inventariadas 109 captações privadas de água subterrânea e, em 2009, existiam 32 captações de água subterrânea destinadas ao abastecimento público (SNIRH, 2011). • Na parte Nordeste do concelho, correspondente ao vale do Anços, ocorrem duas grandes nascentes de caráter permanente (Olhos de Água e Ourão), cuja água é também utilizada para abastecimento público. • O abastecimento das populações do concelho é assegurado por diversas origens subterrâneas, prevendo a CMP reformular o sistema de abastecimento público para que a massa de água subterrânea Leirosa-Monte Real (aquiífero da Mata do Urso) passe a assegurar a totalidade das extrações para este fim. Para esta reserva estratégica de água estão proibidas diversas atividades, ações e ocupações do solo (Aviso nº 5821/2010 de 19 de março).	

Indicadores ou questões específicas	Fontes de informação	Tendências passadas e aspetos-chave da situação atual	Evolução da situação atual na ausência do plano, respetivos riscos e oportunidades
• Volume de água subterrânea captado para abastecimento (m³/ano)	• CM Pombal (2011)	• Em 2011, nas captações subterrâneas de abastecimento público localizadas no concelho, foram extraídos cerca de 3.750.083 m³.	(ver anterior)
• Volume de água extraído em captações de água subterrânea com perímetros de proteção (m³/ano)	• CM Pombal (2011)	• A partir das captações de água subterrânea com perímetros de proteção já aprovados, em 2011, foram extraídos 705 124 m³ • A partir das nascentes de Ourão e de Anços foram extraídos, em 2011, 214.480 m³	
• Perímetros de proteção aprovados para as captações de água subterrânea para abastecimento público (n.º)	• Sistema Nacional de Informação de Recursos Hídricos (SNIRH) • Estudos de Caracterização Territorial da revisão do PDM • Diário da República	• Estão aprovados os perímetros de proteção das captações localizadas nas margens do ribeiro do Degolaço (RCM n.º 34/2006 de 28 de março), na Mata do Urso (RCM n.º 58/2007 de 24 de abril), das captações 12B (JK1), 12C (MF7) e 12D (SL2) (Portaria n.º 347/2012 de 29 de outubro), 15A (MF3), 15B (JK3), 15C (MF12), 15D (MF14) (Portaria n.º 357/2012 de 31 de outubro), P1-200, P2-200 e P2-100C (Portaria 34/2013 de 29 de janeiro), 4A(AC1), 31A(JK7) e 31B(MF6) (Portarias n.º 72/2013 e n.º 73/2013 de 15 de fevereiro), 34B(MF10) e 34C(MF15) (Portaria n.º 77/2013 de 18 de fevereiro),e das nascentes de Ourão 8A (SO1) e de Anços 8B (MF2) (Portaria n.º 395/2012 de 30 de novembro)	
Objetivo ambiental relevante: conservar os valores geológicos e geomorfológicos e utilizar a riqueza em termos de recursos geológicos de forma ambientalmente sustentável			
Geologia e geomorfologia			
• Geologia do concelho (% de tipos de rochas aflorantes, nº de unidades geológicas e estruturais abrangidas)	• Carta Litológica de Portugal, à escala 1:1 000 000 • Estudos de Caracterização Territorial da revisão do PDM	• A geologia do concelho é marcada pelo afloramento de rochas sedimentares detríticas e carbonatadas, pertencentes à vasta série sedimentar que compõe a Orla Mesoceno­zóica Ocidental. • O concelho abrange três unidades estruturais: Maciço Jurássico, na extremidade Oriental; Bacia Terciária, na parte central, e Diapiro de Monte Real, na parte Ocidental.	• Eventual desenvolvimento de trabalhos paleontológicos tendo em vista o aprofundamento do conhecimento e da importância das jazidas fossilíferas descobertas em Andrés e Mouriscas, estas últimas ainda com um reduzido número de estudos (++) • Situações pontuais de instabilidade de vertentes mais declivosas da Serra de Sicó (-)

Indicadores ou questões específicas	Fontes de informação	Tendências passadas e aspetos-chave da situação atual	Evolução da situação atual na ausência do plano, respetivos riscos e oportunidades
Geologia do concelho (% de tipos de rochas aflorantes, nº de unidades geológicas e estruturais abrangidas) (cont.)	(ver anterior)	8% das litologias do concelho correspondem a litologias recentes (materiais aluvionares, dunas e areias eólicas), 30% a areias, calhaus rolados, arenitos pouco consolidados e argilas do Plio-Plistocénico, 22% a arenitos, calcários mais ou menos margosos, areias, cascalheiras e argilas do Mio-Pliocénico, 15% a arenitos, conglomerados, calcários, calcários dolomíticos, calcários margosos e margas do Paleogénico e 25% a rochas carbonatadas e detríticas do Jurássico.	(cont.) - Previsível aumento do número de explorações em virtude da revelação de recursos geológicos pelos trabalhos de prospeção e pesquisa atualmente em curso (++) - Manutenção da situação de conflito entre as extrações atuais e as áreas de expansão com as classes de espaço que não estão designadas no PDM em vigor como espaços mineiros (---)
Relevo do concelho (% das classes altimétricas principais, % de declives)	Estudos de Caracterização Territorial da revisão do PDM	- O concelho apresenta uma variação altimétrica expressiva do litoral (cotas inferiores a 50 m) para o interior. As cotas mais altas localizam-se na parte Este (superiores a 550 m) e Sudeste do concelho (entre os 200 m e os 300 m), atingindo o valor máximo no topo da Serra do Sicó. Cerca de 96% do concelho encontra-se a altitudes abaixo dos 300 m. - Grande parte do território apresenta um relevo suave a moderado, estando as zonas mais declivosas (superiores a 30%) associadas às vertentes da Serra de Sicó e às margens da ribeira de Carnide e afluentes. As zonas planas (declives inferiores a 3%) correspondem à planície litoral e às baixas aluvionares, sobretudo do vale do rio Arunca. Cerca de 92% do concelho apresenta declives inferiores a 16%.	
Património geológico, geomorfológico e paleontológico do concelho (n.º de ocorrências; identificação)	- Estudos de Caracterização Territorial da revisão do PDM - Dantas et al (1999)	- A Serra de Sicó encerra um vasto conjunto de formas geomorfológicas, características do modelado cársico (dolinas, canhões flúviocársicos, lapíás, algares, nascentes, entre outras), de particular interesse enquanto geomonumentos. O LNEG identifica ainda como património geológico de importância regional o Canhão do Vale do Poio, vale flúviocársico, situado a cerca de 4,3 Km a SE da povoação de Redinha na região da Serra do Sicó-Degracias. - No concelho ocorre ainda importante património paleontológico, com particular destaque para as ossadas de dinossáurios saurópodes e fósseis de fauna e flora do Jurássico superior encontradas nas localidades de Andrés (com idade compreendida entre os 148 e os 155 milhões de anos) e Mouriscas. Particular destaque para as ossadas de <i>Allosaurus fragilis</i> de Andrés, descoberto em 1988, e que representa a primeira espécie de dinossáurios conhecida em dois continentes distintos (América e Europa).	

Indicadores ou questões específicas	Fontes de informação	Tendências passadas e aspetos-chave da situação atual	Evolução da situação atual na ausência do plano, respetivos riscos e oportunidades
Exploração de recursos geológicos por freguesia (n.º e tipos de recursos explorados)	- Estudos de Caracterização Territorial da revisão do PDM - Direção-Geral de Energia e Geologia (DGEG) - Laboratório Nacional de Energia e Geologia (LNEG)	- Verifica-se uma significativa relevância dos recursos geológicos, atestada pelas diversas explorações (caulino a maioria) e contratos de prospeção e pesquisa, sobretudo de caulino, mas também de salgema, quartzo e feldspato. Atualmente existem explorações que se desenvolvem fora da classe de espaço mineiro considerada no PDM em vigor. - Estão atualmente definidas áreas cativas para efeitos de exploração de argilas (Portaria n.º 448/90 de 16 de junho e Portaria n.º 733/94 de 12 de agosto). O concelho de Pombal abrange ainda áreas de reserva para argilas especiais (Decreto Regulamentar n.º 31/95 de 22 de novembro). Encontram-se atualmente em exploração: 3 pedreiras de calcários (freguesias de Redinha, Vila Cã e Pombal) - Diversas explorações de argilas comuns (freguesias de Carriço, Albergaria dos Doze, S. Simão de Litém, Pelariga, Redinha e Pombal) - Diversas explorações de argilas especiais (freguesias de Meirinhas, Vermoil, Pombal e Redinha) - Três explorações de areias especiais (freguesia da Guia e de Carriço) - Diversas explorações de saibros (freguesias de Pelariga, Pombal, Redinha e Albergaria dos Doze) - O concelho de Pombal abrange, no seu extremo Sudoeste, o Diapiro de Monte Real, ao qual se encontram associadas formações salíferas de particular interesse enquanto recurso geológico. O aproveitamento do salgema extraído na freguesia de Carriço tem deixado disponíveis cavernas com boas condições de armazenagem, e em segurança, de combustíveis líquidos ou gasosos, estando atualmente algumas delas a funcionar como locais de armazenamento de gás natural.	(ver anterior)
Pedreiras licenciadas e não licenciadas por freguesia (ha; n.º)	Estudos de Caracterização Territorial da revisão do PDM	- No concelho existem 74,3 ha de pedreiras não licenciadas (0,1% da área do concelho), nas freguesias de Albergaria dos Doze (1,9 ha), Carriço (2,64 ha), Ilha (1,13 ha), Lourical (2,38 ha), Meirinhas (4,51 ha), Pelariga (2,7 ha), Pombal (45,21 ha), Redinha (4,01 ha) e Vila Cã (9,83 ha) - No concelho existem 709 ha de pedreiras licenciadas (1,1%). Das 39 pedreiras licenciadas (2 em Albergaria dos Doze, 1 no Carriço, 3 na Guia, 1 em Meirinhas, 10 em Pombal, 15 em Redinha, 2 em Santiago de Litém, 1 em São Simão de Litém, 3 em Vermoil e 1 em Vila Cã), nem todas em lavra ativa	

Indicadores ou questões específicas	Fontes de informação	Tendências passadas e aspetos-chave da situação atual	Evolução da situação atual na ausência do plano, respetivos riscos e oportunidades
Pedreiras licenciadas e não licenciadas por freguesia (ha; n.º) (cont.)	(ver anterior)	21 explorações não são tituladas por licença, mas foram sujeitas a apreciação com vista à sua regularização, nos termos do art.º 5.º do Decreto-Lei n.º 340/2007 de 12 de outubro 10 explorações foram sujeitas a adaptação nos termos do art.º 4.º do Decreto-Lei n.º 340/2007 de 12 de outubro - Existem cinco (5) pedreiras em fase de licenciamento/proposta – intenção de licenciamento/instrução de licenciamento - Das pedreiras não licenciadas: 3 estão em fase de recuperação paisagística, 2 estão em estado de abandono, 5 estão totalmente recuperadas	(ver anterior)
Objetivo ambiental relevante: conservar e valorizar o património arqueológico e arquitetónico			
Património cultural			
Património arqueológico classificado e referenciado (n.º)	- Base de dados Endovellicus (DGPC) - Bibliografia da especialidade - Estudos de Caracterização Territorial da revisão do PDM	- Na área do plano estão registados 123 sítios arqueológicos, distribuindo-se por freguesia do seguinte modo: Abiúl – 9 registos; Albergaria dos Doze – 3 registos; Almagreira – 2 registos; Carnide – 1 registo; Carriço – 8 registos; Ilha – 2 registos; Louriçal – 6 registos; Mata Mourisca – 3 registos; Pelariga – 2 registos; Pombal – 60 registos; Redinha – 13 registos; Santiago do Litém – 3 registos; S. Simão de Litém – 2 registos; Vermoil – 6 registos; Vila Câ – 3 registos. 1 sítio encontra-se classificado como de Interesse Municipal: Abrigo com gravuras rupestres no Vale do Poio Novo (Redinha)	Manutenção dos vestígios patrimoniais em condições idênticas às atuais, ou seja, protegidos pelo quadro legal nacional e regional em vigor, apesar de o PDM não definir qualquer proteção (-)
Património arquitetónico classificado, em vias de classificação e com potencial interesse cultural (n.º)	- Base de dados da Direção Geral do Património Cultural (DGPC) - Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana (IHRU) - Estudos de Caracterização Territorial da revisão do PDM	3 imóveis classificados de Interesse Nacional: Igreja do Convento do Louriçal (Louriçal); Torre do Relógio Velho (Pombal); Castelo de Pombal 11 imóveis classificados como de Interesse Público: Ermida de Nossa Senhora da Guia; Pelourinho do Louriçal; Capela da Misericórdia do Louriçal; Pelourinho de Pombal (em fragmentos); Celeiro do Marquês de Pombal (antigo), ou "Celeiro da Quinta da Gramela" (Pombal); Pelourinho de Redinha; Igreja de Nossa Senhora da Conceição, matriz de Redinha; Arco Manuelino (Abiúl); Igreja Matriz de Nossa Senhora das Neves; Casa Arte Nova; Igreja de S. Tiago, Matriz do Louriçal 3 imóveis reconhecidos e referenciados pelo seu interesse arquitetónico: Nicho Seiscentista (pertencente à antiga Capela do Paço dos Duques de Aveiro); Forno de Abiúl; e Escola Industrial e Comercial de Pombal	- Todo o património arqueológico encontra-se, de um modo geral, sujeito a um desgaste e/ou destruição em consequência da erosão e intempéries naturais (-) - Risco de destruição do património desconhecido e do já inventariado através de ações não controladas promovidas por particulares ou por projetos isentos de estudos e de medidas da especialidade (---)

Indicadores ou questões específicas	Fontes de informação	Tendências passadas e aspetos-chave da situação atual	Evolução da situação atual na ausência do plano, respetivos riscos e oportunidades
Património arquitetónico classificado, em vias de classificação e com potencial interesse cultural (n.º) (cont.)	(ver anterior)	- O número de registos de edifícios de valor arquitetónico não classificados por freguesia é o seguinte: Abiúl – 4 registos; Carriço – 1 registo; Louriçal – 3; registos; Pombal – 25 registos; Redinha – 4 registos - O município encontra-se a reunir elementos para a instrução de processos de classificação de 1 imóvel como de interesse nacional, 8 como de interesse público e 7 como de interesse municipal	(ver anterior)

Legenda:

	Elevado(a)	Médio(a)	Baixo(a)
Risco	---	--	-
Oportunidade	+++	++	+

7.1.2. Efeitos significativos, oportunidades e riscos e medidas específicas

No **quadro 7.1.2** identificam-se os efeitos significativos da revisão do Plano Diretor relativamente ao **FCD Proteção e valorização dos recursos naturais e patrimoniais**, relacionando-os com os objetivos ambientais relevantes anteriormente identificados. São também avaliadas, em associação a cada um dos objetivos, as oportunidades e os riscos decorrentes da implementação da revisão do Plano Diretor, assim como propostas medidas específicas consideradas necessárias para a concretização do mesmo.

No que se refere ao critério de avaliação “Conservação da natureza”, as oportunidades de maior importância identificadas decorrem da consideração, no novo PDM, da existência da área classificada no Plano sectorial da Rede Natura 2000 “SIC Sicó/Alvaiázere”, o que vem conferir concordância legal entre estes dois instrumentos de ordenamento do território, passando o PDM a traduzir a nível concelhio as orientações de gestão da Rede Natura 2000 e a conservação desta área de elevado valor ecológico. A concretização das orientações de gestão contidas no Plano sectorial referido passa, ao nível do PDM, pela atribuição de classes e categorias de uso do solo que garantam a prossecução dessas medidas, nas diferentes áreas existentes no interior do SIC, o que levou também à identificação de oportunidades relevantes, nos casos aplicáveis.

Outras oportunidades relevantes relacionadas com o critério de avaliação “Conservação da natureza” incluem: a valorização das áreas ecologicamente relevantes existentes no concelho (SIC Sicó/Alvaiázere, Mata Nacional do Urso e cursos e linhas de água) e a proteção dos habitats e espécies que lhes estão associadas, através da sua inclusão em classes e categorias de uso do solo concordantes, e da criação da Estrutura Ecológica Municipal (EEM) que as inclui.

No âmbito do critério de avaliação “Conservação da natureza”, não são identificados riscos resultantes da implementação do PP.

No que respeita ao objetivo *Proteger, conservar e valorizar e os recursos hídricos e assegurar a proteção dos meios aquáticos e ribeirinhos*, o plano consubstancia um conjunto de disposições que contribuem para este objetivo ambiental.

Os leitos e margens de cursos de água foram identificados de acordo com os critérios indicados no relatório da revisão do Plano Diretor e considerados na Reserva Ecológica Nacional (REN), que inclui também outras áreas relevantes para a sustentabilidade do ciclo hidrológico terrestre, para a proteção do litoral e para a prevenção de riscos naturais.

No caso das águas navegáveis ou flutuáveis, a largura da servidão aplicável é de 30 m, e para as restantes águas (não navegáveis nem flutuáveis) é de 10 m (Lei n.º 54/2005, de 29 de dezembro, e Decreto-Lei n.º 130/2012, de 22 de junho).

O domínio público hídrico é integrado nas condicionantes da revisão do Plano Diretor e considerado na rede fundamental de conservação da natureza (na Estrutura Ecológica Municipal e na Reserva Ecológica Nacional), com salvaguarda no âmbito do respetivo regime jurídico.

O regulamento do Plano Diretor (2014b) apresenta disposições direcionadas para minimização da artificialização das linhas de água e para evitar a destruição de vegetação ripícola, em particular:

- nas áreas fundamentais e áreas complementares-tipo I da Estrutura Ecológica Municipal, não é admitida a artificialização das linhas de drenagem natural nem o corte ou arranque de folhosas ribeirinhas associadas a galerias ripícolas; adicionalmente, as edificações admitidas nas áreas fundamentais e edificabilidade em áreas complementares tipo-I deverão garantir um afastamento mínimo de 20 metros à margem das linhas de água;
- no espaço florestal de conservação não é admitida a destruição de linhas de drenagem e as ações de gestão florestal devem adequar-se à proteção da rede hidrográfica;
- no espaço natural são interditas todas as operações que possam conduzir a alterações relativas aos planos e cursos de água, nomeadamente, alteração da morfologia das margens, impermeabilização, assoreamento e drenagem, a destruição parcial da vegetação ripícola e aquática, e a destruição e/ou alteração do traçado das linhas de drenagem natural;
- como disposição comum a solo rural e urbano, a viabilização de qualquer atividade ou instalação abrangida nos usos admitidos em cada categoria e subcategoria de uso do solo só pode ocorrer quando, entre outras, não ocorra a artificialização das linhas de drenagem natural, nem o corte ou arranque de folhosas ribeirinhas associadas a galerias ripícolas, bem como de espécies autóctones e ainda das espécies protegidas pela legislação específica.

O regulamento citado inclui também várias disposições dirigidas à prevenção do risco de poluição das águas e para melhorar a sua qualidade.

Tanto em solo rural como urbano, o município pode exigir a apresentação de projetos que incorporem medidas de salvaguarda para garantir o controlo de efluentes (art. 43), prevendo a infraestruturação prévia às operações urbanísticas ou alternativamente a instalação de soluções individuais adequadas que viabilizem a futura ligação às redes públicas (art. 44). As soluções individuais estão previstas em regulamento, ao nível dos aglomerados rurais (art. 82) e das áreas de edificação dispersa (art. 85).

O plano reserva espaços para a instalação de infraestruturas ambientais cujo funcionamento deverá contribuir para a redução das cargas poluentes de origem doméstica e industrial que atualmente afluem aos recursos hídricos superficiais do município.

Em solo rural, e especificamente no que respeita às instalações agropecuárias o regulamento condiciona a sua legalização, entre outros aspetos, à ligação a sistemas de tratamento e recolha de efluentes, quando existentes, ou, quando tal não suceda, à criação de fossas estanques ou outras soluções que assegurem que os efluentes têm um tratamento e destino adequados (art.º 48). Prevê ainda que nos espaços agrícolas e florestais de produção, nas instalações destinadas a explorações pecuárias, sejam assegurados sistemas de tratamento e gestão de resíduos e efluentes, desde a produção, recolha, armazenamento, encaminhamento, tratamento e destino final, em conformidade com a legislação em vigor, e adotar boas práticas ambientais de modo a impedir a poluição dos solos e das águas.

Por fim, prevê-se que, para os espaços afetos à atividade industrial (art.º 81) e espaços de atividades económicas (art.º 109), os efluentes produzidos, provenientes da atividade industrial, sejam alvo de tratamento prévio antes da sua descarga na rede pública ou meio recetor, por meio de soluções adequadas e em conformidade com a legislação em vigor.

Quanto às explorações de recursos minerais o regulamento prevê que as mesmas considerem as regras e as normas técnicas adequadas à extração, bem como o equilíbrio com o meio ambiente e salvaguarda dos valores ambientais. Prevê ainda que, nas áreas abandonadas sem o cumprimento da recuperação ambiental, as responsabilidades sejam acometidas ao proprietário do terreno, que terá que executar as medidas que vierem a ser determinadas pelas entidades competentes.

O regulamento do Plano Diretor (2014b) contempla ainda disposições relacionadas com a eficiência da gestão dos recursos hídricos, nomeadamente no que respeita aos empreendimentos turísticos (promoção da reutilização das águas residuais e pluviais).

No espaço natural é interdita qualquer atividade que comprometa a qualidade da água.

A interdição a certos usos efetuada em regulamento em zonas inundáveis contribui também para prevenir o risco de poluição das águas e a alteração do sistema de escoamento natural. Nestas zonas preconiza-se a utilização de materiais permeáveis em passeios, calçadas, praças, ciclovias e estacionamento.

O abastecimento público de água integrado à totalidade do concelho deverá ser feito a partir de origens subterrâneas.

O Programa de Execução do PDM prevê um conjunto de medidas que contribuem para a prevenção e melhoria do estado das massas de água (ver **Quadro A.3.5** no **Anexo 3**).

No que diz respeito aos recursos hídricos subterrâneos a revisão do PDM de Pombal não prevê ocupações, usos ou transformações do solo suscetíveis de gerar efeitos negativos significativos e contribuir para a afetação do bom estado químico e quantitativo das cinco massas de água subterrânea que o concelho abrange.

No âmbito da revisão do PDM de Pombal foi significativamente incrementada a área de REN relativa a áreas de máxima infiltração, situação que constitui um efeito positivo muito significativo para os recursos hídricos subterrâneos. De facto, estas áreas assumem papel de relevância significativa na recarga dos aquíferos e na qualidade das águas subterrâneas, uma vez que a sua ocupação deve ter uma utilização condicionada. De todas as áreas de máxima infiltração delimitadas destacam-se a extensa área ocupada por formações carbonatadas da massa de água subterrânea de Sicó-Alvaiázere e por dunas, sobre o aquífero da Mata do Urso, e que neste último caso na REN em vigor não estava incluída em área de máxima infiltração.

Sendo as zonas de máxima infiltração especialmente favoráveis à alimentação dos aquíferos em profundidade, a sua ocupação por espaço agrícola de produção favorece uma pressão difusa sobre as massas de água subterrânea. Neste caso o efeito negativo na qualidade da água dependerá das práticas agrícolas, em particular do cumprimento do Código de Boas Práticas Agrícolas, e da vulnerabilidade à poluição das massas de água subterrânea. O potencial efeito negativo para a qualidade da água subterrânea revela-se de maior importância sobre a massa de água subterrânea de Sicó-Alvaiázere, em que a vulnerabilidade à poluição é elevada. Embora ocupando áreas muito menores, estão também previstos espaços agrícolas de produção sobre a massa de água subterrânea Leirosa-Monte Real. Sendo esta uma massa de água subterrânea de extrema importância para o abastecimento público de Pombal justifica-se particular atenção às práticas agrícolas sobre a sua área de máxima infiltração.

Sobre as áreas de máxima infiltração estão previstos usos do solo que permitem a edificação e, consequentemente, a impermeabilização. Não obstante, os efeitos negativos decorrentes da diminuição de áreas de recarga preferencial das massas de água subterrânea, estes não serão particularmente significativos face à extensão destes grandes reservatórios de água.

Um dos efeitos particularmente positivos do PDM é prever que sejam definidos perímetros de proteção de todas as nascentes do concelho e que até os mesmos estarem aprovados determinadas atividades, num raio de 500 m em torno da emergência, só podem ocorrer desde que demonstrado que não afetam a qualidade e a quantidade do recurso (Artigo 22º). Para além de contribuir para a salvaguarda da integridade das nascentes, refira-se que ao abrigo da Diretiva Quadro da Água o estado das massas de água subterrânea depende do seu contributo para a garantia do bom estado de conservação dos ecossistemas associados e dependentes. De acordo com o PGBH da RH4, pelo menos o Sítio Comunitário de Sicó-Alvaiázere tem ecossistemas potencialmente dependentes das massas de água subterrânea. Contudo, sendo este um domínio do conhecimento com necessidade de aprofundamento é possível que possam existir mais situações desta natureza e a adoção de uma medida deste tipo adquire um importante significado para garantir a manutenção do bom estado dos recursos hídricos subterrâneos.

A revisão do PDM de Pombal estabelece um conjunto de condicionantes à ocupação e utilização do solo tendo em vista a proteção do aquífero da Mata do Urso e das captações de água subterrânea destinadas ao abastecimento público (Artigos 20º e 21º, respetivamente), correspondendo a um efeito positivo particularmente significativo da revisão do Plano Diretor.

Há contudo uma situação neste aquífero que merece particular atenção. Existem perímetros de proteção (intermédia e alargada) de captações de abastecimento público (captações PS1 e PS2 da Mata do Urso, Resolução do Conselho de Ministros nº 58/2007 de 24 de abril) que coincidem com uma área de exploração complementar de recursos geológicos, a qual abrange áreas concessionadas para a exploração de salgema (contrato de concessão de exploração datado de 16 de dezembro de 1992, publicado em 16 de março de 1993 e posteriores adendas datadas de 1992, 1993 e 2012) e armazenamento subterrâneo de gás natural em cavidades (Resoluções do Conselho de Ministros nº 106/2006 e nº107/2006 de 23 de agosto).

Atualmente, a Câmara Municipal de Pombal, encontra-se a rever os perímetros de proteção destas captações e o projeto de construção das três cavidades para o armazenamento subterrâneo de gás natural nesta zona foi sujeito a procedimento de Avaliação de Impacte Ambiental, tendo a Declaração de Impacte Ambiental, datada de 25 de março de 2013, estipulado a necessidade de verificação da compatibilidade da área de execução de uma das cavernas (RENC-8) com os referidos perímetros de proteção.

Mesmo sem estarem aprovadas as alterações aos perímetros de proteção, o PDM prevê no ponto 3 do Artigo 75º que só seja permitida a execução de cavidades para armazenagem de gás natural desde que não interfiram com as infraestruturas destinadas ao abastecimento público de água e os perímetros de proteção das respetivas captações.

Considerando os regimes jurídicos subjacentes, quer às concessões de exploração de recursos geológicos e de armazenamento subterrâneo de gás natural, quer à delimitação de perímetros de proteção de captações, quer ainda ao procedimento de impacte ambiental, não são expectáveis potenciais interferências com o nível piezométrico que afetem a produtividade das captações de abastecimento público.

Existem outras situações de captações de abastecimento público, com perímetros de proteção aprovados, que coincidem com espaços florestais de produção e de uso múltiplo agrícola e florestal – tipo II, e em que por serem áreas de reconhecido potencial geológico podem vir a ser alvo de futuro aproveitamento (captações 8A (SO1) e 8B (MF2) -Portaria nº 395/2012 de 30 de novembro; captações 15A (MF3), 15B (JK3), 15C (MF12) e 15D (MF14) - Portaria n.º 357/2012, de 31 de outubro; e captações 12B(JK1), 12C(MF7) e 12D(SL2) - Portaria n.º 347/2012 de 29 de outubro). Para salvaguardar a qualidade e a quantidade dos recursos extraídos nas captações de abastecimento público o Regulamento do PDM permite a exploração de recursos geológicos nestas classes de espaço desde que, em conjunto com outras condições, não abranjam perímetros de proteção de captações de abastecimento público ou nascentes.

Associado ao enquadramento geológico e geomorfológico, o concelho de Pombal possui um importante e vasto conjunto de geoformas, sobretudo relacionadas com a morfologia cársica (algares, grutas, lapiás, canhões, escarpas, entre outras que ocorrem na Serra de Sicó). Estas geoformas integram áreas de elevado valor natural sensíveis ou menos sensíveis à perturbação humana e estão incluídas na estrutura ecológica municipal, sobretudo em áreas fundamentais (*non aedificandi*), mas também complementares. Este reconhecimento do valor e importância do património geológico e geomorfológico constitui um efeito positivo do PDM para a proteção, conservação e valorização do mesmo.

A revisão do PDM contempla ainda uma área de valor paleontológico (em Andrés, onde foram descobertas, em 1988, ossadas de dinossáurio saurópodes e fósseis de fauna e flora do Jurássico superior) e define restrições ao uso do solo, até que sejam avaliados os potenciais efeitos das intervenções previstas. Este é um efeito positivo de particular significado para a proteção e conservação do património paleontológico do concelho.

Igualmente positivo é ser interdita, em classe de espaço natural, a recolha de amostras geológicas ou quaisquer atos que contribuam para a degradação ou destruição do património geológico/geomorfológico (Artigo 78º).

Pelo facto do contexto geológico ser favorável e de terem sido descobertos, ao longo dos anos, achados de significativa importância ao nível do património geológico/paleontológico, o PDM contempla a adoção de medidas específicas relativamente a novas descobertas desta natureza (Artigo 31º). É num contexto de salvaguarda de património de referência mundial como aquele que já foi descoberto no concelho que no Regulamento consta a indicação de que novas descobertas devem ser imediatamente comunicadas às autoridades no sentido de serem definidas as necessárias medidas de proteção e conservação.

Um dos aspetos de particular importância na revisão do PDM relaciona-se com a resolução de situações de conflito entre as atuais explorações de recursos geológicos, incluindo algumas não licenciadas, e as áreas de expansão associadas que não estão assinaladas como espaços mineiros no PDM em vigor. A inclusão destas áreas em espaço de exploração de recursos geológicos é particularmente importante para assegurar um aproveitamento sustentável da relevante atividade existente no concelho. Destaca-se ainda como um efeito positivo significativo para a fisiografia a identificação dos espaços de exploração de recursos geológicos abandonados que deverão ser sujeitos a recuperação ambiental.

O PDM prevê que possa ocorrer a exploração de recursos geológicos em espaço florestal de produção e em espaço de uso múltiplo agrícola e florestal – Tipo II nas áreas identificadas pelo Laboratório Nacional de Energia e Geologia como tendo reconhecido potencial geológico. Atendendo, sobretudo, a que o espaço florestal de produção abrange sistemas naturais de relevância significativa (por exemplo dunas em áreas com potenciais recursos de salgema) ou mesmo que estão definidas condicionantes que podem não salvaguardar na sua totalidade os recursos hidrogeológicos (incluindo captações de abastecimento público como aquelas que extraem na massa de água subterrânea Sicó-Alvaiázere) o PDM contempla que a exploração destas áreas seja precedida de Estudo de Impacte Ambiental que avalie os impactes ambientais decorrentes desta atividade e defina as necessárias medidas de minimização e de compensação (Artigo 123º).

Ao nível do Património Cultural, e no que se refere ao objetivo ambiental *Conservar e valorizar o património arqueológico e arquitetónico*, verifica-se que o Relatório da Revisão do PDM de Pombal é bastante completo em termos patrimoniais apresentando uma perspetiva de património e de território integrada.

A salvaguarda patrimonial é transposta para o Regulamento do PDM no capítulo II com a identificação e definição de regime de proteção (art.º 25º a 31). A proteção patrimonial definida estipula pormenorizadamente as condicionantes às ações que incidam sobre o património classificado e o património referenciado, arqueológico e arquitetónico.

Contudo, considera-se que o art.º29º da forma como se encontra redigido não protege o património. Na alínea 1 quando se refere que “As operações urbanísticas que ocorram nas áreas identificadas como património arqueológico referenciado e/ou zonas de potencial arqueológico, apenas podem ser concretizadas desde que precedidas de um relatório subscrito por técnico com habilitação adequada (...)” apesar de procurar proteger o património através da realização de um relatório, de facto, da forma como está redigido não só não se percebe quem nomeia o técnico como dá azo a que o técnico possa ser de outra área do conhecimento a quem tenha sido atribuída legalmente, ou seja, através de um processo contratual legal, a função de avaliação da respetiva ocorrência arqueológica.

O relatório de análise ao património arqueológico só pode ser realizado por um arqueólogo. O relatório deverá ainda ser sujeito a aprovação da Direção Regional da Cultura do Centro (DRCC).

Quadro 7.1.2 – Proteção e valorização de recursos naturais e patrimoniais (FCD 1): Avaliação de efeitos significativos da revisão do Plano Diretor, identificação de oportunidades e riscos e medidas específicas

Efeitos significativos	Oportunidades	Riscos	Medidas específicas
<i>Objetivo Ambiental Relevante: Proteger e valorizar as áreas com interesse para a conservação da natureza, conservando e valorizando a biodiversidade</i>			
Conservação da natureza			
Consideração no PDM da existência do SIC Sicó/Alvaiázere através da classificação da maior parte da sua área como “Solo Rural – Espaço natural” e da integração de quase toda a sua área na Estrutura Ecológica Municipal (EEM) com a classificação da maior parte no nível fundamental desta Estrutura.	- Consideração no PDM da área classificada no Plano sectorial da Rede Natura 2000 “SIC Sicó/Alvaiázere”, garantindo-se a concordância legal entre estes dois instrumentos do ordenamento do território. (+++) - Cumprimento das orientações de gestão da Rede Natura 2000 na área integrada no SIC Sicó/Alvaiázere, garantindo-se a preservação desta importante área natural do concelho e a preservação do cariz natural das áreas classificadas nesta categoria. (+++) - Reforço da valorização do SIC Sicó/Alvaiázere (área de elevado valor ecológico) por integração das manchas de maior importância no nível fundamental da EEM – o mais restritivo e protetor. (++) - Melhoria do estado de conservação associado a habitats naturais e seminaturais constantes do anexo B-I do Decreto-Lei n.º 49/2005 na área do concelho integrada no Sítio Sicó/Alvaiázere. (++) - Proteção de espécies de flora e de fauna constantes do anexo B-II, B-IV e B-V do Decreto-Lei n.º 49/2005, existentes na área do concelho integrada no Sítio Sicó/Alvaiázere, através da proteção conferida aos seus habitats de ocorrência. (++)	Nada a assinalar	Nada a assinalar
Classificação de áreas integradas no SIC Sicó/Alvaiázere nas categorias de Solo Rural: “Espaço natural” “Espaço agrícola de conservação”, “Espaço florestal de conservação” e “Espaço de Uso Múltiplo Agrícola e Florestal - Tipo I”.	<u>Espaço natural</u>: «salvaguarda da biodiversidade através da conservação dos habitats naturais e da fauna e da flora selvagens e onde se verifica a ocorrência de valores naturais com estatuto de conservação» (Artigo 77.º do Regulamento), em particular das áreas de maior valor ecológico existentes no SIC Sicó/Alvaiázere. (+++)	Nada a assinalar	Nada a assinalar

Efeitos significativos	Oportunidades	Riscos	Medidas específicas
Classificação de áreas integradas no SIC Sicó/Alvaiázere nas categorias de Solo Rural: “Espaço natural”, “Espaço agrícola de conservação”, “Espaço florestal de conservação” e “Espaço de Uso Múltiplo Agrícola e Florestal - Tipo I”. (cont.)	(cont.) <u>Espaço agrícola de conservação</u>: salvaguarda do elevado valor ecológico e paisagístico existente no SIC Sicó/Alvaiázere, aliando-se a conservação de espécies/habitats a sistemas agrícolas sustentáveis. (+++) <u>Espaço florestal de conservação</u>: manutenção da diversidade dos habitats, das espécies da flora, fauna e das paisagens existentes no SIC Sicó/Alvaiázere, incluindo as espécies florestais de elevado valor ambiental adaptadas às condições edafo-climáticas do território (identificadas na planta de valores naturais). (+++) <u>Espaço de Uso Múltiplo Agrícola e Florestal - Tipo I</u>: conservação da natureza e da biodiversidade inserida nestes espaços, através da produção agrícola sustentável e aproveitamento sustentável dos recursos florestais. (++)	(ver anterior)	(ver anterior)
- Integração de toda a área da Mata Nacional do Urso na Estrutura Ecológica Municipal (EEM). - Classificação das áreas de maior relevo ecológico da Mata Nacional do Urso no nível fundamental e da restante área no nível complementar.	- Reforço da valorização da área da Mata por integração desta na EEM. (+) - Reforço da valorização e proteção dos principais valores ecológicos – fauna, flora e habitats – (faixa litoral, Ribeira do Estrumal e Vala do Juncal Gordo) por classificação destas no nível mais restritivo e protetor – nível fundamental. (++)	Nada a assinalar	Nada a assinalar
Proteção diferenciada das diferentes áreas que integram a Mata Nacional do Urso, através da sua classificação nas categorias de Solo rural; “Espaço natural”, “Espaço florestal de conservação” e “Espaço florestal de produção”.	<u>Espaço natural</u>: classificação atribuída à faixa litoral e à Ribeira do Estrumal, permitindo assim a «salvaguarda da biodiversidade através da conservação dos habitats naturais e da fauna e da flora selvagens e onde se verifica a ocorrência de valores naturais com estatuto de conservação» (Artigo 77.º do Regulamento) existentes nestas duas áreas. (++) <u>Espaço florestal de conservação</u>: classificação atribuída à área de pinhal rastejante e à vala do Juncal Gordo, constituindo esta classificação uma oportunidade de conservação dos ecossistemas e de permanência e intensificação dos processos indispensáveis ao enquadramento equilibrado de atividades económicas, de acordo com o Artigo 67.º. (++)	Nada a assinalar	Nada a assinalar

Efeitos significativos	Oportunidades	Riscos	Medidas específicas
Proteção diferenciada das diferentes áreas que integram a Mata Nacional do Urso, através da sua classificação nas categorias de Solo rural; “Espaço natural”, “Espaço florestal de conservação” e “Espaço florestal de produção”. (cont.)	(cont.) <u>Espaço florestal de produção</u>: classificação atribuída à maior parte da área da Mata Nacional do Urso, que confere menor proteção que as categorias anteriores, mas que foi aplicada essencialmente a áreas ocupadas por eucaliptal e pinhal-bravo, com baixa relevância ecológica. (+) - Melhoria do estado de conservação associado aos habitats naturais e seminaturais constantes do anexo B-I do Decreto-Lei n.º 49/2005 existentes na área do concelho integrada na Mata Nacional do Urso. (++) - Proteção de espécies de flora e de fauna constantes do anexo B-II, B-IV e B-V do Decreto-Lei n.º 49/2005, existentes na área do concelho integrada na Mata Nacional do Urso, através da proteção conferida aos seus habitats de ocorrência. (++)	(ver anterior)	(ver anterior)
Criação da Estrutura Ecológica Municipal (EEM) que engloba áreas com valor ecológico elevado, que não estão abrangidas pela proteção conferida por figuras do ordenamento do território como a Rede Natura 2000.	- Proteção e valorização dos cursos e linhas de água do concelho, essencialmente integrados no nível fundamental da EEM e nos corredores ecológicos. (+) - Manutenção de uma Estrutura Ecológica contínua com áreas de elevado valor ecológico ligadas entre si por corredores, que contribuem para a preservação dos valores naturais (habitats, fauna e flora) do concelho. (+)	Nada a assinalar	Nada a assinalar
Sinalização do património natural classificado de interesse público e referenciado com classificação em diversas categorias das áreas onde estes valores se encontram.	Valorização e proteção dos 9 exemplares (4 de interesse público e 5 referenciados) por sinalização da sua existência no Plano. (+)	Nada a assinalar	Nada a assinalar
Objetivo Ambiental Relevante: Proteger, conservar e valorizar e os recursos hídricos e assegurar a proteção dos meios aquáticos e ribeirinhos			
Recursos hídricos			
Definição dos leitos e margens de cursos de água (822 ha) de acordo com a legislação em vigor, e sua integração na REN (as margens não integravam a REN)	Prevenção da artificialização das linhas de água e da destruição de vegetação ripícola nas áreas fundamentais da Estrutura Ecológica Municipal, no espaço florestal de conservação, no espaço natural e como disposição comum a solos rurais e urbanos (++)	Funcionamento ilegal de instalações agropecuárias sem tratamento de efluentes ou com tratamento inadequado (---)	Nada a assinalar

Efeitos significativos	Oportunidades	Riscos	Medidas específicas
• (cont.) O regulamento do plano apresenta disposições direcionadas para: - minimizar/condicionar a artificialização das linhas de água - evitar a destruição de vegetação ripícola - prevenir as emissões para o meio hídrico superficial com origem doméstica, industrial, agropecuária e em explorações de recursos minerais - a reutilização de águas residuais e pluviais - a responsabilização dos proprietários dos terrenos das áreas de exploração de recursos minerais abandonadas pela sua recuperação ambiental • Redução do volume de água de origem superficial captada para abastecimento público	• (cont.) Instalação de Estações de Tratamento de Águas Residuais, de soluções de tratamento de efluentes individuais adequadas quando não for possível a ligação à rede pública (p. ex. aglomerados rurais e edificações dispersas) e sistemas de tratamento prévio de efluentes industriais, com a consequente redução das cargas afluentes ao meio hídrico superficial com origem doméstica e industrial (++) • Criação de soluções de tratamento de efluentes adequadas nas instalações agropecuárias em funcionamento e em novas instalações com a consequente redução das cargas afluentes ao meio hídrico superficial com origem agropecuária (+++) • Recuperação ambiental das áreas de exploração de recursos minerais abandonadas com a consequente redução das cargas afluentes ao meio hídrico superficial com esta origem (++) • Melhoria do estado das massas de água superficiais que apresentam estado inferior a bom (++) • Reutilização das águas residuais e pluviais nos empreendimentos turísticos a instalar (++)	• (cont.) Redução das cargas afluentes ao meio hídrico insuficiente para que as massas de água em estado inferior a bom passem a ter bom estado (--)	(ver anterior)
• Aumento em 131% das áreas de máxima infiltração dos aquíferos relativamente à REN em vigor, ocupando 26% da área do concelho • Ocupação de áreas de máxima infiltração por espaços agrícolas de produção • Construção sobre áreas de máxima infiltração • Delimitação de área de proteção ao aquífero da Mata do Urso, incluindo condicionamentos e proibições ao nível do uso do solo • Obrigatoriedade de realizar estudo hidrogeológico para avaliar efeitos de determinadas atividades na sustentabilidade do aquífero da Mata do Urso • Proposta de definição de perímetros de proteção de todas as nascentes do concelho	• Melhoria das condições de recarga das cinco massas de água subterrânea do concelho (++) • Contribuição para a manutenção e proteção da atual qualidade e do estado quantitativo bom da massa de água subterrânea Leirosa-Monte Real, uma vez que atualmente é uma das mais pressionadas em termos de extrações. A promoção das condições de recarga e as restrições ao uso de água subterrânea contribuirá para minimizar eventuais futuros desequilíbrios entre as extrações e a recarga (++/+++) • Proteção das nascentes, em geral, e em particular das associadas ao aquífero cársico de Sicó-Alvaiázere, associada à delimitação de perímetros de proteção. O Plano de Gestão das Bacias Hidrográficas dos rios Vouga, Mondego e Lis integradas na Região Hidrográfica 4 identifica a potencial dependência dos ecossistemas do Sítio Comunitário de Sicó-Alvaiázere da massa de água subterrânea drenada por estas nascentes (+++)	• Diminuição local de áreas de recarga e de máxima infiltração devido à impermeabilização dos solos (-) • Potencial afetação da qualidade da água subterrânea em resultado das práticas agrícolas (-/--), dependendo da pressão exercida e da vulnerabilidade à poluição de cada massa de água subterrânea	• Em áreas de espaço agrícola de produção que coincidam com áreas de máxima infiltração delimitadas sobre as massas de água subterrânea Sicó-Alvaiázere e Leirosa-Monte Real recomenda-se o desenvolvimento de ações de sensibilização para a necessidade de proteção dos recursos hídricos subterrâneos no decurso das práticas agrícolas

Efeitos significativos	Oportunidades	Riscos	Medidas específicas
• (cont.) Possibilidade de exploração de recursos geológicos em espaços florestal de produção e de uso múltiplo agrícola e florestal – tipo II, que incidam sobre áreas de reconhecido potencial geológico	• (cont.) Salvaguarda da qualidade e produtividade de captações de água subterrânea e de nascentes, mesmo sem perímetros de proteção aprovados – Art. 21.º e 22.º e 123.º (EIA) (++)	(ver anterior)	(ver anterior)
Objetivo Ambiental Relevante: Conservar os valores geológicos e geomorfológicos e utilizar a riqueza em termos de recursos geológicos de forma ambientalmente sustentável			
Geologia e geomorfologia			
• Reconhecimento do valor e da importância do património geológico e geomorfológico do concelho com a sua inclusão na estrutura ecológica municipal • Definição de área de valor paleontológico e de restrições ao uso do solo até relatório subscrito por técnico legalmente habilitado • Reconhecimento do elevado potencial do concelho em termos de recursos geológicos, com a delimitação de áreas potenciais de recursos geológicos (areias, argilas, argilas especiais, caulino, calcários ornamentais, caulino, salgema, carvão e manganês) • Inclusão no PDM de classes de espaço de exploração de recursos geológicos em áreas sujeitas a extração atual, incluindo áreas não licenciadas, e áreas de expansão que não estão assinaladas como espaços mineiros no PDM em vigor • Condicionamento à exploração de recursos geológicos em espaço complementar apenas quando esgotadas as reservas em espaços de exploração consolidada e recuperada ambiental e paisagisticamente a mesma	• Proteção, conservação e valorização do património geológico e geomorfológico associado à morfologia cársica (Serra de Sicó) e do património paleontológico descoberto em Andrés (+++) • Melhor e mais sustentável aproveitamento dos recursos geológicos (+++) • Resolução de situações de conflito entre o uso do solo e o aproveitamento de recursos geológicos (+++) • Recuperação e reabilitação ambiental e fisiográfica de áreas afetadas por antigas explorações de recursos geológicos (+++) • Apresentação de inventário de locais com interesse geológico e medidas específicas destinadas à sua preservação e valorização – ponto 2 do Artigo 33º (+++) • Preservação de novos achados com interesse do ponto de vista do património geológico, incluindo paleontológico, com definição de medidas especificamente vocacionadas para a sua proteção e conservação (+++) • Apresentação de estudo de impacte ambiental que avalie os impactes e defina as necessárias medidas de minimização e compensação nos casos em que as explorações de recursos geológicos em áreas potenciais incidam sobre espaço florestal de produção e espaço de uso múltiplo agrícola e florestal – Artigo 123º (+++)	• Afetação da fisiografia como resultado da exploração de recursos geológicos, em particular nas classes de espaço complementar e de potencial reconhecido (--)	• Integração do património geológico, geomorfológico e paleontológico do concelho num sistema de informação e de educação ambiental

Efeitos significativos	Oportunidades	Riscos	Medidas específicas
• (cont.) Recuperação ambiental de antigas áreas de exploração de recursos geológicos abandonadas • Possibilidade de exploração de recursos geológicos em áreas potenciais que incidam sobre espaço florestal de produção e espaço de uso múltiplo agrícola e florestal – tipo II	(ver anterior)	(ver anterior)	(ver anterior)
<i>Objetivo Ambiental Relevante: Conservar e valorizar o património arqueológico e arquitetónico</i>			
Património cultural			
• Levantamento exaustivo do património concelhio, patente no volume IV dos Estudos sectoriais • Regulamentação pormenorizada do regime de proteção patrimonial	• Colmatação das lacunas existentes ao nível da regulamentação patrimonial local, indo ao encontro do quadro legal vigente a nível nacional e regional (+++) • Preservação do cariz histórico do edificado de Pombal (+++) • Salvaguarda do património arqueológico (+++) • Atuação atempada na proteção do património, no âmbito de novas operações urbanísticas (+++)	• Potencial afetação do património caso não sejam definidas medidas de fiscalização de todas as ações que possam colocar em perigo os bens arqueológicos (---)	• A atribuição a Arqueólogos das ações que impliquem avaliação do património arqueológico

Legenda:

	Elevado(a)	Médio(a)	Baixo(a)
Risco	---	--	-
Oportunidade	+++	++	+

7.2. Vulnerabilidades ambientais e ordenamento do território (FCD 2)

No **quadro 7.2.1** apresenta-se uma análise dos indicadores e/ou questões específicas considerados determinantes no que respeita ao FCD *vulnerabilidades ambientais e ordenamento do território*, através da caracterização das tendências passadas e dos aspetos chave da situação atual, da caracterização da evolução da situação atual, na ausência da revisão do Plano Diretor, e da identificação dos respetivos riscos e oportunidades.

Os aspetos tratados no âmbito do presente fator crítico de decisão respeitam aos objetivos ambientais relevantes previamente definidos, que são abordados através da análise dos seguintes critérios de avaliação:

- Prevenir e minimizar os riscos ambientais (seca, cheias, incêndios e ruído);
- Estrutura ecológica;
- Condicionantes ao uso do solo.

7.2.1. Situação atual e tendências de evolução

7.2.1.1. Riscos ambientais

No que respeita à **vulnerabilidade associada à seca**, tendo em conta a análise de suscetibilidade à seca efetuada no PROT-Centro, Pombal apresenta uma suscetibilidade elevada, em resultado do registo de ocorrências de secas anteriores, precipitação, temperatura do ar (CMP, 2011a). A medição deste indicador assenta, portanto, nas classes atribuídas pelo PROT-Centro, estando relacionada com as normais climatológicas do Concelho, com dados diários e com os episódios de seca registados no passado (CCDR-C, 2011).

Quanto à **vulnerabilidade associada à ocorrência de cheias** o concelho de Pombal apresenta 6,8 % da sua área total em suscetibilidade a cheias (CMP, 2011a).

Durante o período 1995-2010 ocorreu um episódio de cheia a 26 outubro de 2006, que afetou a Cidade de Pombal, ao longo do rio Arunca e ribeiras afluentes e da Bacia do Anços (CMP, 2011a).

No que se refere a elementos expostos a cheias, estes ocupam uma área total de 273,2 ha (dos quais 131,6 ha enquadram-se na classe mais elevada de suscetibilidade), dos quais 189,1 ha afetos à bacia hidrográfica do rio Arunca, 65,4 ha à bacia ribeira de Carnide, 16 ha à bacia do rio Anços e 2,8 ha à bacia do rio Nabão (CMP, 2011a).

O rio Arunca é o curso de água com maior representatividade e com maior área ocupada por elementos sensíveis (98,25 ha) no total de área incluída em elevada suscetibilidade (CMP, 2011a).

No PDM95, 15% da área de REN delimitada corresponde à classe “Leito de cursos de água e Zona de cheia”, ou seja, cerca de 4.053 ha. As áreas nesta classe são as seguintes, por freguesia (ha): Abiúl – 103,7; Albergaria dos Doze – 102,7; Almagreira – 394,2; Carnide – 144,3; Carriço – 0; Guia – 0; Ilha – 12,9; Louriçal – 496,9; Mata Mourisca – 75,4; Meirinhas – 4,6; Pelariga – 608,4; Pombal – 1.241,8; Redinha – 0; Santiago de Litém – 307,7; São Simão de Litém – 114,2; Vermoil – 286,6; Vila Cã – 159,7. Nestas áreas estão presentes 477 edificações, maioritariamente anexos de apoio à atividade agrícola, mas também 85 residências.

O atual PDM apresenta a necessidade de atualização face a legislação mais recente em matéria de cheias. De facto, apesar de fora da malha urbana mais compacta do perímetro urbano da cidade, a REN representar, em geral, um zonamento eficaz para a proteção de zonas inundáveis, o processo de licenciamento de planos e obras em zonas inundáveis não prevê qualquer medida de defesa e conservação do solo e da água nas cabeceiras e em zonas de riscos de erosão.

Além disso, dentro das zonas urbanas, a REN por norma não é delimitada e o mesmo acontece com o zonamento do leito de cheia. Esta omissão na cartografia de ordenamento tem consequências na proliferação da ocupação dos leitos de cheia.

A **sismicidade** do território português está relacionada com a sua posição no contexto geotectónico mundial, em particular com a interação das placas tectónicas Africana e Euroasiática, cuja fronteira é definida pela falha Açores-Gibraltar. Não obstante um número significativo de sismos históricos estar associado a esta fronteira de placas, parte da atividade sísmica registada no território português encontra-se relacionada com movimentações dos acidentes tectónicos que recortam o soco Hercínico. O concelho de Pombal é atravessado por um desses acidentes tectónicos com evidências de movimentação nos últimos dois milhões de anos – a falha da Nazaré-Pombal.

No que se refere à **evolução e dinâmica da orla costeira**, à semelhança do que se verifica na restante costa portuguesa, a zona costeira de Pombal, nomeadamente o sistema praia-duna, encontra-se sujeita aos fenómenos de erosão marinha perpetuados pela ondulação incidente na costa.

Não obstante os problemas de erosão que se registam, sobretudo na praia do Osso da Baleia, em geral o troço costeiro apresenta uma suscetibilidade à erosão moderada. A medição deste indicador assenta em classes atribuídas pelo PROT-Centro, estando relacionada com as características físicas da orla costeira e com as infraestruturas ou intervenções aí efetuadas (CCDR-C, 2011).

Quanto à **evolução e dinâmicas geológicas e geomorfológicas**, uma das vulnerabilidades do concelho de Pombal é o potencial colapso de cavidades cársticas na Serra de Sícó e a ocorrência de situações pontuais de instabilidade de vertentes, sobretudo nas zonas mais declivosas deste relevo.

Relativamente ao **risco de incêndios florestais**, o PROF-CL identifica na zona do limite poente do concelho de Pombal, de forma coincidente com a Mata Nacional do Urso, uma área crítica do ponto de vista da defesa da floresta contra incêndios, que inclui parte da “Floresta Modelo de Leiria”, representando uma área florestal de grande valor, tradicionalmente gerida com elevada sustentabilidade.

O PROF-CL define que a cartografia de risco de incêndio, produzida no âmbito dos planos de defesa da floresta municipais (PMDFCI), deve constituir um dos critérios subjacentes à classificação e qualificação do solo pelos instrumentos de gestão territorial, que não se pôde considerar no PDM em vigor, elaborado antes da produção desta cartografia.

De acordo com o PROF-CL, na gestão do território no âmbito da defesa da floresta contra os incêndios, deve considerar-se a aplicação de medidas, identificadas nos artigos 39º e 40º do seu regulamento, referentes à gestão de combustíveis e às redes regionais de defesa da floresta de acordo com os seguintes pressupostos:

- A gestão de combustíveis engloba o conjunto de medidas aplicadas aos povoamentos florestais, matos e outras formações espontâneas, ao nível da composição específica e do seu arranjo estrutural, com os objetivos de diminuir o perigo de incêndio e de garantir a máxima resistência da vegetação à passagem do fogo.
- As redes regionais de defesa da floresta contra incêndios (RDFCI) concretizam territorialmente, de forma coordenada, a infraestruturação dos espaços rurais decorrente da estratégia do planeamento regional de defesa da floresta contra incêndios, integrando as seguintes componentes: redes de faixas de gestão de combustível; mosaico de parcelas de gestão de combustível; rede viária florestal; rede de pontos de água; rede de vigilância e deteção de incêndios; e rede de infraestruturas de apoio ao combate.

O PROF-CL determina ainda que:

- A cartografia de risco de incêndio produzida no âmbito dos planos de defesa da floresta municipais (PMDFCI) deve determinar indicadores de edificabilidade definidos pelos instrumentos de gestão territorial;
- A reclassificação dos espaços florestais em solo urbano deve ser fortemente condicionada ou mesmo proibida quando se tratam de espaços florestais classificados nos PMDFCI como tendo um risco de incêndio elevado ou muito elevado, respetivamente.
- A construção de edificações para habitação, comércio, serviços e indústria é interdita nos terrenos classificados nos PMDFCI, com risco de incêndio elevado ou muito elevado, sem prejuízo das infraestruturas definidas nas redes regionais de defesa da floresta contra incêndios.

O Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios (PMDFCI) de Pombal (GTF Pombal, 2009) procurou, através do diagnóstico global e abrangente da floresta do concelho, assim como das suas estruturas biofísica, económica e social, desenvolver ações de sensibilização às populações, estabelecer programas de ação de defesa da floresta contra incêndios e promover desta forma a sua execução. Este plano define as medidas necessárias de previsão e planeamento integrado das intervenções de diferentes entidades perante a ocorrência de um incêndio e elabora estratégias de recuperação de áreas ardidas (GTF Pombal, 2009).

O PMDFCI identifica de Pombal áreas de risco elevado e muito elevado que correspondem a 38,9% da área do concelho, sendo as áreas classificadas como de risco nulo de 21,1% da sua área. A distribuição das áreas classificadas nas duas classes de maior risco faz-se sobretudo na parte nascente do concelho, mas também têm representatividade na sua parte central e poente.

Algumas destas áreas e de risco de incêndio florestal coincidem com áreas edificadas, e na ausência da revisão do PDM, ou na falta de diretrizes provenientes do PMDFCI de Pombal quanto aos indicadores de edificabilidade a considerar no PDM, estas áreas poderão ser indevidamente consolidadas o que constitui um risco específico da situação atual.

De acordo com o mapa de perigosidade de incêndio florestal (DGRF, s.d.), o concelho de Pombal enquadra áreas classificadas em todas as classes de suscetibilidade (muito baixa, baixa, média, alta e muito alta), sendo dominantes as classes média a muito baixa. Na parte poente do concelho dominam áreas de suscetibilidade média, enquanto na restante parte do município as classes de suscetibilidade se encontram relativamente imiscuídas.

Verifica-se que as áreas de suscetibilidade muito baixa têm uma grande representatividade ao longo de zonas de vale (do rio Arunca e da ribeira de Carnide, p.e.) e que as áreas de suscetibilidade superior a média são dominantes e em maior área na parte nascente do concelho, sendo menos representativas na sua zona poente.

A cartografia nacional de áreas ardidas entre 1990 e 2009 (AFN, 2011) permite concluir que se registaram incêndios no concelho em todos os anos, exceto em 1994 e 2009. As áreas ardidas por ano foram inferiores a 50 ha apenas em 3 anos (1996: 11 ha; 1997: 11 ha; e 2003: 48 ha). Em grande parte dos anos estas situaram-se entre os 100 e os 300 ha (1991, 1992, 1998 a 2001, 2004, 2006 e 2008) e nos restantes anos foram superiores a 750 ha, atingindo áreas superiores a 1200 ha nos anos de 1993 (1237 ha), 1995 (1548 ha), 2002 (1672 ha) e 2005 (8674 ha). As áreas ardidas incidiram sobretudo na parte central e nascente do concelho.

No que respeita à vulnerabilidade do território concelhio ao ruído, ainda não estão classificadas as **zonas sensíveis e as zonas mistas**, que segundo o regulamento geral do ruído, deverão ser efetuadas de acordo com o tipo de uso do solo (CMP, 2011a).

De acordo com os Mapas de Ruído do concelho de Pombal (ESTG *et. al.*, 2007):

- Do ponto vista qualitativo e quantitativo, a fonte de ruído mais significativa é o tráfego rodoviário. As vias com uma influência mais significativa são a A1 e o IC2. A fonte associada à A1 apresenta, em termos de extensão de área de influência para o indicador Lden, uma faixa onde os valores são superiores a 65 dB(A) que varia entre 27 m e 102 m para cada lado da via. Para o indicador Ln, a largura da faixa onde os valores são superiores a 55 dB(A) varia de cerca de 33 m a 182 m. O IC2 apresenta para o indicador Lden, uma faixa onde os valores são superiores a 65 dB(A) que varia entre 22 m e 36 m para cada lado da via. Para o indicador Ln, a largura da faixa onde os valores são superiores a 55 dB(A) varia de cerca de 40 m a 70 m;
- O ruído proveniente do tráfego ferroviário da linha do Norte tem um impacto consideravelmente menor e mais localizado do que os principais eixos rodoviários, com uma influência relativa mais significativa para o indicador Ln, enquanto o ruído proveniente do tráfego ferroviário na linha do Oeste não apresenta contribuição significativa para o ruído ambiente;
- As fontes de ruído industrial mais significativas neste Concelho estão associadas à indústria extrativa e de transformação “pesada”, nomeadamente extração de pedra, argilas e areia. Estas unidades de extração de matérias-primas encontram-se normalmente em zonas isoladas, quer de eixos rodoviários (possuindo muitas vezes vias de acesso apenas à própria unidade industrial), quer de habitações.

7.2.1.2. Estrutura Ecológica Municipal

Apesar de existirem diretrizes para a definição da estrutura ecológica municipal (EEM), nomeadamente ao nível do PROF-CL, a mesma não se encontra aprovada para todo o concelho de Pombal, situação que se deverá manter na ausência da revisão do Plano Diretor Municipal. Esta estrutura apenas se encontra aprovada no contexto dos Planos de Urbanização de Albergaria, de Carriço e da Guia. No âmbito do Plano de Pormenor Integrado do Parque Industrial de Pombal, apesar de não estar definida a estrutura ecológica, está identificada uma estrutura verde para a área do plano.

O **PROF do Centro Litoral** define cinco **corredores ecológicos** na área do concelho de Pombal, nomeadamente, de poente para nascente: Corredor litoral, Corredor da ribeira do Canto Catarino e da ribeira Nasce Água, Corredor da ribeira de Carnide, Corredor do rio Arunca e Corredor do rio Anços.

Os corredores ecológicos definidos no contexto do PROF-CL são estruturas de continuidade ecológica que contribuem para a formação de metapopulações de comunidades da fauna e da flora, ao conectarem populações, núcleos ou elementos isolados, que frequentemente se caracterizam pela sua importância conservacionista. Integram os principais eixos de conexão delimitados no mapa síntese, com uma largura máxima de 3 km.

Os corredores ecológicos devem ser objeto de tratamento específico no âmbito dos Planos de Gestão Florestal e devem contribuir para a definição da estrutura ecológica municipal no âmbito dos PMOT. Porém, na situação atual como a EEM não está aprovada para todo o concelho não integra a totalidade dos corredores ecológicos. Note-se também que estes são corredores de grande expressão no território e integram muitas áreas de solo urbano (tecido urbano contínuo e descontínuo) a conciliar futuramente com as funções de proteção e conservação, estipuladas para estes corredores nas disposições do regulamento do PROF-CL, nomeadamente:

- As normas a aplicar às áreas abrangidas pelo corredor ecológico são as consideradas para as funções de proteção e de conservação, nomeadamente a subfunção de proteção da rede hidrográfica (PRT1), com objetivos de gestão e intervenções florestais ao nível da condução e restauração de povoamentos nas galerias ripícolas, bem como a subfunção de conservação de recursos genéticos (CHEG4), com objetivos de gestão da manutenção da diversidade genética dos povoamentos florestais e manutenção e fomento dos próprios corredores ecológicos. No contexto destas funções e subfunções é definido um conjunto de normas e modelos de silvicultura, que integram normas de intervenção ativa e restrições, incluindo:

- Para a subfunção de proteção da rede hidrográfica (PRT₁), os seguintes objetivos de gestão e intervenções florestais:

- Ordenamento e planeamento da floresta para proteção da rede hidrográfica;
- Condução de povoamentos nas galerias ripícolas;
- Restauração de galerias ripícolas.

- Para a subfunção conservação dos recursos genéticos (CHEG₄):

- Manutenção da diversidade genética dos povoamentos florestais;
- Manutenção e fomento dos corredores ecológicos.

Relativamente aos Planos de Gestão Florestal (PGF), encontra-se elaborado o PGF da Mata Nacional do Urso e da Mata Nacional do Pedrógão. Enquadram-se na área deste plano o corredor ecológico do litoral e parte do corredor ecológico do ribeiro do Estrumal, sendo, no âmbito dos Programas Operacionais definidos, e especificamente do Programa de Gestão da Diversidade, determinadas ações específicas a implementar para a sua valorização.

Os corredores ecológicos definidos no PROF-CL devem ser ainda compatibilizados com as redes regionais de defesa da floresta contra os incêndios (RDFCI), sendo a mesma contemplada no contexto do PMDFCI (GTF Pombal, 2009), anteriormente referido. Estes corredores são atualmente coincidentes com os seguintes usos dominantes, de acordo com a Carta Corine Landcover 2006 (Caetano *et. al.*, 2009):

- Corredor litoral – florestas de resinosas e praias, dunas e areias;
- Corredor da ribeira do Canto Catarino e da ribeira Nasce Água – florestas de resinosas predominantemente, mas também sistemas culturais e parcelares complexos, outros tipos de floresta, tecido urbano descontínuo, agricultura com espaços naturais e seminaturais e áreas em construção;
- Corredor da ribeira de Carnide – Florestas de resinosas, florestas mistas, florestas abertas, cortes e novas plantações, arrozais, sistemas culturais e parcelares complexos e culturas temporárias e/ou pastagens associadas a culturas permanentes. Abrange ainda tecido urbano descontínuo e áreas ardidas;
- Corredor do rio Arunca – Sistemas culturais e parcelares complexos, florestas de resinosas, tecido urbano descontínuo, tecido urbano contínuo (Pombal), indústria, comércio e equipamentos gerais, outros tipos de floresta, vinha, entre outros usos;
- Corredor do rio Anços – vegetação esclerófila, florestas de resinosas, agricultura com espaços naturais e seminaturais, áreas de extração de inertes, outras áreas agrícolas, entre outros usos.

O PDM em vigor prevê as seguintes categorias de espaço dominantes para as áreas abrangidas pelos corredores ecológicos:

- Corredor litoral – Espaço Natural Litoral e Espaço Natural Interior;
- Corredor da ribeira do Canto Catarino e da ribeira Nasce Água – predominantemente Espaço Florestal, mas também Espaço Natural Interior, Espaço Urbano, Espaço Urbanizável, Espaço Agroflorestal, Espaço Agrícola e Espaço Industrial;
- Corredor da ribeira de Carnide – predominantemente Espaço Florestal e Espaço Agrícola, mas também Espaço Urbano e Espaço Agroflorestal;
- Corredor do rio Arunca – predominantemente Espaço Agrícola e Espaço Florestal, mas também Espaço Urbano, Espaço Urbanizável e Espaço Agroflorestal;
- Corredor do rio Anços – predominantemente Espaço Natural Interior, mas também Espaço Agrícola, Espaço Florestal, Espaço Urbano, Espaço Industrial e Espaço Agroflorestal.

Na situação atual, na ausência da revisão do PDM e de definição final da EEM, a presença de espaços urbanizáveis no corredor do rio Arunca e das ribeiras Canto Catarino e Nasce Água, e o eventual surgimento de nova edificação incompatível com as funções de proteção e conservação, constituirá um risco de não cumprimento das funções de proteção e conservação, específicas destes corredores integrados na estrutura ecológica municipal.

No que se refere à incidência dos Planos Municipais de Ordenamento do Território (PMOTs) na Estrutura Ecológica Municipal, o Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial define que:

- Os PMOT estabelecerão, no quadro definido pelos instrumentos de gestão territorial cuja eficácia condicione o respetivo conteúdo, os parâmetros de ocupação e de utilização do solo assegurando a compatibilização das funções de proteção, regulação e enquadramento com os usos produtivos, o recreio e o bem-estar das populações.
- Os PMOT visam estabelecer a estrutura ecológica municipal, incluindo os solos afetos à estrutura ecológica necessários ao equilíbrio do sistema urbano.
- O Plano Diretor Municipal define um modelo de organização municipal do território nomeadamente estabelecendo, entre outros, a definição dos sistemas de proteção dos valores e recursos naturais, culturais, agrícolas e florestais, identificando a estrutura ecológica municipal.

No âmbito dos estudos de caracterização da revisão do PDM de Pombal (Volume VI - Paisagem), são identificados os sistemas que, para além da RAN e da REN, deverão integrar a estrutura ecológica fundamental do concelho de Pombal e que, de acordo com o mesmo documento, correspondem aos sistemas considerados pela ERPVA (Estrutura Regional de Proteção e Valorização Ambiental – vd. Figura 7.2.1) definida no âmbito do Plano Regional de Ordenamento do Território do Centro (PROT-Centro), designadamente:

- Sistema serrano, constituído pelo Sítio de Importância Comunitária (SIC) PTCN0045, Sicó-Alvaiázere, da Rede Natura 2000;
- Sistema mata, que inclui os povoamentos de folhosas autóctones, os matos esclerofíticos, a Mata do Castelo e a Mata da Rola;
- Sistema costeiro que enquadra o cordão litoral ou zona costeira e o sistema dunar, ou seja o cordão dunar e a Mata Nacional do Urso (sistema dunar arborizado);
- Sistema húmido, correspondente aos corredores ecológicos secundários preconizados no Plano Regional de Ordenamento Florestal do Centro Litoral – PROF-CL (vale do Anços, vale do Arunca, vale da ribeira de Carnide, vale da ribeira de Nasce Água/Ribeira do Canto Catarino/Vala da Lagoa de S. José e o cordão litoral).

Na situação atual, na ausência da revisão do PDM e de definição final da EEM, estes sistemas tardarão a ser considerados na gestão territorial, reduzindo-se a oportunidade de traduzir os princípios de gestão ecológica do território para a sua gestão urbanística corrente.

7.2.1.4. Condicionantes ao uso do solo

Relativamente a condicionantes ao uso do solo, a **Reserva Agrícola Nacional** incide em 14,3% do concelho, enquanto a **Reserva Ecológica Nacional** recai sobre 43% da área do município de Pombal.

O **regime florestal total** associado à **Mata Nacional do Urso** tem expressão significativa no concelho, abrangendo 7% da sua área. De acordo com o Decreto-Lei n.º 254/2009 de 24 de setembro, o regime florestal visa, entre outros, a manutenção obrigatória dos usos florestais, assegurando a sua permanência no muito longo prazo, assim como a ampliação, gestão e defesa dos povoamentos florestais, no quadro das diversas funcionalidades dos espaços florestais.

Por seu lado, são objetivos específicos do regime florestal total, entre outros, a valorização do recreio e da paisagem em áreas florestais sensíveis, devendo, a gestão dos espaços florestais submetidos a este regime, pela exigência de manutenção do coberto florestal e pela sensibilidade das funções de proteção, conservação e recreio que lhe estão associadas, privilegiar a explorabilidade física e a explorabilidade económica social dos povoamentos florestais.

Os espaços florestais submetidos ao regime florestal total estão sujeitos a Plano de Gestão Florestal, tendo já sido elaborado o PGF da Mata Nacional do Urso e Mata Nacional do Pedrógão (DRFC, 2010), que é válido para o período de 2011 a 2026 e pretende continuar a gestão florestal praticada, embora atualizada face aos novos conhecimentos, por forma a incrementar-se uma melhoria continuada destes espaços.

O regime do **domínio público hídrico** (integrando a margem dos cursos de águas não navegáveis nem fluviáveis, num buffer de 10 m) está em grande parte incluído na área fundamental da EEM e nas zonas ameaçadas pelas cheias (ZAC), constituindo também uma importante condicionante ao uso do solo com enquadramento na atual revisão do PDM, para além do seu regime jurídico específico.

Relativamente ao **ordenamento regional do território**, de acordo com a lei nº.48/98, de 11 de agosto e o Decreto-Lei nº380/99, de 22 de setembro, está prevista a elaboração dos Planos Regionais de Ordenamento do Território (PROT) como instrumentos de desenvolvimento territorial que definem a estratégia regional, integrando as opções estabelecidas a nível nacional e considerando as estratégias municipais de desenvolvimento local.

A Resolução do Conselho de Ministros (RCM) nº31/2006, de 23 de março, que determinou a elaboração do **Plano Regional de Ordenamento do Território do Centro** (PROT-C) estabeleceu, assim, orientações relativas aos objetivos estratégicos e ao modelo territorial pretendido. O PROT-C, enquadra Pombal no sistema urbano regional como centro de 2ª nível na hierarquia regional, e estabelece um conjunto de diretrizes que a ele se aplicam e que deverão ser revertidas para o Plano Diretor Municipal, em particular devido a sua elevada consensualidade, no que se refere aos desígnios do ordenamento deste território regional.

De acordo com a proposta de PROT-C, de 2011, Pombal *“polariza o espaço de intermediação entre Leiria e Coimbra e localiza-se num local estratégico de ligação ao Interior”*. Constituem objetivos estratégicos do PROT-C especialmente relevantes para Pombal, os seguintes: a proteção, valorização e gestão sustentável dos recursos hídricos e florestais; o aproveitamento do potencial turístico, dando projeção internacional ao património natural, cultural e paisagístico; e, a mobilização do potencial agropecuário e a valorização dos grandes empreendimentos hidro-agrícolas.

A atual proposta de PROT-C, já sujeita a consulta pública e a avaliação ambiental, considera que determinadas normas dos planos municipais em vigor poderão por em causa o efeito de uma parte substancial dos seus objetivos, estando nesta situação as normas relativas à possibilidade de edificação destinada a habitação em solo rural que potenciam o já preocupante fenómeno de dispersão existente na região.

Os objetivos do PROT-C que encontram maior dificuldade de concretização perante estas normas, que tendem a permanecer na situação atual e sua evolução tendencial na ausência de revisão do PDM, são os de contenção e reajustamento dos perímetros urbanos; de definição de contiguidades de garantia da coesão tipo-morfológica e efeito de densificação; e, de reforço das polaridades urbanas e peri-urbanas (salvaguardo os valores do território rural) (Anexo VIII, IX, X respetivamente).

A evolução da situação atual da área de intervenção, sem a revisão do Plano Diretor Municipal em avaliação, resultaria na manutenção do PDM em vigor, dificultando a transposição de estratégias de âmbito regional para o âmbito municipal e potenciando o risco de permanência de admissibilidades construtivas incoerentes com os objetivos do PROT-C.

Quadro 7.2.1 – Vulnerabilidades ambientais e ordenamento do território (FCD 2): identificação de tendências de evolução da situação atual na ausência da revisão do Plano Diretor

Indicadores ou questões específicas	Fontes de informação	Tendências passadas e aspetos-chave da situação atual	Evolução da situação atual na ausência do plano, respetivos riscos e oportunidades
<i>Objetivo ambiental relevante: Prevenir e minimizar os riscos ambientais</i>			
Vulnerabilidade ambiental			
Suscetibilidade à seca do concelho de acordo com os estudos desenvolvidos para o PROT-Centro (baixa, moderada, elevada ou muito elevada)	- Estudos de Caracterização da revisão do PDM - PROT-C	- Pombal apresenta uma suscetibilidade à seca elevada - Durante o período 1995-2010 ocorreram secas em junho de 2005 e em julho e agosto de 2003, com efeitos na diminuição de caudal dos rios/ falta de água	- O aumento da temperatura e redução da precipitação no verão em resultado das alterações climáticas poderá aumentar o risco de secas (--) - Redução dos efeitos negativos das secas com a implementação do Plano de Gestão de Secas previsto no Programa de Medidas do PGBH da RH4 (++)
Suscetibilidade a cheias no concelho (classes moderada, elevada, reduzida, nula) (ha; %)	- Estudos de Caracterização da revisão do PDM - Relatório de Avaliação da Execução do PDM95	- O concelho de Pombal apresenta 6,8 % da sua área total em suscetibilidade a cheias, correspondentes a 4.300 ha, dos quais 59,7% em suscetibilidade elevada (2566 ha), 29,6% em suscetibilidade moderada (1271 ha) e 10,8% em suscetibilidade reduzida (463 ha) 442,8 ha da área com suscetibilidade a cheias encontra-se integrada em perímetros urbanos, o que corresponde a 10,3% da área suscetível a cheias e 0,7% da área total do concelho	- O aumento da frequência e magnitude de chuvas intensas em resultado das alterações climáticas poderá aumentar o risco de cheias (--) - A desatualização do PDM face à legislação mais recente no domínio das inundações (Decreto Lei n.º 364/98, de 21 novembro, Decreto-lei n.º 166/2008 de 22 de agosto e Decreto-Lei n.º 115/2010, de 22 de outubro) deverá implicar uma deficiente proteção contra as cheias urbanas, com a consequente possibilidade de ocupação dos leitos de cheia (---)
Zonas inundáveis (ha)		- O PDM em vigor não apresenta a carta das zonas inundáveis no interior dos perímetros urbanos uma vez que a legislação que consagra esta necessidade é posterior à sua elaboração (Decreto Lei n.º 364/98, de 21 novembro) - A servidão de margens e zonas inundáveis é abordada no PDM95 mas a carta de condicionantes elaborada não possibilita a sua adequada interpretação - Com base no cálculo de suscetibilidade a cheias, pode ser inferido que o concelho apresenta um total de 4.300 ha de área inundável, sendo que 442,8 ha correspondem a zonas inundáveis em perímetros urbanos	
População exposta a risco de cheia na cidade de Pombal (n.º hab)	Estudos de Caracterização da revisão do PDM	Na cidade de Pombal cerca de 73,6% da sua população está exposta ao risco de cheia (cerca de 4.257 habitantes).	

Indicadores ou questões específicas	Fontes de informação	Tendências passadas e aspetos-chave da situação atual	Evolução da situação atual na ausência do plano, respetivos riscos e oportunidades
Área inundável da cidade de Pombal para TR=100 anos (ha)	Estudos de Caracterização Territorial da revisão do PDM (Figura 19 do Volume IX- Riscos)	Cerca de 146 ha	(ver anterior)
Área impermeabilizada da bacia hidrográfica a montante da zona de inundação (ha)	Estudos de Caracterização da revisão do PDM	As bacias que convergem para a cidade de Pombal têm 703ha impermeabilizados: 212ha pertencem à ribeira do Degolaço, 133ha ao ribeiro do Travasso, 90ha à ribeira do Outeiro Galegas, 60 ha ao ribeiro do Vale, os restantes 208ha pertencem à própria cidade de Pombal.	
Elementos expostos em áreas de elevada suscetibilidade a cheias (ha)	Relatório da revisão do PDM	A área ocupada por elementos expostos em áreas de elevada suscetibilidade a cheias é de 131,6 ha, dos quais: 7,7ha na bacia do Rio Anços, 98,3 ha na bacia do rio Arunca, 25,5 ha na bacia da Rib. Carnide e 0,16 ha na bacia do Rio Nabão	
Suscetibilidade a sismos no concelho (classes baixa, moderada e elevada) (%)	- Carta de Intensidades Máximas Históricas do Instituto de Meteorologia (IM, 2000) - Estudos de Caracterização da revisão do PDM	- Na Carta de Intensidades Máximas Históricas do IM, o concelho de Pombal apresenta intensidades sísmicas máximas de grau VIII (ruinoso) na Escala de Mercalli Modificada de 1956. - O concelho de Pombal é atravessado por vários acidentes tectónicos, alguns dos quais com registos de eventual atividade nos últimos dois milhões de anos, destacando-se pela sua extensão a falha ativa provável Nazaré-Pombal. Foi nesta falha que se gerou o sismo de 26 de dezembro de 1962, com magnitude 5,7. - Cerca de 13% do território apresenta suscetibilidade sísmica baixa, 50% suscetibilidade sísmica moderada, e 37% suscetibilidade sísmica elevada. - Ao nível de freguesia, aquela que apresenta maior suscetibilidade a sismos é a Redinha, com 68,9% da sua área com suscetibilidade elevada. - As freguesias que apresentam uma menor suscetibilidade a sismos encontram-se sobretudo a Oeste do Concelho, nomeadamente a freguesia do Carriço com baixa suscetibilidade em toda a sua área, e a freguesia da Guia com apenas 0,2% do território com moderada incidência	Não é possível prever um evento sísmico, embora a sua ocorrência seja provável e os efeitos minimizáveis através de construção do edificado de acordo com as normas nacionais e internacionais neste domínio (sem riscos ou oportunidades)

Indicadores ou questões específicas	Fontes de informação	Tendências passadas e aspetos-chave da situação atual	Evolução da situação atual na ausência do plano, respetivos riscos e oportunidades
Suscetibilidade a movimentos de massa em vertentes no concelho (classes nula, reduzida, moderada, elevada) (%)	- Estudos de Caracterização da revisão do PDM - Carta Geológica de Portugal	- Associado às zonas mais declivosas do concelho (declives superiores a 25%) existe o risco de ocorrência de movimentos de massa de vertente. - O concelho apresenta uma suscetibilidade diferenciada ao longo do território, distribuída nas seguintes classes: 18,1% nula, 39,6% reduzida, 29,6 % moderada, 12,7% elevada - O maior movimento de massa de vertente registado ocorreu, em 2001, na freguesia de Santiago de Litém. Correspondeu a um deslizamento de solos que movimentou cerca de 66.000 m³ de terrenos. Este movimento de massa de vertente esteve associado ao contacto entre materiais de permeabilidade e características litológicas distintas com declive concordante com a estrutura geológica regional. 13% da área do concelho apresenta risco de deslizamento, destacando-se pela expressão regional as vertentes da Serra de Sicó, abrangidas pela freguesia da Redinha.	Potencial ocorrência de situações pontuais de instabilidade de vertentes (-/--, dependendo da extensão da área instabilizada e do volume de material mobilizado)
Suscetibilidade de colapso de cavidades naturais no concelho (classes nula, baixa, moderada, elevada) (%)	Estudos de Caracterização Territorial da revisão do PDM	- Associado ao contexto geológico e geomorfológico, sobretudo ao modelado cárstico, na Serra de Sicó existem zonas com suscetibilidade elevada, embora pontual, ao colapso de cavidades. - A suscetibilidade no concelho distribui-se nas seguintes classes: 93,37% nula, 1,07% baixa, 3,88% moderada, 1,69% elevada. Na sequência da revisão do PDM foi identificado que o zonamento de suscetibilidade ao colapso de cavidades, apresentado no Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil de Pombal, carece de aferição, devendo esta ser efetuada de forma articulada com a Proteção Civil. Por este motivo, no âmbito do PDM apresentam-se na Planta de Ordenamento – Sistema Patrimonial as faixas de proteção às cavidades, em vez das zonas de suscetibilidade constantes no Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil de Pombal. - As faixas de proteção às cavidades naturais abrangem cerca de 1,5 % da superfície territorial (932,6 ha).	Potencial ocorrência de situações pontuais de colapso de cavidades naturais (-/--, dependendo da extensão da área instabilizada e do volume de material mobilizado)

Indicadores ou questões específicas	Fontes de informação	Tendências passadas e aspetos-chave da situação atual	Evolução da situação atual na ausência do plano, respetivos riscos e oportunidades
Suscetibilidade à erosão costeira de acordo com o PROT-Centro (baixa, moderada, elevada)	- Estudos de Caracterização da revisão do PDM - PROT-C - CCDR-Centro - Carta Geológica de Portugal - POOC Ovar-Marinha Grande - SIAM (2002)	- O troço costeiro do concelho de Pombal é definido por um sistema praia-duna sujeito aos efeitos de erosão marinha. - O PROT-Centro classifica a faixa costeira Norte do concelho de Pombal como de suscetibilidade moderada a elevada do sistema praia-duna e o troço costeiro central e Sul como de suscetibilidade baixa a moderada do sistema praia duna. - O troço costeiro com maior suscetibilidade à erosão (Norte) encontra-se sob influência do défice de sedimentos que veiculam de Norte para Sul e do efeito sombra do esporão localizado na praia da Leirosa.	- À semelhança do que se verifica em grande parte do litoral português deverão manter-se os fenómenos de erosão do troço costeiro. O Plano de Ação para o Litoral não contempla, para o período de 2007/2013, quaisquer intervenções para a orla costeira do concelho de Pombal (-) - Perda de território decorrente da previsível elevação do nível médio do mar associada às alterações climáticas. As projeções do Painel Intergovernamental para as Alterações Climáticas (IPCC) consideram uma subida do nível médio do mar, entre 1990 e 2100, compreendida entre 0,3 e 0,5 m (--)
Risco de incêndio no concelho de acordo com o PMDFCI (nulo, muito baixo, baixo, médio, elevado, muito elevado) (%)	- Estudos de Caracterização Territorial da revisão do PDM - PMDFCI	- Foi produzida cartografia de risco de incêndio, classificando o concelho do seguinte modo: risco nulo: 21,1%; risco muito baixo: 29,2%; risco baixo: 10,2%; risco médio: 0,6%; risco elevado: 29,87%; risco muito elevado: 9,0% - O risco elevado é muito representativo nas freguesias de Ilha, de Guia a de Carriço (superior a 40% do seu território), sendo ainda superior a 20% das freguesias de Carnide, Vermoil, Pelariga, Mata Mourisca, Lourical e Almagreira. - Têm risco muito elevado em mais de 10% do seu território as seguintes freguesias: Vermoil, Pelariga, Abiúl, Vila Cã, Santiago, Mata Mourisca, Lourical e Almagreira.	- Redução da vulnerabilidade à ocorrência de incêndios com a implementação das medidas previstas no PMDFCI (++) - Desenvolvimento dos planos de gestão florestais preconizados no PROF-AA para os corredores ecológicos em que ainda não tenham sido realizados (++)
Área crítica do ponto de vista da defesa da floresta contra incêndios no âmbito do PROF (ha)	- PROF do Centro Litoral (PROF-CL) - Carta Corine Landcover 2006 (Caetano et al, 2009)	O PROF-CL identifica no seu mapa síntese uma <u>área crítica do ponto de vista da defesa da floresta contra incêndios</u> que abrange toda a parte poente do concelho de Pombal, na área coincidente com a Mata Nacional do Urso, com 4.560 ha em que dominam usos florestais (florestas de resinosas e, com menor representatividade, florestas abertas, cortes e novas plantações).	

Indicadores ou questões específicas	Fontes de informação	Tendências passadas e aspetos-chave da situação atual	Evolução da situação atual na ausência do plano, respetivos riscos e oportunidades
População exposta a ruído ambiente exterior superior ao valor limite regulamentado para o Lden e Ln, para zonas sensíveis e zonas mistas (%)	Estudos de Caracterização da revisão do PDM	- Da análise efetuada à estimativa da população exposta a diferentes classes de níveis de ruído conclui-se que: - Cerca de 7% da população encontra-se exposta a níveis de ruído superiores a 65 dB(A), limite estabelecido pelo RLPS para zonas mistas para o indicador Lden; - Para o indicador Ln a percentagem da população que se encontra exposta a níveis de ruído superiores a 55 dB(A), limite estabelecido pelo RLPS para zonas mistas neste período, é de 22%; - Cerca de 18% da população encontra-se exposta a níveis de ruído superiores a 55 dB(A), limite estabelecido pelo RLPS para zonas sensíveis para o indicador Lden; - Para o indicador Ln a percentagem da população que se encontra exposta a níveis de ruído superiores a 45 dB(A), limite estabelecido pelo RLPS para zonas sensíveis neste período, é de 40%. O indicador Ln corresponde, segundo esta análise, ao período mais crítico	- Continuação da ausência de definição das zonas sensíveis e das zonas mistas e da consequente ausência de ações de prevenção/correção de situações de desconformidade com o regulamento geral do ruído (--) - Ausência de articulação entre o regulamento geral do ruído e o ordenamento do território municipal em vigor (---)
Objetivo ambiental relevante: definir a estrutura ecológica municipal			
Estrutura ecológica			
Áreas nucleares da estrutura regional de proteção e valorização ambiental: Sítio Sicó/Alvaiázere e outras áreas sensíveis (ha)	Estudos de Caracterização da revisão do PDM	- Sítio Sicó/Alvaiázere no concelho de Pombal: 5.314 ha - Outras áreas sensíveis: povoamentos de folhosas autóctones e matos esclerofíticos, relevantes do ponto de vista da conservação da natureza e biodiversidade, ocupando uma área de cerca de 704 ha do sistema mata (embora na sua totalidade isto é, na sua abrangência a todos os sistemas a área aumente para aproximadamente 5.172ha) do território concelhio	- Deverão ser desenvolvidos os planos de gestão florestais preconizados no PROF-AA para os corredores ecológicos em que ainda não tenham sido realizados, compatibilizando desta forma os usos previstos com o preconizado naquele instrumento de gestão territorial (++) - No contexto acima referido, bem como do programa Operacional constante do PGF da Mata Nacional do Urso e Mata Nacional, deverá ser valorizada a rede hidrográfica existente coincidente com as áreas de corredor ecológico e respetiva vegetação, bem como o corredor litoral (++)
Corredores ecológicos estruturantes (Km)	Estudos de Caracterização da revisão do PDM	Corredor litoral: corresponde à parte do sistema costeiro mais a Poente (2km)	
Corredores ecológicos definidos no PROF do Centro Litoral (ha)	- Estudos de Caracterização da revisão do PDM - PROF CL	- O concelho de Pombal é atravessado, essencialmente no sentido Norte/Sul, por cinco corredores ecológicos definidos no âmbito do PROF-CL, que acompanham: o vale do rio Anços, o vale do rio Arunca, o vale da ribeira de Carnide, o vale da ribeira das Castelhanas, o vale da ribeira de Nasce Água, o vale da ribeira do Canto Catarino, a Vala da Lagoa de S. José e o cordão dunar. - Os corredores ecológicos correspondem a uma área de cerca de 22.100 ha.	

Indicadores ou questões específicas	Fontes de informação	Tendências passadas e aspetos-chave da situação atual	Evolução da situação atual na ausência do plano, respetivos riscos e oportunidades
Estrutura ecológica municipal (ha, %)	- PDM em vigor - Planos de Urbanização e Planos de Pormenor em vigor no concelho	- A estrutura ecológica não se encontra aprovada para todo o concelho de Pombal. - Esta estrutura apenas se encontra aprovada no contexto dos Planos de Urbanização de Albergaria, de Carriço e da Guia. - No âmbito do Plano de Pormenor Integrado do Parque Industrial de Pombal, apesar de não estar definida a estrutura ecológica, está identificada uma estrutura verde para a área do plano.	(cont.) Sem a revisão do PDM de Pombal, não deverá ser aprovada a estrutura ecológica municipal, assim como as áreas de corredor ecológico definidas no PROF-CL e já definidas como fazendo parte da Estrutura Ecológica Fundamental do Concelho no âmbito dos Estudos de Caracterização da Revisão do PDM de Pombal (---)
Objetivo ambiental relevante: Garantir a coerência com as condicionantes e o ordenamento incidentes no território			
Condicionantes ao uso do solo			
Área do concelho e das freguesias integrada na Reserva Agrícola Nacional (RAN) (ha; %)	- Cartografia da RAN do concelho - PDM em vigor - Estudos de Caracterização da revisão do PDM - Carta Corine Landcover 2006 (Caetano et. al., 2009)	- A Reserva Agrícola Nacional (RAN) do concelho de Pombal foi aprovada pela Portaria n.º 1095/91, de 25 de outubro, abrangendo 8.984 ha, correspondentes a 14,3% do concelho. Estas áreas estão sujeitas ao disposto no Decreto-Lei n.º 73/2009, de 31 de março. - As áreas da RAN distribuem-se por todo o concelho, mas têm uma incidência muito reduzida na sua parte poente. Destacam-se as áreas de RAN em áreas extensas correspondentes a baixas aluvionares, associadas às principais linhas de água existentes no concelho (rio Arunca, rio Anços, rio Cabrunca e ribeira de Carnide). Também se encontram áreas de RAN ao longo dos vales da ribeira de Valmar, da ribeira das Castelhanas, e da ribeira de S. Amaro. - Genericamente os solos da RAN foram enquadrados na classe de Espaços Agrícolas definida na Planta de Ordenamento do PDM em vigor. - Os usos das áreas da RAN, tendo por base a Carta Corine Landcover, correspondem a usos agrícolas, em particular nos vales mais importantes. Verificam-se também potencialmente compatíveis e incompatíveis com o regime da RAN. Entre os usos potencialmente compatíveis, podem referir-se ocupações florestais, vegetação herbácea natural, vegetação esclerófito e áreas ardidas.	- Manutenção da RAN em vigor, bem como de situações de potencial incompatibilidade com os usos presentes (--) - Manutenção da REN em vigor, bem como de algumas situações de potencial incompatibilidade com os usos presentes (--) - Embora o regime do Domínio Hídrico tenha mecanismos de salvaguarda própria, a sua não articulação com o PDM, na ausência da revisão aumenta o risco da sua degradação (-)
Integração do Domínio Hídrico (DPH) (ha)	Estudos de Caracterização da revisão do PDM	Não foi possível quantificar a extensão do DPH, dado este incidir também em cursos de água fora da EEM, não contabilizados nos estudos de caracterização.	

Indicadores ou questões específicas	Fontes de informação	Tendências passadas e aspetos-chave da situação atual	Evolução da situação atual na ausência do plano, respetivos riscos e oportunidades
• Categorias de Reserva Ecológica Nacional (REN) no concelho (ha; %)	• PDM em vigor • Estudos de Caracterização da revisão do PDM • Cartografia da REN • Carta Corine Landcover 2006 (Caetano <i>et. al.</i>, 2009)	• A Reserva Ecológica Nacional (REN) do concelho de Pombal foi aprovada pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 64/96, de 09 de maio e alterada pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 142/2008, de 17 de setembro (na sequência das propostas de ordenamento dos Planos de Urbanização da Guia e do Carriço e do Plano de Pormenor integrado no Parque Industrial de Pombal). • As áreas da REN estão sujeitas ao disposto no Decreto-Lei n.º 166/2008, de 22 de agosto, alterado pelo Decreto-Lei n.º 239/2012 de 2 de novembro. • O concelho de Pombal é abrangido de forma expressiva pelo regime da REN (26.991 ha, correspondentes a 43% do concelho), diferenciada nas seguintes categorias (Câmara Municipal de Pombal, 2011a): • Praia – 213 ha (0,3% do concelho); • Duna – 6.880 ha (11% do concelho); • Faixa marítima – 164 ha (0,3% do concelho); • Leito de Cursos de Água / Zonas de Cheia – 4.053 ha (6,5% do concelho) – ao longo de alguns vales do concelho; • Lagoa – 15 ha no limite Norte do concelho coincidentes com a freguesia de Carriço, correspondendo apenas a uma ocorrência; • Albufeira – 31 ha com incidência na freguesia de Pombal; • Cabeceira – 2569 ha (4% do concelho) – distribuem-se em todo o concelho, coincidindo com as zonas mais elevadas e envolventes de festos; • Área de máxima infiltração – 6828 ha (11% do concelho) – com incidência em todo o concelho, distribuindo-se ao longo de vales de linhas de água e numa grande área contínua e extensa no limite poente do concelho; • Área com risco de erosão – 6240 ha (10% do concelho) – com distribuição em todo o concelho, associando-se sobretudo a zonas de encosta. • Em termos da REN total, verifica-se uma maior dominância e continuidade na parte poente do concelho, na envolvente do seu limite nascente, bem como ao longo dos vales da ribeira das Castelhanas, da ribeira de Carnide, da ribeira de Santo Amaro, do rio Arunca, da ribeira de Valmar, do rio Cabrunca e da ribeira de Santiais. Para além destas áreas, a REN encontra-se de forma dispersa por todo o concelho.	(ver anterior)

Indicadores ou questões específicas	Fontes de informação	Tendências passadas e aspetos-chave da situação atual	Evolução da situação atual na ausência do plano, respetivos riscos e oportunidades
Categorias de Reserva Ecológica Nacional (REN) no concelho (ha; %) (cont.)	(ver anterior)	- As freguesias cujo território apresentam maior área territorial condicionada pela REN, são as freguesias do Carriço (6.228 ha), Pombal (3.577 ha), Redinha (2.768 ha) e Abiúl (2.618 ha) (Câmara Municipal de Pombal, 2011a). - O PDM em vigor prevê classes potencialmente compatíveis com o regime da REN nas áreas coincidentes com o mesmo.	(ver anterior)
Compatibilidade dos usos com os regimes de REN e de RAN	- Cartografia da RAN e da REN do concelho - Estudos de Caracterização da revisão do PDM (2011) - Carta Corine Landcover 2006 (Caetano et. al., 2009)	- Os usos existentes, tendo em conta a informação constante na Carta Corine Landcover 2006, são na maior parte dos casos potencialmente compatíveis com o regime da REN. - No entanto verificam-se algumas situações de potencial incompatibilidade, relacionadas com a ocorrência, em áreas da REN, de: áreas urbanas; indústria, comércio e equipamentos; áreas de extrações de inertes; e áreas em construção. - No que respeita à RAN, verificam-se usos coincidentes com esta condicionante do território potencialmente incompatíveis com o seu regime, nomeadamente: áreas de tecido urbano; áreas de indústria, redes viárias e ferroviárias e espaços associados; e área de extração de inertes (pedreiras) e de concessão mineira.	
Regime Florestal da Mata Nacional do Urso (ha)	- PROF do Centro Litoral (PROF-CL) - PDM em vigor - Estudos de Caracterização da revisão do PDM - Carta Corine Landcover 2006 (Caetano et al, 2009) - PGF da Mata Nacional do Urso e Mata Nacional do Pedrógão (DRFC, 2010)	- O concelho é parcialmente coincidente com a Mata Nacional do Urso, constituída por património fundiário do Estado e sujeita a Regime Florestal Total ao abrigo do Decreto de 24 de dezembro de 1901 (publicado no Diário do Governo n.º 296, de 31 de dezembro) e do Decreto de 24 de dezembro de 1903 (publicado no Diário do Governo n.º 294, de 30 de dezembro). - Trata-se de terreno do domínio privado do Estado, com a área de 6102,46 ha (DRFC, 2010), cuja gestão é da responsabilidade da Unidade de Gestão Florestal do Centro Litoral, integrada na Direção Regional das Florestas do Centro, da Autoridade Florestal Nacional, organismo recentemente integrado no Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, I. P.. No concelho de Pombal ocupa uma área de 4.560 ha, correspondentes a 7% do concelho.	Manutenção da situação atual relativamente ao Regime Florestal da Mata Nacional do Urso (sem riscos ou oportunidades) e implementação do PGF da Mata do Urso, que deverá levar a uma melhoria do espaço florestal, relativamente à situação atual (+)

Indicadores ou questões específicas	Fontes de informação	Tendências passadas e aspetos-chave da situação atual	Evolução da situação atual na ausência do plano, respetivos riscos e oportunidades
Compatibilidade dos usos com o PGF da Mata Nacional do Urso	- PDM em vigor - Carta Corine Landcover 2006 (Caetano <i>et al</i>, 2009)	- No âmbito do PDM em vigor, a área da Mata Nacional do Urso é coincidente com as classes: Espaço Natural Litoral, na faixa costeira, e Espaço Natural Interior, na restante área (e na maior parte). - Os usos existentes, tendo em conta a informação constante na Carta Corine Landcover 2006, por ordem decrescente, são florestas de resinosas e florestas abertas, cortes e novas plantações.	(ver anterior)
Compatibilidade com o PROT-C na densificação urbana e sistema urbano regional polinucleado (parcela mínima-ha)	- Relatório da avaliação da execução do PDM em vigor (2011) - Cartografia - PROT-C	- O povoamento disperso polinucleado é o dominante e encontra-se em proliferação, carecendo de hierarquia e contenção - A única polaridade urbana em Pombal é o aglomerado urbano do Pombal, podendo ser consideradas polaridades peri-urbanas os aglomerados urbanos de Albergaria dos Doze, Meirinhas e Guia. - Atualmente não está definido um valor efetivo para a contenção da dispersão urbana (>2ha) de parcela mínima para construção da habitação em espaço rural.	- Difícil estruturação do sistema urbano polinucleado com hierarquia e autonomia e dispersão das áreas edificadas (---) - Na ausência da revisão do PDM a parcela mínima não será implementada, favorecendo a dispersão da edificação (--)

Legenda:

	Elevado(a)	Médio(a)	Baixo(a)
Risco	---	--	-
Oportunidade	+++	++	+

7.2.2. Efeitos significativos, oportunidades e riscos e medidas específicas

No **quadro 7.2.2** identificam-se os efeitos significativos da revisão do Plano Diretor relativamente ao FCD 2, relacionando-os com os objetivos ambientais relevantes anteriormente selecionados. São também avaliadas, em associação a cada um dos objetivos, as oportunidades e os riscos decorrentes da implementação do plano, assim como propostas medidas específicas consideradas necessárias para a concretização do mesmo.

No PDM95 não existe referência à suscetibilidade, perigosidade e vulnerabilidade associada aos perigos naturais e tecnológicos que afetam o território concelhio (GPU, 2001), sendo esta questão alvo de análise na presente proposta de revisão do PDM.

Relativamente às secas, o Programa de Execução do PDM preconiza, no seu período de vigência, o apoio às populações e atividades agrícolas e pecuárias, em áreas com grande suscetibilidade a seca, disponibilizando recursos hídricos em quantidade e qualidade.

Na presente proposta, as áreas com risco de cheia adquiriram particular importância na definição da estrutura ecológica municipal e suas áreas fundamentais.

Os rios Anços, Arunca, Nabão e a ribeira de Carnide, e uma faixa de 500 m para cada lado do eixo dos rios, foram considerados corredor ecológico. Na ribeira de Nasce Água e do Canto Catarino esta faixa é de 250 m. Os corredores de outras linhas de água integradas na REN são constituídos por *buffers* de 25 m. O domínio público hídrico inclui ainda os pequenos cursos de água não navegáveis nem fluviáveis, sendo aí o buffer de 10 m.

A REN proposta considera uma área de 2.482 ha na classe “zonas ameaçadas pelas cheias” (ZAC) (a REN em vigor considerava 4.125 ha integrados na mesma classe), cuja delimitação teve em consideração a carta de suscetibilidade a cheias, elaborada nos Estudos de Caracterização do PDM (volume IX – Riscos), nomeadamente as áreas de suscetibilidade elevada.

A maior parte das ZAC coincide, na carta de ordenamento, com solo rural. Contudo esta inclui áreas que coincidem com espaços urbanizados (área central, espaço de atividades económicas, espaço de equipamentos e infraestruturas, espaço residencial, espaço urbano de baixa densidade e espaço verde). Algumas áreas propostas para exclusão da REN coincidem com ZAC.

Na planta de ordenamento são delimitadas as zonas inundáveis, de acordo com o Decreto-Lei n.º 364/98, de 21 de novembro, demarcando, no interior dos perímetros urbanos, as áreas atingidas pela maior cheia conhecida.

O regulamento do Plano Diretor (2014b) estabelece o regime aplicável às zonas inundáveis, interditando um conjunto de usos e ações com vista a prevenir a poluição da água, a destruição da galeria ripícola e a alteração ao sistema natural de escoamento. Inviabiliza ainda a construção de pisos de edificação abaixo da cota natural do terreno.

O Programa de Execução do PDM (2012) prevê um conjunto de medidas que contribuem para a prevenção e minimização dos riscos de cheia (ver **Quadro A.3.5** no **Anexo 3**).

Quanto à sismicidade, atendendo ao enquadramento geológico e sismotectónico de Portugal, em geral, e do concelho de Pombal, em particular, são possíveis episódios sísmicos, que embora imprevisíveis poderão ser minimizados através do cumprimento da legislação nacional e internacional no que respeita à construção do edificado. O Plano apresenta o zonamento da suscetibilidade sísmica do concelho e a articulação com as diretrizes do Plano Municipal de Emergência de Pombal.

Em geral as zonas de elevada suscetibilidade sísmica coincidem com a estrutura ecológica municipal, com espaços naturais ou com espaços agrícolas e florestais. Contudo, em algumas zonas do concelho as classes de elevada suscetibilidade sísmica coincidem com solo urbano. Nestes casos é essencial, por um lado assegurar o cumprimento integral da legislação nacional e das normas internacionais no que respeita a novas construções, e, por outro lado, acompanhar as condições de estabilidade do edificado urbano existente e das zonas de risco à instabilidade de vertentes e de colapso de cavidades, uma vez que associado a um evento sísmico pode ser despoletado um fenómeno de ambas as tipologias.

Quanto à evolução e dinâmica da orla costeira, o litoral de Pombal, à semelhança do que se verifica em grande parte da extensão de costa arenosa da zona centro de Portugal, apresenta sinais de erosão do sistema praia-duna. Embora a suscetibilidade à erosão costeira do sistema praia-duna seja particularmente evidente no troço Norte, as previsões da subida do nível do mar associadas às alterações climáticas tornam toda a linha de costa do concelho vulnerável ao recuo. Neste quadro de evolução a longo prazo, a inclusão do sistema praia-duna frontal em estrutura ecológica municipal e em classes de espaço natural e florestal, constitui um efeito positivo do PDM, não estando previstas ocupações que afetem a integridade desta importante barreira de defesa da costa.

Na revisão do PDM foram aferidas, com base na informação constante na Carta Geológica à escala 1:25 000, as áreas de REN referentes às classes praia e duna, verificando-se uma diminuição da área de praia e um ligeiro incremento da área de duna (cerca de 1.81%).

Não obstante a área do sistema praia-duna ser ligeiramente inferior aquela que está definida na REN em vigor (-0.46%), considera-se estar assegurado o seu papel de barreira protetora, não sendo esperados efeitos negativos na proteção da linha de costa.

A evolução geológica do concelho é, em muitos casos, marcada pela ocorrência de situações de instabilidade de vertentes. No concelho está identificada uma extensa área de suscetibilidade à ocorrência de movimentos de massa de vertente, coincidindo grande parte com classes de espaço natural e com áreas fundamentais da estrutura ecológica municipal, onde não estão previstas ações/atividades potenciadoras de episódios de instabilidade. Este é um efeito particularmente positivo do PDM.

Não obstante, existem situações em que estas áreas coincidem ou são contíguas com classes de solo urbanizável e urbanizado, bem como rural, em que podem ocorrer movimentações do terreno, suscetíveis de afetar a estabilidade das vertentes (como por exemplo em espaço florestal de produção em que é permitida a edificação). É neste contexto que o PDM propõe que, nas áreas dos projetos respeitantes a operações urbanísticas ou em que hajam alterações do coberto vegetal, da topografia ou da drenagem de águas pluviais, se realizem avaliações geotécnicas prévias que avaliem as eventuais interferências na estabilidade das vertentes das intervenções a realizar e definam as necessárias medidas de salvaguarda de pessoas e bens.

Associado à evolução da morfologia cársica, na área do concelho que abrange a Serra de Sicó, existe a suscetibilidade de colapso de cavidades. Estas zonas estão em muitos casos associadas a grutas e algares, com desenvolvimento subterrâneo, e que à superfície estão muitas vezes ocultas por coberturas de solo. Apesar de parte significativa destas zonas coincidirem com áreas da estrutura ecológica municipal e com classes de espaço agrícola e florestal, existem situações de coincidência com solo urbano que justificam a realização de estudos geológico-geotécnicos, à semelhança do que foi referido para as zonas de suscetibilidade à instabilidade de vertentes, quer nos casos de novas construções, quer no caso de ampliações do edificado existente que implique escavações. O PDM contempla, em regulamento, a execução destes estudos, constituindo um efeito positivo.

No que respeita ao risco de incêndio, “o sucesso na proteção de habitações e outro tipo de infraestruturas começa no planeamento dos usos do território e no condicionamento à edificação fora dos perímetros urbanos e termina na adoção, de caráter anual, de medidas específicas de DFCL e de proteção civil” (PROFCL). Neste sentido, é objetivo do PROF controlar a interposição de barreiras, em particular daquelas que apresentam grande desenvolvimento longitudinal (por exemplo estradas, urbanizações, agricultura intensiva).

Assim, e considerando que a construção de edificações para habitação, comércio, serviços e indústria é interdita nos terrenos classificados nos PMDFCI, com risco de incêndio elevado ou muito elevado, deveria ser um efeito da revisão do PDM a exclusão e perímetros urbanos destas áreas, identificadas na cartografia de condicionantes, especificamente na carta de risco de incêndio. Este pressuposto, porém, não se verifica sobrepondo em SIG as áreas urbanizáveis com as áreas classificadas pelo PDCFCI, concluindo-se que existem numerosas áreas de risco elevado, e muito elevado, coincidentes com áreas urbanizáveis previstas no âmbito da revisão do PDM.

Na proposta de Revisão do Plano uma parte significativa das áreas urbanizáveis previstas possui uma parte classificada com risco alto ou muito alto de incêndio (vd. Anexo 1 - Desenho 2a e b).

As normas a aplicar aos corredores ecológicos, no âmbito do planeamento florestal regional (PROF-CL), são as consideradas para as funções de proteção e de conservação (nomeadamente a subfunção de proteção da rede hidrográfica, com objetivos de gestão e intervenções florestais ao nível da condução e restauração de povoamentos nas galerias ripícolas, bem como a subfunção de conservação de recursos genéticos, com objetivos de gestão da manutenção da diversidade genética dos povoamentos florestais e manutenção e fomento dos próprios corredores ecológicos). Porém, a classificação do solo no âmbito da atual proposta de revisão do PDM prevê mais de 50% do total de solo urbanizável em área abrangida por estes corredores (sendo as maiores em Pelariga, Carriço, Louriçal e Pombal).

Estes corredores ecológicos contribuíram para a definição da estrutura ecológica municipal no âmbito da revisão do PDM, que os integra em grande parte, coincidindo com os seus eixos mas sem abranger toda a sua largura de 3Km. Esta correspondência representa uma oportunidade, quer para o controlo de risco de incêndio quer para a coerência do ordenamento do território.

No que respeita aos incêndios, cabe ainda referir que as zonas percorridas por incêndios nos últimos 10 anos coincidentes com áreas florestais aplica-se o disposto na Lei n.º 327/90, de 22 de outubro, Artigo 1.º - 1: “nos terrenos com povoamentos florestais percorridos por incêndios ficam proibidas, pelo prazo de 10 anos a contar da data do fogo todas as ações que tenham por objeto, ou simplesmente tenham por efeito, a divisão em lotes de qualquer área de um ou vários prédios destinados, imediata ou subsequentemente, à construção. Deste modo, a revisão do PDM não poderá prever áreas urbanizáveis nestes terrenos, pressuposto que se verifica por confirmação em SIG, embora não seja referido nos elementos que constituem o plano.

Como medida específica para a prevenção do risco de incêndio florestal sugere-se a implementação de sistema de balanço de emissões de CO₂, visando premiar as iniciativas de prevenção de incêndios florestais e de manutenção das florestas e penalizar os casos de negligência, quer junto dos particulares quer do município.

No que se refere ao ruído, a Planta de Ordenamento do PDM apresenta o zonamento acústico do concelho (zonas mistas: 112,6 Km²; zonas sensíveis: 0,15 Km²; zonas industriais: 11,9 Km²; zonas não classificadas: 501,5 Km²) e respetivas zonas de conflito com os valores limite de Lden e Ln estabelecidos no RGR.

Em conformidade com a cartografia de zonamento acústico e zonas de conflito concelhias com o RGR, o regulamento do Plano Diretor (2014b) define o regime aplicável a estas áreas (Art.º 18), enfatizando a necessidade de elaboração e aplicação de Plano Municipal de Redução de Ruído, com atuação prioritária em zonas expostas a níveis de ruído que excedem em mais de 5dB os valores-limites estabelecidos, bem como a ordem de prioridade das medidas a implementar.

O Plano é acompanhado por Mapa de Ruído para os indicadores Lden e Ln nos termos do RGR. Adicionalmente, o respetivo relatório preliminar (“Articulação do Regulamento Geral do Ruído com o Plano Diretor Municipal – Concelho de Pombal”; ESTG, 2012) enuncia as áreas do território concelho e a população exposta às diferentes classes de conflito estimadas:

- Para o indicador **Lden**: 2,8% da área do concelho está sobre-exposta a níveis de ruído ambiente, sendo que 1,2% da área do concelho é prioritária para redução (Δ Lden superior a 5dB);
- Para o indicador **Ln**: 3,4% da área do concelho está sobre-exposta a níveis de ruído ambiente, sendo que 1,5% da área do concelho é prioritária para redução (Δ Ln superior a 5dB).

A estimativa da população do concelho exposta a diferentes classes de conflito indica que:

- Para o indicador **Lden**: 3,2% da população do concelho está sobre-exposta a níveis de ruído ambiente referentes à classificação proposta para o uso do solo, sendo que 0,6% está exposta a um excesso de ruído superior a 5 dB;
- Para o indicador **Ln**: 4,2% da população do concelho está sobre-exposta a níveis de ruído ambiente referentes à classificação proposta para o uso do solo, sendo que 1,4% está exposta a um excesso de ruído superior a 5 dB.

O mesmo documento apresenta uma proposta preliminar de Plano Municipal de Redução do Ruído, identificando as fontes de ruído geradoras de conflito da responsabilidade de várias entidades e propondo medidas de redução de ruído associadas a fontes de ruído da responsabilidade do Município. Estas, no entanto, limitam-se à proibição de tráfego pesado no período noturno e no centro da cidade em todos os períodos, sem apresentação dos efeitos esperados em termos de diminuição dos valores de L_{den} e L_n e redução de áreas de conflito (apresenta-se apenas um detalhe do conflito antes e após a implementação da medida nas imediações do Hospital Distrital de Pombal, com efeitos reduzidos em termos de redução do conflito existente).

No que se refere à estrutura ecológica municipal (EEM) a sua definição é um efeito inerente da revisão do Plano Diretor o que traz oportunidades de potenciação dos valores ecológicos presentes no território.

A EEM era inexistente no PDM de 1995 e atinge, na proposta de revisão do Plano Diretor, na sua área fundamental, a extensão de 11.004 ha, e incluindo as suas áreas complementares, um total de 42.618 ha, representando uma oportunidade de melhoria potencial do equilíbrio ecológico municipal.

A continuidade desta estrutura, garantida pelos corredores complementares é de grande importância, sendo uma mais-valia desta estrutura conceptual. Porém, o facto de esta estrutura, por não representar uma categoria de solo específica do regulamento do Plano Diretor (2014b), encontrando-se repartida entre diversas categorias de espaço com regimes específicos distintos² constitui um risco de dificuldade da sua transposição para as decisões correntes de gestão urbanística.

Note-se que, de acordo com o nº 5 do artigo 10 do regulamento do Plano Diretor, as ações a desenvolver nas áreas complementares da EEM devem contribuir para a valorização ambiental, ecológica, biofísica e paisagística, salvaguardando os valores em presença, nomeadamente as espécies autóctones bem como as características do relevo natural, no entanto, esse requisito poderá ser de difícil operacionalização.

Por outro lado, não foi possível verificar a coincidência da EEM com os corredores da estrutura regional de proteção e valorização ambiental (ERPVA – ver figura seguinte) uma vez que esta não foi revertida para a cartografia.

² “O regime de ocupação das áreas integradas na Estrutura Ecológica Municipal observa o previsto para a respetiva categoria ou subcategoria de espaço, articulado com o regime estabelecido no presente artigo” (Artigo 10 do Regulamento do PDM Pombal, 2013)

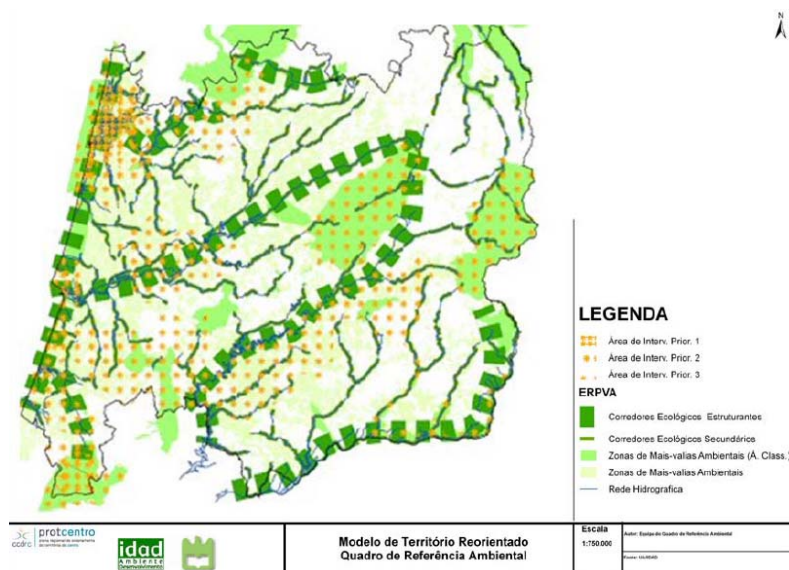


Figura 7.2.1 – Estrutura Regional de Proteção e Valorização Ambiental ERPVA (in Proposta do PROT Centro, maio 2011)

Note-se que, no que que respeita às condicionantes ao uso do solo e ordenamento do território, a revisão do PDM tem efeitos significativos de melhoria da precisão cartográfica, entre outras correções de problemas identificados no Relatório da avaliação da execução do PDM em vigor, de 1995.

A precisão cartográfica, em complemento com um regulamento adequado e explícito, comporta a oportunidade de verificação do cumprimento dessas condicionantes incidentes no território, bem como a identificação de eventuais conflitos.

Deste modo, o regime florestal total está presente na cartografia de condicionantes, potenciando a sua consideração aquando da verificação das transformações do uso do solo, muito embora não seja identificado o regime florestal parcial, descrito apenas no relatório explicativo de condicionantes, e nenhum destes regimes conste em sede do regulamento do plano.

Esta base cartográfica permitiu quantificar, na proposta de revisão do Plano Diretor, determinados indicadores e aferir a compatibilidade do modelo territorial com os regimes de reserva nacional ecológica e agrícola. Constatou-se, assim, que a área da REN é de 27.970,8 ha e a área de RAN totaliza 8.885 ha.

Estes valores, em relação ao PDM em vigor, que definiu a constituição inicial destas reservas em 1995, decrescem. No caso da REN, o decréscimo é de cerca de 14% (4.560 ha) e , no caso da RAN, de 167 ha (CMP, 2014a). É de referir também como efeito da revisão do Plano Diretor a adequada distinção cartográfica e regulamentar das diferentes tipologias que constituem a REN. Neste contexto, e em função da redefinição de critérios de delimitação, embora ocorra um decréscimo das áreas de REN em área, o somatório das diversas tipologias de REN totaliza 39.235 ha.

A consulta desta cartografia identificou ainda a presença de múltiplas áreas urbanizáveis no interior dos corredores ecológicos do PROFCL, acima referidas no âmbito do risco de incêndio.

Constatou-se também a coincidência de várias áreas urbanizáveis com os corredores complementares da EEM, não sendo esta subcategoria, ao contrário da área fundamental da EEM, uma classe de espaço *non edificandi*. Algumas destas áreas, parcialmente ou na sua totalidade encontram-se em REN (correspondendo em geral a compromissos urbanísticos prévios), estando propostas para desafetação, em conjunto com as áreas de solo já urbanizado, igualmente coincidentes com esta reserva nacional (vd Desenhos 2a e 2b).

Finalmente, no que respeita ao sistema urbano regional, definido pelo PROT-C, a revisão do PDM tem efeitos muito positivos de ajustamento do ordenamento das áreas edificadas e de distinção entre o solo urbano e o solo rural, em particular no que se refere à delimitação dos aglomerados rurais e áreas de edificação dispersa e sua clara dissociação dos perímetros urbanos, em favor da densificação urbana.

A urbanização e edificação subsequente à revisão do PDM poderá, assim potenciar o sistema urbano infraestruturado, densificando-o, e simultaneamente preservar o solo rural potenciando a sua produtividade e incentivando uma edificação mais contida e mais autónoma, associada diretamente ao desenvolvimento rural. No sentido de não excluir a possibilidade de novas construções em solo rural que realmente sejam necessárias para apoio a esse desenvolvimento rural, o PDM prevê ainda a exceção da parcela mínima, onde é admitida a construção de habitação unifamiliar.

A parcela mínima para edificação habitacional 3ha (2 ha em determinadas freguesias) – aplica-se às seguintes classes de espaço: espaço agrícola de produção e conservação; espaço florestal de produção e conservação; espaço de uso múltiplo agrícola e florestal tipo I e II. Esta definição regulamentar é uma oportunidade ao nível do desenvolvimento rural, mas constitui um risco ao nível do próprio ordenamento do território, uma vez que abre um precedente de edificação em solo rural, dificultando o controlo dos objetivos de restrição a essa edificação do próprio PDM.

As medidas recomendadas para a mitigação deste risco são, por um lado, exigir idoneidade dos técnicos municipais em desempenho de funções de gestão urbanística e, por outro, dotar do município de sistemas de vigilância e intervenção que permitam controlar e travar efetivamente a edificação indevida, e assim garantir o cumprimento dos objetivos de ordenamento do território estabelecidos. A este propósito chama-se a atenção para os Artigos 78º e 79º (Capítulo III - secção VIII), relativos às atividades e ao regime de edificabilidade em espaço natural, onde são definidas as efetivas possibilidades de transformação e edificação nesta classe de espaço.

Note-se que no caso específico de Pombal e, em particular perante a conjuntura atual, o modelo de desenvolvimento territorial deverá ser orientado para uma aposta no setor agroflorestal, existindo um quadro de ordenamento do território regional municipal e sectorial favorável a este desígnio.

Quadro 7.2.2 – Vulnerabilidades ambientais e ordenamento do território (FCD 2): Avaliação de efeitos significativos da revisão do Plano Diretor, identificação de oportunidades e riscos e medidas específicas

Efeitos significativos	Oportunidades	Riscos	Medidas específicas
<i>Objetivo ambiental relevante: prevenir e minimizar as vulnerabilidades ambientais</i>			
Riscos Ambientais			
• Delimitação das zonas inundáveis (carta de ordenamento) e das zonas ameaçadas pelas cheias (planta de condicionantes - REN) (2.482 ha) à luz da legislação em vigor • Condicionamento da ocupação das zonas inundáveis • Estabelecimento de índices máximos de impermeabilização, para diferentes classes de espaço • Integração das principais linhas de água em corredores ecológicos (500 m para cada lado no caso dos rios Anços, Arunca, Nabão e a ribeira de Carnide)	• Integração na classe “zonas ameaçadas pelas cheias” das áreas de suscetibilidade elevada a cheias identificadas nos estudos de risco (++) • Redução dos efeitos negativos decorrentes das cheias nas zonas inundáveis (+++) • Diminuição dos níveis de impermeabilização das áreas urbanas mediante a utilização de materiais em pavimentos de elevada permeabilidade previstos em regulamento (++)	• Presença de espaços urbanizados e urbanizáveis em zonas ameaçadas pelas cheias (-) • Afetação pelas cheias de solo urbano (excluindo EE urbana), aglomerados rurais e áreas de edificação dispersa (~139 ha)	• Nas zonas inundáveis, para os solos urbanizados e urbanizáveis, interditar a execução de caves e aterros (já previsto em regulamento)
• Inclusão de grande parte das áreas de suscetibilidade a sismos na estrutura ecológica municipal, em espaços naturais ou espaços agrícolas e florestais	• Minimização dos riscos de afetação de pessoas e bens com a ocorrência de um evento sísmico (++)	• Potencial afetação, direta ou indireta, de infraestruturas associada a um evento sísmico (-)	• Assegurar o cumprimento integral da legislação nacional e das normas internacionais no que respeita à construção • Acompanhamento das condições de estabilidade do edificado urbano existente
• Inclusão de grande parte das áreas de suscetibilidade e risco à ocorrência de movimento de massa de vertente na estrutura ecológica municipal (EEM) e em espaço natural • Inclusão de grande parte das faixas de proteção às cavidades naturais em EEM e em espaço agrícola e florestal	• Minimização da potenciação dos fenómenos de instabilidade de vertentes e dos riscos de afetação de pessoas e bens associados a estes e ao colapso de cavidades (+++)	• Episódios pontuais de instabilidade de vertentes com afetação de pessoas e bens em zonas de suscetibilidade (-) • Ocorrência de situações pontuais de colapso de cavidades cársicas (-)	• Implementação de programa de monitorização e acompanhamento de situações de instabilidade de vertentes • Representação na Cartografia de Riscos (que representa as áreas de risco de instabilidade de vertentes e colapso de cavidades) dos perímetros urbanos

Efeitos significativos	Oportunidades	Riscos	Medidas específicas
(ver anterior)	• (cont.) Requerimento da realização de estudos geotécnicos prévios nas zonas de suscetibilidade a movimentos de massa de vertente em que estejam previstos projetos respeitantes a operações urbanísticas ou em que serão necessárias alterações do coberto vegetal, da topografia ou da drenagem de águas pluviais (+++) • Requerimento da realização de estudos geológicos prévios em zonas em que pode ocorrer o colapso de cavidades (+++)	(ver anterior)	(ver anterior)
• Evolução e recuo da linha de costa	• Preservação do efeito barreira do sistema praia duna, não estando previstas classes de espaço que conflituem com a proteção da linha de costa (++)	• Não foram identificados	• Acompanhamento da evolução da linha de costa no troço Norte do concelho
• Criação de condições gerais de ordenamento do território favoráveis à redução da vulnerabilidade aos incêndios	• Integração do PMDFCI nos elementos que acompanham a revisão do PDM (não obstante a ausência da sua representação me cartografia conjunta) (+) • Contributo para a operacionalidade dos meios aéreos de combate a incêndios florestais por via da alocação de solo ao Centro de Meios Aéreos de combate a incêndios florestais (+) • Salvaguarda de espaços agrícola de produção que funcionam como defesa da floresta contra incêndios e na defesa de pessoas e bens, constituindo um importante interface entre as áreas edificadas e áreas fortemente arborizadas (+++)	• Entraves à proteção civil, na ausência na cartografia da sobreposição das áreas urbanas e urbanizáveis com as áreas de risco de incêndio elevado e muito elevado do PMDFCI, e dos corredores do PROFCL (---) • Áreas urbanizáveis residenciais e de atividades económicas coincidentes com áreas de risco elevado e muito elevado do PMDFCI (ver desenho 2a e 2b) (---) • > 50% do solo urbanizável é coincidente com corredores ecológicos do PROFCL (-)	• Produção de cartografia de articulação do PMDFCI com a revisão do PDM • Verificação da implementação das medidas relacionadas com os usos do solo previstas no PMDFCI • Monitorização dos estabelecimentos de atividades económicas não licenciados, em áreas de risco de incêndio • Elaboração de balanço municipal de emissões de CO₂, visando incentivar (e financiar) as iniciativas de prevenção de incêndios florestais

Efeitos significativos	Oportunidades	Riscos	Medidas específicas
(ver anterior)	• (cont.) Inclusão no espaço florestal de conservação de faixas de descontinuidade das restantes áreas, de forma a travar os incêndios naturais (++) • Atualização de cadastro florestal (+)	• (cont.) Presença de II estabelecimentos de atividades económicas (industriais e pecuárias) por legalizar em áreas com risco de incêndio, representando um risco de reduzido controlo na ausência de legalização a curto prazo destas preexistências (identificadas na revisão do PDM) (--) • Vulnerabilidade aos incêndios da população residente em áreas de edificação dispersa (-)	(ver anterior)
• Zonamento acústico do território e sua inserção em carta de ordenamento • Delimitação cartográfica de zonas de conflito • Regulamentação para zonas de conflito • Elaboração dos mapas de ruído e conflitos do concelho em estudo acústico que acompanha o PDM • Proposta preliminar de um Plano Municipal de Redução do Ruído	• Definição de zonas de conflito (com identificação de classe de atuação prioritária) para atuação a nível municipal no sentido de restabelecer a conformidade legal dos níveis de ruído com os valores instituídos no RGR e a proteção de recetores sensíveis (++) • Identificação preliminar de responsabilidades das várias entidades para a redução dos níveis sonoros em zonas de conflito e outros pressupostos para a elaboração de um Plano Municipal de Redução de Ruído (+)	• Exposição de recetores sensíveis em zonas de conflito relativamente ao ruído, até à elaboração e aplicação de Plano Municipal de Redução de Ruído (---)	• Articulação com as entidades gestoras das fontes de ruído no sentido de aprovar um Plano Municipal de Redução do Ruído com definição e modelação das medidas a implementar (e seu efeito) e com o faseamento das medidas destinadas a reduzir gradualmente a população exposta a ruído superior aos valores legalmente estabelecidos (conforme previsto no Art.º 18 do regulamento) • Na aplicação do Plano Municipal de Redução do Ruído, dar prioridade à atuação em zonas Sensíveis ou Mistas expostas a ruído ambiente exterior que exceda em mais de 5 dB(A) os valores limite (fixados no artigo 11.º do RGR) e onde se verifique o maior número de pessoas expostas estabelecidos (conforme previsto no Art.º 18 do regulamento)

Efeitos significativos	Oportunidades	Riscos	Medidas específicas
<i>Objetivo Ambiental Relevante: Definir a estrutura ecológica municipal</i>			
Estrutura ecológica			
• Criação da EEM	• Dotação do concelho de Pombal de uma EEM, até agora inexistente, funcionando como elemento estruturante da rede de espaços abertos de valor ecológico existentes no concelho (+++)	• Sobreposição parcial de corredores complementares da EEM com 4 pequenas áreas de exploração de recursos geológicos (-)	• Elaboração de manual sobre os regimes definidos para cada categoria de espaço abrangida pela EEM, visando o seu reconhecimento pelo público e a garantia da sua transposição para as decisões de gestão urbanística corrente
• Articulação EEM e REN • Articulação EEM e PROF-CL	• Aumento da coerência e continuidade da rede de espaços com funções ecológicas do território municipal (+++) • Integração do eixo central dos corredores ecológicos de ordenamento florestal (PROF-CL) na EEM (+++) • Aumento da conectividade entre áreas fundamentais e complementares das EEM (+)	• Multiplicidade de regimes definidos para cada categoria incluída na EEM, dificultando a operacionalização do seu cumprimento (-) • Impossibilidade de reconhecimento da ERPVA na cartografia da revisão do PDM (-) • Impossibilidade de reconhecimento da dos corredores do PROFCL na cartografia específica da EEM (-)	• Delimitação da ERPVA e corredores PROFCL na cartografia da EEM
<i>Objetivo Ambiental Relevante: Garantir a coerência com as condicionantes e o ordenamento incidentes no território</i>			
Condicionantes ao uso do solo			
• Articulação PDM/REN • Articulação PDM/RAN	• Melhoria das condições de verificação cartográfica de condicionantes e conflitos de uso do solo (++) • Integração parcial do regime do domínio hídrico na REN e EEM (+) • Inexistência de coincidências entre a RAN e áreas edificadas (+)	• Previsão de áreas urbanizáveis coincidentes com a REN sujeitas a desafetação (--) • Elevada extensão da RAN, reduzindo a flexibilidade de usos no espaço rural (-)	• Conclusão do processo de desafetação da REN, procedendo a eventuais ajustes das áreas urbanizáveis se necessário

Efeitos significativos	Oportunidades	Riscos	Medidas específicas
• Articulação entre o PDM e o Regime florestal total e parcial • Inserção de Pombal em sistema urbano regional polinucleado (PROT-C)	• Melhoria das condições de proteção à floresta em todo o concelho e, em particular, na Mata Nacional do Urso, inserida no regime de proteção florestal total, e em 4 áreas inseridas no regime de proteção parcial (+) • Contenção da oferta de solo urbanizável, incentivando a reocupação de áreas urbanas ou periurbanas já infraestruturadas (++) • Contenção da dispersão urbana em solo rural, por via da parcela mínima (2/3ha) para edificação de habitação em espaço rural (+++)	• Dificuldade de aplicação do regime florestal total e parcial por este ser apenas abordado no relatório explicativo de condicionantes (-) • Não cumprimento da parcela mínima para a construção de habitação em solo rural, funcionando esta como precedente de edificação habitacional dispersa (--)	• Monitorização do cumprimento da regulamentação da parcela mínima para edificação no espaço rural, em particular em espaço florestal • Vigilância e intervenção imediata no caso de edificações indevidas

Legenda:

	Elevado(a)	Médio(a)	Baixo(a)
Risco	---	--	-
Oportunidade	+++	++	+

7.3. Competitividade territorial e qualidade de vida (FCD 3)

No **quadro 7.3.2** apresenta-se uma análise dos indicadores e/ou questões específicas considerados determinantes no que respeita ao FCD *competitividade territorial e qualidade de vida*, através da caracterização das tendências passadas e dos aspetos chave da situação atual, da caracterização da evolução da situação atual, na ausência da revisão do Plano Diretor, e da identificação dos respetivos riscos e oportunidades.

Os critérios de avaliação considerados no âmbito do presente fator crítico de decisão, indo ao encontro dos objetivos ambientais relevantes contemplados, foram os seguintes:

- População;
- Equipamentos e infraestruturas ambientais;
- Áreas Edificadas e habitação;
- Emprego e estrutura empresarial;
- Desenvolvimento rural;
- Mobilidade e acessibilidade;
- Dinâmica turística.

7.3.1. Situação atual e tendências de evolução

7.3.1.1. População

Nos anos 90 Pombal viu a sua população crescer pela primeira vez desde 1950. O desenvolvimento de zonas industriais junto às principais vias rodoviárias (em particular, o Parque Industrial Manuel da Mota e a Zona Industrial da Formiga) atraiu várias unidades produtivas para o concelho e dinamizou o mercado de trabalho.

Os dados preliminares do Censos de 2011 revelam que o número de habitantes de Pombal voltou a recuar (cerca de -1,92% face a 2001), contrariamente ao que se verificou nos restantes concelhos do Pinhal Litoral. A maioria das freguesias perdeu população, com destaque para as perdas acentuadas registadas em São Simão de Litém, Santiago de Litém, Abiúl e Redinha. Contrariando esta tendência, registou-se um ligeiro crescimento da população residente, em relação a 2001, nas freguesias de Pombal, Ilha, Meirinhas, Albergaria dos Doze e Almagreira.

Ao nível das freguesias, verifica-se uma grande variabilidade no que diz respeito à densidade populacional. A freguesia de Pombal apresenta-se como a mais dinâmica, cuja população triplicou nos últimos 100 anos (+ 64%) e cresceu 25% só nos últimos 10 anos, constituindo a cidade de Pombal o principal aglomerado com 28,4% da população concelhia (dados de 2001), sendo também a única com características marcadamente urbanas no concelho.

No âmbito dos estudos de caracterização relativos à revisão do PDM, a projeção da variação da população entre 2001 e 2021 foi apontada em 9,6% para o concelho, valor que terá sido sobrestimado, uma vez que, no último censo a população demonstrou uma regressão de quase 2%.

O concelho de Pombal enfrenta a dificuldade em garantir uma equidade geográfica no processo de melhoria da qualidade de vida das populações. A região Sudeste do concelho, sob influência da Serra do Sicó, apresenta de forma transversal indicadores de bem-estar social menos positivos. Freguesias como Abiúl ou Vila Cã assistem a um processo de envelhecimento demográfico avançado, com baixas taxas de atividade e um parque habitacional relativamente mais degradado.

7.3.1.2. Equipamentos e Infraestruturas ambientais

A dotação em equipamentos por freguesia consta no Quadro A.3.2 em anexo. No Quadro A.3.3 apresentam-se as taxas de cobertura e utilização das principais respostas de ação social por freguesia.

Globalmente, a distribuição dos equipamentos de saúde, ação social e desporto pelas 17 freguesias de Pombal é equilibrada, de acordo com as diferentes dimensões geográficas, os níveis de concentração demográfica e a distância à freguesia-sede (em 2011, centros de saúde, lares de idosos ou centros de dia, e campos de jogos, existiam em todas as freguesias). As lacunas mais assinaláveis no campo da saúde pública, em 2002, diziam respeito à ausência de clínicas de tratamento de toxicodependência e alcoolismo, e ao facto de existir apenas uma instituição de ensino para pessoas com deficiência, no concelho.

Do diagnóstico local estima-se que, em 2012, a procura em Educação ascenderia a 2.887 alunos, tornando deficitária a capacidade dos estabelecimentos concelhios de educação (2.544, em 2007).

No que se refere aos equipamentos desportivos existem carências ao nível de pequenos campos de jogos nas freguesias de Abiúl, Almagreira, Carnide, Carriço, Mata Mourisca, Meirinhas, Pelariga, Santiago de Litém, São Simão de Litém, Vermoil e Vila Cã e não existe uma piscina municipal descoberta no concelho de Pombal. Globalmente, a dotação em equipamentos desportivos é de 4,48m²/hab. dedicados a infraestruturas desportivas.

A rede de abastecimento de água inclui as seguintes infraestruturas, repartidas por 14 Sistemas de Abastecimento (Casal da Rola/ Louriçal; Caxaria/ Carriço; Charneca/ Pombal; Ourão/ Redinha; Pedrogueira/ Guia; Pipa/ Vila Cã; Santo Amaro/ Louriçal; Venda Nova/ Vermoil; Loteamento de S. Cristóvão/ Pombal; Santiais/ Santiago de Litém; Chã de Baixo/ Vermoil; Anços/ Redinha; Carnide/ Pombal; Carrascos/ Almagreira):

- 71 reservatórios (capacidade total de 23.267m³);
- 15 estações de tratamento de água;
- 35 estações elevatórias (EE);
- 29 captações operacionais;
- 240km de rede adutora;
- 1.510km de rede de distribuição.

As infraestruturas de saneamento de águas residuais existentes no concelho são constituídas por:

- Cerca de 250km de redes de drenagem, que englobam múltiplos sistemas elevatórios;
- 8 ETAR's; e
- 7 fossas sépticas coletivas.

As ETAR têm capacidade de tratar águas residuais produzidas por 52.720 habitantes equivalentes (capacidade já incrementada com recentes obras de ampliação e beneficiação).

No quadro seguinte apresenta-se a população equivalente servida por sistema público de saneamento de águas residuais que assegura o cumprimento da legislação em termos de descargas de acordo com a respetiva licença, segundo informação prestada pela Unidade de Saneamento, referente a janeiro de 2013.

Quadro 7.3.1 – População equivalente servida por sistema pública de saneamento de águas residuais que assegura o cumprimento da legislação em termos de descargas de acordo com a respetiva licença

ETAR	População servida	
	Hab-equivalente	%
Pombal	48119	96
Louriçal	2789	100
Guia	1725	100
Redinha	1826	100
Mata Mourisca-Póvoa	361	44
Mourisca-Baixo	226	69
Mourisca-Ramos	261	88

Fonte: Unidade de Saneamento da CMP (2013)

7.3.1.3. Áreas edificadas e habitação

A evolução do número de alojamentos no concelho de Pombal entre 1991 e 2001 correspondeu a um acréscimo de 18%, valor bastante inferior ao apresentado pelas unidades territoriais no qual se insere, nomeadamente a região Centro que deteve um acréscimo de 53.4% (CMP, 2011a).

Os alojamentos vagos representam cerca de 9 % do total e correspondem a alojamentos que em 2001 estavam disponíveis no mercado da habitação, nomeadamente, para venda, aluguer, demolição, em estado de deterioração entre outros (CMP, 2011a), sendo necessário adicionar a este valor os fogos devolutos. O parque habitacional como um todo é excedentário face ao número de famílias residentes (1,3 alojamentos por família), em parte devido à presença de segunda habitação, facto comum ao resto do país.

Verifica-se um forte peso da habitação unifamiliar no panorama do parque edificado, pela autopromoção habitacional apoiada na posse do solo e pela passagem de habitações ao longo de gerações.

As carências infraestruturais ao nível das habitações são relativamente maiores no concelho que o constatado nos referenciais estatísticos superiores (Pinhal Litoral e Distrito de Leiria). A freguesia de Abiúl representa carências distintas do resto do concelho: em 2001, segundo o Censos, apenas 94,4% dos alojamentos tinha água canalizada e mais de 17% não tinha casa de banho.

A presença de numerosas áreas de edificação dispersa caracteriza este concelho, como outros da região e do país, tendo sido acentuada pela previsão de numerosos perímetros urbanos em solo rural que aumentaram a expectativa de valorização do solo nos aglomerados rurais. Na situação atual, na ausência de revisão do PDM, os perímetros urbanos destinados preferencialmente a residência (excluindo espaços verdes urbanos e atividades económicas) perfazem 6844,7 ha.

A fixação populacional no concelho de Pombal desenvolveu-se, assim, concentrando-se de forma desigual e diferenciada ao longo do território, dando origem a dois tipos de povoamento: concentrado e disperso, que se subdividem em disperso linear, disperso difuso, concentrado linear e concentrado nucleado.

7.3.1.5. Emprego e estrutura empresarial

Entre 1991 e 2001 verificou-se um aumento substancial da taxa de atividade no concelho (14,7%), acompanhado no entanto de um aumento da taxa de desemprego em 6,3%. Face as unidades de referência (Região Centro e Pinhal Litoral), o concelho de Pombal apresenta a menor taxa de desemprego, o que é em parte explicado pelo aumento da taxa de atividade, associada a uma

entrada de mão de obra especializada no mercado de trabalho, uma realocação de empresas, assim como pela implantação de parques industriais no concelho nas últimas décadas e consequentemente a crescente oferta de emprego no concelho.

As freguesias com carácter mais rural e distanciadas das principais vias de comunicação apresentam uma taxa de atividade inferior a 40%. Por sua vez, as freguesias de Pombal, Guia e Carriço, apresentam uma concentração de emprego elevada, superior a 45%, sendo polarizadoras e atrativas do ponto de vista da oferta. A taxa de desemprego assume especial preocupação nas freguesias de Abiúl, Albergaria dos Doze, Vila Cã e Guia.

Pombal é um concelho que tem assistido a uma profunda transformação económica, registando uma diversificação e modernização significativas. Entre 1991 e 2001 verificou-se um crescimento de 5% do setor Secundário.

Em 2001, não existia um setor de atividade dominante no concelho, sendo que quer o setor secundário, quer o setor terciário apresentavam valores muito aproximados (46% e 47%, respetivamente) em detrimento do setor primário com apenas 6,7% da população total.

A instabilidade económica da última década e a atual conjuntura colocaram um travão no processo de desenvolvimento do concelho. Ao comparar o concelho com a região NUTS III de Pinhal Litoral, e mesmo com a região Centro, constata-se que Pombal está a ser particularmente afetado pela dinâmica recessiva dos últimos anos. Globalmente, a região deverá continuar a apostar na atração de indústrias do setor secundário, dado o seu posicionamento estratégico, com ênfase nas novas tecnologias. Para que uma estratégia deste tipo tenha impactes na dotação de emprego contribuirá o facto de existir adequada dotação de solo para atividades económicas, já expressiva no PDM em vigor (167 ha), mas com possibilidade de aumentar no futuro para contrariar a tendência atual de quebra de investimento industrial no concelho.

7.3.1.6. Desenvolvimento rural

Até há poucas décadas, o concelho de Pombal caracterizava-se por uma economia rural com dinâmicas de emigração salientes e uma vasta franja da população a viver da agricultura.

A expansão e modernização da Autoestrada N.º 1 e da Linha do Norte gerou um profundo processo de desenvolvimento, que afetou especialmente as freguesias atravessadas por estes eixos. O tecido económico diversificou-se significativamente, também em resultado da localização geográfica privilegiada da região (litoral centro, equidistância face às duas maiores cidades do país).

Segundo o PROT – Centro, Pombal integra o subsistema urbano Leiria-Marinha Grande/Pinhal Litoral, como espaço de intermediação entre Leiria e Coimbra, posicionando-se num local estratégico de ligação ao interior. Em matéria de desenvolvimento rural e agricultura o PROT-C considera que se deve:

- a. Defender o conceito e as políticas de desenvolvimento rural como princípio fundamental de valorização do território, e a assumpção de uma perspetiva territorial para as políticas agrícola e florestal;
- b. Atribuir aos sistemas produtivos agrícolas e florestais um estatuto de relevante multifuncionalidade, abrangendo aspetos tão diversos como a produção de bens alimentares, de paisagem, de ocupação humana, associação de práticas que visam a conservação dos recursos solo, água, habitats e valores naturais e culturais em estado favorável, que constituem fatores decisivos de valorização do território;
- c. Maximizar sinergias entre o espaço rural e o urbano, alargando transversalmente a toda a Região a perspetiva da Agenda 21 local;
- d. Enraizar, como processo determinante do inter-relacionamento rural-urbano e, em especial, nas áreas mais vulneráveis e despovoadas das “unidades territoriais” de baixa densidade, funcionalidades de mobilidade de pessoas e bens;
- e. Assumir o local, enquanto espaço de cidadania, de produção e de valorização de recursos, de residência e de quadros de vida, como nível e referencial de desenvolvimento;
- f. Promover a participação ativa dos agentes regionais e locais da sociedade civil na promoção do desenvolvimento rural;
- g. Gerir o solo rural tendo em conta que o seu potencial produtivo pode não coincidir com o critério económico da sua utilização, e que este é sobretudo, condicionado por fatores como: os mercados (agrícolas e florestais; turísticos; residenciais); as políticas públicas e o respetivo enquadramento legislativo; os agentes institucionais e económicos em presença; as tecnologias disponíveis e o histórico da ocupação;
- h. Salvaguarda dos solos com capacidade produtiva agrícola e florestal;
- i. Promoção da competitividade das fileiras estratégicas agrícolas e florestais como fator de manutenção da qualidade territorial.

No que respeita aos aglomerados rurais, estes desenvolvem-se maioritariamente dentro dos perímetros urbanos de nível IV do PDM de 1995, existindo, porém, numerosas exceções de construções em solo rural, fora destes perímetros.

7.3.1.7. Mobilidade e acessibilidade

De acordo com o PROT-C a política regional e municipal de acessibilidade e transportes deve ser programada, por um lado, em função de lógicas privilegiando a natureza integradora do território, a concretização de níveis elevados de eficácia e eficiência com o respeito por objetivos ambientais, energéticos e de segurança, a promoção da intermodalidade dos diferentes sistemas de transportes e o desenvolvimento de um sistema de transportes que privilegie políticas de gestão ativa da procura, em detrimento de investimentos em infraestruturas; por outro lado, esta política deverá também acautelar princípios da sustentabilidade que promovam soluções inovadoras de transporte em territórios de baixa densidade, onde se levantam graves problemas de eficiência e carência ao nível de transportes coletivos.

No que concerne aos fluxos pendulares com origem e destino no concelho de Pombal, é de registar o facto de se movimentar diariamente mais população para fora do concelho por motivos de trabalho ou estudo do que aquela que entra. Este dado não constitui surpresa perante a dependência de Pombal relativa a cidades maiores como Coimbra ou Leiria. Assim, o automóvel ligeiro é o meio de transporte predominantemente utilizado nestes movimentos pendulares; em todas as freguesias apresenta uma representatividade acima dos 40%, seguido das deslocações a pé, acima dos 13%. Por local de residência, é nas freguesias de Pombal, Pelariga, Louriçal e Meirinhas que a maior percentagem de população demora menos de 15 minutos nos movimentos pendulares internos.

É de notar que nos movimentos pendulares, o segundo transporte mais utilizado é o de deslocações a pé (22,9%), seguido de longe pelo autocarro (apenas 8,9%). Sem surpresa o automóvel privado é o primeiro transporte, com 60,2% (CENSOS, 2001 in CMP, 2012 b). O modo de transporte ferroviário praticamente não tem expressão nos movimentos pendulares em Pombal (apenas 0,9%) (Idem).

O principal operador de transportes públicos coletivos de passageiros em Pombal é a TRANSDEV, contudo, as ligações internacionais são efetuadas pela Intercentro e os transportes escolares pela Rodoviária da Beira Litoral. A nível urbano, o Pombus - Sistema de Transportes Urbanos da Cidade de Pombal, funciona na zona central da cidade, com 3 circuitos distintos, e que contabilizam uma média de 25 000 utilizadores mensais, muito embora este tenha pouca expressão nos movimentos pendulares, como acima referido.

7.3.1.8. Dinâmica turística

De acordo com o PROT-C, a afirmação da Região Centro como destino turístico pressupõe que:

- a. A Região seja fortemente tributária das políticas públicas de preservação e valorização dos seus recursos de património cultural e natural, da qualidade das paisagens naturais, rurais e urbanas, e da qualidade dos serviços;
- b. A Região promova em rede os ativos culturais e patrimoniais, designadamente através da criação e consolidação de rotas regionais e do desenvolvimento de atividades de animação associando o recreio e o lazer com o património histórico e natural.

Em Pombal, o setor turístico poderá ser decisivo para a reanimação da economia local, com particular ênfase nas potencialidades da Serra do Sicó e da faixa litoral, em ligação com a Mata Nacional do Urso.

Efetivamente, o número de postos de trabalho no setor de alojamento passou de 55 para 79, entre 2007 e 2009. Contudo, na ausência de plano estratégico para o setor que integre os diferentes produtos turísticos da região, a nível concelhio, esta tendência deverá ter um impacte limitado.

Quadro 7.3.2 – Competitividade territorial e qualidade de vida (FCD 3): identificação de tendências de evolução da situação atual na ausência da revisão do Plano Diretor

Indicadores ou questões específicas	Fontes de informação	Tendências passadas e aspetos-chave da situação atual	Evolução da situação atual na ausência do plano, respetivos riscos e oportunidades
<i>Objetivo ambiental relevante: Assegurar a equidade territorial no provimento de infraestruturas e equipamentos coletivos e a universalidade no acesso aos serviços, promovendo a coesão territorial e social</i>			
População			
Distribuição e evolução da população residente no concelho (nº habitantes)	- Estudos de Caracterização Territorial da revisão do PDM (CMP, 2011a) - INE (2001, 2011a) - Cf. Quadro A.3.I anexo	- De acordo com os Resultados Preliminares dos Censos 2011, no concelho de Pombal residem 55.217 pessoas, representando 21% da população residente no NUTS III Pinhal Litoral (cerca de 261 mil habitantes) e 12% do Distrito de Leiria (471 mil habitantes, aprox.). - A faixa central do concelho concentra o grosso da população, particularmente a freguesia-sede de Pombal, com cerca de 16 mil habitantes (30% dos habitantes do concelho.).	- A atual conjuntura leva a prever que a tendência de recuo demográfico se mantenha, e eventualmente se acentue, em resultado da nova vaga de emigração que afeta o país (--) - A dinâmica de envelhecimento da população integra uma “tendência pesada” nacional e que muito dificilmente se inverterá, sendo que naturalmente irá afetar em particular as regiões mais rurais como as freguesias sob influência da Serra do Sicó (---) - A ausência de estímulos para a captação de pessoas no concelho poderá intensificar o processo de desertificação e de envelhecimento da população (--)
Crescimento médio anual da população residente no concelho entre 2001 e 2011 (%)	- Estudos de Caracterização Territorial da revisão do PDM (CMP, 2011a) - INE (2001, 2011a) - Cf. Quadro A.3.I em anexo	- A dinâmica de crescimento da população registou na última década uma evolução negativa, embora moderada, de cerca de -1,92% na população residente. - Entre 2001 e 2011, Pombal perdeu população a uma taxa média anual de -0,19% e foi o único concelho litoral do distrito de Leiria com crescimento negativo, seguindo a tendência de concelhos litorais do distrito de Coimbra como Cantanhede (-0,35%) ou Mira (-0,32%). - A maioria das freguesias perdeu população, com destaque para as perdas acentuadas registadas em São Simão de Litém (-13,89%), Santiago de Litém (-12,27%), Abiúl (-11,68%) e Redinha (-10,41%). Contrariamente, registou-se um ligeiro crescimento da população residente, em relação a 2001, nas freguesias de Pombal (7,09%), Ilha (3,71%), Meirinhas (2,48%), Albergaria dos Doze (1,60%) e Almagreira (0,03%).	
Densidade populacional (hab/Km²) no concelho e nas freguesias	Estudos de Caracterização Territorial da revisão do PDM (CMP, 2011a)	A densidade populacional do Concelho de Pombal (90hab./km²) é inferior à do Pinhal Litoral (151,32 hab./km²) e à média nacional (114,8 hab./km²), em resultado da baixa concentração demográfica nas freguesias a Este (sob influência do sistema dunar e da Mata Nacional do Urso) e oeste do concelho (sob influência da Serra do Sicó).	

Indicadores ou questões específicas	Fontes de informação	Tendências passadas e aspetos-chave da situação atual	Evolução da situação atual na ausência do plano, respetivos riscos e oportunidades
Distribuição etária da população	Estudos de Caracterização Territorial da revisão do PDM (CMP, 2011a)	- A estrutura de género da população do concelho (51,4% de mulheres) segue os padrões comuns, sendo acentuada a partir da faixa dos 20-25 anos pelas dinâmicas de emigração (masculinas). - A distribuição etária aponta para uma população moderadamente envelhecida, resultado da redução do número de crianças e jovens (entre 1950 e 2001, o número de crianças e jovens com 15 ou menos anos/100 habitantes baixou de 57 para 24) e um aumento relativo no total de habitantes com 65+ anos, acentuado pelo regresso de emigrantes (em igual período, o índice de dependência de idosos passou de 10 para 33,4).	(ver anterior)
Índice de envelhecimento (%)	- Estudos de Caracterização Territorial da revisão do PDM (CMP, 2011a) - INE (2001, 2011a) - Cf. Quadro A.3.I em anexo	- O concelho de Pombal apresentava em 2001 um índice de envelhecimento de 125,3%, superior à média nacional (104,5%), mas ligeiramente inferior à região Centro (129,6%). - As freguesias da Serra do Sicó apresentam pior dinâmica demográfica, com índices de envelhecimento superiores mesmo à região Centro: Abiúl (251,1%), Albergaria dos Doze (188,8%), São Simão do Litém (230,6), Santiago de Litém (231,8%) e Vila Cã (244,8%). - O INE estima que em 2050 existam cerca de 229 habitantes com 65 ou mais anos, por cada 100 indivíduos com 14 ou menos anos de idade, na sub-região Pinhal Litoral.	
Projeção da população residente no concelho e nas freguesias no ano 2021 (hab)	Estudos de Caracterização Territorial da revisão do PDM (CMP, 2011a)	No âmbito dos estudos de caracterização relativos à revisão do PDM, a projeção da população para 2021 é de 67.657 habitantes para o concelho - Por freguesias: Abiúl 2.851 hab; Albergaria dos Doze 1.418 hab; Almagreira 3.431 hab; Carnide 2.363 hab; Carriço 3.991 hab; Guia 2.768 hab; Ilha 2.484 hab; Lourical 5.143 hab; Mata Mourisca 2.001 hab; Meirinhas 2.902 hab; Pelariga 2.737 hab; Pombal 25.211 hab; Redinha 2.699 hab; Santiago de Litém 3.075 hab; S. Simão de Litém 1.541 hab; Vermoil 3.521 hab; Vila Cã 1.721 hab.	

Indicadores ou questões específicas	Fontes de informação	Tendências passadas e aspetos-chave da situação atual	Evolução da situação atual na ausência do plano, respetivos riscos e oportunidades
Variação da população residente no concelho e nas freguesias entre 2011 e 2021 (%)	- Estudos de Caracterização Territorial da revisão do PDM (CMP, 2011a) - INE (2004, 2005, 2011a)	- A projeção da variação da população entre 2001 e 2021 é de 9,6% para o concelho - Por freguesias: Abiúl -5,6%; Albergaria dos Doze -14,6%; Almagreira 4,2%; Carnide 15,1%; Carriço 1,1%; Guia 0,45%; Ilha 13,4%; Lourical 0,4%; Mata Mourisca 0,7%; Meirinhas 27,7%; Pelariga 8,0%; Pombal 24,8%; Redinha 5,4%; Santiago de Litém 7,9%; S. Simão de Litém -3,8%; Vermoil 8,5%; Vila Câ -1,9%. - Segundo as projeções mais otimistas do INE, a população da região NUTS III de Pinhal Litoral recuará 4,1% até 2025, e 13,5% em 2050 (face aos dados do Censos 2011), equivalendo a uma perda de mais de 35.000 habitantes em cerca de 40 anos.	(ver anterior)
Equipamentos e Infraestruturas Ambientais			
- Dotação em equipamentos coletivos (n.º de equipamentos por freguesia) - Principais necessidades existentes nesse âmbito (taxas de cobertura e de utilização - %)	- INE – Carta de Equipamentos e Serviços de Apoio à População (CESAP, 2002) - Carta Educativa (CMP, 2007) - Ministério da Solidariedade e da Segurança Social (MTSS) – Carta Social - INE (2001) - Cf. Quadros A.3.1, A.3.2 e A.3.3 em anexo	- Em 2002³, a freguesia de Pombal possuía uma dotação em equipamentos coletivos esperada para uma freguesia-sede de um concelho da dimensão de Pombal (cerca de 4 mil habitantes, em 2001), sendo dotada, nomeadamente: - De um hospital geral e um centro de saúde, farmácias, consultórios e centros de análises; - De 6 Centros de Atividades de Tempos Livres, 4 creches e igual número de lares de idosos e centros de dia; - De um leque variado de equipamentos de cultura, lazer e desporto, tais como salas de espetáculos/conferências, bibliotecas, cinema e teatro, piscinas (2), campos de jogos (8), pavilhões desportivos (8) e campos de ténis (2).	- Fruto do processo de envelhecimento em curso, as principais necessidades de Pombal em equipamentos e serviços coletivos concentram-se na qualificação da oferta dirigida à população idosa, desenvolvimento que será certamente atrasado pelo atual ciclo recessivo da economia (---) - A esperada redução da população mais jovem determina, também, a necessidade em reajustar (pontualmente) a rede de equipamentos desportivos (-)

³ Data do último inventário de equipamentos coletivos por freguesia (CESAP) realizado pelo INE.

Indicadores ou questões específicas	Fontes de informação	Tendências passadas e aspetos-chave da situação atual	Evolução da situação atual na ausência do plano, respetivos riscos e oportunidades
(ver anterior)	(ver anterior)	• (cont.) Ao nível dos equipamentos de educação, segundo a Carta Educativa, no ano letivo de 2006/07 existiam no concelho de Pombal 119 unidades de ensino (113 da rede pública): ▪ Ensino Pré-Escolar (41 unidades, com taxa de ocupação média de 84,74% e três estabelecimentos lotados); ▪ Ensino Básico de 1.º ciclo (68 unidades, com taxa de ocupação média de 66,85% e nenhum estabelecimento lotado); ▪ Ensino Básico de 2.º e 3.º ciclo e Ensino Secundário (9 unidades com taxa de ocupação estimada de 91,43%, com base na projeção de n.º de alunos para 2012); ▪ Ensino e Formação Profissional (uma unidade de ensino com cursos em eletrónica, construção civil, manutenção ind./mecatrónica automóvel, auxiliar de infância e design de moda). • De acordo com a Carta Social, à exceção das creches, as taxas de cobertura das principais respostas de ação social são globalmente baixas. Carnide (tx. cobertura de lares de idosos próxima de 22%), Guia (com tx. cobertura acima dos 50% para creches e ATL's) e Ilha (com capacidade para mais de 10% da população alvo em todas as principais respostas de ação social). • A necessidade de expandir alguns destes serviços revela-se nas taxas de utilização que recorrentemente são superiores a 100% (em 2011, os lares de idosos de Pombal tinham capacidade para 759 utentes, mas recebiam 774, sendo que nos ATL's e nos Serviços de Apoio Domiciliário também ocorrem sobrelotações). Inversamente, os Centros de Acolhimento Temporário para crianças e jovens têm um nível de utilização muito baixo (60%). • A freguesia de Almagreira apresentava em 2002 os piores níveis de dotação em equipamentos coletivos <i>per capita</i>, de forma global, e os altos índices de utilização dos serviços de ação social em 2011 – Centro de Atividades de Tempos Livres (110%) e Centros de Dia (135%) –, revelam que estas carências ainda não foram contornadas.	(ver anterior)

Indicadores ou questões específicas	Fontes de informação	Tendências passadas e aspetos-chave da situação atual	Evolução da situação atual na ausência do plano, respetivos riscos e oportunidades
Equipamentos previstos nas cartas educativa, desportiva e social (n.º)	Relatório de Avaliação da Execução do PDM95 (2011)	- O PDM de 1995 propôs um conjunto de equipamentos de educação, com o intuito de colmatar as carências diagnosticadas ao nível do ensino pré-escolar, preparatório e profissional: 4 novos jardins de infância e a remodelação do existente em Almezinha; 2 novas Escolas Básicas Integradas, nas freguesias de Albergaria dos Doze e Pombal; 2 novas escolas de Ensino Técnico-Profissional e Superior. - Desta listagem, apenas a Escola Superior de Tecnologia Alimentar não foi concretizada, segundo o relatório dada a proximidade do concelho a cidades com instituições de ensino superior: Coimbra e Leiria. - Relativamente aos equipamentos desportivos, o PDM95 propunha também um extenso programa de melhoria da oferta desportiva: 6 pavilhões gimnodesportivos nas sedes de freguesia de Pombal, Louriçal, Albergaria dos Doze, Redinha, Meirinhas e Guia; - Beneficiação do polivalente de Pombal; - Criação do Parque Desportivo de Pombal, com pista de atletismo, 3 polidesportivos descobertos, uma piscina coberta e um pavilhão gimnodesportivo; - Estruturas de apoio à asa delta e para-pente na Serra do Sicó. - Também neste campo, as propostas foram quase exclusivamente executadas, sendo exceção a pista de atletismo e as estruturas de apoio na Serra do Sicó. - Finalmente, ao nível dos equipamentos de solidariedade e ação social, a proposta do PDM95 centrou-se em colmatar lacunas na oferta de equipamentos de apoio a crianças e seniores: 3 lares de idosos e três centros de dia, com serviço domiciliário; 1 centro cívico na cidade de Pombal; 5 creches e 11 centros de atividades de tempos livres (ATL). - Deste programa, ao contrário das demais áreas de intervenção, a execução ficou aquém do previsto, não se tendo executado o centro cívico de Pombal e 7 dos 11 centros de atividades de tempos livres.	A atual conjuntura recessiva deverá adiar a reabilitação de alguns equipamentos que se encontram degradados, adiamento que deverá inflacionar os custos de futuras intervenções camarárias(--)

Indicadores ou questões específicas	Fontes de informação	Tendências passadas e aspetos-chave da situação atual	Evolução da situação atual na ausência do plano, respetivos riscos e oportunidades
Níveis de atendimento relativamente ao abastecimento de água, drenagem de águas residuais e recolha de resíduos (%)	- INSAAR 2010 (dados de 2009) - Estudos de Caracterização Territorial da Revisão do PDM (CMP, 2011a)	- De acordo com o INSAAR, o índice de cobertura de abastecimento no concelho de Pombal é de 96% (2009). Segundo a CMP (2011a), os níveis de atendimento são atualmente da ordem dos 97%, estando a decorrer obras para que esses níveis alcancem os 100% - De acordo com o INSAAR, o índice de cobertura de drenagem no concelho de Pombal é de 39% e o índice de cobertura de tratamento é de 37% (2009). Em 2010 foram construídas seis novas ETAR's que cobrem as sedes de freguesia de Louriçal, São Simão de Litém, Vermoil, Vila Cã e Ilha, que vieram melhorar esta situação. Segundo a CMP (2011a), as redes de drenagem existentes possibilitam o serviço de cerca de 43% da população, e os sistemas de tratamento existentes possibilitam o serviço de cerca de 37%. - O nível de atendimento ao nível da recolha de resíduos é de 100%	- Aumento dos níveis de cobertura na drenagem e tratamento de águas residuais (+). A natureza do parque habitacional do concelho de Pombal – maioritariamente moradias unifamiliares dispersas – leva a que este aumento deva ocorrer de forma lenta (--) - Interligação dos vários subsistemas de distribuição de água existentes por forma a possibilitar a sua alimentação a partir de um sistema de captação e tratamento a implantar na Mata do Urso, o que irá melhorar a fiabilidade da distribuição e a qualidade da água fornecida (++) - Implementação de novos sistemas de drenagem e tratamento de águas residuais (++) - Deverá manter-se o cumprimento da qualidade da água distribuída - O volume de perdas terá tendência para diminuir considerando a implementação de medidas previstas no PNUA e nos PGRH (+) - Verifica-se uma tendência para o aumento da quantidade de resíduos recolhidos por habitante (-), mas também da quantidade recolhida seletivamente (+)
Sistemas de abastecimento de água e de saneamento de águas residuais (n.º)	Estudos de Caracterização Territorial da Revisão do PDM (CMP, 2011a)	Atualmente existem em funcionamento 14 sistemas de abastecimento de água (de pequena e muito pequena dimensão) e 6 sistemas de saneamento de águas residuais	
Qualidade da água distribuída (% de análises em cumprimento dos valores paramétricos)	ERSAR, 2012	Em 2011, a % de análises realizadas à água tratada foi de 100% e a % de análises em cumprimento dos valores paramétricos foi de 98,6%	
Volume de perdas de água (m³; % do volume total de água captada)	Estudos de Caracterização da Revisão do PDM	Em 2008 houve um volume de perdas de 1.509.855m³, que corresponde a 43% do valor total de água captada	
População equivalente servida por sistema público de saneamento de águas residuais em cumprimento da legislação em termos de descargas de acordo com a respetiva licença	Unidade de Saneamento da CMP (2013)	A janeiro de 2013, a informação disponível indica um quantitativo total de 55307 hab-equivalente servidos por sistema público de saneamento de águas residuais que assegura o cumprimento da legislação em termos de descargas de acordo com a respetiva licença, com uma percentagem média a rondar os 85% (com um máximo de 100% nas ETARS de Louriçal, Guia e Redinha e um mínimo de 44% na ETAR da Mata Mourisca-Póvoa)	
Reutilização de A.R. tratadas em ETAR (%)	Unidade de Saneamento da CMP (2013)	A janeiro de 2013, a informação disponível indica uma taxa de reutilização de águas residuais tratadas em ETAR de 0,03%	

Indicadores ou questões específicas	Fontes de informação	Tendências passadas e aspetos-chave da situação atual	Evolução da situação atual na ausência do plano, respetivos riscos e oportunidades
• Águas pluviais e de infiltração afluentes aos sistemas de drenagem (%)	• Unidade de Saneamento da Câmara Municipal de Pombal (2013)	• A janeiro de 2013, a informação disponível indica um valor a rondar os 20% de águas pluviais e de infiltração afluentes aos sistemas de drenagem	(ver anterior)
• Resíduos recolhidos (Kg/hab.ano)	• INE- Estatísticas dos Resíduos Municipais	• Em 2011 a quantidade de resíduos urbanos recolhidos por habitante foi de 328 kg/hab, dos quais 58 kg/hab recolhidos seletivamente	
• Ecopontos (n.º hab/ecoponto)	• Estudos de Caracterização da Revisão do PDM	• Em 2001, existia uma média de 552 habitantes por ecoponto	
Objetivo ambiental relevante: desenvolver e valorizar os centros e sistemas urbanos e qualificar as áreas edificadas de baixa densidade			
Áreas Edificadas e Habitação			
• Alojamentos familiares (n.º)	• INE • Cf. Quadro A.3.1 em anexo • Estudos de Caracterização da Revisão do PDM (CMP, 2011a) • PDM em vigor (1995) • Cartografia e ortofoto atual • Estudos de Caracterização da revisão do PDM	• N.º de alojamentos familiares no concelho em 2001 era de 30.095 • A freguesia de Pombal regista o maior número de alojamentos. Os valores inferiores quanto ao n.º de alojamentos localizam-se nas freguesias da Ilha, Meirinhas, Mata Mourisca, Carnide, e Vila Cã	• Progressiva redução das carências habitacionais, por via do próprio processo de envelhecimento e perda de população (+) • A dinâmica recessiva que se tem vindo a acentuar desde 2007 poderá aumentar a procura por habitação a custos controlados (-) • Perante a quebra de financiamento do estado social será difícil concretizar nova habitação a custos controlados (--) • Na ausência da revisão do PDM os perímetros urbanos mantêm-se os em vigor, mantendo o seu desajustamento ao terreno e às necessidades de urbanização (-) • Na ausência da revisão do PDM a desqualificação da paisagem edificada será acentuada (-)
• Famílias em alojamentos não clássicos, superlotados e em fogos partilhados (n.º; %)		• N.º de famílias em alojamentos não clássicos em 2001: 92 (0,4%) • N.º de famílias em fogos partilhados: 4847 (21%) • N.º de famílias em alojamentos superlotados: 1885 (8%)	
• Carências habitacionais (n.º de fogos)		• Em 2001, as carências habitacionais do Concelho de Pombal estimavam-se em 3.427 fogos, 85 dos quais assumindo formas não clássicas (ou seja, do tipo barraca ou similar), mais de metade destes na freguesia-sede (50). • As carências habitacionais de Pombal resultavam, fundamentalmente, do parque habitacional envelhecido (11,5% dos alojamentos é anterior a 1946), particularmente nas freguesias de Redinha e Abiúl com 9 e 6% dos alojamentos anteriores a 1919, respetivamente, e do número de famílias que habitavam em fogos partilhados ou superlotados. • A maioria das carências habitacionais manifesta-se geograficamente de forma transversal, existindo apenas uma ligeira concentração natural na freguesia-sede (19,3% dos fogos identificados como carenciados), dada a maior concentração demográfica.	

Indicadores ou questões específicas	Fontes de informação	Tendências passadas e aspetos-chave da situação atual	Evolução da situação atual na ausência do plano, respetivos riscos e oportunidades
• Oferta de habitação a custos controlados (n.º de fogos)	(ver anterior)	• No concelho de Pombal existe um total de 135 fogos em regime de custos controlados, concentrados na freguesia-sede, nos bairros sociais de S. João de Deus e de Margens do Arunca. • Segundo a CM de Pombal, não se prevê o aumento da oferta de habitação a custos controlados.	• (cont.) Na ausência de dinâmicas de construção o povoamento disperso não será alvo de densificação e a construção residual que ocorra manterá os padrões de dispersão atual (-)
• Área de perímetros urbanos ocupados e previstos (ha) • Área ocupada por áreas de edificação dispersa (ha)		• Os perímetros urbanos definidos no PDM em vigor não foram preenchidos na totalidade. À data de outubro de 2011 a taxa de ocupação dos perímetros urbanos definidos em 1995 encontrava-se entre 54,3% (nível III) e 81,3 (nível I). • O concelho de Pombal possui quatro tipos de povoamento: disperso linear, disperso difuso, concentrado linear e concentrado nucleado. • O povoamento disperso é o dominante e encontra-se em proliferação, carecendo de hierarquia, estruturação e contenção • Frequentemente não existem contiguidades tipo-morfológicas entre os vários tipos e núcleos de povoamento, reduzindo a qualidade da paisagem	
Objetivo ambiental relevante: diversificar a base económica local, fomentando a criação de emprego qualificado			
Emprego e estrutura empresarial			
• Recomposição do emprego por setor de atividade: - população ativa (hab); - taxa de atividade (%); - pessoal ao serviço por setor de atividade económica (n.º; %)	• INE (2001, 2011a) • Ministério da Economia e do Emprego – Gabinete de Estatística e Planeamento (GEP) do ex-MTSS – Quadros de Pessoal 2007 e 2009 • Cf. Quadro A.3.1 e Quadro A.3.4 em anexo • Estudos de Caracterização Territorial da Revisão do PDM (CMP, 2011a)	• Fruto do processo de envelhecimento e da falta de oportunidades de emprego, a taxa de atividade de Pombal era, já em 2001, de apenas 42,1%, inferior a todos os referenciais estatísticos superiores. As menores taxas de atividades verificam-se nas freguesias de Abiul, Vila Cã, Santiago de Litém e São Simão de Litém. • A população ativa em 2001 no concelho era de 23.712. Os Resultados Preliminares dos Censos 2011 não incluem a população ativa, no entanto, assumindo que se manteve a mesma taxa de atividade (um parâmetro que evolui lentamente), e dada a população residente no concelho nesse mesmo ano (valor já divulgado), estima-se que Pombal possua cerca de 23.256 ativos na atualidade. • Nas últimas décadas, Pombal viveu um processo intenso de diversificação e modernização do setor produtivo. Em 2002, a proporção de população ativa no setor terciário era já de 46%, praticamente o mesmo peso do setor secundário (47%).	• A população em idade ativa de Pombal deverá recuar progressivamente, salvo um fenómeno de natureza não evolutiva, como a instalação de uma unidade fabril ou hoteleira de dimensão significativa (--) • O processo de terciarização da economia deverá persistir, mas o seu peso relativo no mercado de trabalho dependerá da capacidade das indústrias transformadoras e de construção se adaptarem à nova realidade que o país atravessa (sem efeitos significativos)

Indicadores ou questões específicas	Fontes de informação	Tendências passadas e aspetos-chave da situação atual	Evolução da situação atual na ausência do plano, respetivos riscos e oportunidades
(ver anterior)	(ver anterior)	• (cont.) Entre 2007 e 2009, o pessoal ao serviço em estabelecimentos localizados no concelho de Pombal diminuiu de 17.840 para 17.044 ativos, correspondendo a uma TCMA de -2,3%, em apenas dois anos. • A redução de postos de trabalho (estruturados) foi particularmente intensa em setores como a Consultoria e programação informática (-32,6%), a Administração Pública e Defesa (-29,5), a Pesca e aquicultura (-25,5%) e a Armazenagem e atividades auxiliares dos transportes, onde a destruição de postos de trabalho afetou 39 trabalhadores (-23,3%). • Não obstante, alguns setores de atividade reforçaram os respetivos quadros de pessoal no concelho de forma significativa: Descontaminação e similares (+91,5%), Atividades das organizações associativas (+89,4%, de 29 para 104 postos de trabalho), Recolha, tratamento e eliminação de resíduos (+38,7%), Silvicultura e exploração florestal (+20,5%) e Alojamento (+19,8%). • A Construção e promoção imobiliária é o setor com maior capacidade empregadora, no concelho, apesar do recuo entre 2007 e 2009 (TCMA de -6,2%), que levou o número de postos de trabalho para 2.088.	• (cont.) Provável aumento do número de desempregados e da taxa de desemprego num futuro próximo, dada a atual conjuntura desfavorável e a natureza do tecido industrial do concelho (--) • A localização geográfica privilegiada (centro do país, proximidade à A1 e à Linha do Norte) deverá garantir que, independentemente de alguma quebra decorrente da atual conjuntura, os parques e zonas industriais do concelho continuem com elevadas taxas de ocupação (++)
• Evolução, estrutura e incidência do desemprego: - desempregados inscritos nos Centros de Emprego (n.º, % por tipologia); - rácio desemprego/ pop. ativa estimada(%); - variação homóloga do rácio desemprego/ pop. ativa estimada (%)	• IEPF (2011, 2012) • Cf. Quadro A.3.1 em anexo	• Em janeiro de 2012, estavam inscritos no Centro de Emprego de Leiria do IEPF 1.908 desempregados residentes no concelho de Pombal, que correspondiam a 16.7% do desemprego registado para o Pinhal Litoral (11.431 ativos). • O mercado local de trabalho que acompanha as dinâmicas da região Centro (o rácio desemprego registado/população ativa estimada é idêntico nas duas regiões, 8,2%, valor ainda assim inferior à média nacional, de 11,1%). • A variação homóloga do rácio desemprego/pop. ativa estimada aponta para um agravamento recente do mercado de emprego: 1,24% em Pombal, percentagem 5 vezes superior à média nacional (0,24%), o que indica que a conjuntura recente estará a afetar desproporcionalmente esta região.	

Indicadores ou questões específicas	Fontes de informação	Tendências passadas e aspetos-chave da situação atual	Evolução da situação atual na ausência do plano, respetivos riscos e oportunidades
Oferta existente de zonas de localização empresarial (ha) e respetivas taxas de ocupação (%)	Estudos de Caracterização Territorial da Revisão do PDM (CMP, 2011a)	- A freguesia de Pombal concentra os dois principais pólos industriais do concelho: Parque Industrial Manuel da Mota (93ha), nó da A1 com o IC8, 5km a nordeste da cidade, apresenta altas taxas de ocupação e recentemente sofreu obras de ampliação (+20ha) – o tipo de indústrias sedeadas é muito diversificado; Zona Industrial da Formiga, no interior da área urbana da cidade, com 36ha, um alto índice de ocupação, dominado por pequenas indústrias (com a exceção da unidade Sumol+Compal), comércio e serviços (maioritariamente oficinas de automóveis) - O resto do concelho é pontuado por outras zonas industriais de menor dimensão: - Zona Industrial da Pelariga (Norte 18,5ha + Sul 6ha), com taxas de ocupação na ordem dos 75% e 36%, respetivamente; - Parque Industrial da Guia (14ha, com potencial de crescimento), com forte componente de inovação tecnológica, e com uma taxa de ocupação de 30%; - Parque Industrial de Abiúl (5ha), com uma taxa de ocupação de 35%; - Existem outras zonas industriais no concelho, de menor dimensão e com taxas de ocupação reduzidas dos quais se destacam: Vieirinhos, Meirinhas, Redinha, Vila Cã, Lourical e Albergaria dos Doze.	(ver anterior)
Objetivos ambientais relevantes: reforçar a competitividade económica das atividades e fileiras produtivas agroflorestais			
Desenvolvimento rural			
Estratégias de desenvolvimento do PROT-Centro e da Estratégia Local de Desenvolvimento da Associação Terras do Sicó	- Plano Regional de Ordenamento do Território - Centro - Terras do Sicó – Associação de Desenvolvimento (http://www.terrasdesico.pt/)	- O PROT-C preconiza a multifuncionalidade dos sistemas produtivos agrícolas e florestais, a maximização das sinergias entre o espaço rural e urbano e a promoção da competitividade das fileiras estratégicas agrícolas e florestais como fator de manutenção da qualidade territorial. - A associação Terras do Sicó (grupo de ação local que integra a rede LEADER+) define como objetivo estratégico da sua Estratégia Local de Desenvolvimento (ELD) a “aposta na identidade territorial como âncora para o desenvolvimento socioeconómico sustentável” da região onde se integra Pombal, o que pressupõe: - A valorização dos produtos locais de qualidade, como alicerces da base económica local; - A valorização da ruralidade e da biodiversidade como essência da região; - E o fortalecimento de laços sociais entre os vários concelhos e comunidades que compõem a área de intervenção da associação.	Dificuldade em assegurar um desenvolvimento territorial equilibrado e favorecedor de um melhor aproveitamento do potencial endógeno existente, caso a revisão do PDM não se concretize (-)

Indicadores ou questões específicas	Fontes de informação	Tendências passadas e aspetos-chave da situação atual	Evolução da situação atual na ausência do plano, respetivos riscos e oportunidades
- Atividade agrícola e silvícola: - explorações agrícolas por freguesia (n.º); - superfície agrícola utilizada (SAU) por freguesia (ha); - SAU média por exploração agrícola por freguesia (ha); - UTA média por exploração agrícola por freguesia (n.º); - superfície irrigável por freguesia (em % da Superfície Agrícola Utilizada)	- INE (2011b) - Estudos de Caracterização Territorial da Revisão do PDM (CMP, 2011a) - Cf. Quadro A.3.1 em anexo	- No Concelho de Pombal o número de explorações agrícolas baixou praticamente 50% entre 1999 e 2009, para 2.399 terrenos destinados à prática da agricultura, ainda assim equivalendo a 40,1% das explorações da região Pinhal Litoral. - Também segundo o Censos Agrícola, o setor é dominado por explorações de muito pequena dimensão (SAU por exploração de 1,7ha), em média inferiores aos terrenos agrícolas do Pinhal Litoral (2,3ha) e da região Centro (5,4ha), com baixa capacidade empregadora (UTA de 1,4) e com recurso a cultura temporárias (64,2%), onde os prados e pastagens permanentes têm uma relevância particularmente baixa (6,3%, face a 48,6% no total de Portugal Continental). - O trabalho agrícola concentra-se essencialmente em duas regiões: junto da ribeira de Carnide (freguesias de Ilha, Mata Mourisca e Carnide) e na área de influência da Serra do Sicó, particularmente nas explorações de olival (freguesias de Abiúl e Vila Cã, maioritariamente). - A superfície irrigável, em % da Superfície Agrícola Utilizada, revela realidades distintas, entre freguesias: de Abiúl (4,2%), sob influência da Serra do Sicó, ao Lourçal (68,7%) ou Carriço (66,3%) na região Oeste litoral do concelho.	(cont.) A tendência de diminuição da SAU e do número de explorações deverá manter-se, dada a maior atratividade das atividades do setor secundário que se fixaram na região, durante as últimas décadas, e da dinâmica de terciarização da economia local (-) - Independente desta tendência, poderão consolidar-se e até crescer os setores agrícolas de nicho como os produtos da Serra do Sicó, caso as associações de produtores locais continuem o bom trabalho de dinamização da marca (++)
- Atividade agropecuária: - explorações pecuárias por freguesia (n.º); - instalações agroindustriais por freguesia (n.º)	Estudos de Caracterização Territorial da Revisão do PDM (CMP, 2011a)	- O n.º de explorações pecuárias no concelho é de 537 e de instalações agroindustriais de 58, grande parte das quais sem atividade licenciada. - O maior número de explorações pecuárias e de instalações agroindustriais existentes concentra-se na freguesia de Pombal - Explorações pecuárias (n.º): Abiul 92, Albergaria dos Doze 3, Almagreira 43, Carnide 27, Carriço 9, Guia 9, Ilha 7, Lourçal 45, Mata Mourisca 27, Meirinhas 11, Pelariga 27, Pombal 116, Redinha 43, Santiago de Litém 9, São Simão de Litém 6, Vermoil 29, Vila Cã 34 - Instalações agroindustriais (n.º): Abiul 4, Albergaria dos Doze 2, Almagreira 3, Carnide 2, Carriço 5, Guia 3, Ilha 1, Lourçal 6, Mata Mourisca 1, Meirinhas 0, Pelariga 1, Pombal 17, Redinha 7, Santiago de Litém 1, São Simão de Litém 1, Vermoil 1, Vila Cã 3.	
Área ocupada por aglomerados rurais (ha)	Relatório da execução do PDM em vigor (2011)	Os aglomerados rurais foram inseridos em perímetro urbano pelo PDM de 1995 o que contribuiu, em conjunto com outros fatores, para a dispersão da urbanização e para a sobrevalorização do solo edificável, em detrimento do solo rural	Valorização do solo refém da expectativa de urbanização (--)

Indicadores ou questões específicas	Fontes de informação	Tendências passadas e aspetos-chave da situação atual	Evolução da situação atual na ausência do plano, respetivos riscos e oportunidades
Objetivo ambiental relevante: valorizar o quadro de oportunidades resultante dos investimentos em infraestruturas de transporte e logística			
Mobilidade e acessibilidade			
Identificação das principais infraestruturas viárias e ferroviárias	- Plano Rodoviário Nacional (2010) - Estudos de Caracterização Territorial da Revisão do PDM (CMP, 2011a)	- Os dois principais eixos de comunicação rodoviária do concelho são as Autoestradas IPI/A1 (Concessão Brisa) e IC1/A17 (Concessão Litoral Centro), sendo notório o diferencial positivo nos níveis de escolaridade, na taxa de atividade e na densidade demográfica das freguesias rasgadas pela A1. - Num nível secundário, mas ainda assim relevante, estão o IC8, a Estrada Municipal 531-I, a EN 237-I e o IC2, com impactes na atualidade do parque habitacional nas freguesias que cruzam. - O PRN 2000 fez as seguintes alterações à rede rodoviária do concelho: criação da A17, e reclassificação das EN 342 e EN 350 em ER 342 e ER 350, respetivamente. - O principal eixo ferroviário – Linha do Norte – atravessa as freguesias de Albergaria dos Doze, São Simão de Litém, Vermoil e Pombal e teve impacto nas dinâmicas demográficas e económicas da região durante o séc. XX, encontrando-se atualmente em declínio - Todas as freguesias têm acesso a transportes públicos; - Tanto os transportes rodoviários como ferroviários incluem ligações internacionais; - Na cidade de Pombal entrou recentemente em atividade o Pombus – Sistema de Transportes Urbanos da Cidade de Pombal – com 3 linhas que abarcam largamente a urbe e arredores.	- As mais-valias intrínsecas à localização do concelho e infraestruturas logísticas manter-se-ão, e uma eventual retoma económica deverá levar à fixação de mais empresas (++) - Progressiva perda de importância do transporte ferroviário, em favor dos eixos rodoviários, e agravamento do estado de degradação da Linha do Oeste, em risco de ser desativada (--) - Progressiva redução da sustentabilidade dos sistemas de transporte público/coletivo, ou eventual aumento de tarifas (-)
Extensão de vias rodoviárias e ferroviárias no concelho (Km)	Estudos de Caracterização Territorial da Revisão do PDM (CMP, 2011a)	- O Concelho tem uma extensão de cerca de 2.850Km de vias rodoviárias (Itinerários Principais e as Autoestradas: 45,8km; Itinerários Complementares, vias integradas na Rede Nacional Complementar: 59,9km; Estradas Regionais (ER): 13km; Rede Municipal: a. Estradas Nacionais Desclassificadas: 81,8 km; b. Estradas Municipais (EM): 106,7 km; c. Caminhos Municipais (CM): 379,1 km; Outros caminhos: 2160 km de extensão) - Extensão da rede ferroviária: 41,4 Km	
Distância entre a sede de concelho e as sedes de freguesia (Km)		Pelariga: 7 Km; Vermoil: 9 Km; Santiago de Litém: 9,5 Km; Vila Cã: 9,5 Km; Meirinhas: 11 Km; Almagreira: 11,5 Km; São Simão de Litém: 11,5 Km; Redinha: 12,5 Km; Carnide: 13 Km; Mata Mourisca: 14,5 Km; Ilha: 15 Km; Lourical: 16 Km; Albergaria dos Doze: 16,4 Km; Guia: 18 Km; Carriço: 22,5 Km.	

Indicadores ou questões específicas	Fontes de informação	Tendências passadas e aspetos-chave da situação atual	Evolução da situação atual na ausência do plano, respetivos riscos e oportunidades
• Proporção da população residente que entra e que sai do concelho (%)	(ver anterior)	• Proporção da população residente que entra no concelho: 8,4% (2001) • Proporção da população residente que sai do concelho: 12,2% (2001)	(ver anterior)
• Proporção da população residente que trabalha ou estuda noutro município (%)	• Estudos de Caracterização Territorial da Revisão do PDM (CMP, 2011a)	• Proporção da população residente que trabalha ou estuda noutro município: 20% (2001)	
• Meio de transporte mais utilizado nos movimentos pendulares (%)	• Estudos de Caracterização Territorial da Revisão do PDM (CMP, 2011a)	• Automóvel ligeiro: 60,2%; Deslocações a pé: 22,9%; Autocarro: 8,9%; Transporte coletivo da empresa ou da escola: 8,5%; Motociclo ou bicicleta: 5,8%; Comboio: 0,9% • Taxa de cobertura dos movimentos pendulares por Transporte Público/Coletivo (Autocarro + Comboio + Transporte empresarial ou escolar): 18,3 %	
• Duração média dos movimentos pendulares da população residente, empregada ou estudante (min)	• Estudos de Caracterização Territorial da Revisão do PDM (CMP, 2011a)	• O tempo médio gasto é de 16,64 minutos. • A duração é mais elevada nas freguesias de mata Mourisca e Abiúl e menos elevada nas freguesias de Vermoil e Meirinhas.	
Objetivo ambiental relevante: <i>promover o potencial turístico, nomeadamente o turismo de natureza</i>			
Dinâmica turística			
• Estratégias de desenvolvimento turístico identificadas no Plano Estratégico Nacional do Turismo para a região	• Plano Estratégico Nacional do Turismo 2006-2015 (PENT, 2006)	• Principais objetivos identificados pelo PENT para a Região Centro: ▪ Crescimento de valor e do número de turistas – maioritariamente nacional; ▪ <i>Cross-selling</i> com Lisboa e Porto; ▪ Destino prioritário para <i>Touring</i>, Turismo de Natureza, Gastronomia e Vinho.	• Segundo o relatório de revisão do PENT para o horizonte pós-2015, o número de hóspedes na Região Centro deverá aumentar de 1,9 para 2,7 milhões, entre 2010 e 2015 (48% de turistas estrangeiros). Esta dinâmica deverá ser acompanhada pela consolidação do segmento de turismo rural e turismo de natureza no concelho de Pombal, ainda que num ritmo lento dada a competitividade regional (+)
• Evolução da oferta e procura turísticas: - estabelecimentos hoteleiros (hotéis, pensões, outros) (n.º);	• INE (2011c) • Cf. Quadro A.3.1 em anexo • Estudos de Caracterização Territorial da Revisão do PDM (CMP, 2011a)	• Em 2010, existiam aproximadamente 283 camas (68 em hotéis, 146 em pensões e 69 noutros estabelecimentos) no Concelho de Pombal, repartidas por 10 estabelecimentos (hotéis/pensões/residenciais/turismo rural), concentrados essencialmente na freguesia-sede. O parque de campismo “O Tamanco”, na freguesia do Louriçal, tem capacidade para 50 tendas e ainda um conjunto de bungalows familiares.	

Indicadores ou questões específicas	Fontes de informação	Tendências passadas e aspetos-chave da situação atual	Evolução da situação atual na ausência do plano, respetivos riscos e oportunidades
- (cont.) capacidade de alojamento (n.º de camas em hotéis, pensões e outros); - dormidas em estabelecimentos hoteleiros (n.º); - crescimento médio anual 2002-2010 das dormidas (%)	• (cont.) PENT - Propostas para revisão no horizonte 2015 (PENT, 2011)	• (cont.) Por cada mil habitantes do concelho existiam, nesse ano, 4,7 camas, equivalente a $\frac{1}{3}$ da capacidade de alojamento do Pinhal Litoral, por mil habitantes, (14,7) e 28% da capacidade da região Centro (16,4). • Ainda em 2010, a estadia média em pensões no concelho de Pombal é de 1,6 noites, valor próximo do observado na região Centro (1,8), com uma taxa de ocupação-cama de 23,7%, superior aos referenciais estatísticos superiores (Pinhal Litoral 18,9%, e Centro 19,6%) • A taxa de ocupação líquida nas pensões de Pombal ascende a 23,7%, valor próximo da média nacional e superior ao observado na região Centro (19,6%) • Os dados de dormidas em estabelecimentos hoteleiros e de crescimento médio anual 2002-2010 das dormidas não estão disponíveis para o concelho. No Pinhal Litoral estes indicadores correspondem a 341.691 e 12,3%, respetivamente.	(ver anterior)
• Fatores distintivos do concelho e respetivos produtos turísticos estratégicos	• Estudos de Caracterização Territorial da Revisão do PDM (CMP, 2011a) • Associação de Desenvolvimento Terras de Sicó – Estratégia de Desenvolvimento Local http://www.terrasdesico.pt • PENT (2006)	• A Praia do Osso da Baleia, a Mata Nacional do Urso, extensão do pinhal de Leiria, e a Serra do Sicó constituem os principais produtos turísticos estratégicos do concelho. • Variedade de produtos turísticos da região: sol e praia na orla costeira; ecoturismo na Mata Nacional do Urso e na Serra do Sicó; turismo histórico no Castelo de Pombal; e turismo de aventura, também na Serra do Sicó. • A oferta em turismo rural na Serra do Sicó é ainda residual, mas tem crescido nos últimos anos (freguesias de Redinha e Vila Cã). Existem diversos produtos endógenos no território “Terras de Sicó”: queijo rabaçal; vinho, azeite e mel “Terras de Sicó”, etc. • No âmbito da promoção do <i>touring</i> ao nível da região, integram o concelho de Pombal, no seu itinerário, 28 roteiros/percursos, dos quais 5 são definidos pela Região de Turismo Leiria-Fátima, 10 pelo Município de Pombal, 8 pela associação Terras de Sicó, 4 pelo semanário Região de Leiria e 1 pelo ECOMATUR - Ecoturismo na Mata Nacional do Urso	• Sem uma estratégia integrada e permita ativar o potencial endógeno dos produtos turísticos do concelho, e dada a ausência de um símbolo turístico relevante, a importância do setor no concelho deverá continuar a ser limitada (--)

Legenda:

	Elevado(a)	Médio(a)	Baixo(a)
Risco	---	--	-
Oportunidade	+++	++	+

7.3.2. Efeitos significativos, oportunidades e riscos e medidas específicas

No **quadro 7.3.3** identificam-se os efeitos significativos do plano relativamente ao FCD 3, relacionando-os com os objetivos ambientais relevantes anteriormente identificados. São também avaliadas, em associação a cada um dos objetivos, as oportunidades e os riscos decorrentes da implementação do plano, assim como propostas medidas específicas consideradas necessárias para a concretização do mesmo.

Relativamente às questões demográficas que se podem extrair da proposta de PDM observa-se uma preocupação relevante com o problema da desertificação humana nas freguesias mais rurais. Os programas de intervenção propostos para oito localidades sede de freguesia são reveladores da importância dada à melhoria das condições de vida nestes pólos urbanos.

As apostas em espaços verdes e na articulação entre equipamentos de utilização coletiva e áreas residenciais, a concretizarem-se através de planos de urbanização ou planos de pormenor, irão melhorar significativamente a qualidade vivencial da população do concelho. No entanto, caso estas iniciativas não sejam acompanhadas por políticas de estímulo à atividade económica, dificilmente serão suficientes para atrair novas famílias e jovens para a região.

No caso da UOPG Pombal, o âmbito do programa de intervenção é mais abrangente, pretendendo não só melhorar as condições de vida da população residente e atrair novas famílias para a cidade, mas potenciar a sede concelhia a nível regional.

As infraestruturas ambientais existentes e previstas integram a planta de ordenamento do PDM, não havendo lugar, em sede de regulamento, à criação de faixas de proteção das mesmas.

O plano prevê a execução de novas infraestruturas de abastecimento de água (1 ETA; 6 reservatórios) e de saneamento (17 EE, 3 ETAR, emissários), a beneficiação das infraestruturas existentes, novos adutores de água e coletores de águas residuais, entre outras medidas indicadas no Programa de Execução do PDM (ver **Quadro A.3.5** no **Anexo 3**), que contempla também medidas dirigidas à redução das perdas de água e à promoção da recolha seletiva de resíduos.

As intervenções nos sistemas de drenagem e tratamento de águas residuais deverão apresentar efeitos positivos particularmente significativos nas freguesias em que os níveis de atendimento são atualmente mais reduzidos e estão mais distanciados das metas delineadas no PEAASAR II (cf. Quadro 7.2.2).

Relativamente à oferta educativa, naturalmente destaca-se o programa de intervenção proposto na Carta Educativa que pretende reorganizar a rede escolar de acordo com a Lei de Bases do Sistema

Educativo (Lei n.º 46/86, de 14 de outubro). O programa envolve um pacote vasto de alterações na oferta de ensino, abrangendo todas as freguesias do concelho. Uma vez concretizada, esta iniciativa tem condições para gerar poupanças significativas no setor, dada a tendência para a concentração de recursos, permitindo uma aposta relevante na melhoria qualitativa do ensino. Os principais riscos associados a esta iniciativa dizem respeito aos elevados custos de intervenção que poderão pôr em causa a sua concretização, em particular no atual contexto recessivo.

No que concerne às áreas edificadas e habitação a revisão do PDM vai, em geral, vai de encontro às recomendações do PROT-C relativas à contenção dos perímetros urbanos e à discriminação positiva da densificação das áreas urbanas existentes, excluindo dos perímetros urbanos revistos as urbanizações sem suporte de infraestrutura que contribuem para a urbanização difusa, e seus elevados custos ambientais e sociais (áreas edificadas de baixa densidade), ou que se devem associar explicitamente ao setor rural do concelho (aglomerados rurais), contribuindo para a qualificação e modernização do modo de vida rural (vd. desenvolvimento rural).

Nos aglomerados rurais é permitida apenas a edificação com 1 piso e com um índice de ocupação do lote de 40%⁴. Não estão, porém, previstos índices máximos de impermeabilização do solo nestes aglomerados, o que acarreta riscos de impermeabilização total das parcelas, com impactos negativos para a gestão hidrológica e amenização climática local.

O Artigo 87 (Capítulo III - secção XI) relativo ao regime de edificabilidade em áreas de edificação dispersa estipula limites máximos de impermeabilização do solo para empreendimentos turísticos e áreas industriais, tendo o RA recomendado em fase prévia que estes limites fossem aplicados também no caso da habitação, quer nessas áreas de edificação dispersa, como também nos aglomerados rurais (onde a recomendação foi seguida no artigo 84) e nos espaços urbanos de baixa densidade (onde a recomendação não foi seguida, estando ausente nos artigo 106), visando melhorar o desempenho ambiental destas áreas edificadas e, assim, beneficiar também a qualidade de vida nas áreas construídas.

No que respeita à admissibilidade edificatória no concelho, muito embora ela reduza no espaço urbano (-2,39%) aumenta nas atividades económicas (o balanço entre a área de expansão e redução, no âmbito da reclassificação do solo, resulta num acréscimo de 58 ha). Deste modo poderá haver transferência de intenções de construção residencial para construção industrial fictícia,

⁴ “Admite-se obras de reconstrução e obras de ampliação até um máximo de 30% da área de construção licenciada à data de entrada em vigor do PDM - Pombal, não podendo exceder-se a altura da edificação e o número de pisos máximos definidos no número 2 do presente artigo, salvo nas situações existentes em que tais parâmetros já são ultrapassado” (Artigo 84 do Regulamento do PDM Pombal, 2013).

eventualidade que se deverá vigiar, evitando o licenciamento de indevido de habitação sob a forma aparente de indústria, em localizações desadequadas.

Quanto às admissibilidades construtivas deve ainda ser lembrada a definição da parcela mínima para edificação residencial em espaço rural, já referida no FCD2. O facto de esta parcela assumir, no regulamento da revisão do PDM, um valor bastante elevado de 3 hectares constitui um fator positivo, contudo esta restrição tende a ser insuficiente para controlar a edificação indevida, como demonstram vários casos noutros municípios.

No que respeita à mobilidade e acessibilidade a revisão do PDM procura indiretamente limitar a utilização do automóvel individual, incentivar a utilização de transportes públicos e incrementar o uso dos modos suaves, em particular em modo ciclável. O relatório da revisão do plano indica que se procurou integrar o transporte individual e os modos suaves na lógica da cadeia de transportes e pretende-se ainda promover e fazer cumprir os direitos de acessibilidade das pessoas com necessidades especiais (pessoas com mobilidade temporária ou permanentemente condicionada) na via pública, nos edifícios públicos ou nos equipamentos coletivos, com a finalidade de criar uma sociedade "sem barreiras". Porém, exceto no que toca à estratégia de densificação não foram identificadas estratégias concretas de incentivo à mobilidade coletiva ou de baixo impacto ambiental. Neste domínio, considera-se que existe um risco de não concretização de determinados objetivos da revisão do plano.

A classificação do solo urbano proposta pretende garantir a existência de provisão no horizonte temporal do plano de infraestruturas urbanas e de prestação de serviços, incluindo o sistema de transportes públicos. Deste modo, ela poderá ter um efeito positivo sobre a mobilidade e acessibilidade, trazendo oportunidades de melhoria da satisfação destas necessidades. Porém, este efeito positivo encontra-se dependente de outros fatores que facilmente o podem inviabilizar (preço dos combustíveis, externalização dos custos ambientais da mobilidade assente no automóvel privado, etc.).

Note-se que, não obstante o facto da proposta de ordenamento patente na revisão do PDM favorecer a eficiência das infraestruturas de transporte, a sua efetiva e viabilidade fora dos centros urbanos depende, por um lado, da concretização desse ordenamento (que só ocorre a longo prazo e no pressuposto de que existe uma fiscalização e cumprimento total do disposto na revisão do PDM) e por outro da existência de uma política municipal par ao transporte coletivo que possa colaborar no seu financiamento.

Na ausência da concretização do ordenamento e do financiamento referidos existe o risco de face à retração económica e futura subida do preço dos combustíveis o transporte público ser, a prazo,

inviável em várias áreas do concelho. Como medida de mitigação destes riscos sugere-se a comunicação direta com os vários operadores de transportes públicos no sentido da concertação de uma estratégia comum de viabilidade e adequação dos serviços prestados. Em particular, e perante a oferta de energias renováveis (eólica) no concelho, sugere-se a medida de conversão das frotas de transporte público para frotas elétrica.

Complementarmente sugere-se a medida, já referida no que respeita ao risco de incêndio florestal, de elaboração de um balanço de carbono entre o setor florestal e o setor da mobilidade, visando criar condições e argumentos para favorecer as opções de mobilidade de baixo impacte ambiental (quer de pessoas quer de mercadorias). Esta medida deverá indiretamente conduzir a um maior investimento no transporte ferroviário e ao favorecimento da atividade logística que não se encontre apenas dependente do transporte rodoviário, penalizado pelo seu elevado impacte ambiental e elevado consumo de combustível.

O emprego e estrutura empresarial são também considerados na proposta de PDM, sendo de destacar a ênfase na indústria e nas atividades logísticas, beneficiando do posicionamento estratégico do concelho como ponto de ligação ao interior do País. Esta aposta materializa-se num conjunto de programas de dinamização de parques industriais no concelho que, a concretizarem-se, irão criar novas bolsas de emprego fora da sede concelhia, iniciativa com impactos socioeconómicos relevantes. O principal risco associado a esta estratégia de dispersão de pólos empresariais relaciona-se com a maior dificuldade em surgirem dinâmicas sinérgicas entre empresas (“clusters”).

No campo do desenvolvimento rural é de destacar a aposta no setor agroflorestal, uma das principais fileiras estratégicas da região, por via da afetação e solo à classe de espaços agrícola, florestal e de uso múltiplo agroflorestal “de produção” e “de conservação”. É ainda relevante a preocupação com a distinção entre áreas de produção convencional (nos espaços de produção) e áreas de produção ambientalmente sustentável certificada (nos espaços de conservação).

Finalmente, uma nota para os efeitos identificados no campo da dinâmica turística a nível concelhio. A este respeito, é de salientar a aposta no turismo de natureza, assente na própria proteção dos valores naturais por via do ordenamento do território. Esta estratégia, para além de apostar num setor diferenciador, a nível regional, permitirá a desconcentração da oferta turística, atualmente centralizada na cidade de Pombal. Deve ter-se em conta, no entanto, que apenas uma aposta concertada e distintiva no turismo de natureza, acompanhada de campanhas de marketing territorial, conseguirá competir com os principais pólos turísticos da região centro.

Quadro 7.3.3 – Competitividade territorial e qualidade de vida (FCD 3): Avaliação de efeitos significativos da revisão do Plano Diretor, identificação de oportunidades e riscos e medidas específicas

Efeitos significativos	Oportunidades	Riscos	Medidas específicas
<i>Objetivo ambiental relevante: Assegurar a equidade territorial no provimento de infraestruturas e equipamentos coletivos e a universalidade no acesso aos serviços, promovendo a coesão territorial e social</i>			
População			
- Os núcleos urbanos de Abiúl, Almagreira, Louriçal, Meirinhas, Ilha, Vermoil, Pelariga e Redinha formam oito Unidades Operativas de Planeamento e Gestão incluindo a articulação e fomento de equipamentos de utilização coletiva e a melhoria da rede de mobilidade. - A UOPG Ilha propõe a integração entre o centro cívico e o Parque Verde da Ilha - As UOPG's das localidades de Almagreira, Louriçal, Meirinhas, Pelariga e Vermoil estimulam o desenvolvimento de uma estrutura verde - Criação de uma UOPG para a cidade de Pombal, revitalizando o centro histórico, fortalecer a vivência urbana, redefinir a localização de infraestruturas e equipamentos, promover uma rede de espaços verdes com ênfase no corredor ribeirinho e melhorar a mobilidade	- Melhoria da qualidade de vida da população do concelho de Pombal e das condições de atratividade dos polos residenciais na sequência do ordenamento do território urbano, e da subsequente qualificação do espaço público e da colmatção de lacunas na oferta e subaproveitamento de equipamentos coletivos (+++) - Consolidação da cidade de Pombal como principal núcleo da estrutura urbana do concelho, com capacidade para atrair população e contrariar as dinâmicas de desertificação que atualmente se observam no concelho (++)	A incapacidade dos instrumentos de gestão territorial contrariarem as «tendências pesadas» de desertificação que se observam no concelho pode levar à necessidade de se proceder a ajustamentos nas afetações de solo urbano e urbanizável e respetivos usos, a longo prazo (--)	Adaptar/calibrar as práticas urbanísticas e os IGT de nível inferior (PU e PP) a alterações de contexto, nomeadamente, em termos de evolução da população residente e seu envelhecimento tendencial
Equipamentos e Infraestruturas Ambientais			
Criação de quatro EBI com Jardim de Infância integrado nas freguesias de Abiúl, Albergaria dos Doze, Carnide e Guia	Ajustamento da rede escolar às dinâmicas demográficas do concelho de Pombal, respeitando um plano integrado e coerente (+++)	A atual conjuntura recessiva poderá atrasar, ou mesmo pôr em causa, parte do investimento previsto na Carta Educativa, que se estima que ascenda a EUR 11.766.750 (---)	Elaboração de um esquema de faseamento para o plano de reordenamento da rede educativa apresentado na Carta Social,

Efeitos significativos	Oportunidades	Riscos	Medidas específicas
• Criação de uma Escola Básica Integrada no perímetro urbano de Pombal • Conversão/Ampliação de 21 unidades de ensino: 9 EBI/Jardim de Infância; 4 Jardins de Infância; e 8 EBI • Desativação de 20 EBI nas freguesias de Abiúl, Albergaria dos Doze, Almagreira, Carnide, Guia, Ilha, Mata Mourisca, Pombal, Redinha, São Simão, Vermoil e Vila Cã	• Otimização de recursos que permitirá disponibilizar fundos para concretizar melhorias qualitativas na oferta de ensino da região (+++) • A integração de Jardins de Infância com Escolas Básicas de 1.º ciclo criará condições para um melhor acompanhamento dos alunos nos primeiros anos de formação (++)	• Perturbações no funcionamento normal das unidades de ensino que serão convertidas/ampliadas ou desafetadas, afetando as condições de ensino (-)	• Identificação de projetos prioritários e à minimização de eventuais perturbações que afetem a comunidade escolar no período de transição.
• Previsão da instalação de novas infraestruturas ambientais, de medidas dirigidas à redução das perdas de água e à promoção da recolha seletiva de resíduos • Delimitação das infraestruturas ambientais existentes e previstas na planta de ordenamento • O regulamento do plano não prevê faixas de proteção às infraestruturas ambientais	• Aumento dos níveis de atendimento quanto ao abastecimento de água em resultado da instalação de novas infraestruturas e da beneficiação das existentes (+) • Aumento dos níveis de atendimento quanto à drenagem e tratamento de águas residuais em resultado da instalação de novas infraestruturas e da beneficiação das existentes (+++) • Redução das perdas de água nos sistemas públicos de abastecimento devido ao aumento da eficiência dos mesmos (++) • Redução da carga poluente afluente ao solo e ao meio hídrico (+++) • Aumento da reutilização de águas residuais tratadas em usos compatíveis (+) • Aumento da recolha seletiva e da valorização de resíduos (+)	• Geração de situações de conflito de uso na envolvente de infraestruturas ambientais (--) • Dispersão de depósitos de entulhos e de sucata no território (--)	• Representar na planta de ordenamento as principais infraestruturas de deposição e tratamento de resíduos sólidos • Reservar espaços específicos para a instalação de parques de sucata e vazadouros de entulhos, representando-os na planta de ordenamento • Criar faixas de proteção das infraestruturas ambientais a instalar ao nível do regulamento • Incentivo à construção e cisternas subterrâneas aquando da construção das fundações de novos edifícios, devendo esta ser obrigatória no espaço rural

Efeitos significativos	Oportunidades	Riscos	Medidas específicas
<i>Objetivo ambiental relevante: Desenvolver e valorizar os centros e sistemas urbanos e qualificar as áreas edificadas de baixa densidade</i>			
Áreas Edificadas e Habitação			
• Alteração dos perímetros urbanos • Definição de aglomerados rurais • Ordenamento das áreas de baixa densidade • Criação de condições para a execução de UOPGs por via de planos de urbanização, planos de pormenor ou unidades de execução	• Distinção solo urbano e solo rural e exclusão dos aglomerados rurais (anteriormente perímetros urbano de nível V) dos perímetros urbanos (+++) • Adequação dos perímetros urbanos ao edificado e ao território específico de cada localidade (++) • Contenção da oferta de solo urbanizável, incentivando a reocupação de áreas urbanas ou periurbanas já infraestruturadas (++) • Previsão de perequação compensatória aplicada por UOPG e por Unidade de Execução, contribuindo para a distribuição equitativa das mais-valias da urbanização pelos proprietários abrangidos pelos planos decorrentes da execução do PDM (+)	• Permanência da habitação excedentária e dos casos pontuais de infra- habitação (freguesia de Abuíl) (---) • Incumprimento do regime da parcela mínima para construção e habitação em espaço rural (--) • Abuso da regulamentação que permite ampliações do edificado em espaço rural (-) • Incapacidade de requalificação das áreas de baixa densidade, devido aos elevados custos de intervenção num espaço público extenso e fragmentado (-) • Dificuldade de associação dos proprietários para adequada elaboração e perequação compensatória (---) • Ausência de investimento para concretizar a totalidades das UOPG (--)	• Revisão do programa de execução/implementação da revisão do Plano selecionando ações prioritárias pouco numerosas e muito viáveis • Reforço das polaridades urbanas e periurbanas existentes, aquando da definição das prioridades de execução o plano • Definição, no regulamento do Plano, de máximos de impermeabilização do solo para todas as categorias de solo que permitem edificação, à exceção de espaço urbano central • Monitorização da elaboração de perequação compensatória para Unidades de execução para áreas não disciplinadas por Plano de urbanização ou pormenor • Vigilância e intervenção no caso de edificações indevidas

Efeitos significativos	Oportunidades	Riscos	Medidas específicas
<i>Objetivo ambiental relevante: Valorizar o quadro de oportunidades resultante dos investimentos em transportes e logística</i>			
Mobilidade e Acessibilidade			
• Criação de condições gerais para a promoção de transportes públicos • Criação de condições favoráveis ao uso dos modos suaves, em particular a bicicleta • Reforço do sistema regional urbano polinucleado	• Aumento potencial da eficiência das infraestruturas de transportes públicos, por via da contenção da dispersão urbana (++) • Levantamento da atual rede de transportes coletivos (+) • Identificação da elevada taxa de utilização de modos suaves (a pé e bicicleta) (+)	• Reduzida viabilidade de transportes públicos em áreas edificadas dispersas ou de baixa densidade (---) • Elevados custos em energia, na ausência de articulação direta com energias renováveis (---)	• Investimento na promoção de redes de transporte de baixo consumo energético (transporte público e modos suaves) em articulação com os concessionários da rede • Conversão para frotas elétricas de transporte público e/ou municipal • Balanço de emissões municipais de carbono entre a mobilidade e a floresta, valorizando o sequestro florestal e a redução de emissões provenientes da mobilidade • Com base na medida anterior, iniciar a participação em mercados voluntários de emissões de carbono, contribuindo para a mitigação das alterações climáticas globais, e associando o marketing territorial à promoção de um “município de “baixo carbono”
<i>Objetivo ambiental relevante: Diversificar a base económica local, fomentando a criação de emprego qualificado</i>			
Emprego e estrutura empresarial			
• Disponibilização de solo para os Parques industriais de Ramalhais de Baixo-Abiúl e Redinha em 2 UOPG's • Disponibilização de solo para o desenvolvimento da Plataforma Logística de Vieirainhos/Silveirinhas, numa UOPG	• Diversificação do tecido económico do concelho, com uma aposta estratégica na indústria e nas atividades logísticas, dado o posicionamento estratégico do concelho no contexto nacional (++)	• A dispersão de parques industriais pelo concelho, caso não seja acompanhada por iniciativas de networking a nível regional/nacional e campanhas ativas de atração de empresas, pode gerar desperdício de recursos e contrariar as potenciais sinergias que uma estratégia de maior concentração empresarial poderia gerar (“clusters”) (---)	• Nada a assinalar

Efeitos significativos	Oportunidades	Riscos	Medidas específicas
• (cont.) Disponibilização de solo para o desenvolvimento de infraestrutura de serviços de apoio às empresas, a nascente do Parque Industrial Manuel Mota, através da criação de uma UOPG específica • Disponibilização de solo para uma área de Atividades Económicas e de Equipamentos da Mata Mourisca, enquadrada no Centro Escolar local, através da criação de uma UOPG específica • Disponibilização de solo para empreendimentos industriais locais no Louriçal, Meirinhas e Vermoil, de acordo com as UOPG's onde se integram • Criação de condições para a requalificação da Zona Industrial da Formiga, na cidade de Pombal, no âmbito de UOPG específica	• (cont.) Criação indireta de postos de trabalho e apoio à iniciativa privada fora da centralidade da cidade de Pombal, com a dispersão geográfica dos pólos industriais e de serviços (+) • Beneficiar das potencialidades latentes da A17 e da linha do Oeste, atualmente subaproveitadas, com o desenvolvimento da Plataforma Logística de Vieirinhos/Silveirinhas (+++) • Beneficiar das acessibilidades privilegiadas das localidades de Louriçal, Meirinhas, Vermoil e Pombal para atrair iniciativa local e externa (++)	• (cont.) O atual momento de mudança estrutural que a estrutura económica nacional atravessa poderá continuar a resultar numa retração do investimento, a médio prazo, pondo em risco a dinamização dos parques industriais (--)	(ver anterior)
Objetivo ambiental relevante: Reforçar a competitividade económica das atividades e fileiras produtivas agroflorestais			
Desenvolvimento rural			
• Indicação de medidas de atuação concretas para a dinamização da atividade agrícola, sua valorização e sustentabilidade • Proposta de um modelo de gestão dos solos agrícolas e valorização dos recursos florestais, considerados prioritários • Criação de uma UOPG na Aldeia do Vale, conhecida como a aldeia mais antiga do concelho, com vista à sua revitalização e à valorização da arquitetura vernácula • Definição e aglomerados rurais e sua diferenciação dos perímetros urbanos em vigor (Nível V)	• A distinção entre espaços de conservação e produção, os primeiros exclusivos para práticas sustentáveis, tem condições para constituir um estímulo muito significativo ao desenvolvimento deste setor de práticas agroflorestais ambientalmente mais sustentáveis (+++) • A intervenção proposta para a Aldeia do Vale pode despoletar um processo de revitalização das aldeias históricas do concelho que traria novos incentivos para o repovoamento e dinamização das freguesias mais rurais de Pombal (+) • Valorização agrícola do vale do rio Arunca	• A fiscalização das áreas agrícolas/florestais de conservação poderá não ser suficiente para evitar a introdução de fertilizantes ou espécies de crescimento rápido que colocarão em causa as explorações ambientalmente sustentáveis que possam existir nas imediações (---)	• O Município deve considerar prioritária a fiscalização das áreas agrícolas de conservação, florestais de conservação e espaços de uso múltiplo agrícola e florestal – Tipo I, de forma a garantir o pleno cumprimento dos artigos que regem estas áreas.

Efeitos significativos	Oportunidades	Riscos	Medidas específicas
	(++)		
<i>Objetivo ambiental relevante: Promover o potencial turístico, nomeadamente o turismo de natureza</i>			
Dinâmica turística			
- São identificados 6 espaços para empreendimentos turísticos (parque de campismo e caravanismo, turismo de natureza, turismo de habitação e turismo em espaço rural) - Os programas operacionais que integram as UOPG's de Abiúl, Pombal e Redinha potenciam a vertente turística destas localidades e o património que integram - Programa de reabilitação da Aldeia do Vale (UOPG)	- Diversificação geográfica da oferta turística do concelho (++) - Enfoque da oferta turística nos produtos de turismo de natureza, com potencial para criar um nicho de mercado na região, associado ao bom ordenamento do território (+++) - A reabilitação das características e atividades produtivas tradicionais da Aldeia do Vale, caso acompanhada por iniciativas que divulguem e dinamizem a aldeia, pode tornar a localidade num pólo de atração turística a nível regional (+)	Sem um esforço concertado do Município com outras organizações locais no sentido de divulgar os produtos turísticos da região, a nível nacional, dificilmente Pombal conseguirá competir com os principais pólos de atração turística da região Centro – Coimbra, Fátima, Óbidos, entre outros (---)	Nada a assinalar

Legenda:

	Elevado(a)	Médio(a)	Baixo(a)
Risco	---	--	-
Oportunidade	+++	++	+

8. Avaliação global

8.1. Introdução

Ao longo do presente capítulo efetua-se um balanço entre os riscos e oportunidades identificados ao longo do capítulo 7 (capítulos 8.2 e 8.3). São referidos os principais riscos e oportunidades associados à situação de referência, na ausência da revisão do PDM, e os associados à situação de revisão do mesmo Plano. No quadro 8.4.1 apresenta-se a Matriz de balanço dos principais Riscos e Oportunidades associados à concretização das propostas constantes na revisão do Plano Diretor Municipal de Pombal, ou à manutenção do PDM em vigor (datado de 1995).

Na presente fase do Relatório Ambiental esta avaliação global tem em já conta os conteúdos dos pareceres emitidos pelas entidades consultadas entre dezembro de 2012 e novembro de 2013.

8.2. Riscos

A análise da situação atual elaborada no decurso da presente avaliação permitiu concluir que a **evolução tendencial da situação de referência sem a aprovação da revisão do PDM** encerra um conjunto de riscos específicos, de entre os quais se destacam os seguintes:

FCD 1:

- Permanência do SIC “Sicó/Alvaiázere” sem uma salvaguarda e desatualização face à legislação em vigor, bem como a instrumentos de gestão territorial aprovados em data posterior à data de aprovação do PDM, colocando em risco a preservação de valores naturais e patrimoniais;
- As alterações climáticas e a previsível subida do nível médio do mar poderão potenciar o avanço da interface água doce/água salgada e afetar a qualidade da água da massa de água subterrânea Leirosa-Monte Real;
- Manutenção da situação de conflito entre as extrações atuais e as áreas de expansão com as classes de espaço que não estão designadas no PDM em vigor como espaços mineiros;
- Risco de destruição do património desconhecido e do já inventariado através de ações não controladas promovidas por particulares ou por projetos isentos de estudos e de medidas da especialidade.

FCD 2:

- Desatualização face à legislação em vigor ao nível das cheias e do ambiente sonoro
- Perda de território decorrente da previsível elevação do nível médio do mar associada às alterações climáticas;
- Manutenção de situações de conflito de usos do solo (p.ex. entre as extrações atuais e as áreas de expansão com as classes de espaço que não estão designadas no PDM em vigor como espaços mineiros; entre os usos presentes e os regimes de REN e de RAN, etc.);
- Ausência de aprovação da estrutura ecológica municipal ao nível do concelho;
- Ausência de articulação entre o Regulamento Geral do Ruído e o Ordenamento do território Municipal;
- Dífícil estruturação do sistema urbano polinucleado com hierarquia e autonomia e dispersão das áreas edificadas.

FCD 3:

- Envelhecimento da população, em particular nas regiões mais rurais como as freguesias sob influência da Serra do Sicó;
- Concentração das necessidades em equipamentos e serviços coletivos na qualificação da oferta dirigida à população idosa em Pombal, difícil de contrariar no atual ciclo recessivo da economia;
- Dispersão das áreas edificadas e incapacidade de gerar polaridades e hierarquias que aumentem a eficiência e qualidade do sistema urbano;
- Fraca competitividade territorial devido à fragmentação e reduzida dimensão do setor industrial e ao não aproveitamento das potencialidades logísticas, associadas à acessibilidade ferroviária do concelho.

Em contraponto, analisando os efeitos da aprovação e concretização das propostas contidas na **revisão do plano** em avaliação, pode concluir-se que este também encerra riscos mas que em geral estes são de significância mais reduzida do que os anteriores, sendo os seguintes (cf. quadro 8.1.1):

FCD 1:

- Continuação do funcionamento ilegal de instalações agropecuárias sem tratamento de efluentes ou com tratamento inadequado, afetando a qualidade da água;
- Afetação da fisiografia como resultado da exploração de recursos geológicos, em particular nas classes de espaço complementar e de potencial reconhecido;
- Potencial afetação do património arqueológico.

FCD 2:

- Afetação pelas cheias de espaços urbanizados coincidentes com ZAC;
- Áreas urbanizáveis residenciais e de atividades económicas coincidentes com áreas de risco elevado e muito elevado do PMDFCI (ver desenho 2a e 2b);
- Dífícil articulação entre a proteção civil e o ordenamento do território devida à ausência da sobreposição, na cartografia, das áreas urbanizadas e urbanizáveis da revisão do PDM e das áreas de risco de incêndio elevado e muito elevado do PMDFCI, bem como dos corredores do PROF-CL;
- Presença de estabelecimentos de atividades económicas (industriais e pecuárias) por legalizar em áreas classificadas com risco de incêndio;
- Exposição de recetores sensíveis em zonas de conflito acústico, até à elaboração e aplicação de Plano Municipal de Redução de Ruído.

FCD 3:

- Atrasos ou paragens no investimento previsto na Carta Educativa;
- Permanência da habitação excedentária e dos casos pontuais de infra- habitação;
- Reduzida viabilidade de transportes públicos em áreas de baixa densidade;
- Elevados custos em energia, na ausência de articulação direta com energias renováveis;
- Dispersão dos parques industriais pelo concelho, contrariando as potenciais sinergias e dinamização resultante da concentração empresarial;
- Dificuldade de associação dos proprietários para concretização de perequação compensatória, requerida nas UOPGs identificadas pela revisão do PDM;
- Dificuldade de fiscalização da introdução de fertilizantes ou espécies de crescimento rápido, colocando em causa as explorações ambientalmente sustentáveis regulamentadas para as áreas de conservação ou uso múltiplo;
- Forte competição, ao nível do turismo, com os principais polos de atração turística da região Centro – Coimbra, Fátima, Óbidos, entre outros.

8.3. Oportunidades

A análise da situação atual, em particular do PDM em vigor e da sua execução, permitiu concluir que a **evolução tendencial na ausência da revisão deste Plano** comporta um conjunto de oportunidades decorrentes do contexto proporcionado pelos instrumentos de gestão territorial em vigor e pelos investimentos previstos para a área do plano, independentes da revisão do PDM. De entre estas destacam-se as seguintes:

FCD 1:

-
- Melhoria nos sistemas de tratamento de águas residuais;
 - Melhoria do estado das massas de água superficiais e subterrâneas;
 - Proteção e melhoria da qualidade e da quantidade das massas de água subterrânea atualmente em estado bom (PGBH da RH4 e RH5);
 - Eventual desenvolvimento de trabalhos paleontológicos;
 - Aumento do número de explorações de recursos geológicos.

FCD 2:

-
- Implementação do PGF da Mata do Urso;
 - Redução dos efeitos negativos das secas com a implementação do PGBH da RH4;
 - Implementação de parte das medidas previstas no PMDFCI;
 - Desenvolvimento dos planos de gestão florestais preconizados no PROF-CL.

FCD 3:

-
- Aumento do número de explorações de recursos geológicos;
 - Consolidação dos setores agrícolas de nicho como os produtos da Serra do Sicó;
 - Implementação parcial da carta educativa;
 - Concretização de Planos de Pormenor já em vigor.

Estas oportunidades, porém, são suplantadas pelas oportunidades trazidas pela **revisão do PDM**, e pelos investimentos a ela associados, nomeadamente:

FCD1:

-
- Concordância legal entre dois instrumentos do ordenamento do território essenciais: o PDM e o Plano sectorial da Rede Natura 2000, e cumprimento das orientações de gestão dessa Rede na área integrada no SIC Sicó/Alvaiázere;

- Salvaguarda dos valores ecológicos mais relevantes do SIC Sicó/Alvaiázere e da Mata Nacional do Urso, aliando-se a conservação de espécies e habitats a sistemas agrícolas sustentáveis.
- Criação de soluções de tratamento de efluentes adequadas nas instalações agropecuárias em funcionamento e em novas instalações, com a consequente redução das cargas afluentes ao meio hídrico superficial com origem agropecuária;
- Contribuição para a proteção do estado da massa de água subterrânea Leirosa-Monte Real (uma das mais pressionadas em termos de extrações) e para a proteção das nascentes (relevando-se as associadas ao aquífero cársico de Sicó-Alvaiázere);
- Resolução de situações de conflito entre o uso do solo e o aproveitamento de recursos geológicos, aproveitamento mais sustentável destes recursos e recuperação ambiental das áreas afetadas por antigas explorações;
- Aumento da proteção, conservação e valorização do património geológico, geomorfológico e paleontológico.

FCD 2:

- Redução dos efeitos negativos decorrentes das cheias nas zonas inundáveis;
- Preservação do efeito barreira do sistema praia duna;
- Minimização da potenciação dos fenómenos de instabilidade de vertentes;
- Salvaguarda de espaços agrícola de produção para interface entre as áreas edificadas e áreas fortemente arborizadas;
- Inclusão no espaço florestal de conservação de faixas de descontinuidade das restantes áreas, de forma a travar os incêndios naturais;
- Definição de zonas de conflito para atuação a nível municipal, no sentido de restabelecer a conformidade legal dos níveis de ruído e assegurar a salvaguarda acústica de recetores sensíveis;
- Dotação do concelho de uma Estrutura Ecológica Municipal (EEM), constituindo um elemento estruturante da rede municipal de espaços de valor ecológico;
- Integração do eixo central dos corredores ecológicos de ordenamento florestal (PROF-CL) na EEM;
- Aumento da coerência e continuidade da rede de espaços com funções ecológicas do território municipal;
- Contenção da oferta de solo urbanizável, incentivando a reocupação de áreas urbanas ou periurbanas já infraestruturadas;
- Contenção da dispersão urbana em solo rural, por via da parcela mínima (2/3ha) para edificação.

FCD 3:

- Melhoria da qualidade de vida da população do concelho de Pombal na sequência do ordenamento do território urbano e da colmatação de lacunas na oferta e subaproveitamento de equipamentos coletivos;
- Consolidação da cidade de Pombal como principal núcleo da estrutura urbana do concelho, com capacidade de contrariar as dinâmicas de desertificação;
- Ajustamento da rede escolar às dinâmicas demográficas do concelho de Pombal, respeitando um plano integrado, ao articular a carta educativa com o PDM;
- Instalação de novas infraestruturas de saneamento e beneficiação das existentes;
- Distinção solo urbano e solo rural e exclusão dos aglomerados rurais (anteriormente perímetros urbanos de nível V) dos perímetros urbanos;
- Adequação dos perímetros urbanos à realidade do território e ao edificado e ao território específico de cada localidade;
- Beneficiação das potencialidades latentes da A17 e da linha do Oeste, atualmente subaproveitadas, com o desenvolvimento da Plataforma Logística de Vieirinhos/Silveirinhas, em particular se potenciado o transporte ferroviário de mercadorias;
- Distinção entre espaços agrícolas e florestais de conservação e produção, definindo os primeiros como espaços exclusivos para práticas ambientalmente sustentáveis;
- Enfoque da oferta turística nos produtos de turismo de natureza, com potencial para criar um nicho de mercado na região, associado ao bom ordenamento do território e à elevada proteção aos valores naturais.

8.4. Balanço entre Riscos e Oportunidades

Como se verificou nos pontos anteriores, a proposta de revisão do Plano Diretor Municipal de Pombal encerra oportunidades mais numerosas e significativas do que os respetivos riscos, podendo afirmar-se, com base neste balanço, que o Plano beneficia o concelho a nível ambiental e social (ver **quadro 8.4.1**). Além disso, parte dos riscos identificados podem e devem ainda vir a ser minorados no decorrer do processo de implementação do plano, tal como sugerido no programa de seguimento proposto.

Por outro lado, alguns riscos previamente detetados foram já eliminados, devido à consideração de algumas recomendações elaboradas durante o processo de AAE, algumas das quais respondendo a solicitações das entidades consultoras. Em particular, a CCDRC emitiu parecer no sentido de reverter todas as medidas de seguimento propostas pela AAE (RA, 2012) para a revisão do PDM, tendo essa recomendação sido seguida para a maioria das medidas propostas.

Os riscos remanescentes, que se destacam pela sua significância dizem respeito a diferentes áreas sectoriais.

No quadro atual de ordenamento do território existe também um risco a considerar, evidenciado na análise do risco de incêndio e sua sobreposição com as áreas urbanizáveis do Plano (vd. **Anexo 1 - Desenho 2a e b**) da existência conflitos de ordenamento do território decorrentes da multiplicidade de planos sectoriais que concorrem para o mesmo território, dificultando a sobreposição de condicionantes e estratégias de desenvolvimento territorial, bem como a necessária concertação de ações de gestão territorial.

Ao nível da qualidade de vida ambicionada para o concelho existe o risco de reduzida capacidade de intervenção nas áreas de baixa densidade, que a fragmentação e extensão das infraestruturas tornam onerosa, podendo não se alcançar a qualificação destas áreas, desejada a par da contenção da dispersão da edificação no território.

Por último, cabe referir os riscos relativos à própria implementação/execução do plano e à incapacidade de concretização de todos os objetivos relevantes enunciados. Note-se que, quando estes objetivos se encontram subordinados a ações externas à esfera de atuação do PDM ou quando a sua concretização depende de ações muito numerosas e não hierarquizadas, ou que implicam financiamento avultado, a sua não concretização torna-se um risco latente.

As oportunidades da revisão do Plano que se afiguram mais relevantes - e que em grande medida compensam os riscos enunciados - incluem, em primeiro lugar a constituição de um quadro atualizado e coerente de ordenamento municipal do território, assente numa caracterização profunda do território e numa estratégia bem definida para o desenvolvimento territorial futuro.

A resolução de situações de conflito de uso do solo e a atualização face à legislação e a instrumentos de gestão territorial em vigor constituem também oportunidades positivas desta revisão, pois vêm contribuir para uma maior proteção dos recursos naturais e dos valores ambientais e patrimoniais do concelho. Contudo, ao nível da proteção dos valores patrimoniais, em particular arqueológicos, preveem-se ainda medidas adicionais.

Em particular é de grande oportunidade o aumento da coerência e continuidade da rede de espaços com funções ecológicas do território municipal trazido pela Estrutura Ecológica Municipal. Da mesma forma, respeitando diretrizes de ordenamento regional, a promoção da reocupação de áreas urbanas ou periurbanas já infraestruturadas (densificação), visando reforçar o sistema urbano regional polinucleado é também pertinente perante a conjuntura e os consensos técnicos sobre esta matéria.

Assim, considera-se que com base na classificação do solo será possível melhorar a qualidade de vida da população do concelho de Pombal e, em particular colmatar lacunas na oferta de equipamentos coletivos, de áreas económicas e de áreas rurais qualificadas (aglomerados rurais, desenvolvimento do setor agroflorestal assente em práticas de elevada sustentabilidade).

Finalmente cabe destacar a oportunidade que a revisão do Plano cria de o concelho desenvolver um **marketing territorial assente no próprio ordenamento do território**, dando visibilidade à concretização dos benefícios obtidos com a revisão do PDM, que ao nível da competitividade territorial (por via da atratividade de atividades económicas dinâmicas e rentáveis), quer ao nível da qualidade de vida (por via da regulação das transformações indevidas do território e da contenção da dispersão da edificação, da preservação do suporte biofísico e da promoção de infraestruturas).

Quadro 8.4.1 – Síntese dos principais riscos e oportunidades, com e sem a revisão do PDM

FCD	Riscos			Oportunidades	
	Descrição	PDM 1995	Revisão do PDM	PDM 1995	Descrição
1	Desatualização face à legislação				Atualização face à legislação
	Degradação de valores ambientais				Proteção de valores ambientais
	Degradação de valores patrimoniais				Proteção de valores patrimoniais
2	Desatualização face à legislação				Atualização face à legislação
	Vulnerabilidade aos riscos ambientais				Resiliência aos riscos ambientais
	Conflitos de Usos do Solo				Articulação de Usos do Solo e clarificação de condicionantes
	Conflitos de Ordenamento do território multi sectorial				Quadro integrado de ordenamento do território
3	Desatualização face aos atuais desafios territoriais				Marketing territorial assente no ordenamento do território
	Implementação parcial dos Planos Diretores em vigor				Legitimação do ordenamento do território como benefício para a competitividade e qualidade de vida
	Concretização parcial de UOPGs				
Legenda:		Elevado(a)	Reduzido(a)		
Risco					
Oportunidade					

9. Programa de seguimento

Na sequência da avaliação realizada e tendo como ponto de apoio a Matriz de Riscos e Oportunidades apresentada no **capítulo 8** apresentam-se seguidamente (**capítulo 9.1**) as medidas concretas que visam assegurar a integração das questões ambientais e de desenvolvimento sustentável no processo de elaboração e implementação do plano, com o duplo objetivo de gerir/minimizar os prováveis efeitos adversos ou riscos associados e, simultaneamente, potenciar as oportunidades de desenvolvimento sustentável que o plano encerra.

Algumas das medidas apresentadas permitem reduzir ou anular os riscos identificados no capítulo anterior, caso se proceda ao seu desenvolvimento/implementação. As medidas são apresentadas por fator crítico de decisão e por critério de avaliação e deverão ser tidas em conta no ajuste da proposta de revisão de Plano ou já na fase da sua implementação.

É ainda definido um sistema de indicadores, apresentado no **capítulo 9.2**, visando a futura monitorização do plano. Alguns destes indicadores são coincidentes com os indicadores de caracterização, utilizados anteriormente na presente AAE, contudo, dada a finalidade específica dos indicadores de seguimento, vocacionados para a avaliação de efeitos do plano, nem sempre se verifica essa correspondência. Por esta mesma razão, alguns dos indicadores de seguimento propostos pelas entidades participantes na consulta do Relatório Ambiental, foram apenas utilizados em fase de caracterização ou como questões específicas da avaliação, onde encontram maior adequação.

9.1. Medidas recomendadas

9.1.1. Proteção e valorização de recursos naturais e patrimoniais (FCD 1)

- Definição em regulamento da atribuição exclusivamente a Arqueólogos de todas as ações que impliquem avaliação do património arqueológico.
- Desenvolvimento de ações de sensibilização para a necessidade de proteção dos recursos hídricos subterrâneos no decurso das práticas agrícolas nas áreas de espaço agrícola de produção que coincidam com áreas de máxima infiltração delimitadas sobre as massas de água subterrânea Sicó-Alvaiázere e Leirosa-Monte Real;
- Integração do património geológico, geomorfológico e paleontológico do concelho num sistema de informação e educação ambiental;

9.1.2. Vulnerabilidades ambientais e ordenamento do território (FCD 2)

- Representação das áreas urbanizáveis em versão complementar da Carta de Riscos;
- Monitorização da área impermeabilizada da bacia hidrográfica a montante da zona de inundação da cidade de Pombal e verificação do cumprimento dos limites de impermeabilização permitidos em regulamento para diferentes classes de espaço;
- Acompanhamento da evolução da linha de costa no troço Norte do concelho;
- Acompanhamento das condições de estabilidade do edificado urbano existente;
- Articulação com as entidades gestoras das fontes de ruído no sentido de aprovar um Plano Municipal de Redução do Ruído com o faseamento das medidas destinadas a reduzir gradualmente a população exposta a ruído superior aos valores legalmente estabelecidos;
- Na aplicação do Plano Municipal de Redução do Ruído, dar prioridade à atuação em zonas Sensíveis ou Mistas expostas a ruído ambiente exterior que exceda em mais de 5 dB(A) os valores limite (fixados no artigo 11.º do RGR) e onde se verifique o maior número de pessoas expostas;
- Monitorização e acompanhamento de situações de instabilidade de vertentes;
- Verificação da implementação das medidas do PMDFCI referentes aos usos do solo;

- Elaboração de manual sobre os regimes definidos para cada categoria de espaço abrangida pela EEM, visando o seu reconhecimento pelo público e a garantia da sua transposição para as decisões de gestão urbanística corrente;
- Delimitação da ERPVA e corredores PROFCL na cartografia da EEM;
- Produção de documento de síntese ou de ferramenta interativa ilustrativa do ordenamento incidente no território municipal, em particular da EEM.
- Implementação de sistema de balanço de emissões municipais de CO₂, visando premiar as iniciativas de manutenção da floresta e prevenção de incêndios florestais, e penalizar os casos de negligência, quer junto dos particulares quer do município. Este sistema deverá ser articulado com iniciativa idêntica na área da mobilidade de baixa emissão e transportes públicos (vd. FCD₃);

9.1.3. Competitividade territorial e qualidade de vida (FCD 3)

- Identificar espaços específicos para a instalação de vazadouros de entulhos;
- Revisão do programa de execução/implementação da revisão do Plano selecionando ações pouco numerosas de elevada prioridade para a implementação do plano a curto/médio prazo;
- Faseamento da Carta Educativa, com vista à identificação de projetos prioritários e à minimização de perturbações na comunidade escolar no período de transição;
- Adaptar os IGT de nível inferior (PU e PP) à evolução da população residente;
- Implementação de sistema de balanço de emissões de CO₂, visando premiar as estratégias de acessibilidade com reduzidas emissões com efeito de estufa (mobilidade suave, transporte público) e penalizar as formas de mobilidade de elevadas emissões. Este sistema deverá ser articulado com iniciativa idêntica na área da prevenção dos incêndios florestais (vd. FCD₂);
- Assegurar, em articulação com as autoridades competentes, o cumprimento do regulamento do PDM, em particular relativamente às práticas de agricultura e gestão da floresta sustentáveis, quer no âmbito do licenciamento das atividades agrícolas e florestais, quer promovendo ações de fiscalização;
- Colaboração da equipe redatora da revisão do PDM no esforço concertado do Município com outras organizações locais no sentido de divulgar e publicitar os o turismo da natureza assente na floresta e áreas ecológicas protegidas e de interesse turístico, bem como o próprio ordenamento do território (marketing territorial).

9.2. Sistema de Indicadores

Tendo em vista uma adequada monitorização dos efeitos decorrentes da implementação do plano em termos de desenvolvimento territorial, propõe-se o apuramento dos indicadores de acompanhamento indicados no quadro seguinte. A responsabilidade pela compilação e publicação destes indicadores será da Câmara Municipal.

Quadro 9.2.1 – Indicadores de seguimento do Plano

Indicadores	Unidade	Fontes	Medição	Meta
FCD I - Proteção e valorização de recursos naturais e patrimoniais				
Área ocupada por habitats naturais e seminaturais constantes do anexo B-I do Decreto-Lei n.º49/2005 inseridos na área do concelho abrangida pelo SIC Sicó/Alvaiázere.	ha	ICNF	Bianual	Manutenção ou aumento da área em 10% no prazo de 10 anos
Área ocupada por habitats naturais e seminaturais constantes do anexo B-I do Decreto-Lei n.º49/2005 inseridos na área do concelho abrangida pela Mata Nacional do Urso	ha	ICNF	Bianual	Manutenção ou aumento da área em 10% no prazo de 10 anos
Património natural classificado de interesse público e referenciado	Nº	Câmara Municipal de Pombal	5 anos	Manutenção do nº de árvores classificadas ou referenciadas
Qualidade da água da zona balnear Osso da Baleia	Classes má, aceitável, boa e excelente	APA	Anual	Excelente
Consumo de água por habitante	l/hab/dia	Câmara Municipal de Pombal	5/5 anos	≤ 170 l/hab/dia
Estudos hidrogeológicos patrocinados pelo município	Nº e objetivo do estudo	Câmara Municipal de Pombal	Anual	Até 2023 contribuir para o desenvolvimento de pelo menos um estudo sobre as massas de água subterrânea mais pressionadas
Ações de sensibilização sobre a influência das atividades humanas na degradação da qualidade e na afetação da quantidade de água subterrânea disponível	Nº	Câmara Municipal de Pombal	Anual	Até 2023 desenvolver pelo menos duas ações

Indicadores	Unidade	Fontes	Medição	Meta
FCD I - Proteção e valorização de recursos naturais e patrimoniais				
Área de exploração de recursos geológicos; e Área de recuperação ambiental de antigas explorações de recursos geológicos	m ²	Concessionários de explorações de recursos geológicos	Anual	Até 2023 construir e atualizar em permanência uma base de dados com um inventário das características das explorações de recursos geológicos no concelho, incluindo a recuperação de áreas de extração
Definição formal de geossítios	Nº e locais	Câmara Municipal de Pombal	Anual	Até 2020 estabelecimento formal dos geossítios do concelho, incluindo estratégias de proteção, conservação e valorização
Ações de educação ambiental	Nº e locais	Câmara Municipal de Pombal	Anual	Até 2023 desenvolver pelo menos uma ação anual de educação ambiental que inclua o património geológico e geomorfológico do concelho
Estudos de investigação patrocinados pelo município	Nº e locais	Câmara Municipal de Pombal	Anual	Até 2023 contribuir para o desenvolvimento de pelo menos dois estudos de investigação sobre o património paleontológico do concelho
FCD 2- Vulnerabilidades ambientais e ordenamento do território				
Intervenções associadas à prevenção e minimização dos riscos de cheia e salvaguarda do domínio hídrico	Nº, tipo de intervenções e área (m ²)	Câmara Municipal de Pombal	5/5 anos	Até 2018 efetuar pelo menos 5 intervenções
Área impermeabilizada da bacia hidrográfica, situada a montante da zona onde se verifica inundação	m ²	Câmara Municipal de Pombal	5/5 anos	Atuação prioritária nestas zonas, ao nível da prevenção e minimização dos riscos de cheia (indicador anterior)
População elementos expostos a risco de cheia na cidade de Pombal	(hab) (ha)	Câmara Municipal de Pombal	5/5 anos	Diminuição do número de habitantes e/ou do número de elementos expostos a risco de cheia
Edifícios a necessitar de intervenções destinadas à melhoria da sua estabilidade e à minimização dos efeitos de um evento sísmico	Nº	Câmara Municipal de Pombal	Anual	Até 2018 inventariar áreas críticas e proposta de intervenções necessárias à minimização do risco
Movimentos de massa de vertente e ao colapso de cavidades	Nº e área afetada (m ²)	Câmara Municipal de Pombal	Anual	Até 2018 implementar um programa de monitorização Até 2023 atualizar em permanência o inventário das características evolutivas dos locais de maior suscetibilidade e dos episódios de instabilidade de vertentes e de colapso de cavidades

Indicadores	Unidade	Fontes	Medição	Meta
FCD 2- Vulnerabilidades ambientais e ordenamento do território				
Intervenções destinadas ao tratamento de situações de instabilidade	Nº, tipo de intervenções e área intervencionada (m²)	Câmara Municipal de Pombal	Anual	Até 2023 efetuar as necessárias intervenções de estabilização em áreas críticas de instabilidade que possam colocar em causa a segurança de pessoas e bens
Implementação de programa de monitorização para acompanhamento do recuo da linha de costa no limite Norte do concelho	M/ano	Câmara Municipal de Pombal	Bienal	Até 2023 realizar o acompanhamento da evolução de 5 perfis de praia ao longo da linha de costa
Áreas ardidas	Ha/Ano	CMP	Anual	< 30
Áreas ardidas em EEM	Ha/Ano	CMP	Anual	0% nos anos seguintes à aprovação da revisão do plano
Áreas ardidas reabilitadas	Ha/Ano	CMP	Anual	> 50
População exposta a um excesso de ruído superior a 5 dB para o Lden e para o Ln	%	CMP	3/3 anos	0% em data a definir pelo Município
Superfície impermeabilizada na área fundamental da EEM	%	CMP	5/5 anos	< 20 no ano 2018
Preenchimento médio de perímetros urbanos (área ocupada)	%	CMP	5/5 anos	> 75 no ano 2018
Consolidação média dos aglomerados rurais (área ocupada)	%	CMP	5/5 anos	> 60 no ano 2018
Reocupação de edifícios devolutos em todo o concelho	%	CMP	5/5 anos	>50 no ano 2018
Balanço entre as emissões de CO2 de sequestro florestal (-)/ emissões de incêndios (+) e da mobilidade (+)	Coeficiente numérico	CMP , APA	Anual	> 1 nos anos seguintes à aprovação da revisão do plano
FCD 3 - Competitividade territorial e qualidade de vida				
Alojamentos servidos por sistema público de abastecimento de água	%	CMP	Anual	> 98% no ano de 2018
Resultados de análises à água tratada em conformidade com a legislação	%	CMP	Anual	≥ 99%
Água captada efetivamente utilizada e não perdida	%	CMP	Anual	≥ 80% no ano de 2018; 85% em 2020
Água captada de captações com perímetros de proteção ou albufeiras de águas públicas com plano de ordenamento definido	%	CMP	Anual	≥ 95% no ano de 2018

Indicadores	Unidade	Fontes	Medição	Meta
FCD 3 - Competitividade territorial e qualidade de vida				
Alojamentos servidos por sistema público de saneamento de águas residuais	%	CMP	Anual	≥ 90% no ano 2018 (com variação entre 70-100%)
População equivalente servida por sistema público de saneamento de águas residuais que assegura o cumprimento da legislação em termos de descargas de acordo com a respetiva licença	%	CMP	Anual	≥ 80% no ano 2018
Reutilização de águas residuais tratadas	%	CMP	Anual	≥ 10% até 2018
Águas pluviais e de infiltração afluentes aos sistemas de drenagem	%	CMP	Anual	≤ 20%
Taxa de concretização do programa de reordenamento do parque escolar (Carta Educativa)	%	CMP	5/5 anos	Em 2018 > 50%
Taxa de alojamentos excedentários	%	CMP, INE	5/5 anos	Em 2018 < 5%
Taxa de utilizadores dos transportes públicos nos movimentos pendulares	%	TRANSDEV POMBUS CP	Bianual	Em 2015 > 20% Em 2017 > 25%
Taxa de utilizadores de modos suaves nos movimentos pendulares	%	CMP, INE	Bianual	Em 2015 > 25% Em 2017 > 30%
Crescimento do PIB agroflorestal	%	INE	5/5 anos	2013-2018 > 1995-2000
Crescimento do PIB industrial	%	INE	5/5 anos	2013-2018 = 1995-2000
Crescimento do PIB turismo	%	INE	5/5 anos	2013-2018 > 1995-2000
Camas de estabelecimentos hoteleiros / 1.000 hab.	%	INE	5/5 anos	Em 2018 > 10%

Esta página foi deixada propositadamente em branco

10. Considerações Finais

Na elaboração dos primeiros planos diretores municipais, desenvolvidos na década de 90, foi sobretudo a regulação da **conversão do solo rural em solo urbano** dentro de determinados perímetros ou ao longo de determinadas infraestruturas que motivou a classificação do solo.

Em geral, esta conversão do solo (que ocorreu de forma regulada ou desregulada) assentou num investimento dominante nas atividades urbanas, negligenciando, em geral, o valor e o potencial do solo rural, bem como dos valores ecológicos do território. Estes planos de “primeira geração”, entre os quais se encontra o PDM de Pombal em vigor, datado de 1995, apresentaram, assim, fortes admissibilidades construtivas, em parte justificadas pela redução da dimensão média das famílias, causando uma desvinculação entre o crescimento populacional e o crescimento da área construída, tendência que importa contrariar.

Simultaneamente, os *perímetros urbanos*, dissociaram-se da infraestrutura e das redes existentes, inviabilizando o desempenho do papel estruturante do espaço público, reduzindo a eficiência do território **e aumentando os riscos e custos ambientais da urbanização**.

Este tipo de planeamento, focalizado no crescimento urbano, não pode responder às transformações sócio económicas que ocorrem a médio e a longo prazo, razão pela qual a sua revisão se reveste atualmente de grande importância para os municípios e para a concretização das suas estratégias de desenvolvimento territorial.

Hoje privilegia-se um planeamento de base estratégica adequado a intervalos de tempo longos e que permita o retorno de informação e a adaptação contínua das propostas (Portas, 2005). Privilegia-se também um planeamento que dê o devido valor ao espaço coletivo como espaço físico ordenador. Assim, nos planos de “segunda geração” a salvaguarda dos recursos ambientais são temas que surgem com destaque, através de instrumentos como a estrutura ecológica municipal (EEM), reconhecendo o carácter estruturante de determinados espaços do território municipal.

A atual revisão do PDM de Pombal reconhece este desígnio e responde adequadamente.

Os desígnios ambientais do ordenamento municipal do território no concelho de Pombal refletem-se, assim, em três principais áreas: **proteção de recursos, prevenção de riscos e distinção da qualidade de vida e competitividade do território**.

Estas áreas correspondem aos fatores críticos de decisão analisados ao longo da presente avaliação da revisão do Plano Diretor Municipal de Pombal. Com esta análise concluiu-se que estes desígnios ambientais são complementares e devem ser considerados conjuntamente, quer no próprio Plano Diretor Municipal, quer nas políticas municipais que o acompanham e que são fundamentais à concretização dos amplos objetivos do Plano.

Tal como previsto na Lei de Bases do Ordenamento do Território, o Plano Diretor Municipal é atualmente um instrumento de classificação de solo que possui uma dimensão estratégica. Esta dimensão, tradicionalmente ausente nos planos diretores de primeira geração, está bem presente na revisão do Plano Diretor Municipal de Pombal que elege quatro objetivos centrais, designadamente: *“tornar Pombal um concelho atrativo e competitivo a nível empresarial e logístico; assumir Pombal como um destino do turismo de natureza; valorizar de forma integrada os recursos naturais; e, melhorar a qualidade de vida da população”*.

Contudo uma vez que o planeamento estratégico se vincula a objetivos e à avaliação dos meios para os alcançar, torna-se necessário verificar se à dimensão estratégica da revisão do Plano Diretor correspondem propostas viáveis e eficazes para a concretização dos objetivos estipulados, fim último da presente avaliação ambiental estratégica.

No domínio da **proteção de recursos**, no âmbito da presente avaliação, considera-se, que os objetivos definidos são alcançáveis com as propostas da revisão do Plano, uma vez que a proteção e valorização das áreas com interesse para a conservação da natureza são, por exemplo, potenciadas pela integração, na proposta de revisão do PDM, da área classificada no Plano sectorial da Rede Natura 2000 “SIC Sicó/Alvaiázere” e da sua classificação em categorias de solo que permitem dar cumprimento às orientações de gestão da Rede Natura 2000. Outras áreas ecologicamente relevantes, como a Mata Nacional do Urso e as linhas de água foram integradas na Estrutura Ecológica Municipal (EEM) proposta, o que contribui para a proteção dos habitats e das espécies que lhes estão associadas.

No que respeita à proteção dos recursos hídricos, a proposta de revisão do plano consubstancia um conjunto de disposições que contribuem de forma significativa para este objetivo ambiental.

A prevenção do risco de poluição das águas superficiais (nomeadamente por fontes de poluição de origem doméstica, pela exploração de recursos minerais e por instalações agropecuárias e industriais) e a minimização da artificialização das linhas de água e das alterações ao escoamento natural constituem preocupações transpostas para o regulamento, que contempla ainda disposições dirigidas à promoção de uma gestão mais eficiente dos recursos hídricos, nomeadamente em empreendimentos turísticos.

Ao nível dos recursos hídricos subterrâneos, destacam-se os efeitos positivos decorrentes do incremento das áreas de máxima infiltração e das condicionantes estabelecidas com vista à proteção do aquífero da Mata do Urso e das captações de água subterrânea destinadas ao abastecimento público e das nascentes.

O plano contribui também de forma significativa para a conservação dos valores geológicos e geomorfológicos e para utilização ambientalmente sustentável destes recursos, relevando-se o seu papel na resolução de situações de conflito de uso e na recuperação ambiental de espaços de exploração de recursos geológicos abandonados. Ao nível da geologia, tecem-se algumas recomendações no âmbito do presente relatório com vista ao acompanhamento e monitorização de áreas de suscetibilidade específica.

No que se refere à conservação do património arqueológico e arquitetónico, a proposta de revisão do PDM de Pombal apresenta uma perspetiva integrada a nível patrimonial e territorial, indo ao encontro do quadro legal vigente a nível nacional e regional.

Já no âmbito da **prevenção de riscos ambientais**, os objetivos definidos são alcançáveis com as propostas da revisão do Plano, mas estes poderiam ser garantidos com maior eficácia se fosse desenvolvida uma articulação mais profunda entre o planeamento sectorial relativo ao risco de incêndio, em particular no referente ao PMDFCI, e a definição de solo urbano e urbanizável.

A mesma necessidade de articulação intersectorial surge no que respeita às cheias, uma vez que, embora a proposta de revisão do PDM contribua para a redução dos efeitos negativos decorrentes das cheias, em particular, através das condicionantes estabelecidas no que respeita à ocupação de zonas inundáveis, verifica-se a exclusão de áreas de REN em ZAC (com a posterior classificação em espaço urbanizável). Considera-se, portanto, que as condicionantes estabelecidas para as zonas inundáveis e áreas ameaçadas por cheias devem ser escrupulosamente fiscalizadas e cumpridas.

A proposta de plano contribui também para minimizar os riscos decorrentes de fenómenos sísmicos, de instabilidade de vertentes e de colapso de cavidades em áreas pontuais (Serra do Sicó).

Ao nível do ruído, procede-se à atualização do PDM com o Regulamento Geral do Ruído, com a definição do zonamento acústico do concelho e delimitação de zonas de conflito, devidamente regulamentadas no que se refere à necessidade de elaboração e aplicação de um Plano Municipal de Redução de Ruído.

No que respeita às **condicionantes de ordenamento incidentes no território**, incluindo a recente estrutura ecológica municipal, considera-se que a revisão do PDM qualifica em grande medida o concelho e disponibiliza um suporte essencial a um desenvolvimento territorial coerente.

Finalmente, no que se refere à **distinção positiva do território em termos de qualidade de vida e competitividade**, considera-se que esta se deve alicerçar não só no desenvolvimento urbano e industrial, mas também no desenvolvimento rural, complementando investimentos que aparentam rentabilidade a curto prazo (como por exemplo a atividade logística) mas que estão dependentes de fluxos externos ao território municipal, com investimentos endógenos na fileira agroflorestal que sirvam também o abastecimento local e regional em matérias-primas e alimentos.

Assim, no sentido de dotar o território de mais-valias duradouras e de distinção ambiental do concelho, considera-se que a vulnerabilidade aos incêndios e a valorização das fileiras agroflorestais deverão ser assumidas como temas centrais do desenvolvimento territorial futuro, liderando a tomada de decisões de ordenamento, quer urbano, quer rural e baseando o marketing territorial local nas mais-valias ambientais.

Para esse fim recomenda-se vivamente a articulação, ao longo de seguimento da revisão do Plano e sua implementação, das políticas de prevenção de incêndios florestais (em particular de manutenção da floresta) com políticas de mobilidade sustentável, (ausentes na revisão do Plano) podendo, para esse fim, utilizar-se o balanço de emissões de carbono (CO₂) (TORRES, M; PINHO, P. 2011), monitorizando de forma objetiva e contínua o contributo do território municipal para a mitigação das alterações climáticas globais.

Não obstante a relevância do setor agroflorestal e do desenvolvimento rural para o território em análise, devem destacar-se meritoriamente os programas de intervenção em espaço urbano e urbanizável, propostos para as UOPG's identificadas, uma vez que estes revelam conhecimento da diversidade socioeconómica do concelho e são coerentes com os objetivos propostos de melhoria da qualidade de vida das populações.

A recomendação para o desenvolvimento de planos de faseamento, referida nas medidas de seguimento do plano no que se refere à competitividade territorial e qualidade de vida, resulta da constatação de que as intervenções previstas, quer nível de UOPGs quer a nível da carta educativa, correspondem a investimentos muito avultados, requerendo uma gestão própria e uma priorização de ações para garantir que as iniciativas de maior urgência se concretizem, e que os eventuais impactos negativos decorrentes da interrupção dos programas sejam mitigados.

Esta recomendação vai de encontro à sugestão de revisão do Programa de Execução do Plano, elaborado pelo município, no sentido de selecionar e hierarquizar as ações prioritárias, devendo estas ser pouco numerosas e de elevada viabilidade.

No cômputo geral a proposta de revisão do Plano Diretor Municipal de Pombal encerra oportunidades mais numerosas e significativas do que riscos, considerando-se que beneficia o concelho a nível ambiental e social.

É, contudo, recomendada a tomada de medidas específicas, no sentido de promover ações subsequentes, complementares à esfera de atuação do planeamento urbano que é, por excelência, a classificação do solo e a definição e monitorização dos seus usos.

Algumas das medidas referidas na presente AAE foram já acuteladas durante a elaboração do plano, após a produção da primeira versão do Relatório Ambiental, porém, outras dessas medidas deverão ainda ser consideradas na fase de seguimento da implementação do PDM revisto.

Esta página foi deixada propositadamente em branco

II. Referências bibliográficas

AFN (2011). *Cartografia Nacional de Áreas Ardidas 1990/2009*. Disponível em: <http://www.afn.min-agricultura.pt/portal/dudf/cartografia/cartograf-areas-ardidas1990-2009>. Consultado em outubro de 2011.

ALARCÃO, JORGE DE (1988). *Roman Portugal*. vol 1-2. fasc3. Aris & Warminster

APA (2010). Nota técnica - *Articulação do Regulamento Geral do Ruído com os Planos Diretores Municipais*.

BANA E COSTA, C. A. (1993). “Processo de apoio à decisão: Problemáticas, atores e ações” in *Ambiente: Fundamentalismos e Pragmatismos (Seminário Pedro Nunes)*. Convento da Arrábida. Azeitão.

BRANCO, G. (2009). *O Património arqueológico no contexto da avaliação ambiental estratégica. Praxis archeologica* 4. Associação dos Arqueólogos Portugueses. P.93-109

CAETANO, M.; V. NUNES; A. NUNES (2009). *CORINE Land Cover 2006 for Continental Portugal. Relatório técnico*. Instituto Geográfico Português.

CÂMARA MUNICIPAL DE POMBAL (2007). *Carta Educativa de Pombal – 2.º Volume – Proposta de Reordenamento da Rede Educativa do Município de Pombal*.

CÂMARA MUNICIPAL DE POMBAL (2009). *Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios – Município de Pombal*. Gabinete Técnico Florestal de Pombal.

CÂMARA MUNICIPAL DE POMBAL (2011a). *Revisão do Plano Diretor Municipal de Pombal. Estudos de Caracterização. Volume I- Enquadramento*. Rev.01. dezembro de 2011. Gabinete de Planeamento Urbanístico.

CÂMARA MUNICIPAL DE POMBAL (2011b). *Revisão do Plano Diretor Municipal de Pombal. Diagnóstico, Objetivos e Estratégia de Desenvolvimento*. Rev.00. outubro 2011. Gabinete de Planeamento Urbanístico.

CÂMARA MUNICIPAL DE POMBAL (2011c). *Revisão do Plano Diretor Municipal de Pombal. Relatório de Avaliação da Execução do PDM95*. Rev.00. outubro 2011. Gabinete de Planeamento Urbanístico.

CÂMARA MUNICIPAL DE POMBAL (2012). *Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil de Pombal*. Proteção Civil de Pombal. novembro 2012.

CÂMARA MUNICIPAL DE POMBAL, (2013a). *Relatório da Revisão do Plano Diretor Municipal de Pombal*. Rev.02. Gabinete de Planeamento Urbanístico. julho 2013

CÂMARA MUNICIPAL DE POMBAL, (2013b). *Regulamento do Plano Diretor Municipal*. Rev.02. Gabinete de Planeamento Urbanístico. novembro 2013

CÂMARA MUNICIPAL DE POMBAL (2013C). *Cartografia de Condicionantes e de Ordenamento da Revisão do Plano Diretor Municipal de Pombal*. Rev 01. Gabinete de Planeamento Urbanístico. (Fornecida também em SIG, em julho de 2013)

CÂMARA MUNICIPAL DE POMBAL, (2014a). *Relatório da Revisão do Plano Diretor Municipal de Pombal*. Rev.03. Gabinete de Planeamento Urbanístico. Fevereiro 2014

CÂMARA MUNICIPAL DE POMBAL, (2014b). *Regulamento do Plano Diretor Municipal*. Rev.03. Gabinete de Planeamento Urbanístico. Fevereiro 2014

CÂMARA MUNICIPAL DE POMBAL (2014C). *Cartografia de Condicionantes e de Ordenamento da Revisão do Plano Diretor Municipal de Pombal*. Rev 03. Gabinete de Planeamento Urbanístico.

CÂMARA MUNICIPAL DE POMBAL, (2014d). *1ª Revisão do Plano Diretor Municipal. Relatório de Ponderação da Discussão Pública*. Gabinete de Planeamento Urbanístico. Fevereiro 2014

CARDOSO, J. L. (1995). As mais antigas presenças humanas na Estremadura. in *Atas dos 1.ºs Cursos Internacionais de verão: Portugal e o mundo: do passado ao presente*. Câmara Municipal da Cascais. p. 85-117.

CCDR-CENTRO (2007). *Programa Operacional do Centro 2007-2013*. setembro 2007. Disponível em: http://www.maiscentro.qren.pt/private/admin/ficheiros/uploads/1_po%20centro.pdf

CCDR-CENTRO (2011). *Plano Regional de Ordenamento do Território do Centro. maio de 2011*. Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro. Coimbra.

CONSÓRCIO AQUAPLAN CENTRO (2012). *Plano de Gestão das Bacias Hidrográficas dos Rios Vouga, Mondego e Lis Integradas na Região Hidrográfica 4*. Parte 2- Caracterização Geral e Diagnóstico. junho de 2012.

DGOTDU (2008). *Guia de Avaliação Ambiental da Avaliação Ambiental dos Planos Municipais de Ordenamento do Território*, Documentos de Orientação, n.º 01/2008, Direção-Geral do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Urbano.

DGRF (s.d.). *Mapa de perigosidade de incêndio florestal. Cartografia de Risco*. Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas. Direção-Geral dos Recursos Florestais. Defesa da Floresta contra incêndios. Disponível em: <http://www.afn.min-agricultura.pt/portal/dudf/cartografia/cartografia-de-risco-mapa-de-perigosidade-de>. Consultado em outubro de 2011.

DRAPC (s.d.) *Programa de Desenvolvimento Rural da Região Centro*. Disponível em: http://www.drapc.min-agricultura.pt/base/documentos/enquadramento_estrategico.pdf

DRFC (2010). *Plano de Gestão Florestal da Mata Nacional do Urso e Mata Nacional do Pedrógão*. dezembro de 2010. Ministério da Agricultura do Desenvolvimento Rural e das Pescas. Autoridade Florestal Nacional. Direção Regional de Florestas do Centro. Unidade de Gestão Florestal do Centro Litoral. Marinha Grande.

ERSAR (2012). *Relatório Anual dos Serviços de Águas e Resíduos em Portugal. Volume 4- Controlo da qualidade da água para consumo humano*. outubro de 2012.

ESTG, INSTITUTO POLITÉCNICO DE LEIRIA (2007). Mapas de Ruído – Escala Municipal. Associação de Municípios da Alta Estremadura – Concelho de Pombal. Relatório Não Técnico. novembro de 2007.

GRDP (2006). *Handbook on Strategic Environmental Assessment (SEA) for Cohesion Policy 2007-2013*. Greening Regional Development Programmes Network. Exeter – Reino Unido. (em: <http://www.grdp.org/>).

ICN (2006). *Plano sectorial da Rede Natura 2000. Cartografia de valores naturais - Sítios*. Publicação Eletrónica: http://www.icn.pt/psrn2000/cartog_valores_naturais_sitios.htm.

IEFP (2011). *Desemprego Registado por Concelho – Estatísticas Mensais*. novembro e dezembro de 2011. (em: <http://www.iefp.pt>).

IEFP (2012). *Desemprego Registado por Concelho – Estatísticas Mensais*. janeiro 2012 (em: <http://www.iefp.pt>).

IM (2000) *Carta de Intensidades Máximas Históricas do Instituto de Meteorologia*. Instituto de Meteorologia. Lisboa.

INE (2001). *Recenseamentos Gerais da População e Habitação 2011* (em: <http://www.ine.pt>). Consultado em fevereiro de 2012.

INE (2004). *Projeções de População Residente – Portugal e NUTS II – 2000-2050* (em: <http://www.ine.pt>). Consultado em fevereiro de 2012.

INE (2005). *Projeções de População Residente – Portugal e NUTS III – 2000-2050* (em: <http://www.ine.pt>). Consultado em fevereiro de 2012.

INE (2011a). *Recenseamentos Gerais da População e Habitação 2011 – Resultados Provisórios*. dezembro (em: <http://www.ine.pt>). Consultado em fevereiro de 2012.

INE (2011b). *Recenseamento Agrícola 2009 – Dados Definitivos* (em: http://rao9.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ra_home). Consultado em fevereiro de 2012.

INE (2011c). *Anuário Estatístico da Região Centro 2010*. (em: <http://www.ine.pt>). Consultado em fevereiro de 2012.

INSAAR – INAG (2011). *Relatório do Estado do Abastecimento de Água e da Drenagem e Tratamento de Águas Residuais-Sistemas Públicos Urbanos. INSAAR 2010 (dados de 2009). julho de 2011*.

LNec (2008). *Avaliação Ambiental Estratégica do “Estudo para Análise Técnica Comparada das Alternativas de Localização do Novo Aeroporto de Lisboa na Zona da Ota e na Zona do Campo de Tiro de Alcochete”*. Laboratório Nacional de Engenharia Civil – Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações. Lisboa.

MANUPPELLA, G; ZBYSEWSKI, G. (1978). *Carta geológica à escala 1:50 000 e notícia explicativa da folha 23-A (Pombal)* - Serviços geológicos de Portugal. Lisboa.

MAOTDR (2007) *Estratégia Nacional para os Efluentes Agropecuários e Agroindustriais (ENEAPAI 2007-2013)*. 1ª Edição. Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional. em: <http://portaldagua.inag.pt/PT/InfoTecnica/PGA/PNPlaneamento/ENEAPAI/Documents/ENEAPAI.pdf>

PARTIDÁRIO, M.R. (2007). *Guia de Boas Práticas para Avaliação Ambiental Estratégica – Orientações metodológicas*. Agência Portuguesa do Ambiente – Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional. Amadora.

SILVA, E.P.; LEONARDO, T. E PEREIRA, S. (2008). *Orientações para a Avaliação Ambiental de Planos e Programas em termos de Conservação da Natureza e da Biodiversidade*, Instituto da Conservação da Natureza e da Biodiversidade, UOIA, outubro.

TORRES, M; PINHO, P. (2011). *Encouraging low carbon policies through a Local Emissions Trading Scheme (LTS) IN CITIES 28 /2011*, P576-582

TURISMO DE PORTUGAL (2011). *Plano Estratégico Nacional do Turismo – Propostas para Revisão no Horizonte 2015 – Versão 2.0. Lisboa*.

Sítios de Internet consultados

AFN (2011). Portal da Autoridade Florestal Nacional. Disponível em: <http://www.afn.min-agricultura.pt/portal>. Consultado em outubro de 2011.

ARH CENTRO (2012). *Portal da Administração da Região Hidrográfica do Centro*. Disponível em: <http://www.arhcentro.pt>. Consultado em abril de 2012.

CÂMARA MUNICIPAL DE POMBAL (2011). Portal da Câmara Municipal de Pombal. Disponível em: <http://www.cm-pombal.pt>. Consultado em outubro de 2011 e em dezembro de 2012.

DGPC (2012) *Portal da Direção-Geral do Património Cultural*. Disponível em: <http://www.igespar.pt/> Consultado em dezembro 2012.

ICNB (2006) Portal do ICNB. Disponível em: <http://portal.icnb.pt>. Consultado em fevereiro de 2012.

IHRU (2012) *Portal do Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana*. Disponível em: www.monumentos.pt. Consultado em dezembro 2012.

INSAAR – INAG (2012). *Portal do Inventário Nacional de Sistemas de Abastecimento de Água e de Águas Residuais*. Instituto da Água. Disponível em: <http://insaar.inag.pt/>. Consultado em abril de 2012.

SNIRH – INAG (2012). *Portal do Sistema Nacional de Informação de Recursos Hídricos*. Instituto da Água. Disponível em: <http://snirh.pt>. Consultado em abril de 2012.

SNIT (2011). Portal do Sistema Nacional de Informação Territorial. DGOTDU. Disponível em: <http://dgotdu.pt>. Consultado em outubro de 2011.

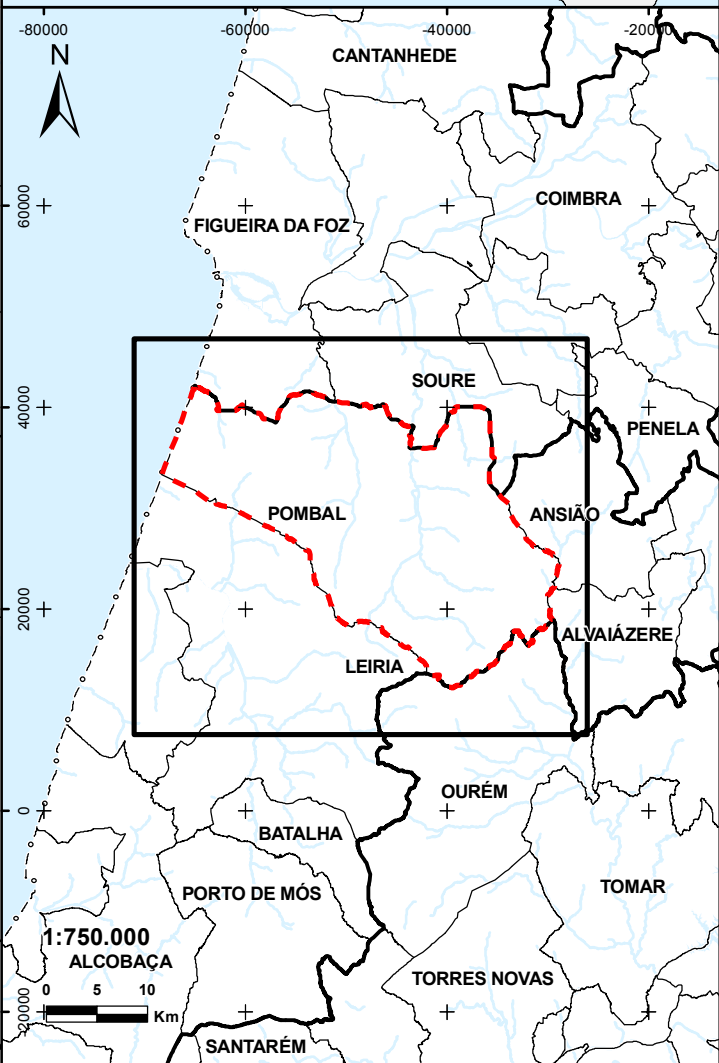
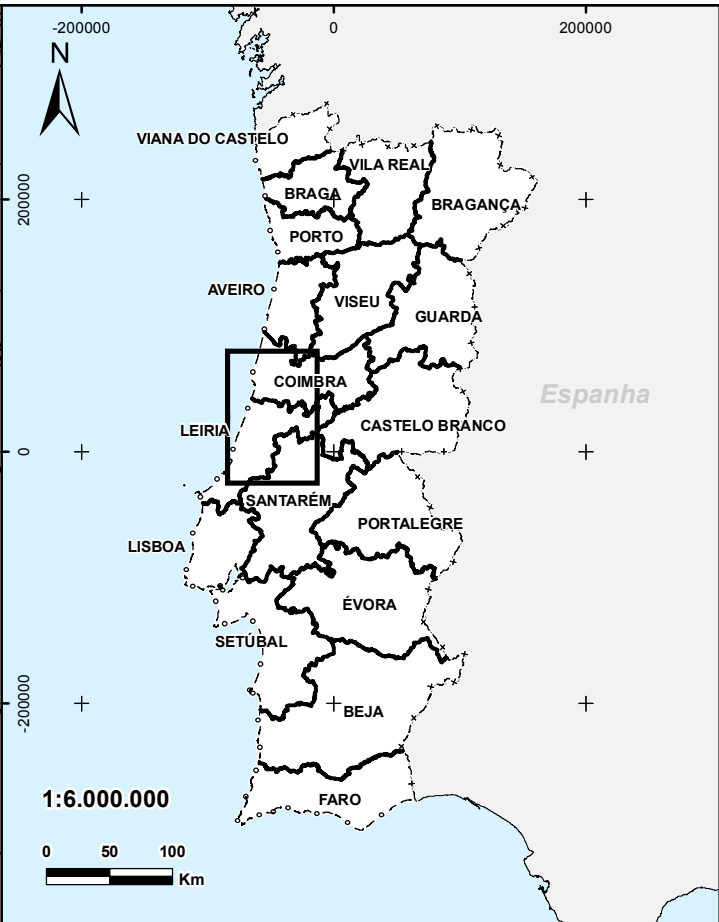
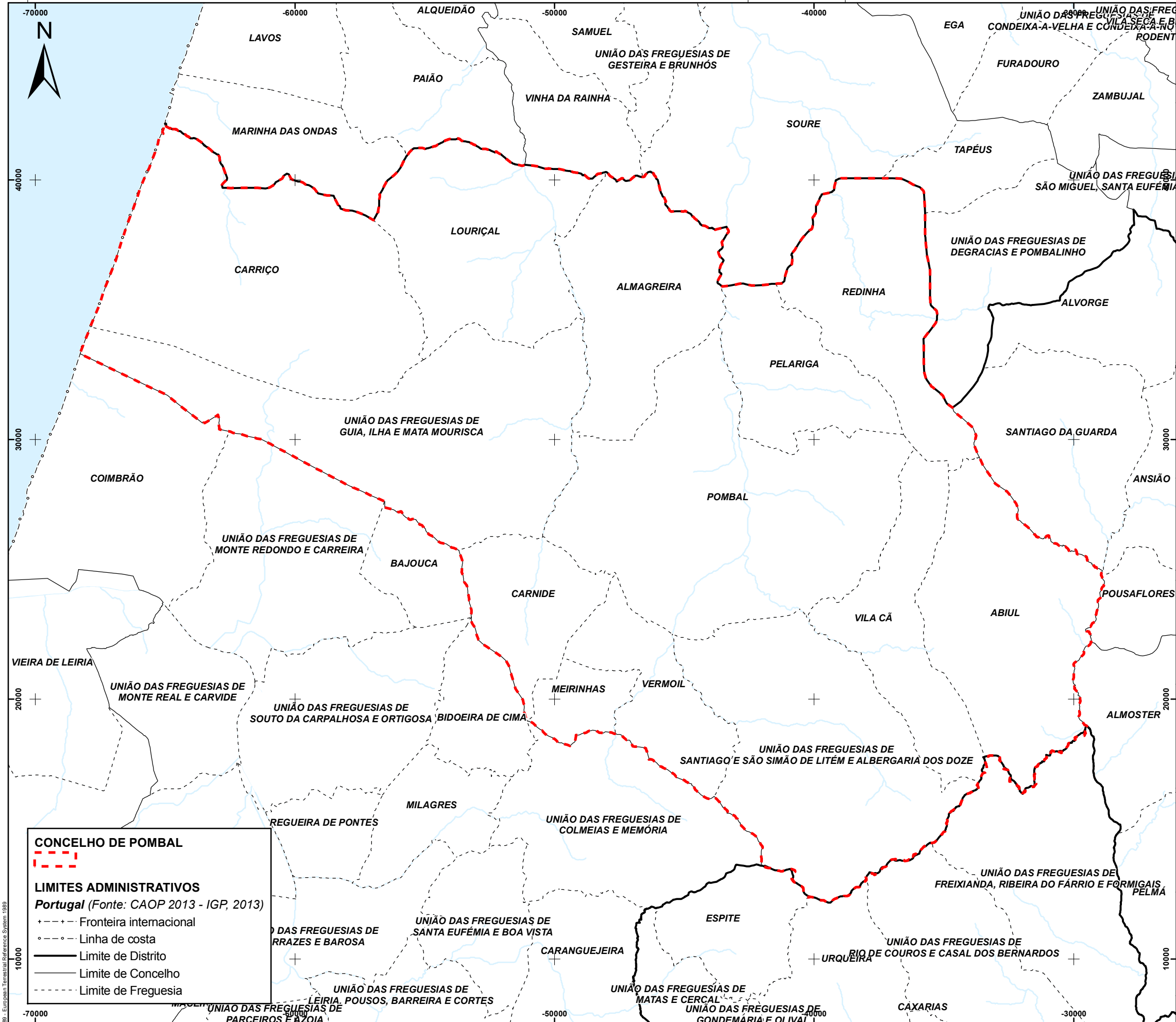
Esta página foi deixada propositadamente em branco

12. Anexos

Esta página foi deixada propositadamente em branco

Anexo I – Desenhos

Esta página foi deixada propositadamente em branco.



Sistema de Referência: PT-TM06/ETRS89 - European Terrestrial Reference System 1989

CONCELHO DE POMBAL

LIMITES ADMINISTRATIVOS
Portugal (Fonte: CAOP 2013 - IGP, 2013)

- Fronteira internacional
- - - Linha de costa
- Limite de Distrito
- Limite de Concelho
- - - Limite de Freguesia



CÂMARA MUNICIPAL DE POMBAL

nemus
Gestão e Requalificação Ambiental

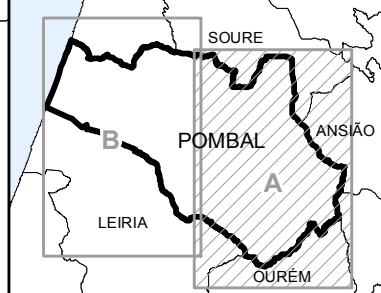
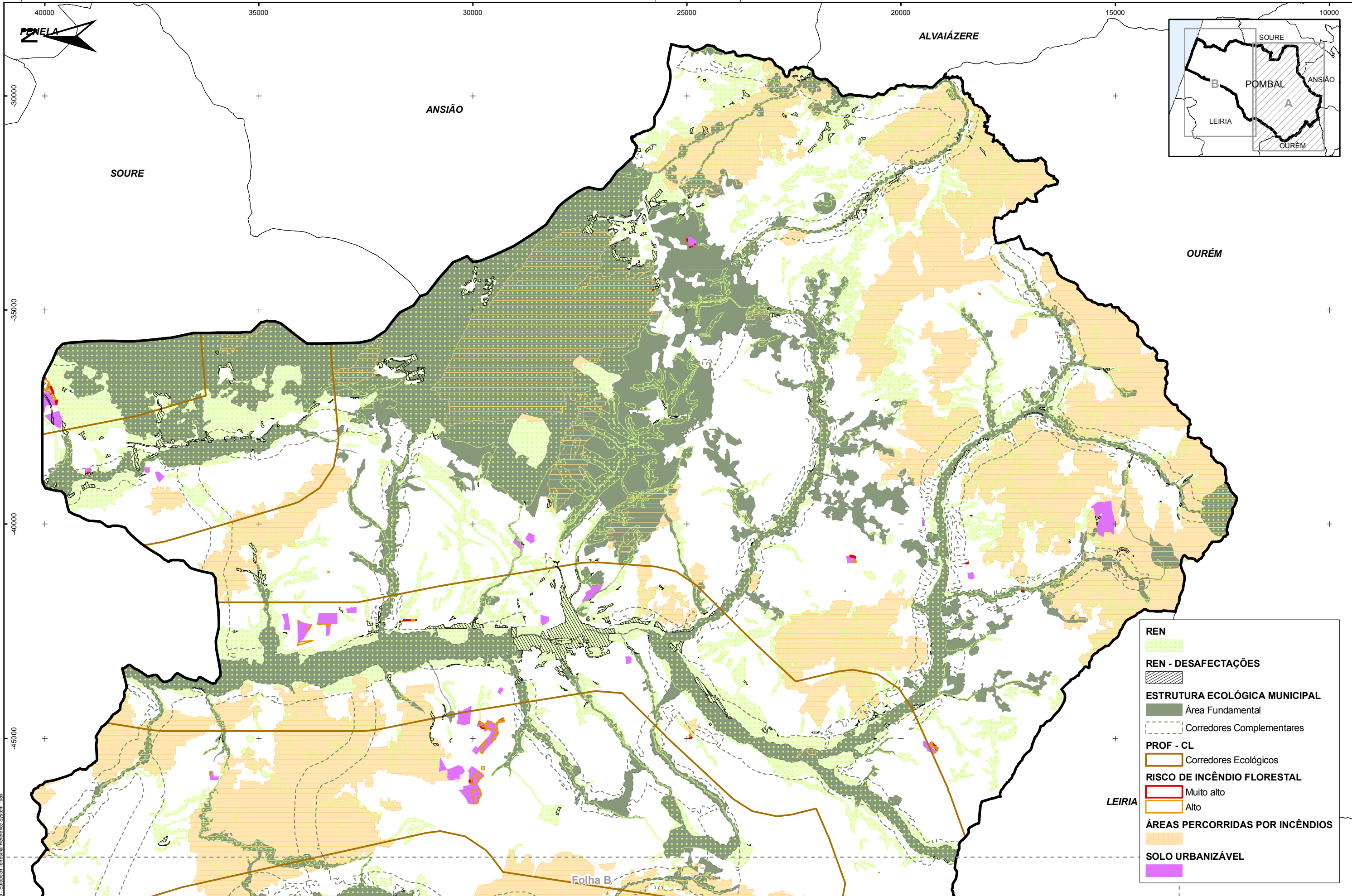
Escala gráfica:	Escala:		Projecto:	Em substituição:	
	1:150.000		Joana Mourão	-	
0 2.000 4.000 Metros	Verificou:		Cláudia Fulgêncio	-	
	Desenhou:		Gonçalo Dumas	-	
		Aprovou:	Pedro Bettencourt		

AValiação Ambiental da Revisão do Plano Director Municipal de Pombal

ENQUADRAMENTO ADMINISTRATIVO DA ÁREA DA REVISÃO DO PLANO DIRECTOR MUNICIPAL DE POMBAL

Número:		1	
Código:	T12031_0713_01	Folha:	1/1
Data:	Julho 2013		

Esta página foi deixada propositadamente em branco.



- REN**
- REN - DESAFECTAÇÕES
- ESTRUTURA ECOLÓGICA MUNICIPAL**
- Área Fundamental
 - Corredores Complementares
- PROF - CL**
- Corredores Ecológicos
- RISCO DE INCÊNDIO FLORESTAL**
- Muito alto
 - Alto
- ÁREAS PERCORRIDAS POR INCÊNDIOS**
- SOLO URBANIZÁVEL**



CÂMARA MUNICIPAL DE POMBAL



Escalas:
1:80.000
Escala gráfica:
0 1.000 2.000 Metros

Projectou:
Joana Mourão
Verificou:
Cláudia Fulgêncio
Desenhou:
Gonçalo Dumas
Aprovou:
Pedro Bettencourt

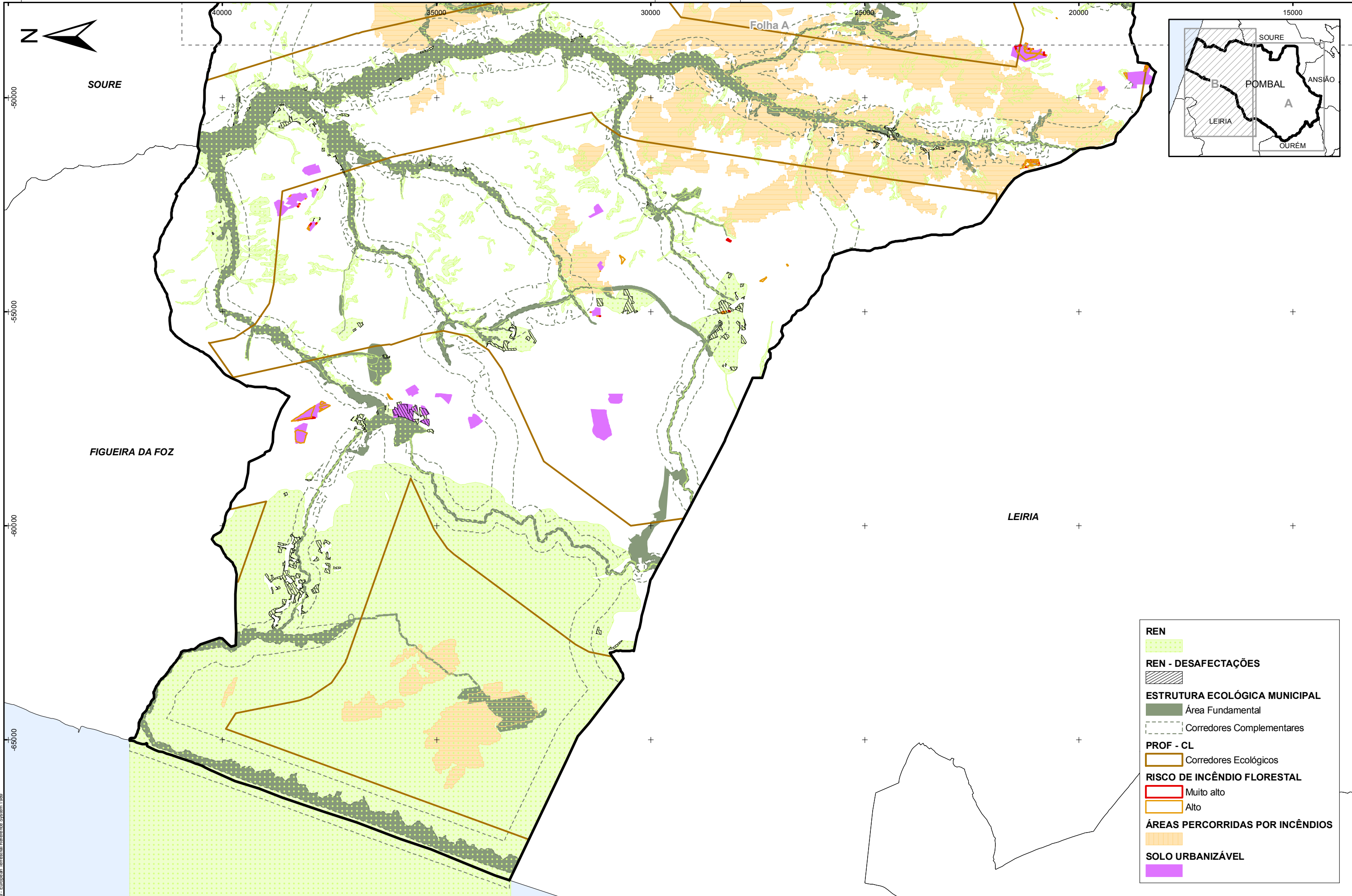
Em substituição por:
Substituído por:

AValiação Ambiental da Revisão do Plano Director Municipal de Pombal

Sobreposição de Áreas Urbanizáveis e Condicionantes da Revisão do Plano Director Municipal de Pombal

Número:
2A
Código:
T08098_1402_02A
Data:
Fevereiro 2014
Folha:
1/1

Esta página foi deixada propositadamente em branco.



Sistema de Referência: PT-TM06/13RS00 - European Terrestrial Reference System 1989



CÂMARA MUNICIPAL DE POMBAL



Escala:

1:80.000

Escala gráfica:

0 1.000 2.000 Metros

Projectou:	Joana Mourão
Verificou:	Cláudia Fulgêncio
Desenhou:	Gonçalo Dumas
Aprovou:	Pedro Bettencourt

Em substituição:	-
Substituído por:	-

AValiação Ambiental da Revisão do Plano Director Municipal de Pombal

Sobreposição de Áreas Urbanizáveis e Condicionantes da Revisão do Plano Director Municipal de Pombal

Número:	2B	
Código:	T08098_1402_02B	Folha:
Data:	Fevereiro 2014	1/1

Anexo 2 – Instrumentos que constituem o quadro de referência estratégico

Esta página foi deixada propositadamente em branco.

Quadro A2.1 – Quadro de referência estratégico (QRE): objetivos e diretrizes, com interesse em termos de ambiente e desenvolvimento sustentável, associados aos instrumentos de gestão territorial e aos documentos estratégicos

Instrumentos que constituem o QRE	Principais objetivos e diretrizes, nomeadamente em matéria de ambiente e desenvolvimento sustentável	FCD
Instrumentos de Gestão Territorial		
Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território (PNPOT) Lei n.º 58/2007 (retificada pela Declaração de Retificação n.º 80 A/2007)	O PNPOT define os seguintes objetivos estratégicos para Portugal: • Conservar e valorizar a biodiversidade, os recursos e o património natural, paisagístico e cultural, utilizar de modo sustentável os recursos energéticos e geológicos e prevenir e minimizar os riscos; • Reforçar a competitividade territorial de Portugal e a sua integração nos espaços ibérico, europeu, atlântico e global; • Promover o desenvolvimento policêntrico dos territórios e reforçar as infraestruturas de suporte à integração e à coesão territoriais; • Assegurar a equidade territorial no provimento de infraestruturas e de equipamentos coletivos e a universalidade no acesso aos serviços de interesse geral, promovendo a coesão social; • Expandir as redes e infraestruturas avançadas de informação e comunicação e incentivar a sua crescente utilização pelos cidadãos, empresas e Administração Pública; • Reforçar a qualidade e a eficiência da gestão territorial, promovendo a participação informada, ativa e responsável dos cidadãos e das instituições. O PNPOT define ainda as seguintes opções estratégicas territoriais para a Região Centro potencialmente relevantes para a presente avaliação ambiental: • Promover o carácter policêntrico do sistema urbano, consolidando os sistemas urbanos sub-regionais que estruturam a região; • Reforçar o potencial estruturante dos grandes eixos de comunicação, de forma a estimular complementaridades entre centros urbanos, em particular nas áreas do interior, e assegurar as ligações intrarregionais relevantes da coesão regional; • Promover redes urbanas de proximidade que potenciem dinâmicas de inovação e suportem novos pólos regionais de competitividade, consolidando as dinâmicas dos clusters emergentes; • Promover a coesão, nomeadamente dinamizando as pequenas aglomerações com protagonismo supralocal e estruturando o povoamento das áreas de baixa densidade; • Promover o potencial turístico, dando projeção internacional ao património natural, cultural e paisagístico • Valorizar os recursos hídricos e recuperar a qualidade da água, concluindo projetos integrados de despoluição; • Assumir como prioridade estratégica a proteção, valorização e gestão sustentável dos recursos florestais; • Incentivar o aproveitamento de forma ambientalmente sustentável da riqueza em termos geológicos, nomeadamente rochas industriais e minérios metálicos; • Explorar o potencial para a produção de energias renováveis; • Proteger e valorizar o litoral e ordenar as dinâmicas urbanas nestas áreas; • Ordenar os territórios urbanos e, em particular, qualificar as periferias das cidades e revitalizar os centros históricos;	• FCD1 • FCD2 • FCD3

Instrumentos que constituem o QRE	Principais objetivos e diretrizes, nomeadamente em matéria de ambiente e desenvolvimento sustentável	FCD
Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território (PNPOT) Lei n.º 58/2007 (retificada pela Declaração de Retificação n.º 80 A/2007) (continuação)	• (cont.) Ordenar a paisagem, salvaguardar as áreas agrícolas ou de valia ambiental da pressão do uso urbano/industrial e implementar estruturas ecológicas de âmbito regional e local; • Ordenar as áreas protegidas, articulando níveis elevados de proteção dos valores naturais com o uso sustentável dos recursos, com benefícios económicos e sociais para a população residente. O PNPOT define ainda as seguintes opções para o desenvolvimento do território Centro Litoral: • Reforçar as dinâmicas industriais que valorizem competências em setores de alto valor acrescentado e suscetíveis de elevados ganhos de produtividade; • Valorizar o novo quadro de acessibilidades resultantes dos investimentos na construção, melhoramento ou conclusão de infraestruturas de transporte e logística, nomeadamente relacionados com o comboio de alta velocidade, os portos da Figueira da Foz e Aveiro; • Promover a estrutura policêntrica dos sistemas urbanos do litoral, reforçando os eixos urbanos centrados em Leiria-Marinha Grande e Coimbra – Figueira da Foz e a constelação urbana de Aveiro; • Promover a cooperação interurbana de proximidade para criar a escala e a integração funcional necessárias ao desenvolvimento e sofisticação dos serviços e valorizar o novo quadro de acessibilidades para concorrer com as atividades terciárias instaladas em Lisboa e Porto; • Compatibilizar o modelo de urbanização e de industrialização difusas com a preservação e valorização do potencial de desenvolvimento das atividades agropecuárias, dos setores da pesca e da aquicultura e do turismo e com a salvaguarda dos valores ambientais, patrimoniais e paisagísticos; • Favorecer o reordenamento industrial, sobretudo nas áreas do Pinhal Litoral e do Baixo Vouga, no sentido de criar espaços de localização empresarial que contribuam para o reforço da estrutura policêntrica do sistema urbano e que promovam fatores potenciadores da inovação e do desenvolvimento tecnológico; • Promover a valorização integrada dos recursos do litoral e gerir a pressão urbano-turística na zona costeira, de forma a assegurar a exploração sustentável dos recursos naturais, a qualificação da paisagem e a adequada prevenção dos riscos; • Valorizar os recursos hídricos e concluir os projetos de despoluição integrada das bacias do Liz e do Mondego.	• FCD1 • FCD2 • FCD3
PBH do Lis Decreto Regulamentar n.º 23/2002 (revisto pelo Plano de Gestão das Bacias Hidrográficas Integradas na RH4)	O PBH do Lis apresenta objetivos estratégicos para a bacia, por área temática, nomeadamente os seguintes: • Garantir a qualidade do meio hídrico em função dos usos; • Assegurar uma gestão racional da procura de água, em função dos recursos disponíveis e das perspetivas sócio-económicas; • Assegurar a proteção dos meios aquáticos e ribeirinhos com interesse ecológico, a proteção e recuperação de habitats e as condições de suporte das espécies nos meios hídricos e no estuário; • Promover a minimização dos efeitos económicos e sociais das secas e das cheias, no caso de elas ocorrerem, e dos riscos de acidentes de poluição; • Potenciar a valorização social e económica da utilização dos recursos; • Preservar as áreas do domínio hídrico; • Racionalizar e otimizar o quadro normativo e institucional vigente; • Promover a sustentabilidade económica e financeira dos sistemas e utilização racional dos recursos e do meio hídrico;	• FCD1 • FCD2 • FCD3

Instrumentos que constituem o QRE	Principais objetivos e diretrizes, nomeadamente em matéria de ambiente e desenvolvimento sustentável	FCD
PBH do Mondego Decreto Regulamentar n.º 9/2002 (revisto pelo Plano de Gestão das Bacias Hidrográficas Integradas na RH4)	• Aprofundar o conhecimento dos recursos hídricos. O PBH do Mondego, que incide na maior parte do concelho de Pombal, apresenta objetivos estratégicos para a bacia, por área temática, destacando-se os seguintes: • Assegurar uma gestão racional da procura de água, em função dos recursos disponíveis e das perspetivas socioeconómicas; • Assegurar a gestão sustentável e integrada das origens subterrâneas e superficiais; • Assegurar a quantidade de água necessária na origem, visando o adequado nível de atendimento no abastecimento às populações e o desenvolvimento das atividades económicas; • Promover a conservação dos recursos hídricos, nomeadamente através da redução das perdas nos sistemas ou da reutilização da água; • Garantir a qualidade do meio hídrico em função dos usos; • Assegurar o nível de atendimento nos sistemas de drenagem e tratamento dos afluentes, nomeadamente os domésticos; • Assegurar a proteção dos meios aquáticos e ribeirinhos com interesse ecológico, a proteção e recuperação de habitats e condições de suporte das espécies nas linhas de água e no estuário; • Promover a salvaguarda da qualidade ecológica dos sistemas hídricos e dos ecossistemas, assegurando o bom estado físico e químico e a qualidade biológica; • Promover a preservação e ou recuperação de troços de especial interesse ambiental e paisagístico, das espécies e habitats protegidos pela legislação nacional e comunitária, e nomeadamente das áreas classificadas, das galerias ripícolas e do estuário; • Promover a minimização dos efeitos económicos e sociais das secas e das cheias, no caso de elas ocorrerem, e dos riscos de acidentes de poluição; • Promover o ordenamento das áreas ribeirinhas sujeitas a inundações e o estabelecimento de cartas de risco de inundação e promover a definição de critérios de gestão, a regularização fluvial e a conservação da rede hidrográfica, visando a minimização dos prejuízos; • Promover o estabelecimento de soluções de contingência em situação de poluição accidental, visando a minimização dos efeitos; • Potenciar a valorização social e económica da utilização dos recursos; • (cont.) Promover a identificação dos locais para o uso balnear ou prática de atividades de recreio, pesca ou navegação, para extração de inertes e outras atividades, desde que não provoquem a degradação das condições ambientais; • Preservar as áreas do domínio hídrico; • Promover o estabelecimento de condicionamentos aos usos do solo, nos troços em que o uso não seja compatível com os objetivos de proteção e valorização ambiental dos recursos; • Assegurar a implementação da Diretiva Quadro; • Promover a sustentabilidade económica e financeira dos sistemas e utilização racional dos recursos e do meio hídrico; • Aprofundar o conhecimento dos recursos hídricos.	• FCD 1 • FCD 2 • FCD 3

Instrumentos que constituem o QRE	Principais objetivos e diretrizes, nomeadamente em matéria de ambiente e desenvolvimento sustentável	FCD
PBH do Tejo (*) Decreto Regulamentar n.º 18/2001 (revisto pelo Plano de Gestão das Bacias Hidrográficas Integradas na RH5)	O PBH do Tejo apresenta objetivos fundamentais de políticas de gestão de recursos hídricos (entre outros objetivos). Para cada uma das áreas temáticas que aborda, nomeadamente os seguintes: • Garantir a qualidade do meio hídrico em função dos usos; • Assegurar uma gestão racional da procura de água, em função dos recursos disponíveis e das perspetivas sócio-económicas; • Assegurar a proteção dos meios aquáticos e ribeirinhos com interesse ecológico, a proteção e recuperação de habitats e as condições de suporte das espécies nos meios hídricos e no estuário; • Promover a minimização dos efeitos económicos e sociais das secas e das cheias, no caso de elas ocorrerem, e dos riscos de acidentes de poluição; • Potenciar a valorização social e económica da utilização dos recursos; • Preservar as áreas do domínio hídrico; • Promover a sustentabilidade económica e financeira dos sistemas e utilização racional dos recursos e do meio hídrico; • Aprofundar o conhecimento dos recursos hídricos.	• FCD1 • FCD2 • FCD3
Planos de Gestão das Bacias Hidrográficas Integradas na RH4 e na RH5 (em fase de elaboração das versões finais) Lei da Água Lei n.º 58/2005, de 29 de dezembro	Estes planos assumem os objetivos estabelecidos no artigo 1 da Lei da Água, que estabelece o enquadramento para a gestão das águas superficiais, designadamente as águas interiores, de transição e costeiras, e das águas subterrâneas, de forma a: • Evitar a continuação da degradação e proteger e melhorar o estado dos ecossistemas aquáticos e também dos ecossistemas terrestres e zonas húmidas diretamente dependentes dos ecossistemas aquáticos, no que respeita às suas necessidades de água; • Promover uma utilização sustentável de água, baseada numa proteção a longo prazo dos recursos hídricos disponíveis; • Obter uma proteção reforçada e um melhoramento do ambiente aquático, nomeadamente através de medidas específicas para a redução gradual e a cessação ou eliminação por fases das descargas, das emissões e perdas de substâncias prioritárias; • Assegurar a redução gradual da poluição das águas subterrâneas e evitar o agravamento da sua poluição; • Mitigar os efeitos das inundações e das secas; • Assegurar o fornecimento em quantidade suficiente de água de origem superficial e subterrânea de boa qualidade, conforme necessário para uma utilização sustentável, equilibrada e equitativa da água; • Proteger as águas marinhas, incluindo as territoriais; • Assegurar o cumprimento dos objetivos dos acordos internacionais pertinentes, incluindo os que se destinam à prevenção e eliminação da poluição no ambiente marinho.	• FCD1 • FCD2 • FCD3

Instrumentos que constituem o QRE	Principais objetivos e diretrizes, nomeadamente em matéria de ambiente e desenvolvimento sustentável	FCD
Plano Regional de Ordenamento Florestal (PROF) do Centro Litoral Decreto Regulamentar n.º 11/2006	O PROF do Centro Litoral tem, entre outros, os seguintes objetivos gerais principais: • Otimização funcional dos espaços florestais assente no aproveitamento das suas potencialidades; • Prevenção de potenciais constrangimentos e problemas; • Eliminar as vulnerabilidades dos espaços florestais. O concelho de Pombal é coincidente com as Sub-Regiões Homogéneas Dunas Litorais e Baixo Mondego, Sicó e Alvaiázere, e Gândaras Sul (a maior parte do concelho), enquadrando ainda zonas sensíveis para a conservação (Sítio Sicó/Alvaiázere, corredores ecológicos e zonas críticas do ponto de vista da proteção da floresta contra incêndios) e regime florestal (Matas Nacional do Urso, obrigada à execução de Plano de Gestão Florestal). Na sub-região homogénea Dunas Litorais e Baixo Mondego, visa-se a implementação e incrementação das funções de proteção, de recreio, enquadramento e estética da paisagem e de conservação dos habitats, de espécies da fauna e da flora e de geomonumentos. Estão definidos como objetivos específicos para esta unidade: • Adequar a gestão dos espaços florestais às necessidades de proteção da rede hidrográfica, ambiental, microclimática e contra a erosão eólica; • Adequar os espaços florestais à crescente procura de atividades de recreio e de espaços de interesse paisagístico; • Adequar a gestão dos espaços florestais às necessidades de conservação dos habitats, da fauna e da flora classificados; • Recuperar os troços fluviais degradados; • Desenvolver a prática da pesca nas águas interiores associada ao aproveitamento para recreio nos espaços florestais • Aumentar o nível de gestão dos recursos apícolas e o conhecimento sobre a atividade apícola e integrar a atividade na cadeia de produção de produtos certificados. Na sub-região homogénea Sicó e Alvaiázere, visa-se a implementação e incrementação das funções de silvo-pastorícia, caça e pesca nas águas interiores, de proteção, de recreio, enquadramento e estética da paisagem. Estão definidos como objetivos específicos para esta unidade: • Desenvolver a atividade silvo-pastoril; • Aumentar a atividade associada à caça; • Desenvolver a prática da pesca nas águas interiores; • Aumentar o nível de gestão dos recursos apícolas e o conhecimento sobre a atividade apícola e integrar a atividade na cadeia de produção de produtos certificados; • Recuperar as áreas em situação de maior risco de erosão; • Adequar os espaços florestais à crescente procura de atividades de recreio e de espaços com interesse paisagístico. Na sub-região homogénea Gândaras Sul, visa-se a implementação e incrementação das funções de produção, de recreio, enquadramento e estética da paisagem e de proteção.	• FCD1 • FCD2 • FCD3

Instrumentos que constituem o QRE	Principais objetivos e diretrizes, nomeadamente em matéria de ambiente e desenvolvimento sustentável	FCD
Plano Regional de Ordenamento Florestal (PROF) do Centro Litoral Decreto Regulamentar n.º 11/2006 (continuação)	Estão definidos como objetivos específicos para esta unidade: • Diversificar a ocupação dos espaços florestais arborizados com espécies que apresentem bons potenciais produtivos; • Adequar os espaços florestais à crescente procura de atividades de recreio e de espaços de interesse paisagístico; • Adequar a gestão dos espaços florestais às necessidades de proteção da rede hidrográfica, ambiental, microclimática e contra a erosão eólica; • Recuperar os troços fluviais degradados. Relativamente aos corredores ecológicos, é definido o seguinte: • As normas a aplicar, no âmbito do planeamento florestal, são as consideradas para as funções de proteção e de conservação, nomeadamente a subfunção de proteção da rede hidrográfica, com objetivos de gestão e intervenções florestais ao nível da condução e restauração de povoamentos nas galerias ripícolas, bem como a subfunção de conservação de recursos genéticos, com objetivos de gestão da manutenção da diversidade genética dos povoamentos florestais e manutenção e fomento dos próprios corredores ecológicos. • devem contribuir para a definição da estrutura ecológica municipal no âmbito dos PMOT. • devem ser compatibilizados com as redes regionais de defesa da floresta contra os incêndios (RDFCI), sendo estas de caráter prioritário.	• FCD1 • FCD2 • FCD3
Plano sectorial da Rede Natura (PSRN) 2000 Resolução do Conselho de Ministros n.º 115-A/2008	O PSRN 2000 foi desenvolvido com os seguintes objetivos, entre outros: • Estabelecer orientações para a gestão territorial das ZPE e Sítios; • Estabelecer o regime de salvaguarda dos recursos e valores naturais dos locais integrados no processo, fixando os usos e o regime de gestão compatíveis com a utilização sustentável do território; • Representar cartograficamente, em função dos dados disponíveis, a distribuição dos habitats presentes nos Sítios e ZPE; • Estabelecer diretrizes para o zonamento das áreas em função das respetivas características e prioridades de conservação; • Definir as medidas que garantam a valorização e a manutenção num estado de conservação favorável dos habitats e espécies, bem como fornecer a tipologia das restrições ao uso do solo, tendo em conta a distribuição dos habitats a proteger; • Fornecer orientações sobre a inserção em plano municipal ou especial de ordenamento do território das medidas e restrições mencionadas nos pontos anteriores. Linhas estratégicas gerais para gestão dos Sítios e ZPE, relevantes para a Avaliação: • Reforçar a integração dos objetivos de conservação dos valores naturais nos instrumentos de gestão do território, compatibilizando este objetivo com um leque alargado de atividades, incluindo a urbanização, o turismo, a indústria extrativa, as infraestruturas, as acessibilidades, o recreio e o lazer; • A gestão ativa da conservação dos Sítios e ZPE, estabelecendo parcerias nos setores agrícola, florestal, de pastorícia e pescas, sobretudo com proprietários e gestores, é uma orientação chave para a gestão da Rede Natura 2000; • Na gestão dos valores associados às linhas de água e dos sistemas húmidos, dada a sua estreita dependência das características do meio, deve presidir a lógica de gestão integrada da bacia hidrográfica, obrigando à necessária articulação entre as autoridades de conservação da biodiversidade e as entidades de tutela da gestão da água; • Elaboração de planos de gestão que definam as medidas e ações de conservação, visando a compatibilização da conservação dos valores naturais com as atividades	• FCD1

Instrumentos que constituem o QRE	Principais objetivos e diretrizes, nomeadamente em matéria de ambiente e desenvolvimento sustentável	FCD
	neles praticadas;	
Plano sectorial da Rede Natura (PSRN) 2000 Resolução do Conselho de Ministros n.º 115-A/2008 (continuação)	• Compatibilizar as orientações relativas à manutenção das funções produtivas e os objetivos de conservação dos valores naturais em presença devem ser compatibilizados nas áreas abrangidas por aproveitamentos hidroagrícolas; • Apostar em ações de pequena escala e muito localizadas que contribuam para o estado de conservação de um número alargado de valores; • Dar prioridade ao controlo ou a erradicação de espécies invasoras, bem como de outras espécies não indígenas em situações específicas. O PSRN 2000 aplica-se à área da Revisão do PDM na medida em que esta é coincidente com o Sítio Sicó/Alvaizere, sendo definidas para o mesmo, entre outras, as seguintes orientações de gestão: • Conservação dos carvalhais e azinhais; • Manter e promover o pastoreio extensivo adequando o manejo às necessidades de conservação dos valores em presença; • Conservação das espécies piscícolas com especial relevo para a lampreia -de - riacho e habitats associados, promovendo a preservação das suas áreas vitais, bem como a recuperação da galeria ripícola em zonas anteriormente ocupadas pela espécie. • Conservação das linhas de água através do condicionamento de intervenções nos seus leitos e margens e pela manutenção de uma boa qualidade da água, nomeadamente condicionando o uso de agro -químicos na agricultura; • Compatibilizar a instalação de infraestruturas com a manutenção dos valores envolvidos; • Assegurar o mosaico de habitats, ordenar a atividade de extração de inertes, sendo ainda de grande importância fomentar medidas no sentido de incrementar a sustentabilidade económica de atividades com interesse para a conservação da natureza.	• FCD1
Plano Rodoviário Nacional (PRN) Decreto-Lei n.º 222/98, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 98/99, pela Declaração de Retificação n.º 19-D/98 e pelo DL n.º 182/2003	• O PRN define a organização e hierarquia da rede rodoviária nacional de Portugal Continental, que é constituída pela rede nacional fundamental (Itinerários Principais – IP) e pela rede nacional complementar (Itinerários Complementares – IC e Estradas Nacionais - EN), e que desempenha funções de interesse nacional ou internacional. O mesmo define também a organização das estradas regionais.	• FCD3
POOC Ovar-Marinha Grande Resolução do Conselho de Ministros n.º 142/2000	Constituem objetivos específicos do POOC, entre outros: • Valorizar as praias marítimas; • Diversificar e valorizar os usos e as funções da orla costeira; • Proteger e recuperar os ecossistemas naturais com interesse para a conservação; • Garantir a manutenção dos usos e das funções da orla costeira; • Manter e valorizar o atual tipo de povoamento (nucleado), promovendo a sua expansão para o interior em forma de cunha; • Melhorar as condições de vida da população; • Melhorar as acessibilidades regionais e as condições de circulação nos aglomerados;	• FCD1 • FCD2 • FCD3

Instrumentos que constituem o QRE	Principais objetivos e diretrizes, nomeadamente em matéria de ambiente e desenvolvimento sustentável	FCD
	• Contribuir para o reforço das infraestruturas e equipamentos de apoio à pesca local;	
POOC Ovar-Marinha Grande Resolução do Conselho de Ministros n.º 142/2000 (continuação)	• Promover a imagem turística da região; • Promover a diversificação da oferta de produtos turísticos; • Criar as condições necessárias à afirmação do turismo balnear como eixo de desenvolvimento da região litoral. Está enquadrada no concelho de Pombal uma praia do tipo III (a praia do Osso da Baleia), sendo o restante areal classificado como praia do tipo V.	• FCD1 • FCD2 • FCD3
Estratégias, planos e programas sectoriais em matéria de ambiente e biodiversidade		
Programa Operacional do Centro 2007-2013 (CCDR-Centro, 2007)	São definidas como prioridades estratégicas para a região Centro: • Formação de recursos humanos; • Reforço da inovação e da competitividade regional, nomeadamente através do desenvolvimento de clusters com elevado potencial na região, e da promoção do ordenamento e qualificação de áreas de localização empresarial; • Valorização do território, incluindo: - Valorização dos centros e sistemas urbanos; - Qualificação dos espaços sub-regionais nas zonas de baixa densidade; - Proteção de zonas ambientalmente sensíveis e valorização de recursos específicos da região; - Desenvolver a mobilidade intra e interregional; - Concluir as redes (em alta e em baixa) de saneamento básico; • Cooperação territorial. Neste âmbito, são ainda fixados os seguintes eixos de desenvolvimento: • Competitividade, Inovação e Conhecimento; • Desenvolvimento das Cidades e dos Sistemas Urbanos, incluindo: - Parcerias para a regeneração urbana; - Redes urbanas para a competitividade e inovação; - Mobilidade urbana. • Consolidação e Qualificação dos Espaços Sub-Regionais, incluindo: - Provisão de bens e serviços públicos em áreas rurais; - Valorização de recursos específicos do território; - Qualificação integrada de espaços sub-regionais (redes de mobilidade, equipamentos e infraestruturas para a coesão social e territorial). • Proteção e Valorização Ambiental, incluindo: - Ciclo Urbano da Água; - Prevenção de riscos naturais e tecnológicos; - Gestão de recursos hídricos; - Gestão ativa da Rede Natura e Biodiversidade; - Valorização e Ordenamento da Orla Costeira; - Proteção e valorização de outras zonas sensíveis e de qualificação da paisagem; - Estímulo à reciclagem e reutilização de resíduos • Governação e Capacitação Institucional. • Assistência Técnica.	• FCD1 • FCD2 • FCD3

Instrumentos que constituem o QRE	Principais objetivos e diretrizes, nomeadamente em matéria de ambiente e desenvolvimento sustentável	FCD
Programa de Desenvolvimento Rural da Região Centro 2007-2013 (DRAPC. s.d.)	- Este documento assume como visão o seguinte chavão: “No Centro da qualidade – uma ruralidade moderna, atrativa e competitiva”. - Define ainda os seguintes objetivos estratégicos: - Competência e qualificação dos recursos humanos; - Promoção de Pólos de Competitividade, Tecnologia e Negócios Agro Rurais; - Obter produtos competitivos por via do mercado em contexto global; - Preservar o ambiente, a paisagem e a equidade territorial; - Reinventar a economia da "terra" e dos territórios rurais; - Garantir uma ruralidade moderna atrativa e competitiva; - Cooperação estratégica dos GAL em torno de objetivos estratégicos regionais; - Melhorar a capacidade de trabalho em parceria, através do aumento da participação e do aprofundamento da democracia.	FCD3
Plano Estratégico Nacional para o Desenvolvimento Rural / FEADER (PENDR) Resolução do Conselho de Ministros n.º 147/2006 de 2 de novembro	- O PENDR é sistematizado a partir de duas componentes de base, nomeadamente a análise da situação dos setores da produção, transformação e comercialização de produtos agrícolas e florestais nas suas dimensões económica, ambiental e social, e a consequente definição da estratégia nacional para o desenvolvimento rural, dirigida à concretização dos seguintes objetivos estratégicos: - Aumentar a competitividade dos setores agrícola e florestal - Promover a sustentabilidade dos espaços rurais e dos recursos naturais - Revitalizar económica e socialmente as zonas rurais A estes objetivos adicionam-se ainda os seguintes, de carácter transversal: - Reforçar a coesão territorial e social - Promover a eficácia da intervenção dos agentes públicos, privados e associativos na gestão sectorial e territorial	FCD3
Plano Nacional da Política de Ambiente (PNPA) Resolução do Conselho de Ministros n.º 38/95, de 21 de abril	Os principais vetores da PNPA são: - Reforço da participação da sociedade civil; - Ordenação ambiental das atividades produtivas; - Superação da carência de infraestruturas.	FCD3
Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável (ENDS) e respetivo Plano de Implementação Resolução do Conselho de Ministros n.º 109/2007	- A ENDS está organizada em torno de sete objetivos, de entre os quais se destacam os seguintes: <u>Preparar Portugal para a “Sociedade do Conhecimento”</u>: Este objetivo incorpora dois subobjetivos importantes: acelerar o desenvolvimento científico e tecnológico como base para a inovação e a qualificação; melhorar as qualificações e criar as competências adequadas para um novo modelo de desenvolvimento. <u>Crescimento Sustentado, Competitividade à Escala Global e Eficiência Energética</u>: Pretende-se um crescimento mais rápido da economia portuguesa, potenciado pelo desenvolvimento de um comportamento responsável por parte dos agentes económicos, que permita retomar a dinâmica de convergência, assente num crescimento mais significativo da produtividade associado a um forte investimento nos setores de bens e serviços transacionáveis, o que, para ser compatível com a criação de emprego, exige uma mudança no padrão de atividades do País, num sentido mais sintonizado com a dinâmica do comércio internacional, aproveitando e estimulando as suas possibilidades endógenas.	- FCD1 - FCD3

Instrumentos que constituem o QRE	Principais objetivos e diretrizes, nomeadamente em matéria de ambiente e desenvolvimento sustentável	FCD
Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável (ENDS) e respetivo Plano de Implementação Resolução do Conselho de Ministros n.º 109/2007 (continuação)	• Melhor Ambiente e Valorização do Património: Este objetivo visa assegurar um modelo de desenvolvimento que integre, por um lado, a proteção do ambiente, com base na conservação e gestão sustentável dos recursos naturais, por forma a que o património natural seja evidenciado como fator de diferenciação positiva e, por outro, o combate às alterações climáticas que, sendo em si mesmo um desafio para diversos setores da sociedade, deve ser encarado como uma oportunidade para promover o desenvolvimento sustentável. Tem-se em vista, também, a preservação e valorização do património construído. • Mais Equidade, Igualdade de Oportunidades e Coesão Social: Este objetivo estratégico visa a garantia da satisfação das necessidades básicas na área da saúde, educação, formação, cultura, justiça e segurança social, de modo a favorecer a qualidade de vida num quadro de coesão, inclusão, equidade e justiça social, bem como de sustentabilidade dos sistemas públicos de proteção social. Visa-se, também, fazer face a novos riscos de exclusão, em particular resultantes da difusão das novas tecnologias de informação e comunicação, que deve ser acompanhada por medidas ativas de combate à infoexclusão. • Melhor conectividade Internacional do País e Valorização Equilibrada do Território: Pretende-se mobilizar os diversos instrumentos de planeamento com efeitos diretos no território, de modo a reduzir o impacto negativo do posicionamento periférico de Portugal no contexto europeu, melhorando ou criando infraestruturas de acesso eficaz às redes internacionais de transportes e de comunicações, tirando partido da conectividade digital e reforçando as condições de competitividade nacional e regional. Preconiza-se, também, o valorizar o papel das cidades como motores fundamentais de desenvolvimento e internacionalização, tornando-as mais atrativas e sustentáveis, de modo a reforçar o papel do sistema urbano nacional como dinamizador do conjunto do território.	• FCD I • FCD3
Plano Nacional da Água (PNA) Decreto-Lei n.º 112/2002, de 17 de abril	○ PNA baseia-se nas seguintes linhas de orientação: • Aumento da produtividade da água e promoção do seu uso racional, com o máximo respeito pela integridade territorial das bacias hidrográficas • Proteção, conservação e requalificação dos meios hídricos e dos ecossistemas associados • Satisfação das necessidades das populações e do desenvolvimento económico e social do País • Respeito pela legislação nacional e comunitária relevante e satisfação dos compromissos internacionais assumidos pelo Estado Português • Acesso à informação e participação dos cidadãos na gestão dos recursos	• FCD I • FCD3
Programa Nacional para o uso Eficiente da Água (PNUEA) Resolução do Conselho de Ministros n.º 113/2005	○ Programa tem como objetivos gerais: • Promoção do uso eficiente da água em Portugal, nos setores urbano agrícola e industrial, contribuindo para a minimização dos riscos de escassez hídrica e para a melhoria das condições ambientais nos meios hídricos • Contribuir para a consolidação de uma nova cultura da água em Portugal, através da qual este recurso seja crescentemente valorizado não só pela sua importância para o desenvolvimento humano e económico mas também para a preservação do meio natural, no espírito do conceito de desenvolvimento sustentável	• FCD3
Estratégia Nacional para os Efluentes Agropecuários e Agroindustriais (ENEAPAI 2007-2013) (MAOTDR, 2007)	A ENEAPAI define como objetivos estratégicos: • O cumprimento do normativo legal; • Abordagem territorial e sectorial integrada; • Modelos de gestão eficientes e sustentáveis; • Aplicar o princípio do poluidor pagador e garantir um quadro tarifário sustentável para os setores económicos; • Utilizar adequadamente os instrumentos de cofinanciamento, designadamente o	• FCD I

Instrumentos que constituem o QRE	Principais objetivos e diretrizes, nomeadamente em matéria de ambiente e desenvolvimento sustentável	FCD
	QREN;	
Estratégia Nacional para os Efluentes Agropecuários e Agroindustriais (ENEAPAI 2007-2013) (MAOTDR, 2007) (continuação)	• Potenciar as soluções coletivas e utilização de infraestruturas já existentes Para atingir os Objetivos Estratégicos e para implementar a Estratégia delineada, são definidas as seguintes medidas consideradas fundamentais: • Medida 1 – Criar uma estrutura de coordenação e acompanhamento • Medida 2 – Elaborar Planos Regionais de Gestão Integrada • Medida 3 – Definir modelos financeiros de suporte • Medida 4 – Implementar modelos de gestão e desenvolver sistemas de informação • Medida 5 – Rever e atualizar o normativo legal • Medida 6 – Elaborar manuais de boas práticas • Medida 7 – Definir o quadro de investigação e desenvolvimento	• FCD1
Plano Estratégico de Abastecimento de Água e Saneamento de Águas Residuais (PEAASAR) Despacho n.º 2339/2007	Define três grandes objetivos estratégicos: • A universalidade, a continuidade e a qualidade do serviço; • A sustentabilidade do setor; • A proteção dos valores ambientais.	• FCD3
Plano Estratégico para os Resíduos Sólidos Urbanos (2007-2016) (PERSU II) Portaria n.º 187/2007	Tem como objetivos gerais: • Apostar na prevenção da produção de RSU; • Desviar resíduos biodegradáveis de aterro; • Promover a valorização de resíduos.	• FCD3
Plano de Intervenção para Resíduos Sólidos Urbanos e Equiparados (PIRSUE) Despacho n.º 454/2006 (2.ª série)	O PIRSUE define cinco eixos de intervenção: • Deposição em aterro: definição das medidas tendentes a desincentivar a deposição em aterro e a proporcionar maior capacidade de encaixe; • Separação/valorização na origem de RSU e de resíduos equiparados a RSU: definição das medidas tendentes ao incremento da separação de RSU e equiparados a RSU; • Valorização multimaterial, orgânica e energética: definição de medidas tendentes à maximização da valorização de resíduos; • Avaliação da integração dos sistemas de gestão de RSU: definição de medida que permita a otimização de sistemas; • Elaboração de planos de gestão de resíduos: definição de medidas que enquadrem o desenvolvimento e concretização das medidas dos restantes eixos.	• FCD3
Programa Nacional para as Alterações Climáticas (PNAC 2006) Resolução do Conselho de Ministros n.º 104/2006	• O PNAC visa controlar e reduzir as emissões de gases com efeito estufa, respeitando os compromissos de Portugal no Protocolo de Quioto.	• FCD2

Instrumentos que constituem o QRE	Principais objetivos e diretrizes, nomeadamente em matéria de ambiente e desenvolvimento sustentável	FCD
Programa de Ação Nacional de Combate à Desertificação (PANCD) Resolução do Conselho de Ministros n.º 69/99	Este programa apresenta como objetivos estratégicos os seguintes: • Conservação do solo e da água; • Fixação da população ativa nas zonas rurais; • Recuperação das áreas mais afetadas pela desertificação; • Sensibilização da população para a problemática da desertificação; • Consideração da luta contra a desertificação nas políticas gerais e sectoriais.	• FCD1 • FCD3
Estratégia Nacional para a Energia Resolução do Conselho de Ministros n.º 169/2005	• Garantir a segurança do abastecimento de energia, através da diversificação dos recursos primários e dos serviços energéticos e da promoção da eficiência energética na cadeia da oferta e na procura de energia • Estimular e favorecer a concorrência, por forma a promover a defesa dos consumidores, bem como a competitividade e a eficiência das empresas, quer as do setor da energia quer as demais do tecido produtivo nacional • Garantir a adequação ambiental de todo o processo energético, reduzindo os impactos ambientais às escalas local, regional e global, nomeadamente no que respeita à intensidade carbónica do PIB	• FCD3
Estratégia Nacional para as Florestas Resolução do Conselho de Ministros n.º 114/2006 (retificada pela Declaração de Retificação n.º 77/2006)	As seis linhas de ação estratégicas consideradas na Estratégia Nacional para as Florestas são: • Minimização dos riscos de incêndios e agentes bióticos; • Especialização do território; • Melhoria da produtividade através da gestão florestal sustentável; • Redução de riscos de mercado e aumento do valor dos produtos; • Melhoria geral da eficiência e competitividade do setor; • Racionalização e simplificação dos instrumentos de política.	• FCD1 • FCD2 • FCD3
Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e da Biodiversidade (ENCNB) Resolução do Conselho de Ministros n.º 152/2001 (retificada pela Declaração de Retificação n.º 20-AG/2001)	A ENCNB tem três objetivos gerais: • Conservar a Natureza e a diversidade biológica, incluindo os elementos notáveis da geologia, geomorfologia e paleontologia • Promover a utilização sustentável dos recursos biológicos • Contribuir para a prossecução dos objetivos visados pelos processos de cooperação internacional na área da conservação da Natureza em que Portugal está envolvido, em especial os objetivos definidos na Convenção sobre a Diversidade Biológica, designadamente a conservação da biodiversidade, a utilização sustentável Assume ainda as seguintes opções estratégicas fundamentais: • Promover a investigação científica e o conhecimento sobre o património natural, bem como a monitorização de espécies, habitats e ecossistemas • Constituir a Rede Fundamental de Conservação da Natureza e o Sistema Nacional de Áreas Classificadas, integrando neste a Rede Nacional de Áreas Protegidas • Promover a valorização das áreas protegidas e assegurar a conservação do seu património natural, cultural e social • Assegurar a conservação e a valorização do património natural dos sítios e das zonas de proteção especial integrados no processo da Rede Natura 2000 • Desenvolver em todo o território nacional ações específicas de conservação e gestão de espécies e habitats, bem como de salvaguarda e valorização do património paisagístico e dos elementos notáveis do património geológico, geomorfológico e paleontológico	• FCD1

Instrumentos que constituem o QRE	Principais objetivos e diretrizes, nomeadamente em matéria de ambiente e desenvolvimento sustentável	FCD
Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e da Biodiversidade (ENCNB) Resolução do Conselho de Ministros n.º 152/2001 (retificada pela Declaração de Retificação n.º 20-AG/2001) (continuação)	• Promover a integração da política de conservação da Natureza e do princípio da utilização sustentável dos recursos biológicos na política de ordenamento do território e nas diferentes políticas sectoriais • Aperfeiçoar a articulação e a cooperação entre a administração central, regional e local • Promover a educação e a formação em matéria de conservação da Natureza e da biodiversidade • Assegurar a informação, sensibilização e participação do público, bem como mobilizar e incentivar a sociedade civil • Intensificar a cooperação internacional	• FCD I
Estratégia Nacional para a Gestão Integrada da Zona Costeira (ENGIZC) Resolução do Conselho de Ministros n.º 82/2009	A ENGIZC visa a prossecução de uma “visão” que pretende: • Uma zona costeira com identidade própria, apostando nos seus recursos e nos valores únicos naturais e culturais identitários desses territórios; • Uma zona costeira sustentável, com salvaguarda e valorização dos seus recursos e valores naturais, patrimoniais e paisagísticos baseada numa gestão que privilegie as opções naturalizadas e adaptativas que melhor se coadunem com uma abordagem integrada das questões sociais, económicas e ambientais; • Uma zona costeira bem ordenada, adequando os usos e ocupações às capacidades de carga e de resiliência dos sistemas naturais, bem como à sensibilidade das diferentes áreas, no âmbito de uma visão sistémica e prospetiva do ordenamento e planeamento destas áreas; • Uma zona costeira segura e pública, conjugando de forma harmoniosa a utilização e fruição pública e a ocupação humana com a gestão preventiva dos riscos associados, nomeadamente erosivos, especialmente em zonas ameaçadas pela subida do nível médio das águas do mar; • Uma zona costeira competitiva, como espaço produtivo gerador de riqueza e de emprego centrados na valorização económica dos potenciais marinhos e marítimos, naturais e culturais, existentes, nomeadamente através do recurso a iniciativas económicas que incorporem tecnologias com reduzido impacto ambiental e modelos sustentáveis de desenvolvimento económico.	• FCD I • FCD2 • FCD3
Orientações estratégicas para o setor ferroviário (MOPTC, 2006)	Objetivos estratégicos para o setor ferroviário: • Melhorar a Acessibilidade e a Mobilidade, de modo a que daí decorra uma Quota de Mercado relevante, destacando-se os seguintes objetivos; • Garantir padrões adequados de Segurança, de Interoperabilidade e de Sustentabilidade Ambiental da rede, destacando-se os seguintes objetivos; • Evoluir para um Modelo de Financiamento Sustentável e promotor da Eficiência; • Promover a Investigação, o Desenvolvimento e a Inovação.	• FCD3

Instrumentos que constituem o QRE	Principais objetivos e diretrizes, nomeadamente em matéria de ambiente e desenvolvimento sustentável	FCD
Plano Estratégico Nacional do Turismo (PENT) (2006-2015) Resolução do Conselho de Ministros n.º 53/2007, de 4 de abril	• O PENT define as ações para o crescimento sustentado do Turismo Nacional entre 2006 e 2015. Tem como objetivos estratégicos o aumento da contribuição do turismo para o PIB nacional e para o emprego qualificado e a dinamização do turismo interno. Formula os objetivos e linhas de desenvolvimento estratégico para o setor, materializados em 5 eixos estratégicos (território, destinos e produtos; marcas e mercados; qualificação de recursos; distribuição e comercialização; e inovação e conhecimento), através de 11 projetos de implementação. No âmbito das linhas orientadoras para as regiões, o PENT define como meta desenvolver ofertas distintivas para as regiões capitalizando na vocação natural de cada região e desenvolvendo fatores de qualificação. A intervenção nos produtos deverá ser efetuada numa ótica regional, desenvolvendo ofertas distintivas e inovadoras, alinhadas com a proposta de valor de Portugal, capitalizando na vocação natural de cada região e desenvolvendo fatores de qualificação. Os produtos chave para o crescimento do Centro são o circuito turístico (touring) cultural e paisagístico (rotas arqueológicas e de património arquitetónico e artístico) e o turismo de natureza, completados por quatro produtos-conjuntos turísticos (resorts) integrados e turismo residencial, golfe, saúde e bem-estar e gastronomia e vinhos. De destacar ainda a importância de oportunidades de vendas cruzadas (cross-selling) com as regiões de Lisboa e Porto e Norte para aumentar o número de turistas estrangeiros. Das ações necessárias para o desenvolvimento da região, destaca-se a criação de rotas temáticas para o circuito turístico (touring).	• FCD3
Regulamento Geral do Ruído Lei n.º 9/2007 de 17 de janeiro	• O RGR estabelece o regime de prevenção e controlo da poluição sonora visando a salvaguarda da saúde humana e o bem-estar das populações. Estabelece que as Câmaras Municipais elaboram mapas de ruído para apoiar a elaboração, alteração e revisão dos PDM e dos PU, e que elaboram relatórios sobre recolha de dados acústicos para apoiar a elaboração, alteração e revisão dos PP (sem prejuízo de poderem elaborar mapas de ruído sempre que se justifique)	• FCD2
Plano Municipal de Emergência	• Definir as orientações relativas ao modo de atuação dos vários organismos, serviços e estruturas a empenhar em operações de Proteção Civil	• FCD2

Quadro A2.2 – Objetivos ambientais, critérios de avaliação e metas relevantes do QRE por FCD

Objetivos ambientais	Critério de avaliação	Metas relevantes
FCD I - Proteção e valorização de recursos naturais e patrimoniais		
Proteger e valorizar as áreas com interesse para a conservação da natureza, conservando e valorizando a biodiversidade	Conservação da natureza	- As medidas e orientações previstas no PSRN2000 devem ser inseridas nos planos municipais de ordenamento do território até 2013 (PNPOT; PSRN2000) - Suster, até 2010, o declínio da biodiversidade: assegurar a compensação das espécies e dos habitats afetados (ENDS)
Proteger, conservar e valorizar e os recursos hídricos e assegurar a proteção dos meios aquáticos e ribeirinhos	Recursos hídricos	- Bom estado de todas massas de água superficiais que se encontram em estado inferior a bom até 2027 (PGBH RH4) - Bom estado da massa de água subterrânea Leirosa-Monte Real até 2021 (PGBH RH4) - Obrigatoriedade da emissão do título de utilização dos recursos hídricos para pesquisa e captação nas massas de águas subterrâneas em estado quantitativo medíocre, como previsto no art.º 16º do Decreto-Lei 226A/2007, de 31 de maio (PGBH RH4) - Delimitar e aprovar os perímetros de proteção, para as captações de água subterrânea em que se prevê continuar a sua exploração no âmbito do PEAASAR (PGBH RH4) % de água captada que provém de captações com perímetro de proteção ou plano de ordenamento de albufeira de águas públicas ≥ 95%, até 2013 (PEAASAR II) - Na sub-bacia do Mondego, controlar as espécies invasoras presentes nas galerias ripícolas. Desobstruir o leito, em situações localizadas, de espécies infestantes e de resíduos. Preservar zonas de proteção para habitats ou espécies (PGBH RH4) - Limpar e remover resíduos e arrancar espécies infestantes, plantar vegetação autóctone, criar zonas de riffle-pool artificiais para fomentar a heterogeneidade de habitats aquáticos. Aplicar drenagem ao longo das margens para retenção de sedimentos nas zonas críticas (agricultura intensiva), nomeadamente nas massas de água PT04LIS0706 (Ribeira da Carreira) - 2,6 km - Da NI09 até a Foz (Carreira); PT04MON0683 (Vala de Anços) - 6,5 km - Da EN341 (Marujal) e Gesteira; T04MON0691 (Rio Pranto) - 18,3 km - Do Casal da Rola a Castela (PGBH RH4) - Aplicar as medidas da Estratégia Nacional de Efluentes Agropecuários e Agroindustriais, nos Núcleos de ação Prioritária, designadamente a elaboração de Planos Regionais de Gestão Integrada (PRGI). Definição de processos e criação de instrumentos para acompanhamento do Regime de Exercício de atividades Pecuária (REAP) (PGBH RH4) - Criar um sistema de alerta contra casos de poluição accidental, em articulação com a Autoridade Nacional de Proteção Civil (PGBH RH4)
Conservar os valores geológicos e geomorfológicos e utilizar a riqueza em termos de recursos geológicos de forma ambientalmente sustentável	Geologia e geomorfologia	- Atualizar o cadastro e promover a criação de áreas de reserva e áreas cativas para a gestão racional dos recursos geológicos até 2010 (PNPOT) - Concluir o Programa Nacional de Áreas Extrativas Desativadas, com incidência no conteúdo dos PMOT até 2008 (PNPOT)

Objetivos ambientais	Critério de avaliação	Metas relevantes
• Conservar e valorizar o património arqueológico e arquitetónico	• Património cultural	• Articular a Lei de Bases do Património Cultural com os instrumentos de gestão territorial até 2008 (PNPOT)
FCD2- Vulnerabilidades ambientais e ordenamento do território		
• Prevenir e minimizar as vulnerabilidades ambientais	• Vulnerabilidade ambiental	• Definir para os diferentes tipos de riscos, as áreas de perigosidade, os usos compatíveis nessas áreas, e as medidas de prevenção e mitigação dos riscos identificados, até 2013 (PNPOT) • Desenvolver planos de emergência de base territorial, em articulação com os instrumentos de planeamento municipal até 2009 (PNPOT) • Elaborar cartas de zonas inundáveis, cartas risco de inundações e planos de gestão desses riscos, com o âmbito estabelecido no Decreto-Lei 115/2010 de 22 de outubro (PGBH RH4) • Implementar o PNDFCI, bem como os planos municipais de defesa da floresta (PNPOT; PNDFCI) • Em 2025, a %de área queimada anualmente em cada sub-região homogénea abrangida pelo concelho de Pombal deverá ser: Dunas litorais e Baixo Mondego <1%; Sicó e Alvaiázere <1%; Gândaras Sul <1% (PROF)
• Definir a estrutura ecológica municipal	• Estrutura ecológica	• Definir nos Planos Municipais de Ordenamento do Território as estruturas ecológicas municipais assegurando a sua compatibilidade com a estrutura ecológica regional, até 2013 (PNPOT; ENCNB) • Os corredores ecológicos definidos no PROF devem ser objeto de tratamento específico no âmbito dos PGF e devem ainda contribuir para a definição da estrutura ecológica municipal no âmbito dos PMOT. Estes corredores devem ser compatibilizados com as redes regionais de defesa da floresta contra os incêndios (RDFCI), sendo estas de caráter prioritário (PROF) • Assegurar a funcionalidade dos sistemas naturais garantindo o equilíbrio dos ciclos da água e dos nutrientes e a existência de corredores ecológicos (ENDS)
• Garantir a coerência com as condicionantes e o ordenamento incidentes no território	• Condicionantes ao uso do solo	• Rever o regime jurídico da REN, atualizando os conceitos, aperfeiçoando os critérios técnicos e permitindo formas de gestão mais eficazes e consentâneas com o objetivo de preservação dos recursos e valores em causa, até 2008 (ENDS) • Os Planos de Gestão Florestal devem estar aplicados até 2013 (PNPOT) • A Mata Nacional do Urso está submetida ao regime florestal regime florestal e obrigada à aplicação de PGF. Objetivos: produção; proteção; recreio, enquadramento e estética da paisagem (PROF) • As freguesias de Almagueira e Pombal, Carnide e Albergaria dos Doze são propostas como freguesias com espaços florestais prioritários para instalação de ZIF (PROF) • Em 2013, a nível nacional, 600 mil ha de floresta privada incluindo as Zonas de intervenção Florestal devem ter PGF (ENF) • Percentagem de espaços florestais em relação à superfície total da região PROF em 2025: Dunas litorais e Baixo Mondego 54%; Sicó e Alvaiázere 67%; Gândaras Sul 64% (PROF)

Objetivos ambientais	Critério de avaliação	Metas relevantes
FCD3- Competitividade territorial e qualidade de vida		
Assegurar a equidade territorial no provimento de infraestruturas e equipamentos coletivos e a universalidade no acesso aos serviços de interesse geral, promovendo a coesão territorial e social	Equipamentos e infraestruturas ambientais	- Consolidar as redes de educação pré-escolar e de ensino básico em consonância com as dinâmicas de povoamento e assegurando que a dimensão mínima das escolas seja adequada às necessidades pedagógicas e à eficiência da oferta educativa, até 2013 (PNPOT) - Valorizar as redes de agrupamentos e de escolas de ensino secundário em articulação com a rede de centros de formação profissional, considerando a dinâmica da procura, e o sistema de acessibilidades, com destaque para o transporte público, até 2013 (PNPOT) - Implementar as cartas educativas e desportivas até 2013 (PNPOT) - Reforçar a oferta de equipamentos de solidariedade e de ação social contribuindo para a promoção da equidade, da inclusão social, e de uma resposta concertada de apoio às famílias, até 2013 (PNPOT) - Desenvolver a oferta de equipamentos destinados às atividades de lazer ativo e de desporto, com vista a aumentar a prática desportiva, até 2013 (PNPOT) - Dar continuidade aos programas de recuperação e expansão da rede de equipamentos culturais, até 2013 (PNPOT) % do n.º de alojamentos servidos por sistema público de abastecimento de água $\geq 95\%$ com variação entre 80-100%; % do n.º de alojamentos servidos por sistema público de saneamento de águas residuais $\geq 90\%$ com variação entre 70-100% (PEAASAR II) % de água captada que é efetivamente utilizada e não perdida $\geq 80\%$ (ENDS; PNUEA; PEAASAR II) - População equivalente servida por sistema público de saneamento de águas residuais que assegura o cumprimento da legislação em termos de descargas de acordo com a respetiva licença $\geq 80\%$ % de reutilização de águas residuais tratadas $\geq 10\%$ - Assegurar o cumprimento das normas de qualidade da água para consumo humano (ENDS). Em 2013: % do n.º de análises realizadas à água tratada cujos resultados estão conformes com a legislação $\geq 99\%$ (PEAASAR II) - Em 2016: Os RUB destinados a aterros devem ser reduzidos para 35% da quantidade total (em peso) de RUB produzidos em 1995, ou seja, 788 452 t (PERSU II) - Em 2011: a captação de recolha seletiva, em termos médios nacionais deve ser > 50 kg/hab.ano (PERSU II)
Desenvolver e valorizar os centros e sistemas urbanos e qualificar as zonas de baixa densidade	Área Edificadas e Habitação	- Promover a inserção nos instrumentos de planeamento municipal dos objetivos sociais de combate à segregação urbana, designadamente através da institucionalização dos princípios da diversidade dos modelos de usos e tipologias de habitação, até 2013 (PNPOT) - Implementar programas municipais de resposta às graves carências habitacionais em coerência com os objetivos de equidade social e territorial, reforçando a solução de reabilitação do parque devoluto em relação à construção nova, até 2013 (PNPOT)

Objetivos ambientais	Critério de avaliação	Metas relevantes
Diversificar a base económica local, fomentando a criação de emprego qualificado	Emprego e estrutura empresarial	- Incentivar o desenvolvimento de polos de competitividade regional baseados em novos fatores da economia do conhecimento até 2013 (PNPOT) - Promover oportunidades de emprego qualificado em regiões com menor dinamismo económico e social, visando atrair estratos populacionais mais jovens e qualificados e proporcionar um maior equilíbrio na distribuição espacial da população, até 2013 (PNPOT)
Reforçar a competitividade económica das atividades e fileiras produtivas agroflorestais	Desenvolvimento rural	- Inverter em termos reais a tendência de decréscimo do VAB da agricultura, pecuária, caça e silvicultura (ENDS) - Produtividade do trabalho em agricultura (VABpb agrícola/UTA) $\geq 5500\text{€}/\text{UTA}$ em 2013 (região centro) (PDR da Região Centro) - Promover o desenvolvimento sustentável da floresta na perspectiva do uso múltiplo, tendo em atenção a conservação da natureza e da biodiversidade e a redução da vulnerabilidade a incêndios florestais (ENDS) - Aumentar o valor económico da produção das diversas componentes da "matriz estruturante do valor da floresta (ENF)
Valorizar o quadro de oportunidades resultante dos investimentos em infraestruturas de transporte e logística	Mobilidade e acessibilidade	- Reforço da utilização de transporte público e da mobilidade não motorizada até 2013 (PNPOT) - Até 2015 garantir o acesso em boas condições aos portos principais, plataformas logísticas e melhorar as ligações internacionais (OESF)
Promover o potencial turístico, nomeadamente o turismo de natureza	Dinâmica turística	- Na região Centro, até 2015: meta de 2,2 e 2,3 milhões de dormidas de estrangeiros, crescendo a uma taxa média anual de 7,3%; aumento anual de 6,2% em número de turistas (hóspedes estrangeiros); as receitas (proveitos totais em estabelecimentos hoteleiros) deverão crescer a um ritmo anual de 10%. O objetivo de crescimento de dormidas de turistas nacionais é de 2,3% ao ano. O Turismo deverá crescer em número de turistas e em valor. A estratégia prevê o cross-selling com a região de Lisboa e do Porto e Norte. A atração de turistas estrangeiros será feita através dos produtos Touring e Turismo de Natureza (PENT) - Diversificar a oferta estruturada de produtos turísticos numa perspectiva territorial, em particular nos domínios do Turismo no Espaço Rural, cultural e de natureza, potenciando o desenvolvimento de complementaridades sub-regionais e locais, até 2013 (PNPOT)

Anexo 3 – Documentos de apoio à análise dos fatores críticos de decisão

Esta página foi deixada propositadamente em branco.

Quadro A.3.1 – Indicadores socioeconómicos selecionados: Continente, regiões NUTS II Centro e NUTS III Pinhal Litoral, concelho de Pombal e respetivas freguesias

Indicador	Ano	Continente	NUTS II Centro	NUTS III Pinhal Litoral	Pombal (concelho)	Abiul	Albergaria dos Doze	Almagreira	Carnide	Carriço	Louriçal	Mata Mourisca	Pelariga	Pombal (freguesia)	Redinha	Santiago de Litém	São Simão de Litém	Vermoil	Vila Chã	Meirinhas	Guia	Ilha
População																						
População residente (hab)	2011	10.041.813	2.327.580	260.924	55.217	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.
População flutuante (hab equivalentes/ano) (*)	2001	9.869.343	2.348.397	250.990	56.299	3.090	1.745	3.075	1.722	3.872	5.095	1.942	2.291	16.049	2.363	2.550	1.605	2.855	1.725	1.732	2.726	1.862
Crescimento médio anual da população residente (%)	2001	388.254	102.803	7.767	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.
	2001-2011	0.17	-0.09	0.39	-0.19	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.
	1991-2001	0.51	0.39	1.13	0.92	-0.40	-1.03	0.55	1.59	0.15	0.05	0.15	0.89	2.28	0.67	0.94	-0.20	1.05	-0.01	2.61	0.08	1.45
Índice de envelhecimento (%)	2001	104.5	129.6	97.1	125.3	251.1	188.8	140.0	82.8	97.1	115.6	111.0	138.4	91.6	192.5	231.8	230.6	149.5	244.8	81.4	88.3	76.6
Densidade populacional (hab/km2)	2001	111	83	144	90	58	76	72	77	46	106	73	87	166	57	83	100	132	57	180	74	113
Taxa de atividade (%)	2001	48.4	45.5	48.5	42.1	33.9	37.8	37.6	44.8	51.0	40.7	43.4	39.8	46.7	37.4	34.2	31.6	39.4	33.4	43.3	45.4	44.7
População ativa estimada (hab)	2011	4.861.614	1.058.398	126.482	23.256	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.
Famílias																						
Famílias (n.º)	2001	3.503.287	848.286	91.755	23.059	1.392	819	1.376	579	1.612	2.182	672	1.019	6.124	1.082	1.154	707	1.114	742	687	993	805
Em alojamentos não clássicos (%)	2001	0.8	0.5	0.4	0.4	0.2	0.6	0.1	0.2	0.5	0.1	0.1	0.0	0.8	0.3	0.4	0.0	0.3	0.1	0.1	0.1	0.1
Em fogos partilhados (%)	2001	3.3	3.1	6.7	21.0	16.7	29.8	32.1	1.0	35.1	36.8	3.3	31.9	12.2	29.5	28.8	21.9	10.0	17.0	0.0	9.8	39.4
Em alojamentos superlotados (%)	2001	16.1	10.6	8.6	8.2	9.7	5.6	5.3	8.8	9.7	9.8	6.5	4.7	8.0	8.6	9.0	7.6	6.6	5.7	14.1	9.0	9.2
Habitação																						
Alojamentos familiares (n.º)	2001	4.858.788	1.252.754	122.965	30.095	2.143	1.202	1.730	851	1.631	2.273	943	1.145	8.371	1.319	1.627	1.181	1.620	980	934	1.295	850
Não clássicos (%)	2001	0.5	0.3	0.3	0.3	0.1	0.4	0.1	0.1	0.5	0.1	0.1	0.0	0.6	0.2	0.2	0.0	0.2	0.1	0.1	0.1	0.1
Temporários ou sazonais (%)	2001	18.5	23.2	17.8	23.4	22.9	26.7	26.1	27.6	15.4	18.0	24.5	17.1	22.7	16.5	34.1	44.5	28.1	24.2	17.3	19.2	17.4
Vagos (%)	2001	10.8	10.4	10.5	9.2	18.3	16.1	9.1	4.7	5.8	6.1	5.4	9.7	9.2	14.6	6.4	3.3	7.2	7.9	9.1	8.6	9.2
Anteriores a 1946 (%)	2001	14.2	6.5	3.2	2.9	5.9	2.1	2.2	0.9	2.5	3.8	0.5	5.2	2.6	8.4	2.0	1.9	1.6	4.2	2.1	0.8	0.4
Carências habitacionais (n.º fogos) (**)	2001	500.662	74.548	7.318	3.427	207	151	259	24	356	504	28	198	661	230	215	103	92	92	40	83	185
Edifícios						6.03	4.40	7.56	0.69	10.40	14.69	0.83	5.78	19.28	6.72	6.28	3.00	2.68	2.67	1.17	2.42	5.40
Edifícios (n.º)	2001	2.997.659	992.321	96.676	26.954	2.119	1.125	1.725	832	1.594	2.175	942	1.137	5.900	1.285	1.600	1.162	1.601	978	774	1.192	813
Anteriores a 1946 (%)	2001	18.9	19.0	11.9	11.6	20.6	11.6	10.3	7.9	9.5	10.2	3.4	14.2	10.4	20.2	13.6	12.7	6.6	14.2	11.5	10.1	6.3
Posteriores a 1980 (%)	2001	39.4	38.3	39.4	37.7	26.4	37.2	30.6	37.7	40.8	42.4	47.3	33.6	40.2	31.3	28.8	38.0	45.9	31.1	42.5	41.5	48.7
Posteriores a 1990 (%)	2001	19.0	18.7	18.6	16.7	9.1	14.3	12.5	16.0	18.7	18.9	21.2	12.4	19.3	14.7	13.8	13.6	24.0	15.1	21.4	16.8	18.1
Estrutura de betão armado (%)	2001	30.3	25.6	28.7	35.2	28.9	32.5	17.7	55.0	26.9	12.6	65.1	36.3	51.5	37.2	2.0	71.4	38.5	49.9	43.4	16.0	0.0
Paredes de alvenaria argamassada, com placa (%)	2001	40.6	42.5	47.5	37.3	29.4	36.6	55.9	22.2	47.9	59.9	15.6	36.0	29.0	22.1	52.8	8.3	38.4	15.2	30.6	59.1	75.0
Paredes de alvenaria argamassada, sem placa (%)	2001	17.4	19.1	15.5	16.0	30.3	15.9	14.5	13.1	13.4	15.0	10.4	9.1	11.5	22.3	37.5	12.0	12.9	18.0	13.0	9.2	11.2
Paredes de adobe, taipa ou de alvenaria de pedra solta (%)	2001	11.1	12.4	7.9	11.0	11.5	2.6	11.8	9.6	11.7	12.3	8.9	18.6	8.1	18.4	7.6	8.3	10.2	16.8	12.9	15.6	13.7

Indicador	Ano	Continente	NUTS II Centro	NUTS III Pinhal Litoral	Pombal (concelho)	Abiul	Albergaria dos Doze	Almagreira	Carnide	Carriço	Louriçal	Mata Mourisca	Pelariga	Pombal (freguesia)	Redinha	Santiago de Litém	São Simão de Litém	Vermoil	Vila Chã	Meirinhas	Guia	Ilha
Outro tipo de estrutura Edifícios exclusivamente residenciais (%) Edifícios com 3 e mais pavimentos (%)	2001	0.4	0.4	0.4	0.6	0.0	12.4	0.1	0.0	0.1	0.1	0.0	0.0	0.0	0.0	0.1	0.0	0.0	0.1	0.0	0.1	0.1
	2001	91.2	92.6	92.9	94.0	97.2	94.3	97.8	98.6	78.0	95.5	98.6	96.7	92.4	91.6	98.4	98.6	90.6	98.0	94.3	92.3	96.2
	2001	14.7	13.8	8.8	8.8	8.8	9.5	2.3	2.5	1.1	13.1	1.0	0.4	16.7	3.0	1.8	18.7	8.4	15.2	5.9	6.8	1.2
Desemprego																						
Registado nos Centros de Emprego (n.º)	Jan.2012	541.153	86.690	11.431	1.908	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.
Mulheres (%)	Jan.2012	54.0	54.8	56.3	56.1	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.
Longa duração (%)	Jan.2012	40.2	33.9	28.2	29.5	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.
Procura de 1.º emprego (%)	Jan.2012	8.3	9.3	7.3	9.5	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.
Jovens com menos de 25 anos (%)	Jan.2012	12.3	13.1	13.2	13.6	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.
Sem habilitações (%)	Jan.2012	5.2	4.5	3.5	4.9	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.
Licenciados (%)	Jan.2012	11.4	13.4	13.3	13.8	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.
Varição homóloga (n.º)	Out.2010/11	11.816	9.522	2.096	289	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.
Rácio desemprego registado/pop. ativa estimada (%)	Jan.2012	11.1	8.2	9.0	8.2	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.
Varição homóloga (pontos percentuais)	Out.2010/11	0.24	0.90	1.66	1.24	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.
Agricultura																						
Explorações agrícolas (n.º)	2009	276.776	104.607	5.895	2.399	236	9	212	88	129	335	134	127	440	148	92	50	94	134	35	69	67
Explorações com superfície irrigável (%)	2009	54.0	58.3	67.5	76.9	15.7	77.8	92.0	83.0	82.9	91.0	91.8	87.4	89.1	74.3	76.1	74.0	62.8	53.7	77.1	84.1	94.0
Superfície Agrícola Utilizada - SAU (hectares)	2009	3.542.305	570.003	13.469	4.108	457	11	331	87	172	774	157	207	723	281	177	97	168	268	37	97	65
Culturas permanentes (%)	2009	19.4	27.6	31.8	27.9	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.
Culturas temporárias (%)	2009	26.1	37.3	52.2	64.2	58.6	54.5	66.2	82.8	93.6	82.9	79.0	64.3	50.2	65.5	40.1	58.8	66.1	25.0	62.2	81.4	93.8
Prados e pastagens permanentes (%)	2009	48.6	34.3	18.7	6.3	1.8	18.2	6.6	0.0	0.6	3.5	6.4	14.0	5.8	4.3	16.4	4.1	2.4	23.1	2.7	5.2	0.0
Superfície irrigável (% SAU)	2009	15.1	23.7	40.1	41.5	4.2	54.5	59.2	56.3	66.3	68.7	57.3	49.8	28.8	34.9	33.9	17.5	26.2	17.5	43.2	59.8	72.3
SAU (hectares) por exploração	2009	12.8	5.4	2.3	1.7	1.9	1.2	1.6	1.0	1.3	2.3	1.2	1.6	1.6	1.9	1.9	1.9	1.8	2.0	1.1	1.4	1.0
UTA média por exploração agrícola (n.º)	2009	1.2	1.2	1.3	1.4	1.5	1.8	1.5	1.3	1.2	1.3	1.7	1.0	1.4	1.4	1.3	1.6	1.4	1.3	1.9	1.4	1.3
Turismo																						
Estabelecimentos hoteleiros - Total (n.º)	2010	1.741	418	44	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.
Hotéis (%)	2010	38.7	45.9	45.5	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.
Pensões (%)	2010	38.2	41.9	47.7	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.
Outros (%)	2010	23.1	12.2	6.8	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.
Capacidade de alojamento - Total (n.º de camas)	2010	241.941	38.920	3.870	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.
Hotéis (%)	2010	52.6	65.6	59.1	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.
Pensões (%)	2010	13.0	22.2	33.0	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.

Indicador	Ano	Continente	NUTS II Centro	NUTS III Pinhal Litoral	Pombal (concelho)	Abiul	Albergaria dos Doze	Almagreira	Carnide	Carriço	Louriçal	Mata Mourisca	Pelariga	Pombal (freguesia)	Redinha	Santiago de Litém	São Simão de Litém	Vermoil	Vila Chã	Meirinhas	Guia	Ilha
Outros (%)	2010	34.5	12.2	8.0	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.
Dormidas em estabelecimentos hoteleiros (n.º)	2010	31.362.735	2.890.586	341.691	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.
Crescimento médio anual (%)	2002-2010	1.4	10.5	12.3	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.
Dormidas de residentes em Portugal (%)	2010	39.6	88.0	64.8	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.

n.d. - Não disponível

(*) = (Alojamentos sazonais ou temporários * Dimensão média das famílias * 45 dias + Dormidas em estabelecimentos hoteleiros) / 365 dias

(**) = Famílias em alojamentos não clássicos + Famílias em fogos partilhados / 2 + (Famílias em alojamentos superlotados + Alojamentos anteriores a 1946) / 3

FONTE: INE - Censos 91, 2001 e 2011 (Resultados Preliminares); Recenseamento Agrícola 2009; Anuários Estatísticos da Região Alentejo 2003 e 2010; CD-ROM "O País em Números 2008"; IEPF - Estatísticas Mensais por Concelho, outubro de 2010 e de 2011 (<http://www.iefp.pt/>) (com cálculos próprios)

Esta página foi deixada propositadamente em branco

Quadro A.3.2 – Dotação das freguesias do concelho de Pombal em equipamentos coletivos (2002)

Equipamentos coletivos	Unidade	Abiul	Albergaria dos Doze	Almagreira	Carnide	Carriço	Louriçal	Mata Mourisca	Pelariga	Pombal (freg.)	Redinha	Santiago de Litém	São Simão de Litém	Vermoil	Vila Cã	Meirinhas	Guia	Ilha
Equipamentos de saúde																		
Hospital geral público	Nº	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0
Centro de saúde ou extensão	Nº	1	1	1	1	2	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
Hospital/Clínica particular	Nº	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Farmácia	Nº	1	2	1	2	1	1	1	1	4	1	1	0	1	0	1	1	1
Consultório médico	Nº	0	2	0	0	0	4	0	0	9	0	4	1	1	0	0	3	0
Posto de enfermagem	Nº	0	0	0	0	0	0	0	0	2	0	0	0	0	0	1	0	0
Análises clínicas	Sim/Não	Sim	Sim	Não	Não	Não	Sim	Não	Não	Sim	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Sim	Não
Radiologia	Sim/Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Sim	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não
Ecografia	Sim/Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Sim	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não
TAC	Sim/Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Sim	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não
Centro de atendimento a toxicodependentes	Sim/Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Sim	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não
Clínica de tratamento de toxicodependência	Sim/Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não
Centro de reabilitação de deficientes motores	Sim/Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Sim	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não
Centro de apoio a doentes com sida	Sim/Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Sim	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não
Clínica de tratamento de alcoolismo	Sim/Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não
Equipamentos de ação social																		
Creche	Nº	0	0	0	0	1	0	0	2	4	0	0	0	0	0	0	1	0
Lar de crianças e jovens	Nº	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0
Lar de idosos	Nº	0	1	1	1	0	2	0	1	4	0	1	1	1	1	0	1	1
Centro de dia	Nº	0	1	1	0	1	1	1	1	4	1	1	1	1	0	1	0	1
Centro de emprego	Nº	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Centro de Atividades de Tempos Livres (ATL)	Nº	0	0	1	0	1	1	2	0	6	0	0	1	1	0	0	0	1
Equipamentos de educação																		
Ensino pré-escolar (público e privado)	Nº	1	1	1	2	4	5	2	4	9	1	1	1	3	1	1	2	1
Ensino básico 1º ciclo (público e privado)	Nº	9	4	1	3	6	14	5	4	17	8	4	1	3	4	1	3	5
Ensino básico 2º ciclo (público e privado)	Nº	0	1	0	0	0	1	0	0	3	1	0	0	0	0	1	1	0
Ensino básico 3º ciclo (público e privado)	Nº	0	1	0	0	0	1	0	0	2	1	0	0	0	0	1	1	0
Ensino secundário (público e privado)	Nº	0	0	0	0	0	1	0	0	1	1	0	0	0	0	1	1	0
Ensino universitário (público e privado)	Nº	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Ensino não universitário (público e privado)	Nº	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Escola profissional	Nº	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0
Centro de formação profissional	Nº	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Escola de línguas	Nº	0	0	0	0	0	0	0	0	3	0	0	0	0	0	0	0	0
Escola de informática	Nº	0	0	0	0	0	0	0	0	2	0	0	0	1	0	0	0	0
Escola de arte (ex: música, pintura, dança, teatro)	Nº	0	0	0	0	1	3	0	0	6	1	0	0	1	0	0	0	1

Equipamentos coletivos	Unidade	Abiul	Albergaria dos Doze	Almagreira	Carnide	Carriço	Louriçal	Mata Mourisca	Pelariga	Pombal (freg.)	Redinha	Santiago de Litém	São Simão de Litém	Vermoil	Vila Cã	Meirinhas	Guia	Ilha
Seminário	Nº	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Ensino de braille	Sim/Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não
Ensino de linguagem gestual	Sim/Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não
Escola para pessoas com doença mental	Sim/Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Sim	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não
Equipamentos de cultura e lazer																		
Sala espetáculos, de conferências ou congressos	Sim/Não	Não	Não	Sim	Não	Sim	Não	Não	Não	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Sim	Não	Não	Não
Biblioteca aberta ao público	Sim/Não	Não	Não	Sim	Não	Sim	Não	Não	Não	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Sim	Não	Não	Não
Serviço de biblioteca itinerante	Sim/Não	Não	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	Não	Não	Sim
Museu	Sim/Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Sim	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não
Cinema	Sim/Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Sim	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não
Teatro	Sim/Não	Não	Não	Não	Não	Sim	Não	Não	Não	Sim	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não
Clube recreativo, associação desportiva	Sim/Não	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Sim
Equipamentos desportivos																		
Piscina (coberta ou descoberta)	Nº	0	0	0	0	0	1	0	0	2	1	0	1	0	0	0	0	0
Campo de jogos	Nº	2	1	2	0	5	2	2	1	8	3	2	2	4	1	2	3	3
Pavilhão desportivo	Nº	0	1	0	0	1	1	0	0	8	1	1	0	0	0	0	1	0
Ginásio	Nº	0	0	0	0	1	2	0	0	1	1	0	0	0	0	0	0	0
Campo de ténis	Nº	0	0	0	0	0	0	1	0	2	2	1	1	0	0	0	0	2
Pista de atletismo	Nº	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0
Centro de equitação	Nº	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0
Campo de golfe	Nº	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Sala de squash	Nº	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0

FONTE: INE - Inventário CESAP (in CD-ROM "O País em Números 2008")

Quadro A.3.3 – Taxas de cobertura e utilização das principais respostas de ação social por freguesia de Pombal (2011)

Freguesias e respostas de ação social por público-alvo	Equipamentos n.º	Capacidade Total n.º	Total de Utentes n.º	Taxa de Cobertura (*) %	Taxa de Utilização (**) %
Freguesia de Abiul					
Crianças e Jovens					
Creche	0			0.0	-
Centro de Atividades de Tempos Livres (ATL)	0			0.0	-
Centro de Acolhimento Temporário	0			0.0	-
Pessoas Idosas					
Centro de Convívio	0			0.0	-
Centro de Dia	2	35	9	3.8	25.7
Lar de Idosos	2	65	65	7.0	100.0
Serviço de Apoio Domiciliário	2	49	24	5.3	49.0
Freguesia de Albergaria dos Doze					
Crianças e Jovens					
Creche	1	33	18	45.8	54.5
Centro de Atividades de Tempos Livres (ATL)	0			0.0	-
Centro de Acolhimento Temporário	0			0.0	-
Pessoas Idosas					
Centro de Convívio	0			0.0	-
Centro de Dia	1	20	13	4.4	65.0
Lar de Idosos	2	47	47	10.3	100.0
Serviço de Apoio Domiciliário	1	42	35	9.2	83.3
Freguesia de Almagreira					
Crianças e Jovens					
Creche	0			0.0	-
Centro de Atividades de Tempos Livres (ATL)	1	20	22	7.1	110.0
Centro de Acolhimento Temporário	0			0.0	-
Pessoas Idosas					
Centro de Convívio	0			0.0	-
Centro de Dia	1	20	27	3.4	135.0
Lar de Idosos	2	60	58	10.2	96.7
Serviço de Apoio Domiciliário	1	37	36	6.3	97.3
Freguesia de Carnide					
Crianças e Jovens					
Creche	1	33	16	31.7	48.5
Centro de Atividades de Tempos Livres (ATL)	0			0.0	-
Centro de Acolhimento Temporário	0			0.0	-
Pessoas Idosas					
Centro de Convívio	0				
Centro de Dia	1	30	5	11.5	16.7
Lar de Idosos	2	57	55	21.9	96.5
Serviço de Apoio Domiciliário	1	42	28	16.2	66.7
Freguesia de Carriço					
Crianças e Jovens					
Creche	1	35	35	15.2	100.0
Centro de Atividades de Tempos Livres (ATL)	0			0.0	-
Centro de Acolhimento Temporário	0			0.0	-
Pessoas Idosas					
Centro de Convívio	1	10	5	1.6	50.0
Centro de Dia	1	32	32	5.0	100.0
Lar de Idosos	1	13	13	2.0	100.0
Serviço de Apoio Domiciliário	1	42	42	6.6	100.0
Freguesia de Louriçal					
Crianças e Jovens					
Creche	0			0.0	-
Centro de Atividades de Tempos Livres (ATL)	0			0.0	-
Centro de Acolhimento Temporário	0			0.0	-
Pessoas Idosas					
Centro de Convívio	0			0.0	-
Centro de Dia	1	30	25	3.2	83.3

Freguesias e respostas de ação social por público-alvo	Equipamentos n.º	Capacidade Total n.º	Total de Utentes n.º	Taxa de Cobertura (*) %	Taxa de Utilização (**) %
Lar de Idosos	2	55	65	5.9	118.2
Serviço de Apoio Domiciliário	1	42	44	4.5	104.8
Freguesia de Mata Mourisca					
Crianças e Jovens					
Creche	0			0.0	-
Centro de Atividades de Tempos Livres (ATL)	1	20	5	8.9	25.0
Centro de Acolhimento Temporário	0			0.0	-
Pessoas Idosas					
Centro de Convívio	0			0.0	-
Centro de Dia	1	15	11	4.4	73.3
Lar de Idosos	0			0.0	-
Serviço de Apoio Domiciliário	1	42	26	12.2	61.9
Freguesia de Pelariga					
Crianças e Jovens					
Creche	4	126	100	112.5	79.4
Centro de Atividades de Tempos Livres (ATL)	1	40	33	18.1	82.5
Centro de Acolhimento Temporário	0			0.0	-
Pessoas Idosas					
Centro de Convívio	0			0.0	-
Centro de Dia	1	30	17	6.5	56.7
Lar de Idosos	1	32	28	6.9	87.5
Serviço de Apoio Domiciliário	1	40	40	8.7	100.0
Freguesia de Pombal					
Crianças e Jovens					
Creche	6	195	170	21.1	87.2
Centro de Atividades de Tempos Livres (ATL)	3	225	250	12.5	111.1
Centro de Acolhimento Temporário	1	15	9	0.8	60.0
Pessoas Idosas					
Centro de Convívio	1	30	20	1.2	66.7
Centro de Dia	2	64	53	2.6	82.8
Lar de Idosos	4	128	142	5.1	110.9
Serviço de Apoio Domiciliário	2	91	103	3.6	113.2
Freguesia de Redinha					
Crianças e Jovens					
Creche	0			0.0	-
Centro de Atividades de Tempos Livres (ATL)	0			0.0	-
Centro de Acolhimento Temporário	0			0.0	-
Pessoas Idosas					
Centro de Convívio	0			0.0	-
Centro de Dia	1	30	25	5.1	83.3
Lar de Idosos	1	30	30	5.1	100.0
Serviço de Apoio Domiciliário	1	42	28	7.1	66.7
Freguesia de Santiago de Litém					
Crianças e Jovens					
Creche	0			0.0	-
Centro de Atividades de Tempos Livres (ATL)	0			0.0	-
Centro de Acolhimento Temporário	0			0.0	-
Pessoas Idosas					
Centro de Convívio	0			0.0	-
Centro de Dia	1	40	40	5.5	100.0
Lar de Idosos	2	71	67	9.8	94.4
Serviço de Apoio Domiciliário	1	42	41	5.8	97.6
Freguesia de São Simão de Litém					
Crianças e Jovens					
Creche	0			0.0	-
Centro de Atividades de Tempos Livres (ATL)	0			0.0	-
Centro de Acolhimento Temporário	0			0.0	-
Pessoas Idosas					
Centro de Convívio	0			0.0	-

Freguesias e respostas de ação social por público-alvo	Equipamentos n.º	Capacidade Total n.º	Total de Utentes n.º	Taxa de Cobertura (*) %	Taxa de Utilização (**) %
Centro de Dia	0			0.0	-
Lar de Idosos	1	42	42	8.4	100.0
Serviço de Apoio Domiciliário	1	42	28	8.4	66.7
Freguesia de Vermoil					
Crianças e Jovens					
Creche	1	33	26	24.1	78.8
Centro de Atividades de Tempos Livres (ATL)	0			0.0	-
Centro de Acolhimento Temporário	0			0.0	-
Pessoas Idosas					
Centro de Convívio	1	20	18	3.2	90.0
Centro de Dia	2	25	12	4.0	48.0
Lar de Idosos	2	44	49	7.1	111.4
Serviço de Apoio Domiciliário	1	49	47	7.9	95.9
Freguesia de Vila Cã					
Crianças e Jovens					
Creche	1	33	15	47.8	45.5
Centro de Atividades de Tempos Livres (ATL)	1	45	35	31.9	77.8
Centro de Acolhimento Temporário	0			0.0	-
Pessoas Idosas					
Centro de Convívio	0			0.0	-
Centro de Dia	1	15	5	2.9	33.3
Lar de Idosos	2	48	46	9.3	95.8
Serviço de Apoio Domiciliário	1	42	42	8.2	100.0
Freguesia de Meirinhas					
Crianças e Jovens					
Creche	0			0.0	-
Centro de Atividades de Tempos Livres (ATL)	0			0.0	-
Centro de Acolhimento Temporário	0			0.0	-
Pessoas Idosas					
Centro de Convívio	0			0.0	-
Centro de Dia	1	20	20	7.9	100.0
Lar de Idosos	0			0.0	-
Serviço de Apoio Domiciliário	1	42	14	16.5	33.3
Freguesia de Guia					
Crianças e Jovens					
Creche	2	79	64	57.2	81.0
Centro de Atividades de Tempos Livres (ATL)	3	155	156	50.3	100.6
Centro de Acolhimento Temporário	0			0.0	-
Pessoas Idosas					
Centro de Convívio	0			0.0	-
Centro de Dia	1	40	27	10.2	67.5
Lar de Idosos	1	27	27	6.9	100.0
Serviço de Apoio Domiciliário	1	42	15	10.7	35.7
Freguesia de Ilha					
Crianças e Jovens					
Creche	1	35	23	35.4	65.7
Centro de Atividades de Tempos Livres (ATL)	1	40	8	14.4	20.0
Centro de Acolhimento Temporário	0			0.0	-
Pessoas Idosas					
Centro de Convívio	0			0.0	-
Centro de Dia	1	30	21	10.4	70.0
Lar de Idosos	1	40	40	13.9	100.0
Serviço de Apoio Domiciliário	1	42	24	14.6	57.1

(*) = Capacidade total * 100 / População alvo (0-4 anos para creche; 5-14 para as outras respostas de Infância/Juventude; 65+ anos para população idosa)

(**) = Total de utentes * 100 / Capacidade total

FONTE: Ministério da Solidariedade e da Segurança Social - Carta Social (<http://www.cartasocial.pt/>) e INE - Censos 2001 (com cálculos próprios)

Esta página foi deixada propositadamente em branco

Quadro A.3.4 - Evolução do pessoal ao serviço dos estabelecimentos localizados no Concelho de Pombal (2007-2009)

Setor de atividade económica		Pessoal ao Serviço dos Estabelecimentos					
		2007		2009		2007-2009	
CAE Rev.3	Descrição	n.º	% Vertical	n.º	% Vertical	TCMA (%)	DIF (p.p.)
01	Agricultura, prod. animal, caça e ativ. dos serviços relacionados	190	1.1	192	1.1	0.5	2.8
02	Silvicultura e exploração florestal	53	0.3	77	0.5	20.5	22.8
03	Pesca e aquicultura	9	0.1	5	0.0	-25.5	-23.2
08	Outras indústrias extrativas	388	2.2	428	2.5	5.0	7.3
09	Act. de serviços relacionados com as indústrias extrativas	0	0.0	1	0.0	100.0	102.3
10	Indústrias alimentares	579	3.2	566	3.3	-1.1	1.1
11	Indústria das bebidas	256	1.4	232	1.4	-4.8	-2.5
13	Fabricação de têxteis	115	0.6	101	0.6	-6.3	-4.0
14	Indústria do vestuário	605	3.4	509	3.0	-8.3	-6.0
15	Indústria do couro e dos prod. do couro	56	0.3	57	0.3	0.9	3.1
16	Indústria da madeira e da cortiça e suas obras exc. mobiliário; fab. obras cestaria e esp.	254	1.4	223	1.3	-6.3	-4.0
17	Fabricação de pasta, de papel, cartão e seus artigos	59	0.3	63	0.4	3.3	5.6
18	Impressão e reprodução de suportes gravados	45	0.3	37	0.2	-9.3	-7.1
20	Fabricação de produtos químicos e de fibras sint. ou artificiais, exc. prod. farmacêutico	77	0.4	73	0.4	-2.6	-0.4
21	Fabricação de produtos farmacêuticos de base e de preparações farmacêuticas	9	0.1	8	0.0	-5.7	-3.5
22	Fabricação de artigos de borracha e de matérias plásticas	677	3.8	696	4.1	1.4	3.6
23	Fabricação de outros produtos minerais não metálicos	771	4.3	641	3.8	-8.8	-6.6
24	Indústrias metalúrgicas de base	28	0.2	38	0.2	16.5	18.8
25	Fabricação de produtos metálicos, exceto máquinas e equipamento	454	2.5	337	2.0	-13.8	-11.6
26	Fabricação de equip. informáticos, equip. p/ comunicações e prod. electrón. e óticos	0	0.0	10	0.1	100.0	102.3
27	Fabricação de equipamento elétrico	6	0.0	5	0.0	-8.7	-6.5
28	Fabricação de máquinas e de equipamentos, N. E.	84	0.5	75	0.4	-5.5	-3.3
29	Fabricação de veículos auto., reboques, semirreboques e compon. p/ veículos auto.	10	0.1	9	0.1	-5.1	-2.9
30	Fabricação de outro equipamento de transporte	31	0.2	33	0.2	3.2	5.4
31	Fabricação de mobiliário e de colchões	132	0.7	88	0.5	-18.4	-16.1
32	Outras indústrias transformadoras	64	0.4	65	0.4	0.8	3.0
33	Reparação, manutenção e instalação de máquinas e equipamentos	37	0.2	50	0.3	16.2	18.5
35	Elettricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio	14	0.1	15	0.1	3.5	5.8
38	Recolha, tratamento e eliminação de resíduos; calorização de materiais	39	0.2	75	0.4	38.7	40.9
39	Descontaminação e atividades similares	3	0.0	11	0.1	91.5	93.7
41	Promoção imobiliária (desenvolv. projetos de edifícios); construção de edifícios	2.372	13.3	2.088	12.3	-6.2	-3.9
42	Engenharia civil	335	1.9	374	2.2	5.7	7.9
43	Atividades especializadas de construção	1.769	9.9	1.654	9.7	-3.3	-1.0
45	Comércio, manutenção e reparação, de veículos automóveis e motociclos	619	3.5	596	3.5	-1.9	0.4
46	Comércio por grosso (inclui agentes), exceto de veículos automóveis e motociclos	958	5.4	990	5.8	1.7	3.9
47	Comercio a retalho, exceto de veículos automóveis e motociclos	1.449	8.1	1.502	8.8	1.8	4.1
49	Transportes terrestres e transportes por oleodutos ou gasodutos	1.221	6.8	1.299	7.6	3.1	5.4
52	Armazenagem e atividades auxiliares dos transportes (inc. manuseamento)	119	0.7	70	0.4	-23.3	-21.0
53	Atividades postais e de <i>courier</i>	56	0.3	60	0.4	3.5	5.8
55	Alojamento	55	0.3	79	0.5	19.8	22.1
56	Restauração e similares	755	4.2	672	3.9	-5.7	-3.4
58	Atividades de edição	16	0.1	9	0.1	-25.0	-22.7
59	Atividades cinematog., vídeo, produção de prog. telev., gravação som e edição música	3	0.0	2	0.0	-18.4	-16.1
60	Atividades de rádio e televisão	7	0.0	8	0.0	6.9	9.2
61	Telecomunicações	14	0.1	12	0.1	-7.4	-5.2
62	Consultoria e programação informática e atividades relacionadas	11	0.1	5	0.0	-32.6	-30.3
64	Atividades de serviços financeiros, exceto seguros e fundos de pensões	248	1.4	256	1.5	1.6	3.9
65	Seguros, resseguros e fundo de pensões, exceto segurança social obrigatória	14	0.1	9	0.1	-19.8	-17.6
66	Atividades auxiliares de serviços financeiros e dos seguros	63	0.4	55	0.3	-6.6	-4.3
68	Atividades imobiliárias	130	0.7	89	0.5	-17.3	-15.0
69	Atividades jurídicas e de contabilidades	248	1.4	241	1.4	-1.4	0.8
70	Atividades das sedes sociais e de consultoria para a gestão	15	0.1	15	0.1	0.0	2.3
71	Atividades de arquitetura, engenharia e técn. afins; ativ. ensaios e análises técnicas	75	0.4	75	0.4	0.0	2.3
73	Publicidade, estudos de mercado e sondagens de opinião	17	0.1	17	0.1	0.0	2.3
74	Outras atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares	23	0.1	21	0.1	-4.4	-2.2
75	Atividades veterinárias	5	0.0	5	0.0	0.0	2.3
77	Atividades de aluguer	40	0.2	48	0.3	9.5	11.8
78	Atividades de emprego	63	0.4	51	0.3	-10.0	-7.8
79	Agências de viagem, operadores turísticos, outros serv. reservas e act. relacionadas	47	0.3	52	0.3	5.2	7.4

Setor de atividade económica		Pessoal ao Serviço dos Estabelecimentos					
		2007		2009		2007-2009	
CAE Rev.3	Descrição	n.º	% Vertical	n.º	% Vertical	TCMA (%)	DIF (p.p.)
80	Atividades de investigação e segurança	0	0.0	6	0.0	100.0	102.3
81	Atividades relacionadas com edifícios, plantação e manutenção de jardins	159	0.9	147	0.9	-3.8	-1.6
82	Atividades de serviços administrativos e de apoio prestado às empresas	56	0.3	32	0.2	-24.4	-22.2
84	Administração pública e defesa; segurança social obrigatória	211	1.2	105	0.6	-29.5	-27.2
85	Educação	612	3.4	533	3.1	-6.7	-4.4
86	Atividades de saúde humana	169	0.9	183	1.1	4.1	6.3
87	Atividades de apoio social com alojamento	274	1.5	333	2.0	10.2	12.5
88	Atividades de apoio social sem alojamento	344	1.9	351	2.1	1.0	3.3
90	Atividade de teatro, música, dança e outras ativ. artísticas e literárias	0	0.0	1	0.0	100.0	102.3
93	Atividades desportivas, de diversão e recreativas	41	0.2	26	0.2	-20.4	-18.1
94	Atividades das organizações associativas	29	0.2	104	0.6	89.4	91.6
95	Reparação de computadores e de bens de uso pessoal e doméstico	8	0.0	9	0.1	6.1	8.3
96	Outras atividades de serviços pessoais	145	0.8	140	0.8	-1.7	0.5
Totais		17.840	100.0	17.044	100.0	-2.3	0.0

Nota: TCMA - Taxa de Crescimento Médio Anual (em %) = [(Valor 2009/ Valor 2007)^(1/2) - 1] * 100; DIF = TCMA setor - TCMA concelho (em pontos percentuais)

FONTE: Ministério da Economia e do Emprego - GEP - Quadros de Pessoal (dados não publicados, com cálculos próprios)

Quadro A.3.5 – Ações previstas no Programa de Execução do PDM ao nível dos recursos hídricos e infraestruturas ambientais

Objetivos	Ações previstas (e cronograma de implementação)
Proteção dos RH Superficiais	- Contrariar a tendência de expansão desordenada e de dispersão das pedreiras e explorações de depósitos minerais em forma de “mancha de óleo”, mas promovendo a sua concentração em áreas bem definidas do território (ano I a 10); - Promover ações de sensibilização destinadas aos industriais, com vista ao cumprimento das boas práticas na laboração e boas regras ambientais na atividade extrativa (ano I a 10); - Manutenção de galerias ripícolas (ano I); - Corredor ecológico ribeirinho ao longo do rio Arunca (ano I a 2); - Sensibilização e divulgação da importância da preservação da qualidade do recurso água, como princípio de sustentabilidade (ano I a 10); - Recuperação ambiental e valorização paisagística dos cursos de água (ano I a 10); - Requalificação e monitorização de ações de valorização/manutenção das lagoas existentes na Mata Nacional do Urso (ano I a 10); - Criação de um sistema integrado de despoluição dos cursos de água do concelho (ano I a 10); - Promover a qualificação ambiental dos sistemas hidrológicos, controlando a poluição difusa com origem nas explorações agropecuárias e efluentes domésticos (ano I a 10); - Promover códigos de boas práticas agrícolas e florestais e a criação de mecanismos de monitorização dos mesmos (ano I a 10); - Aumento de fiscalização às explorações pecuárias existentes, no sentido de diminuir o risco de poluição (ano I a 10); - Implementar uma política que obrigue as indústrias agropecuárias com passivo ambiental a adotar soluções técnicas integradas, aplicando-lhe sanções em caso de incumprimento (ano I a 10); - Elaborar estudos sobre os recursos hídricos, identificando as suas disponibilidades, os seus usos e a sua qualidade (ano I a 10).
Proteção dos RH Subterrâneos	- Proteger os aquíferos do concelho (Sistema aquífero de Leirosa-Monte Real (Mata Nacional do Urso), Sicó-Alvaiázere, Ourém e Louriçal), preservando a qualidade da água (ano I a 10); - Promover uma gestão sustentável dos Sistemas Aquíferos do concelho, nomeadamente, do da Mata do Urso, garantindo a longo prazo a disponibilidade das águas subterrâneas, não permitindo a sua sobre-exploração (ano I a 10); - Promover a renaturalização das áreas consideradas determinantes para a salvaguarda dos valores de recarga aquífera e qualidade da água (ano I a 10); - Assegurar a proteção e conservação dos recursos hidrogeológicos, através de práticas industriais corretas e ecoeficientes (ano I a 10); - Identificar locais de possível contaminação, assim como as explorações de inertes e indústrias poluentes, passíveis de contaminar os aquíferos existentes, desenvolvendo paralelamente uma política de fiscalização a eventuais descargas (ano I a 10); - Promover a implementação de medidas de proteção na prevenção de risco potencial de contaminação antropogénica das águas subterrâneas, com especial incidência nos aquíferos que apresentam maior vulnerabilidade (ano I a 10); - Definição de perímetros de proteção para todas as captações de abastecimento de água concelhia (ano I a 10); - Condicionar o uso de fertilizantes e produtos químicos em áreas estratégicas de proteção e recarga de aquíferos (a concretizar através da presente revisão do PDM) - Preservar a boa qualidade da água do Sistema Aquífero da Mata do Urso, transpondo para os instrumentos de gestão territorial as preocupações constantes das medidas preventivas estabelecidas para a área abrangida por aquele sistema (a concretizar através da presente revisão do PDM) - Considerar e estabelecer servidões administrativas para os recursos hidrogeológicos, nomeadamente perímetros de proteção de captações e nascentes (a concretizar através da presente revisão do PDM)
Prevenção e minimização dos riscos de cheia	- Adoção de programas e ações, ao nível da prevenção e mitigação do risco de cheias e inundações, avaliação da eficiência das estruturas de defesa e regularização (I a 10) - Avaliar, monitorizar e concretizar a modelação dos regimes fluviais, para horizontes abrangentes, das sub-bacias hidrográficas existentes no território concelhio (I a 10) - Elaborar o “Estudo de drenagem de águas pluviais a nascente da cidade de Pombal”, associado à criação de uma bacia de retenção e aumento da capacidade de escoamento (I e 2) - Promover e valorizar a gestão da bacia do rio Arunca e da ribeira de Carnide com vista à diminuição do perigo de cheias, através do aumento da capacidade de retenção e recarga dos aquíferos (I a 10) - Desenvolvimento de um sistema de alerta para cheias rápidas e progressivas (I a 10) - Identificar, cartografar e monitorizar áreas suscetíveis a cheias, fora dos perímetros urbanos, nomeadamente na confluência do rio Arunca com o rio Cabrunca, Venda Nova, Gafaria, Vermoil, Ratos (I a 10) - Inventariar o estado de conservação e efetividade das estruturas de defesa e regularização de caudais, assim como das estruturas hidráulicas, com estabelecimento de programas de recuperação e/ou correção (I a 10) - Limpeza e desobstrução das linhas de água (I a 10) - Aproveitar o potencial de reconversão de áreas de risco em áreas naturais e condicionar a sua ocupação, em particular leitos de cheia e com risco de inundação, adotando uma abordagem preventiva (I a 10) - Regularização do Rio Arunca entre a IC2 (ENI) e a ETAR de Pombal (I a 3) - Requalificação das margens do rio Arunca entre a ponte das Barrocas e a ponte da central de Camionagem (I a 2) - Promover a melhoria da rede de águas pluviais na zona urbana da cidade de Pombal (I a 2) - Construção da Bacia de Amortecimento a Nascente da Cidade de Pombal (I a 4) - Intervenções no Túneis das Ribeiras da Cidade de Pombal (2 a 4) - Ampliar a rede de águas pluviais nas principais áreas urbanas (I a 5)
Infraestruturas de abastecimento de água	- Implementar o sistema de abastecimento de água em alta a partir do aquífero Leirosa-Monte Real (Mata Nacional do Urso) (ano I a 4); - Execução e beneficiação dos elementos constituintes da rede em alta (condutas elevatórias, condutas adutoras, reservatórios, estações de tratamento, ...) (ano I a 10); - Assegurar os níveis de atendimento e qualidade da água, visando um abastecimento adequado à população e ao desenvolvimento das atividades económicas (ano I a 10); - Abastecimento de água à Ranha e lugares limítrofes (ano I a 3); - Construção da Conduta Adutora entre a Mata do Urso e a Caxaria (ano I a 3); - Construção da Conduta Adutora, Est. Elevatória e Reservatórios entre Caxaria e o Parque Industrial Manuel da Mota (ano I a 3); - Construção da Estação de Tratamento da Mata do Urso (ano I a 3); - Interligação / Reformulação dos sistemas atuais (ano I a 3); - Abastecimento de Água à Ranha e Lugares Limítrofes (2ª fase) (ano I a 3); - Construção dos Reservatórios e Equipamento Eletromecânico nas Ranhas) (ano I a 3); - Abastecimento de Água ao Travasso-Flandes (ano I a 3); - Substituição da Adutora do Ourão (ano I a 3); - Construção, Beneficiação e Reparação de redes de água (ano I a 3); - Construção e Beneficiação de Reservatórios (ano I a 3).

Objetivos	Ações previstas (e cronograma de implementação)
Redução das perdas de água	- Implementação de um sistema de deteção e controlo de perdas de água (ano 3 a 10); - Implementação de um sistema de controlo de rega de espaços verdes públicos (ano 2 a 10); - Recuperação e beneficiação de regadios (ano 2 a 4).
Reutilização de águas residuais tratadas em usos compatíveis	Promover a reutilização de águas residuais tratadas em usos compatíveis, nomeadamente, rega de espaços verdes, lavagens, descargas em instalações sanitárias (ano 1 a 10).
Infraestruturas de saneamento de águas residuais	- Aumentar o nível de atendimento e melhorar a qualidade do serviço prestado em infraestruturas de saneamento básico (ano 1 a 10); - Execução e beneficiação dos elementos constituintes da rede de saneamento básico em alta (emissários, subemissários, Estações Elevatórias, ...) (ano 1 a 4); - Construção de redes de saneamento do Louriçal, Carnide, Vila Cã, Pelariga-Almagreira, Estrada de Soure, Ilha, Ranhas, Carriço, Antões e Moita do Boi (ano 1 a 3); - Construção e beneficiação de Emissários e Redes de Saneamento Existentes (ano 1 a 3); - Construção de Emissário de Carnide-Ilha-Louriçal (ano 1 a 3); - Construção da ETAR e emissários da Pelariga-Almagreira (ano 1 a 3); - Construção do Subemissários de Albergaria dos Doze e Rede de Saneamento de Fontinha (Vila Cã) (ano 1 a 3); - Ampliação de redes de saneamento (ano 1 a 3); - Construção da rede de saneamento e Estação Elevatória de Seixo / Lagoa (ano 1 a 3); - Beneficiação e reparação de ETAR (ano 1 a 3); - Construção de redes de saneamento de Vicentes, Cumieira, Guistola e Ameixeiraria (ano 1 a 3); - Construção da rede de saneamento de Casal Fernão João, Roussa e Casal Velho (ano 1 a 3); - Construção da Estação Elevatória do Outeiro Martinho (ano 1 a 3); - Construção da ETAR, Emissário e Estação Elevatória da Guia (ano 1 a 3); - Construção de rede de saneamento de Santiais e limítrofes e Emissário de Albergaria, Santiago e São Simão (ano 1 a 3); - Remodelação / Ampliação da ETAR de Pombal (ano 1 a 3); - Construção da Rede de Saneamento da Marinha da Guia, Cabeço (parte), Caxaria e Vale Lezide-Carriço (ano 1 a 3); - Construção dos Emissários do Carriço - Louriçal (E.2, E.2.1, E.2.2 e E.2.2.1) (ano 1 a 3); - Construção da rede de saneamento de Boldrarias a Barrocas (Lugares da Borda) (ano 1 a 3); - Construção de rede de saneamento das Ranhas (2.ª fase) (ano 1 a 3); - Construção de rede de saneamento de Agua Travessa e Matosos (ano 1 a 3); - Construção da rede de saneamento de Travasso-Flandes (ano 1 a 3); - Construção de redes e ETAR de Alhais e Lugares Limítrofes (ano 1 a 3); - Construção de Emissário e da nova ETAR da Redinha (ano 1 a 3); - Emissário da Formiga (ano 1 a 3); - Promover a melhoria da rede de águas pluviais na zona urbana da cidade de Pombal (ano 1 a 2); - Garantir a eficiência dos sistemas de recolha, drenagem e tratamento de águas residuais (ano 1 a 10).
Infraestruturas de resíduos	Desenvolvimento de soluções que visem ampliar e otimizar os sistemas de recolha seletiva multimaterial existentes (ano 1 a 10).